

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

David Luiz Mendonça Wigg

**DINÂMICAS E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
CAMINHOS E RUMOS PARA O FORTALECIMENTO SOCIAL E  
ECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS**

Santa Maria, RS  
2021

**David Luiz Mendonça Wigg**

**DINÂMICAS E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHOS E RUMOS  
PARA O FORTALECIMENTO SOCIAL E ECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE RIO  
GRANDE/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Fabiano Nunes Vaz  
Coorientador: José Geraldo Wizniewsky

Santa Maria, RS  
2021

This study was financed in part by the Coordenação de  
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) -  
Finance Code 001

Wigg, David Luiz Mendonça  
DINÂMICAS E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR:  
CAMINHOS E RUMOS PARA O FORTALECIMENTO SOCIAL E ECOLÓGICO  
NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS / David Luiz Mendonça Wigg.  
2021.  
202 p.; 30 cm

Orientador: Fabiano Nunes Vaz  
Coorientador: Jose Geraldo Wizniewsky  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2021

1. Agricultura Familiar 2. Agroecologia 3. ATER 4.  
Desenvolvimento Sustentável I. Vaz, Fabiano Nunes II.  
Wizniewsky, Jose Geraldo III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, DAVID LUIZ MENDONÇA WIGG, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

David Luiz Mendonça Wigg

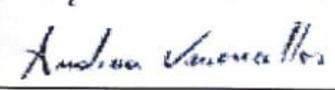
**DINÂMICAS E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHOS E RUMOS  
PARA O FORTALECIMENTO SOCIAL E ECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE RIO  
GRANDE/RS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Aprovado em 14 de setembro de 2021:

  
\_\_\_\_\_  
José Geraldo Wizniewsky, Dr. (UFSM) - videoconferência  
(Presidente/Coorientador)

  
\_\_\_\_\_  
Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM) - videoconferência

  
\_\_\_\_\_  
Andreia Vasconcellos, Dra. (UFSM) - videoconferência

Santa Maria, RS  
2021

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a todos e todas trabalhadores e trabalhadoras que suaram, deram suas energias e vidas por um mundo mais justo, igualitário e de direitos, mesmo que esse horizonte por vezes torna-se infinito de se alcançar.

Agradeço a toda a categoria de Agricultura Familiar, que supera diariamente suas dificuldades e barreiras impostas pelo sistema capitalista, levando comida para a grande maioria da população.

Agradeço ainda, pelo apoio e incentivo de meus familiares que, mesmo em situações “impossíveis” de permanecer nos estudos, contribuíram para que eu me mantivesse firme, de cabeça erguida para superar as dificuldades.

Agradeço carinhosamente aos meus pais, por sempre fazerem de tudo para que eu me dedicasse aos estudos. Um especial agradecimento ao meu pai Luiz Guilherme que nos deixou deste plano terreno durante o andamento desta pesquisa, mas me deixou de herança os valores éticos e morais e a necessidade de uma produção agrícola orgânica/agroecológica. Não por menos, à minha mãe Izabel Cristina por sempre estar do meu lado, me dando esperanças e motivos para não desistir dos estudos, evocando energias positivas, me incentivando a seguir de cabeça erguida e a confiar nos meus guias espirituais que, por diversas demonstrações, estão presentes do meu lado nos momentos mais difíceis.

Agradeço ainda ao meu avô João Denuir por todo o suporte que pôde (e ainda pode) me dar, especialmente quanto ao pesado fardo de ser um estudante e trabalhador em um país que desvaloriza cada vez mais a educação e a ciência. Contribuições não só financeiras, mas especialmente ensinamentos se perdem no tempo-espço imersos em uma realidade que se transforma dia após dia. Até hoje, muito me ensina sobre a paisagem, sobre a observação da Natureza, sobre técnicas agrícolas usadas antigamente, sobre as formas de superação das dificuldades da vida no campo.

Agradeço também minha avó Olga, à minha tia Mirian e sua família, minhas irmãs Bel e Marcela que me ensinam diariamente como amar incondicionalmente, demonstrando na prática a importância da família.

À minha irmã Luciane, fica um especial agradecimento por ela ter perdido horas da sua vida comigo, me ensinando e me orientando para que eu superasse a minha deficiência na língua inglesa (na prova de suficiência – uma herança colonizadora do saber que mantém sua superioridade por meio de uma padronização nórdica do “conhecimento”, que ignora e exclui a construção social dos povos e suas formas de linguagem, especialmente aqui na América do Sul).

Durante a minha caminhada até chegar aqui, não posso deixar de mencionar todos e todas que, de uma forma ou de outra, atravessaram meu caminho para melhor. Me refiro aos amigos, aos irmãos “de mundo” que fui presenteado pelo Universo. Agradeço às amigas

feitas quando ainda no período da graduação em Campos dos Goytacazes/RJ que muito influenciaram na visão de mundo que tenho hoje, amizades que mesmo diante à distância, se mantém firme com o passar dos tempos. Agradeço ao Zé, Tati, Rodrigo, Jânio, Robledo e muitos outros e outras pela amizade que se mantém e se fortalece com o tempo.

Agradeço à família Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Rio de Janeiro por oportunizar grande parte do meu aprendizado prático e político em defesa da Agroecologia, da Reforma Agrária Popular e da Justiça Social.

Mais recentemente, mas não menos importante, agradeço às novas amizades que se fizeram durante esse período de pós-graduação. Rayan e Jéssica por estarem sempre dispostos a solucionarem minhas dúvidas metodológicas, ao Japa, Andreia e Jaime por trazerem visões nordestinas de como cultivar afetos e saberes, ao Lucas por todos seus conselhos desde o período de graduação e por ele tanto me incentivar a cursar Extensão Rural.

Agradeço ainda às “meninas” da secretaria do PPGExR, bem como a professora Andrea Dorr (quanto professora e quanto coordenadora do curso), sempre muito bem-dispostas a solucionarem meus problemas com paciência e dedicação louváveis.

Não por menos, agradeço à banca (professores Andreia, José Geraldo e Everton) por terem aceito o convite de contribuírem nesse processo, fazendo ótimas sugestões e ponderações que, em suma, busquei acatar a todas elas.

E, por último e intensamente importante, agradeço à minha querida companheira Amanda que, mesmo recente, entrou na minha vida de forma inimaginável, estando ao meu lado nos momentos mais difíceis da minha vida, me trazendo luz, força e pontos de visão fundamentais para que eu me mantivesse de pé diante os desafios impostos pela vida.

Por fim, agradeço à CAPES, por seu apoio financeiro durante 18 meses. Manifesto que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Um muito obrigado a todos e todas que contribuíram direta e indiretamente nesta pesquisa e na minha vida.

## RESUMO

### **DINÂMICAS E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR: CAMINHOS E RUMOS PARA O FORTALECIMENTO SOCIAL E ECOLÓGICO NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE/RS**

AUTOR: David Luiz Mendonça Wigg

ORIENTADOR: Fabiano Nunes Vaz

COORIENTADOR: José Geraldo Wizniewsky

Vivemos, atualmente, uma Era dominada e orientada pelos princípios capitalistas de desenvolvimento onde a vida moderna e consumista aprofunda as crises planetárias. Essas crises geram sérias consequências negativas para as populações marginalizadas, tais como o espaço rural, quando analisado o meio ambiente a partir dos sujeitos e de suas redes de relações. Com base no problema apresentado, o presente estudo apoia-se em uma investigação bibliográfica considerando aportes das teorias do Desenvolvimento Sustentável fundamentados nos princípios da Agroecologia, além de outros autores clássicos e contemporâneos que auspiciam o debate. Em vista de melhor delimitação do estudo, direciona-se à pesquisa, as famílias da Agricultura Familiar que buscam uma produção “mais ecológica”, dita “em transição agroecológica”. Nesse sentido, busca-se a realização de um estudo de caso de duas unidades familiares de produção na tentativa de melhor entender como se dão as relações e práticas entre os produtores com seu entorno, com os técnicos de ATER, com o mercado e, naturalmente, com o próprio Estado. Com isso, busca-se apontar alguns desafios centrais que emergem desta realidade que, por vezes, obstaculizam o desenvolvimento social e ecológico dos agroecossistemas. Para tanto, a coleta de dados foi feita por meio de uma aproximação com os sujeitos, visitas *in loco* e entrevistas que, posteriormente, foram submetidos a análise por meio da técnica da Análise de Conteúdo, aceitando as multidimensões da sustentabilidade a partir da Agroecologia (ecológica, social, econômica, cultural, política e ética) como as categorias de análise, para posterior interpretação. Dessa forma, recorreu-se ao estudo de caso de uma experiência de produção orgânica de olerícolas, com certificação via OCS e comercialização estruturada em feiras, no PNAE e, recentemente via cestas. A outra experiência trata-se de uma unidade pecuária leiteira com uso regular de homeopatas (controle de carrapato e mamite), bem como o uso de pastagens racionais, plantio direto, cuidados no uso dos solos e oferta de silagem como suplemento à criação. A interpretação dos dados sugere que são inúmeros os desafios a serem enfrentados pelas famílias que buscam uma produção mais ecológica, no entanto, essas experiências apresentam um relativo potencial para o avanço socioambiental através do apoio mútuo, da solidariedade e da união dos sujeitos. Nota-se, ainda, uma importante presença dos serviços públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural no município que podem servir de apoio para o respectivo fortalecimento da Agricultura Familiar, contudo, o Estado não substitui a importância de movimentos sociais em direção de maior autonomia, liberdade e dignidade.

**Palavras-chaves:** Agricultura Familiar; Agroecologia; ATER; Desenvolvimento Sustentável.

## ABSTRACT

### **DYNAMICS AND CHALLENGES OF FAMILY AGRICULTURE: WAYS AND ROUTES FOR SOCIAL AND ECOLOGICAL STRENGTHENING IN THE MUNICIPALITY OF RIO GRANDE/RS**

AUTHOR: David Luiz Mendonça Wigg

ADVISOR: Fabiano Nunes Vaz

COORDINATOR: José Geraldo Wizniewsky

We currently live in an Era dominated and guided by the capitalist principles of development where modern and consumer life deepens planetary crises. These crises generate serious negative consequences for marginalized populations, such as the rural space, when the environment is analyzed from the perspective of the subjects and their networks of relationships. Based on the problem presented, the present study is based on a bibliographical investigation considering contributions of Sustainable Development theories based on the principles of Agroecology, in addition to other classic and contemporary authors that support the debate. In view of the better delimitation of the study, the research is directed towards the families of Family Farming that seek a “more ecological” production, known as “in agroecological transition”. In this sense, we seek to carry out a case study of two family production units in an attempt to better understand how the relationships and practices between producers and their surroundings, with ATER technicians, with the market and, of course, take place, with the State itself. With this, we seek to point out some central challenges that emerge from this reality that, at times, hinder the social and ecological development of agroecosystems. For this purpose, data collection was carried out through an approximation with the subjects, on-site visits and interviews, which were later analyzed using the Content Analysis technique, accepting the multi-dimensions of sustainability from the Agroecology (ecological, social, economic, cultural, political and ethical) as the categories of analysis, for later interpretation. Thus, an experience of organic production of vegetables, with certification via OCS and structured marketing at fairs, at PNAE and, recently, via baskets. The other experience is a dairy cattle unit with regular use of homeopathies (tick and mammite control), as well as the use of rational pastures, direct planting, care in the use of land and offer of silage as a supplement to creation. The interpretation of the data suggests that there are countless challenges to be faced by families that seek a more ecological production, however, these experiences present a relative potential for socio-environmental advancement through mutual support, solidarity and the union of subjects. There is also an important presence of public services of Technical Assistance and Rural Extension in the municipality that can serve as support for the respective strengthening of Family Farming, however, the State does not replace the importance of social movements towards greater autonomy, freedom and dignity.

**Keywords:** Family Farming; Agroecology; ATER; Sustainable development.

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Familiarização dos agricultores quanto a produção de base ecológica.....	147
Gráfico 2 – Tipo de irrigação utilizada pelos agricultores e agricultoras.....	161
Gráfico 3 – Origem da água utilizada na irrigação.....	162
Gráfico 4 – Utilização de técnicas que visam a proteção dos solos.....	163
Gráfico 5 – Atividades exercidas pelos entrevistados.....	165

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As multidimensões da Sustentabilidade a partir da Agroecologia e seus possíveis indicadores, conforme Caporal e Costabeber (2004).....	103
Quadro 2 – Potencialidades e desafios da produção de base ecológica segundo as dimensões da Agroecologia.....	142
Quadro 3 – Principais dados relativos ao conjunto familiar dos entrevistados de base ecológica.....	154

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização do município de Rio Grande – RS.....	110
Figura 2 – Mapa de localização dos bairros do município de Rio Grande – RS.....	112
Figura 3 – Visita ao Ecomuseu da Picada: Polo da Agricultura Familiar de Rio Grande/RS.....	124
Figura 4 – Visita ao Ecomuseu da Picada.....	125
Figura 5 – Parcela da produção Agroecológica, propriedade da família João e Maria na localidade do Povo Novo.....	131
Figura 6 – Feira livre na localidade do Povo Novo.....	132
Figura 7 – Feira do Produtor, no Cassino.....	133
Figura 8 – Sistema de irrigação por gotejamento da família João e Maria.....	135
Figura 9– Silagem de milho para nutrição animal.....	138
Figura 10 – Processo da colheita do milho.....	139
Figura 11 – Processo da silagem de milho.....	140

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AALIS	Associação de Agroflorestas do Litoral Sul Riograndense
AS-PTA	Assessoria e Serviços a Projetos de Tecnologia Alternativa
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
AIAF	Ano Internacional da Agricultura Familiar
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
ATES	Assistência Técnica, Social e Ambiental
CAVG	Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Alimentar e Nutricional
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
EA	Educação Ambiental
EMATER	A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER/RS	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FAIR	Federal Agricultural Improvement and Reform Act
FETRAF	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
Rede PTA	Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas
SIPRA	Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NSGA	Núcleo Social de Gestão do Agroecossistema
OCS	Organização de Controle Social
ONU	Organização das Nações Unidas
OXFAM	Oxford Committe for Famine Relief
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PRONATER	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
Rede PTA	Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas
SIPRA	Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	World Wide Fund for Nature

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
2.1 DA MODERNIDADE AO AGRONEGÓCIO: UM CAMINHO SEM VOLTA?.....	26
2.2 DO AGRONEGÓCIO À AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA: UM CAMINHO A SER SEGUIDO.....	37
2.3 DESMISTIFICANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	51
2.3.1 O papel do Estado no “desenvolvimento” da sociedade.....	65
2.3.2 A sociedade, o Estado e a “nova consciência” humana.....	71
2.4 DIÁLOGOS ENTRE AS MULTIDIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA AGROECOLOGIA E O PAPEL DA INTERDISCIPLINARIDADE.....	93
3 METODOLOGIA.....	109
3.1 OS LOCAIS DA PESQUISA.....	109
3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	118
3.2.1 Coleta dos dados.....	120
3.2.2 Metodologia de Análise.....	126
3.2.3 Categorias de Análise.....	128
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	129
4.1 OS CASOS ESTUDADOS.....	129
A) Agroecossistema João e Maria – experiência de produção e comercialização orgânica de hortifrúti.....	129
B) Agroecossistema Romeu e Julieta – experiência de produção leiteira com uso de homeopatia e pastagens racionais.....	136
4.2 ANÁLISE DAS MULTIDIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA AGROECOLOGIA.....	142
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
6 REFERÊNCIAS.....	175

## 1 INTRODUÇÃO

Vivemos atualmente uma Era dominada e orientada pelos princípios capitalistas de desenvolvimento onde a vida moderna e consumista aprofunda as crises planetárias. Essas crises geram sérias consequências negativas para as populações marginalizadas, especialmente aquelas populações do Hemisfério Sul que vivem em detrimento do desenvolvimento dos países do Norte.

Além disso, o processo de europeização que orientou a colonização desses países do Sul trouxe uma enorme transformação nos hábitos e culturas dos povos, tendo profundos reflexos principalmente para os povos rurais e comunidades tradicionais e originárias, especialmente quando analisadas as relações dos sujeitos com o meio ambiente e seus modos de vida.

Pretende-se com esta pesquisa, contribuir na recente gama dos estudos do mundo rural, a partir de um aporte teórico multidisciplinar, revisitando obras e autores clássicos e contemporâneos, linhas de pensamentos das mais distintas e até mesmo “conflitantes”, com o intuito de extrair conteúdos convergentes, ideias que se assemelham diante das diferenças e de distintas perspectivas de olhares.

Sob um olhar voltado para as vivências e modos de vida dos agricultores e agricultoras familiares no município de Rio Grande/RS, busca-se trazer à luz algumas de suas inúmeras dificuldades, barreiras e desafios que dificultam o êxito de suas potencialidades, de suas máximas expressões socioeconômicas. Uma tarefa nada fácil para um “retirante sulista” rio-grandino, fruto do êxodo rural; um sonhador, que faz da utopia uma luz guia diante os inúmeros obstáculos que a vida constantemente impõe, onde o tempo “vital” (aquele necessário para dar conta da sobrevivência e de manter as relações sociais) não estabelece uma relação harmoniosa com o tempo acadêmico, o que acaba por intervir diretamente no tempo espaço.

Não cabe espaço aqui para desmerecer a importância da academia e da ciência para o avançar da sociedade, pois, fruto de uma pequena mudança no acesso à Universidade Pública das últimas décadas, em 2008 o pesquisador/autor desta dissertação ingressou nos seus estudos em Agronomia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (localizada em

Campos dos Goytacazes/RJ), fato que mudaria sua percepção de vida, ao abrir novas porteiras para o mundo e ao derrubar algumas cercas do pensamento.

Antes de ingressar na vida acadêmica, dedicava à atividade familiar de criação de cabras, carregando desde criança o gosto pela vida rural, já com certas críticas à utilização de venenos e produtos químicos/sintéticos, já que o objetivo do caprino era de fabricar produtos derivados do leite ditos “em transição agroecológica”. Com isso, havia toda uma preocupação ética e ambiental na alimentação e no bem-estar animal, o que demandava maiores atenções nos tratos culturais tanto do pasto quanto da horta/pomar. Ou seja, desde cedo o pesquisador convive diretamente com “práticas mais ecologizadas”, o que despertou e incentivou cada vez mais a busca pelos conhecimentos tradicionais, notadamente cada vez mais perdidos ao passar dos tempos.

Na tentativa de contribuir no processo produtivo e beneficiamento do leite, o pesquisador iniciou, em 2004, o Curso Técnico em Agroindústria pelo CAVG-UFPEL. Nesse momento, a família insistia na venda direta da produção, tanto por meio de feiras quanto de porta em porta.

Diante inúmeras dificuldades, que iam desde o pequeno espaço disponível para a atividade, entraves com a legislação e até mesmo a baixa procura pelos produtos no comércio que ocasionava pouco retorno financeiro, um ano antes de formar-se como técnico sua família decide acabar com a criação e mudam-se para a cidade de Macaé, localizada no Estado do Rio de Janeiro. Uma mudança brusca e dolorosa que deixa marcas até hoje, mas que também serviu de outras possibilidades, de outras visões e olhares do mundo.

Dito isso, pois, após a conclusão do curso técnico, em 2008 dá-se início à graduação em Agronomia pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Imediatamente depara-se com as experiências de Reforma Agrária, especialmente as que eram organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, quando a turma foi levada para uma “calourada solidária”, uma aula prática no lote “Brava Gente”, localizado no Assentamento Zumbi dos Palmares, em Campos dos Goytacazes. Neste dia, conhecia-se um ícone da militância do MST na região: Cícero Guedes<sup>1</sup>, presente, presente, presente!

---

1 Cícero Guedes foi um boia fria alagoano que buscou nos canaviais de Campos dos Goytacazes uma vida melhor. Submetido à escravidão no corte da cana, ajudou a erguer as paredes da UENF e conheceu o MST, o que para ele seria um divisor de águas em sua vida. Em seguida ajudou a organizar a primeira ocupação de terra do MST no estado do Rio de Janeiro, conquistando assim a Usina São João, dando início ao Assentamento Zumbi dos Palmares. Seu lote é até hoje uma referência de luta e de agroecologia, onde implementou Sistemas Agroflorestais em praticamente todo o seu lote. Foi assassinado em 2013 em uma

A partir desse momento, desse primeiro contato com as experiências de Reforma Agrária e da percepção do valor que o movimento dá para a manutenção da vida, para a justiça social e para a necessidade de outros valores societários, iniciou-se um caminho de muitas dificuldades, desafios e aprendizados de apoio a este movimento, chegando a atuar na Assistência Técnica, Social e Ambiental - ATES durante 3 anos, seguindo mais dois anos fazendo parte da estrutura organizativa do MST, momento tido como muito importante para não só pela contribuição à luta pela Terra, como também para a diversidade de experiências e conhecimentos adquiridos através do contato com os acampados, assentados e toda a rede que se forma em apoio à luta pela Reforma Agrária Popular e pela Agroecologia.

As dificuldades são tantas, os elementos diversos e as realidades ainda mais distintas e complexas... mas, chegada a hora de seu retorno ao local de origem (Rio Grande/RS), inicia-se o curso de mestrado em Extensão Rural pela UFSM em 2018, com uma pergunta de pesquisa central: *“Que caminhos trilhar para que o agricultor familiar consiga pôr em prática as suas liberdades com autonomia e modos de vida próprios, fora do modelo de agricultura moderna? Como fortalecer suas relações sociais e ambientais?”*. Mal sabia que para respondê-la, precisaria fazer outros trilhões de perguntas internas e externas, que quanto mais se questiona, mais elementos há para serem questionados.

Com base no problema apresentado, o presente estudo tem como objetivo geral chamar a atenção para as potencialidades e os desafios e limites da transição agroecológica nas experiências concretas em andamento na cidade de Rio Grande, expressando os modos de vida e de se fazer agricultura das famílias. Por meio da investigação bibliográfica e de estudo de caso, observamos as práticas vivenciadas pelos agricultores e agricultoras familiares, considerando aportes das teorias do Desenvolvimento Sustentável fundamentados nos princípios da Agroecologia.

O planejamento da pesquisa teve início ainda nos períodos de aulas presenciais do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, onde o conjunto das disciplinas, o convívio com os colegas e professores conformam-se como elementos fundamentais para a orientação metodológica e maiores reflexões para a pesquisa e para a visão de mundo. Ressalta-se aqui a importância desses convívios (de forma direta e/ou indireta), seja nos espaços formais ou

---

emboscada aos arredores da Usina Cambaiba, onde havia a retomada de um antigo acampamento nessas terras improdutivas. Os executores e mandantes desse crime permanecem impunes até hoje.

informais, que foram essenciais para contribuições, reflexões, ampliação e assimilação do aporte teórico utilizado na pesquisa.

Dando um horizonte mais preciso ao estudo, foi necessária uma contextualização teórica acerca da visão moderna da sociedade, tal qual é orientada pelo sistema econômico capitalista, que se baseia no utilitarismo e exploração da natureza e do próprio ser humano. Essa necessidade surge a partir de reflexões acerca da incapacidade do Planeta Terra – ou a nossa *Casa Comum*, na visão de Leonardo Boff (2004) – de não suportar a busca incessante desse estilo de vida degradante, dando sinais visíveis dessa constatação, vide as recentes crises planetárias em que estamos convivendo: crises hídricas, ambientais, políticas, sanitárias, humanitárias, etc.

Notadamente na raiz dessas crises, cabe neste estudo uma profunda reflexão sobre o próprio sistema capitalista que domina as relações sociais atualmente, interferindo diretamente não só na vida das pessoas, como também na vida do próprio Planeta, ditando normas e formas de produção insustentáveis a longo prazo.

Frente aos avanços do capitalismo, especialmente no campo brasileiro e sua visão moderna de agricultura, surgem nas últimas três décadas diversos estudos acadêmicos e científicos, políticas públicas, movimentos de lutas, formas de resistências, redes de solidariedades, ativismos e militâncias de diversas áreas que defendem e que praticam e/ou apoiam outras formas de agriculturas, que promovem as (re)existências de múltiplas formas de ser e existir, a exemplos dos povos tradicionais, originários, camponeses, agricultores, povos das águas e das florestas que carregam conhecimentos e valores que mantêm vivas as suas memórias, que são passadas de geração em geração através de suas vivências.

Essas múltiplas formas de ser e de existir são cosmovisões<sup>2</sup> significativas, principalmente, quando consideradas pelos aspectos políticos, ecológicos, espirituais e culturais, os quais são sistematicamente negligenciados pela visão eurocêntrica desde o advento do modo de produção capitalista, e têm resistido a esse ataque cotidianamente, onde os povos subalternos clamam por justiça social.

---

2 Concordando com Junior e Bogado (2014, p. 54), “a cosmovisão é compreendida como uma intuição da totalidade, mas que não surge do nada e sim está condicionada, ao mesmo tempo em que condiciona a racionalidade, a qual por sua vez é processada conforme manifestações das tradições, das crenças e da relação com a natureza. Podemos, com esta síntese, trazer para o nosso debate o conceito de filosofia e de racionalidade que dialogam com o conceito de cosmovisão”.

Com o avançar dos tempos, percebe-se que o capitalismo passou a ter a supremacia na formulação das regras de sobrevivência ditadas aos modos de vida, tendo seu principal impacto na vida rural, especialmente quando nos deparamos com as transformações ocorridas a partir do advento dos serviços de extensão rural orientados pelo capitalismo.

No âmbito dos estudos acerca da extensão rural no Brasil, no final dos anos de 1960 e década de 1970 (durante a ditadura militar) as agências de extensão rural se inseriram intensivamente no rural brasileiro, responsáveis por dar e conduzir a tônica da modernização agrícola por meio de um processo conhecido como “revolução verde”, que é definido por uma expressão da apropriação capitalista do rural. (ANDRADES e GANIMI, 2007).

A partir desse momento, o cenário rural brasileiro passa por profundas transformações em detrimento do setor financeiro, com fortes apelos ao avanço tecnológico e artificialização da agricultura. A crítica a esse modelo e as formas de extensão rural adotadas pelo Estado já eram postas em debate por organizações sociais, especialmente ligadas a agricultura alternativa.

No entanto, é somente na década de 2000 que o debate sobre a extensão rural ganha fôlego no setor político e algumas políticas são criadas na tentativa de “reorientar” as ações das instituições, especialmente quando dirigidas à Agricultura Familiar. No entanto, na última década (especialmente a partir do ano de 2015), essas políticas foram fortemente enfraquecidas. Nesse cenário, urge a importância de, novamente, fomentar e politizar as ações da Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER – frente as necessárias transformações que a sociedade necessita diante o atual estágio de desenvolvimento capitalista, quando nos deparamos com uma agricultura (moderna) como um dos sustentáculos desse sistema degradante, autodenominada de “agronegócio”. Agronegócio aqui é tratado como uma espécie de radicalização da visão da “industrialização da agricultura”<sup>3</sup>,

[...] em que o lado “agrícola” perde importância e o lado “industrial” é abordado tendo como referência não a unidade industrial local, mas o conjunto de atividades do grupo que a controla e suas formas de gerenciamento. O *boom* das exportações de produtos agrícolas e agroindustriais nos anos mais recentes levou à adoção da expressão “agronegócio” ou da sua matriz *agribusiness* por associações de produtores (como a Associação Brasileira de *Agribusiness* – Abag, de 1993) e até pelos próprios empresários. Da perspectiva da análise dos economistas rurais é interessante notar, adicionalmente, que a resistência do mainstream ao uso de uma abordagem “intersectorial” agricultura-indústria até meados dos anos de 1980 [...] é completamente revertida no início da década de 1990, quando se verifica uma

---

3 Termo formulado por Kautsky (1980) ainda no final do século XIX.

adesão, política é certo, aos novos termos (*agribusiness* primeiramente e, na sequência, agronegócio) e sua capacidade “explicativa”, em termos da análise econômica, do novo estatuto do setor agropecuário, agora *funcionando* de forma “integrada”. (HEREDIA *et al.*, 2010, p. 160).

Essa união entre a agricultura e a indústria em prol unicamente dos ganhos econômicos é apontado como potencializador da degradação ambiental que segue rumo a um colapso, bem como contribui para um aprofundamento das desigualdades sociais e, nem mesmo toda a tecnologia disponível e todo o conhecimento gerado pela ciência até os dias atuais darão conta de minimizar as consequências desse modo de produção.

Masanobu Fukuoka, ainda na década de 1970 em seu livro “A Revolução de uma Palha” já alertava a sociedade (acadêmica e mundial) sobre os riscos causados pelos conhecimentos gerados pelos “sábios”, referindo-se aos pesquisadores da agricultura moderna. Para o autor,

[...] os sábios pensam que são capazes de compreender a Natureza. É a posição que assumem. Porque estão convencidos de que podem compreender a Natureza, confiando-lhes o seu estudo e a sua exploração. Contudo, penso que a compreensão da Natureza ultrapassa o alcance da inteligência humana. (FUKUOKA, 1975, p. 27).

Seguindo o raciocínio do autor supracitado (agricultor e bioquímico japonês, defensor de uma agricultura “selvagem”, inspirado na agricultura natural<sup>4</sup>), os resultados desse tipo de pesquisa “são adaptados de acordo com as conveniências da investigação e não com as necessidades do camponês” (FUKUOKA, 1975, p. 76), defendendo que é preciso, sobretudo, uma mudança nas formas das pesquisas, onde:

[...] os pesquisadores deviam ser filósofos antes de se tornarem pesquisadores. Deviam questionar-se sobre qual é o objetivo do Homem e o que é que a humanidade deve criar. Os médicos deviam começar por determinar aquilo que é fundamental na vida do Homem. (FUKUOKA, 1975, p. 75).

Do reconhecimento dessa problemática, crescem visões e formas de vida que reafirmam a necessidade de reconhecimento de outras práticas, valores e cosmovisões, sob outras lógicas produtivas de alimentos saudáveis, com outros olhares perante a natureza. Olhares distintos, dos quais o ser humano volta-se para seu lugar de integrante da natureza,

---

4 O autor lutava por uma agricultura de "não-ação", uma agricultura selvagem inspirada em seus quatro princípios - 1) não cultivar; 2) não utilizar adubos químicos nem composto preparado; 3) não mondar nem com herbicida nem à mão e; 4) não ter nenhuma dependência de produtos químicos - de forma em que "obedecem à ordem natural e conduzem ao reabastecimento da riqueza natural." (FUKUOKA, 1975, p. 39)

como apenas mais um organismo vivo que compõe os complexos agroecossistemas, desraigando-se da visão antropocêntrica que marca a vigente Era.

Nas últimas décadas, uma ferrenha defesa de diversos setores da sociedade reafirmam a necessidade de uma outra forma de produção dos alimentos, com maiores atenções desde as formas de cultivo à comercialização, com especial direcionamento à saúde humana e ambiental, indicando uma urgente necessidade por mudanças estruturais na sociedade, perpassando pela própria ciência e pelas formas de produção agrícola.

Na tentativa de pensar caminhos possíveis para essas mudanças, surgem pesquisadores que apontam a importância da Agroecologia como uma ciência capaz de dar suporte teórico e metodológico para a construção de agriculturas alternativas mais sustentáveis, sob uma visão mais ecológica, dinâmica, holística, integradora e inter-transdisciplinar (CAPORAL, 2009; CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009; CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2011) que buscam na participação ativa dos sujeitos sociais do campo e nas redes de apoio, a necessária união do “todo”, a fim de subsidiar a superação das dificuldades, muitas vezes impostas pelo próprio sistema de produção hegemônico.

Nesse viés, a Agroecologia passa a ser entendida como um arcabouço teórico e metodológico “com crescente expressão nas esferas da educação, da pesquisa e da extensão rural [...]” (COSTA, 2017, p. 47) que, aliada a diversas outras correntes de pensamentos críticos, são capazes de propor análises das realidades, a fim de responder aos desafios sociais e ambientais contemporâneos. Auspiciada por esses valores, por vezes a Agroecologia mostra-se sensível a outras formas de relações, que perpassam pelas práticas mais ecológicas, por formas de comercialização mais justas e diretas, pelo apoio mútuo, pela confiança, reconhecimento e valorização dos sujeitos, pela auto-organização da comunidade e dos consumidores.

Incorporando os conhecimentos acumulados no campo da ecologia, a Agroecologia assume ainda a importância dos saberes das populações tradicionais em busca de “saídas para os impactos causados pela agricultura contemporânea, na sua relação com o meio ambiente e com as dimensões produtiva, ecológica, energética, econômica, financeira, e sociocultural do sistema em foco.” (COSTA, 2017, p. 48).

Contrapondo o paradigma do referencial cartesiano e reducionista das ciências agrárias atualmente, a Agroecologia passa a ser

[..] entendida e assumida de distintas formas e âmbitos. Para uns se constitui em uma nova forma de produzir, e nesta esfera se releva a produção propriamente dita, mais voltada ao mercado especializado de produtos orgânicos. É entendida também enquanto um movimento social, no Brasil bastante expressivo e organizado em suas várias regiões, e materializado na Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), na Rede Ecovida de Certificação Participativa na região Sul, na Assessoria e Serviços a Projetos de Tecnologia Alternativa (AS-PTA), dentre outros. (COSTA, 2017, p. 46-47).

Para outros autores, como Norder *et al.* (2016, p. 5), Agroecologia é caracterizada de diferentes formas, podendo ser encontrada na literatura como “disciplina, interdisciplina, paradigma, ciência, conhecimento transdisciplinar, saber multiperspectiva, entre outras.” Especialmente no Brasil, a Agroecologia vem figurando, e de forma cada vez mais acentuada, não apenas como ciência, prática e movimento social, mas também como diretriz de políticas governamentais e como parte do sistema de educação formal, tendo associações da Agroecologia ainda como um modo de vida, ética, ideologia ou utopia.

Seguindo as contribuições dos autores acima, no campo do movimento social no caso brasileiro, a Agroecologia figura, “exclusivamente, como uma referência conceitual no movimento social vinculado à agricultura familiar ou camponesa, popular, tradicional, indígena” reafirmando suas bases críticas e de lutas contra o modelo de agricultura hegemônico<sup>5</sup>, defendida pela agricultura empresarial, a qual não faz nenhuma menção à Agroecologia. (NORDER *et al.*, 2016, p. 9).

No campo governamental, especialmente a partir das experiências do Rio Grande do Sul no início da década de 2000 com os redirecionamentos das ações da EMATER/RS-Ascar, as agências oficiais de extensão rural no Brasil passaram a adotar a Agroecologia como diretriz em seus projetos estratégicos e linhas de ação.

As ações de extensão rural podem, evidentemente, ser interpretadas como um subcampo das políticas governamentais, ou mesmo como um campo próprio, tendo em vista o grau de autonomia das agências, os processos de privatização e a crescente participação de organizações não estatais em seu planejamento e desenvolvimento. [...] A agroecologia passou então a ser uma diretriz oficial recomendada pela ONU para garantir o direito humano à alimentação, a preservação

---

5 Cabe neste ponto, uma importante ressalva que trata da disputa de narrativas existente no campo, especialmente brasileiro, onde desde os de 2010, deu-se início a uma ofensiva dos atores do agronegócio pela construção da sua hegemonia. Com isso, passaram a valorizar a sua máxima expressão (“agro é tech, agro é pop, agro é tudo”), desqualificando o papel e o poder produtivo da Agricultura Familiar, fazendo com que ela perdesse espaço para o agronegócio, culminando nessa imposição dos discursos pró agronegócio, se impondo praticamente sem oposição.

ambiental e o desenvolvimento econômico previstos em diversos tratados internacionais. (NORDER *et al.*, 2016, p. 9).

Já no campo da educação, a Agroecologia tem sido pautada em cursos de atualização e de formação política, capacitação técnica e outras modalidades de educação não formal em diversos países, contando com o fundamental apoio por parte dos movimentos sociais, sindicatos, associações, cooperativas e organizações não governamentais. No Brasil a Agroecologia vem sendo incorporada tanto em iniciativas de educação ambiental em escolas do ensino básico e fundamental quanto na inclusão de disciplinas ou mesmo como ênfase pedagógica dos cursos de Agronomia. Nesse ponto da educação forma, os autores elencam que:

[...] há sérias implicações pedagógicas e profissionais quando determinadas propostas e processos produtivos são abandonados como objeto de estudo. Discute-se também o exercício pelos(as) agroecólogos(as) de atividades profissionais relacionadas a este heterogêneo e contraditório universo de concepções e contextos. Uma formação em Agroecologia com perfil crítico, ético e humanista inclui considerações sobre o respeito às escolhas políticas e profissionais e às liberdades individuais, inclusive, evidentemente, a dos educandos e egressos dos cursos de Agroecologia oferecidos na rede pública de educação formal no Brasil. (NORDER *et al.*, 2016, p. 12).

Em modo de conclusão, Norder *et al.*, (2016, p. 13) defendem que a “Agroecologia constitui-se como ciência, prática e movimento social, mas também, mais recentemente, como política governamental, modalidade de educação formal, nova profissão e, para alguns, como modo de vida, ideologia e utopia”, ultrapassando a noção “simplista” do aspecto apenas técnico da Agroecologia.

Manoel Baltasar Baptista da Costa (2017) aprofunda ainda mais a posição crítica que a Agroecologia assume diante os processos agrícola da atualidade pois ela se pauta por princípios e conteúdos capazes de contribuir efetivamente para a superação da problemática socioambiental inerente à agricultura contemporânea, onde as suas externalidades não são consideradas nos custos do processo. Pode-se ainda, afirmar que, “dados os acúmulos científicos, técnicos e produtivos da produção agroecológica, há muitos aportes que permitem afirmar que é possível se alterar expressivamente os padrões produtivos da atualidade para métodos, técnicas e processos produtivos eficientes e compatíveis com a sustentabilidade na agricultura.” (COSTA, 2017, p. 82).

Isso demanda, necessariamente, a adoção de outras formas de visualizar os territórios, considerando a importância dos agroecossistemas<sup>6</sup> como unidades produtivas incrementando seu valor social, sem que deixem de se caracterizarem como sistemas naturais, buscando o alcance de uma “[...] gama de estratégias que combinam diferentes níveis de produtividade, estabilidade, sustentabilidade e equidade.” (COSTA, 2017, p. 49).

Nessa crescente complexidade dos processos inerentes às mudanças requeridas e “[...] na criação de novos campos da ciência e de áreas tecnológicas envolvendo novos paradigmas e metodologias e, no bojo desse desenvolvimento”, urge a necessidade de novos perfis profissionais capazes de apoiar os processos de transição agroecológica em busca de uma maior integração ser humano – natureza, respeitando as características naturais de cada agroecossistema. Esses novos profissionais deverão não apenas compreender o contexto em que se inserem, como também atuar em prol da união desse “movimento agroecológico” que se encontra em constante evolução, embasado nos saberes da ciência em consonância com os saberes tradicionais, respeitando e valorizando os modos de vida das comunidades locais que buscam uma vida e/ou uma atividade agrícola mais sustentável. (COSTA, 2017, p. 49).

A valorização do processo histórico e das vontades próprias dos sujeitos que compõem os agroecossistemas transpassa necessariamente pela importância de mudanças significativas nas ações dos mediadores sociais, apoiadores e “elos” que atuam diretamente com os agricultores e agricultoras, de forma que possam contribuir positivamente para a construção conjunta de um efetivo envolvimento, que dê conta da produção de alimentos saudáveis, em consonância com a maior preservação ambiental e em busca da urgente justiça social.

Ou seja, os técnicos e mediadores que atuam nas instituições de ATER e que dominam a técnica e a ciência, precisam se adequar às novas e mais eficazes formas de mediação com

---

6 O próprio conceito de agroecossistema possui uma natureza holística, motivo pelo qual o seu estudo requer uma visão tanto agrônômica, quanto histórica, sociológica como antropológica, biológica, pedagogia, economia ecológica, ecologismo popular ou ecologismo dos pobres, psicologia e tantos outros ramos do saber. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Para Paulo Petersen e demais colaboradores em seu livro recentemente publicado acerca do método LUME, “o agroecossistema é concebido como um ecossistema cultivado, socialmente gerido. Corresponde, portanto, à ancoragem física dos intercâmbios de matéria e energia entre as esferas natural e social.” [...] Podemos definir agroecossistema como uma unidade social de apropriação e conversão de bens ecológicos em bens econômicos. Sua fronteira física é delimitada pelo espaço ambiental apropriado por um núcleo social de gestão do agroecossistema (NSGA). Na agricultura familiar, o NSGA costuma ser a própria família. Nesse caso, os limites físicos dos agroecossistemas refletem as fronteiras do estabelecimento agrícola familiar - independentemente do regime de posse da terra.” (PETERSEN *et al.*, 2021, p. 27-28; 29).

as famílias agricultoras, passando a estimular as suas organizações e o próprio movimento de ecologização na agricultura em vista da superação da problemática socioambiental.

Torna-se intrínseca a necessidade de uma melhor atenção às multiplicidades de realidades, olhares e de formas de conhecimento que as comunidades locais acumulam. Para isso, exige-se um constante movimento-ação dos indivíduos externos, capaz de possibilitar um “despir” de suas verdades, vaidades e egos, negando-se o “modelo pronto” e verticalizado de orientação/assistência. Nessa tônica, dialoga-se com o pensamento decolonial que recentemente surgiu na América Latina, o qual é pautado nas diversidades culturais e nas ancestralidades dos povos como formas de resistências ao sistema capitalista, mantendo-se vivos e reexistindo-se<sup>7</sup> nesses tempos sombrios.

Essas resistências têm seu embrião em 1494 com a criação do traçado de Tordesilhas. Neste documento, fora assinado um tratado entre o Reino de Portugal e a Coroa de Castela (Espanha) acerca da divisão das terras "descobertas e por descobrir" da América do Sul, chamado de “Novo Continente”. Essa “linha abissal” é o que origina, para Boaventura de Souza Santos (2010), a condição de sub-humanos dos colonizados, notadamente os povos que já habitavam o continente.

A condição de sub-humanos, no entanto, manifesta-se até os dias atuais, especialmente aos povos indígenas, negros e mulheres, condição necessária para a supremacia dos colonizadores – o homem branco. Tanto o colonialismo quanto o patriarcado são inerentes à existência do capitalismo, expressados por meio dessa ligação ontológica (linha abissal entre humanos e sub-humanos) que, por meio de um massivo epistemicídio<sup>8</sup>, mantém seu domínio de poder sob as populações subalternas em detrimento da epistemologia ocidental. (SANTOS, 2010).

*[...] la epistemología occidental dominante fue construida a partir de las necesidades de la dominación capitalista y colonial y se asienta en lo que designo pensamiento abismal. Este pensamiento opera por la definición unilateral de líneas radicales que dividen las experiencias, los actores y los saberes sociales entre los*

7 Usando as palavras de Haesbaert (2021), “é importante salientar que o que está sendo aqui referido como giro (multi)territorial na América Latina demanda o reconhecimento de, pelo menos, duas grandes abordagens: uma mais ‘de cima para baixo’, a partir das inúmeras políticas estatais ditas territoriais e das amplas estratégias empresariais de exploração da terra (seja via ‘agronegócio’, seja via neoextrativismo de ‘recursos naturais’), e outra mais ‘de baixo para cima’ nas formas de resistência – ou melhor, de r-existência –, que configuram lutas pelo território a partir da organização dos grupos subalternos.” (HAESBAERT, 2021, p. 60)

8 “*Destrucción de conocimientos propios de los pueblos causada por el colonialismo europeo*”. (SANTOS, 2010, p. 08).

*que son visibles, inteligibles o útiles (los que quedan de este lado de la línea) y los que son invisibles, ininteligibles, olvidados o peligrosos (los que quedan del otro lado de la línea).* (SANTOS, 2010, p. 08).

Para o autor, as populações subalternas resistem a esses constantes ataques a ponto de criarem seus próprios procedimentos, que se validam coletivamente na luta contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado<sup>9</sup>, por meio de conhecimentos e lutas que nascem dos movimentos sociais e das comunidades, denominados de “Epistemologias do Sul”. (SANTOS, 2010).

*[...] las luchas más innovadoras y transformadoras vienen ocurriendo en el Sur en el contexto de realidades socio-político-culturales muy distintas. Sin embargo, la distancia fantasmal entre teoría y práctica no es solamente el producto de las diferencias de contextos. Es una distancia más bien epistemológica o hasta ontológica. Los movimientos del continente latinoamericano, más allá de los contextos, construyen sus luchas basándose en conocimientos ancestrales, populares, espirituales que siempre fueron ajenos al cientismo propio de la teoría crítica eurocéntrica. Por otro lado, sus concepciones ontológicas sobre el ser y la vida son muy distintas del presentismo y del individualismo occidentales. Los seres son comunidades de seres antes que individuos; en esas comunidades están presentes y vivos los antepasados así como los animales y la Madre Tierra. Estamos ante cosmovisiones no occidentales que obligan a un trabajo de traducción intercultural para poder ser entendidas y valoradas.* (SANTOS, 2010, p. 18-19).

Diante disso, dar voz e visibilidade (ainda que restrita ao mundo acadêmico) para um público historicamente caricaturado pelo “homem civilizado” - sujeito moderno - é inerente à realização desta pesquisa. Dada a fundamental importância da categoria “agricultura familiar” para a soberania e segurança alimentar da população, direcionam-se as atenções aqui para essas populações que sofrem com as consequências desse histórico epistemicídio.

---

9 “En los últimos treinta años las luchas más avanzadas fueron protagonizadas por grupos sociales (indígenas, campesinos, mujeres, afrodescendientes, piqueteros, desempleados) cuya presencia en la historia no fue prevista por la teoría crítica eurocéntrica.” (SANTOS, 2010, p. 17).

Mesmo que marcados por processos de “mestiçagens”<sup>10</sup> ao passar dos tempos, essas populações vivenciam diariamente os efeitos da desculturação do rural imposta pela vida moderna, representada pela sociedade evoluída, urbana. Para além de reconhecimento, esses sujeitos necessitam de políticas públicas eficientes, de inclusão, que igualmente represente suas especificidades, passo muito maior do que uma “modesta” equiparação no acesso aos créditos, tal qual como é ofertado aos latifundiários<sup>11</sup>.

Medidas como apoio na comercialização, valorização dos produtos, linhas de crédito mais específicas, inclusão social de mulheres e jovens, entre outras, devem ser encaradas pelo Estado como políticas que se mantêm ao passar das gestões, superando a visão de políticas de governo vistas atualmente. Assim, a própria Assistência Técnica deve ser estável, minimamente capaz de dar o devido apoio para os processos de transição da agricultura, com viés mais ecológico e em consonância com os anseios, necessidades, hábitos e com a cultura local.

Ademais, toda forma de intervenção junto a essas famílias agricultoras necessitam de horizontalidade nas relações, de forma que suas potencialidades sejam reconhecidas e respeitadas para que se atinjam, de fato, patamares aceitáveis de democracia, produção e de reprodução desse público. Isso demanda o cumprimento dos direitos a partir das suas próprias liberdades, autonomias e igualdades, para que sejam protagonistas do seu próprio

---

10 Mesmo na perceptível tentativa de negação da presença indígena e negra em voga no Brasil por grupos políticos de “direita”, a própria história do município de Rio Grande se encarrega de contribuir para essa negação. Haesbaert (2021) analisando o contexto do ConeSul Latinoamericano, destaca que esse processo de “eliminação de indígenas e a menor presença de afrodescendentes (também dizimados nas guerras) tornou menos intenso esse hibridismo cultural, seja como imposição e/ou como resistência. (...) Mestiça, crioula, antropofágica/canibal, ch’ixi, trans ou intercultural, híbrida, plural... seja qual for o adjetivo que utilizarmos para caracterizar as mesclas culturais da “América Latina/Afro/Abya Yala”, nenhum deles dará conta do conjunto e, por conseguinte, da diversidade de configurações geo-históricas acumuladas/ “abigarradas” em meio ao violento processo de colonização em nosso continente. Pode, no máximo, delinear um caminho que brota disso que Rivera Cusicanqui, para além “da fusão e da hibridez” que podem realimentar o ideal político de branqueamento, denomina a “força descolonizadora da mestiçagem”, onde convivemos e habitamos as contradições, indianeidade (negritude, podemos acrescentar) e europeidade em “permanente luta em nossa subjetividade”. (HAESBAERT, 2021, p. 75-87).

11 Do total de crédito disponibilizado, cerca de R\$ 39,3 bilhões serão exclusivos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), um incremento de 19% em relação ao ano passado. Os demais públicos ficam com R\$ 211,9 bilhões (4% a mais do que em 2020), sendo R\$ 34 bilhões destinados aos médios produtores, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp). Dos R\$ 251,2 bilhões do Plano Safra, um total de R\$ 177,8 bilhões serão para custeio e comercialização e outros R\$ 73,4 bilhões serão para investimentos. Neste último caso, o aumento da disponibilidade foi de 29%. (Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2021-06/plano-safra-20212022-anuncia-r-251-bilhoes-para-produtores-rurais>>. Acesso em 24/06/2021.).

desenvolvimento, possibilitando a manutenção e a perpetuação das suas crenças, valores, culturas e cosmovisões.

É nessa tentativa de horizontalidade que procura-se dar luz aos aspectos que melhor caracterizam a agricultura familiar local de base ecológica, entendendo-a como aquela que é desenvolvida em estabelecimentos rurais, cuja área não exceda a quatro módulos fiscais, ou seja, até 100 hectares<sup>12</sup>, dirigidos pela própria família, desempenhando os trabalhos com mão de obra predominantemente familiar, de forma que a renda familiar seja majoritariamente oriunda dessas atividades, conforme estabelece a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Na prática, a aproximação dos agentes extensionistas ao espaço rural de forma mais horizontal e respeitosa às suas heterogeneidades nem sempre deu-se de forma harmoniosa, sobretudo quando analisado o passado dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER – no Brasil, que traz em seu bojo, um inestimável (de)serviço à grande maioria da população rural com um nítido pretexto de “evoluir” as áreas rurais, em detrimento do desenvolvimento econômico, dado que

[...] historicamente no Brasil, os agricultores familiares sempre receberam pouco apoio do poder público para realizar sua atividade. Este segmento foi comparativamente negligenciado pelas diversas esferas governamentais ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira, que se inicia no final da Segunda Guerra Mundial. [...] os pequenos agricultores sempre foram marginalizados no acesso a ATER. Mesmo na época áurea da extensão rural pública, época da Embrater, o público-alvo das instituições públicas de ATER era, primordialmente, constituído de médios e grandes agricultores produtores de produtos voltados para o mercado externo (como soja e milho). (CASTRO, 2015, p. 52 e 57).

Por meio dessa orientação da produção em larga escala, alinhada com a indústria, sob sistemas de monocultivos de produção e, muitos destinados para a exportação, a ATER carrega em seu histórico uma inquestionável ligação com a economia capitalista que se baseia

---

12 Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. No município de Rio Grande (RS), o módulo fiscal equivale a 25 hectares. (Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em 30/17/2021). “Neste caso os minifúndios são aqueles imóveis com área inferior a 25 ha; as pequenas propriedades vão de 25 a menos de 100 ha; as médias de 100 a menos de 275 ha e as grandes acima de 275 ha.” (MOURA e MANTELLI, 2010).

no acúmulo de riquezas e extração de recursos naturais de forma predatória. Isso contribuiu significativamente para moldar e transformar a relação humano-natureza,

rompendo com a harmonia que outrora existia nesta relação. O modo de produção baseado no consumo generalizado de produtos industrializados e demandante de matérias-primas, marca a trajetória de mudanças econômicas, sociais e ambientais estabelecidas pelo sistema produtivo. Associado a isso, a ideia de crescimento econômico, ganhou força e estabeleceu as bases para o desenvolvimento econômico. (SANTOS, 2017, p. 02).

Rompendo com a naturalização desses fatos e tentando se esquivar dos erros históricos, busca-se nesta pesquisa uma posição estritamente crítica quanto ao sistema capitalista de produção e sua capacidade de homogeneizar as coisas e os pensamentos em detrimento de uma visão Europeia/colonizadora que se manifesta por meio de sutis imposições de uma única forma de organização da economia que mostra-se cada vez mais potencializadora dos problemas sociais e ambientais a níveis planetários.

Para melhor reflexão sobre esses elementos, se fez necessária uma revisão teórica acerca dos temas pertinentes à complexidade do mundo rural<sup>13</sup> e sua multiplicidade, em especial aos temas que giram em torno da sustentabilidade da Agricultura Familiar por meio de um Desenvolvimento Rural orientado pelos princípios da Agroecologia, reconhecendo a grande importância do acúmulo e da multidisciplinaridade das diversas áreas do conhecimento.

A partir de um aporte teórico multidisciplinar, busca-se um embasamento capaz de explicar estas temáticas e correlacioná-las com os dados empíricos levantados na pesquisa. A ideia aqui é deslocar da visão hegemônica preconcebida a respeito da realidade, entendendo que antes de mais nada, há uma disputa de narrativas em jogo, onde, de um lado, um modelo econômico excludente e, de outro, sujeitos oriundos desse processo de exclusão que enxergam na resistência a única forma de se manterem nesse movimento de contracorrente, de revalorização da vida e das múltiplas formas e capacidades de ser e de (re)existir, cada qual com suas distintas cosmovisões.

---

13 Aproximando-se da visão de Angela Duarte D. Ferreira et al. (2007), ao entenderem que o “mundo rural” entende-se “como um espaço de vida que, por suas características singulares, permite a realização dos atores em questão como sujeitos. A unidade de produção familiar é uma unidade de vida; os agricultores pensam na gestão da propriedade a partir de várias racionalidades e não exclusivamente pelo cálculo econômico. Essa perspectiva, constituinte da lógica a agricultura familiar, permite que os agricultores se identifiquem com os princípios da agroecologia e nela encontrem respaldo para um projeto de vida composto por várias dimensões não exclusivamente determinadas pela lógica de mercado, como encontrado em outras formas sociais da produção agrícola” (FERREIRA *et al.*, 2007, p. 137)

Dessa forma mais objetiva, o presente trabalho foi elaborado nas seguintes partes, para melhor compreensão:

1) Como referencial teórico, iniciamos abordando elementos que trarão fundamento à ideia da sociedade moderna e de como ela modificou as relações humanas e dele com a natureza, ocasionando diversas mudanças na agricultura, chegando ao atual termo utilizado pela agricultura moderna: o agronegócio.

No segundo ponto do referencial teórico abordaremos uma tentativa de elucidar a necessária transformação desse modelo de agricultura insustentável, apontando a urgência de agriculturas de base ecológica para dar suporte à urgente sustentabilidade das atividades agrícolas, focando na Agroecologia como um necessário suporte para a prática, a ciência e o movimento dos povos em busca de uma vida mais digna.

Na terceira parte da revisão bibliográfica, adentraremos na polêmica discussão sobre o desenvolvimento sustentável, apontando seus pontos fracos quanto à sua intrínseca dominação ao sistema capitalista. Veremos que nesse debate que o próprio Estado está a mercê desse desenvolvimento “insustentável”, ficando a cargo da sociedade pensar e estruturar uma “nova consciência” humana, inspirada no surgimento de outras formas de desenvolvimento, sob uma ótica decolonialista inspirada nos povos originários da América Latina.

No quarto ponto, entra em ação o papel da interdisciplinaridade nos diálogos entre as multidimensões da sustentabilidade a partir da Agroecologia como um suporte analítico dos agroecossistemas.

2) Apresentamos os principais aspectos que compreendem o local escolhido para a pesquisa, o município de Rio Grande/RS. Apresentamos ainda, a metodologia utilizada nesta pesquisa qualitativa, caracterizada como um estudo de caso, bem como a abordagem utilizada no levantamento dos dados originados pela aplicação de questionário aos feirantes do município, em busca do reconhecimento de experiências em transição agroecológica no município. Os dados foram sistematizados a partir das categorias de análise, a saber, as multidimensões da sustentabilidade a partir da Agroecologia: 1) a dimensão ecológica; 2) dimensão social; 3) dimensão econômica; 4) dimensão política; 5) dimensão cultural e; 6) dimensão ética.

3) Como resultados e discussão, trazemos os principais aspectos levantados no estudo de caso de duas unidades em transição agroecológica, focando nos desafios e potencialidades

da Agricultura Familiar local. Analisamos os casos: A) agroecossistema João e Maria (experiência de produção e comercialização orgânica de hortifrúti) e; B) agroecossistema Romeu e Julieta (experiência de produção leiteira com uso de homeopatia e pastagens racionais).

A partir das suas caracterizações descritivas, passamos à análise dos resultados, categorizada nas seis multidimensões anteriormente apresentadas. Como forma complementar dos resultados, triangulamos os resultados dos estudos de caso com os principais resultados obtidos da aplicação dos questionários aos feirantes da cidade de Rio Grande.

4) À guisa de conclusões finais, apontamos que a mudança socioambiental almejada somente será alcançada a partir do momento em que os sujeitos sejam capazes de internalizar e de vivenciar certos hábitos, orientados por valores mais democráticos, humanizadores e éticos, que respeite as distintas visões de mundo, suas múltiplas formas de ser, de existir e de resistir à modernidade, de acordo com realidades e subjetividades que lhes são próprias.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### **Xote Ecológico**

**Luiz Gonzaga**

*Não posso respirar, não posso mais nadar  
A terra está morrendo, não dá mais pra plantar  
E se plantar não nasce, se nascer não dá  
Até pinga da boa é difícil de encontrar  
Não posso respirar, não posso mais nadar  
A terra está morrendo, não dá mais pra plantar  
E se plantar não nasce, se nascer não dá  
Até pinga da boa é difícil de encontrar  
Cadê a flor que estava aqui?  
Poluição comeu  
E o peixe que é do mar?  
Poluição comeu  
E o verde onde é que está?  
Poluição comeu  
Nem o Chico Mendes sobreviveu*

### 2.1 DA MODERNIDADE AO AGRONEGÓCIO: UM CAMINHO SEM VOLTA?

Atualmente, no contexto dos discursos ecológicos, a humanidade vive um momento histórico onde a relação do sujeito e o seu lugar de inserção é marcado por uma razão do sujeito “liberto”, com uma profunda negação aos sentidos e com uma visão puramente antropocêntrica (uso utilitário da natureza), em um nítido rompimento da relação entre o ser humano e a natureza. René Descartes conhecido por sua célebre frase “penso, logo existo”, ainda no ano de 1637 escreve seu livro “Discurso do Método” onde apresenta a sua filosofia do racionalismo científico, já considerando o sujeito da razão como fundamento da verdade, dando-se assim, a conotação para o surgimento do “sujeito moderno”, que surgiria na Europa por volta do século XV. (DESCARTES, 1996).

Até meados do século XVI, o mundo todo passa a ser contagiado pelo universo moderno, orientado pela ciência que subdividi o conhecimento e passa a observar as coisas como um “rato de laboratório”, passível de ser dividido em partes para o estudo por meio de

um método científico que não permite intervenções éticas e políticas (MEC/UNESCO, 2006), aproximando-se alva cada vez mais da sua própria escravidão<sup>14</sup>.

Este sujeito moderno, para Masanobu Fukuoka (1975), caracteriza-se especialmente por sua avidez pela extravagância e por apetites de luxo. Segundo o autor, a sociedade caminhará para uma crise alimentar, não oriunda da insuficiência do poder produtivo da natureza, mas sim, pela própria destruição e afastamento da natureza em detrimento da extravagância do desejo humano. (FUKUOKA, 1975).

A extravagância do desejo é a causa fundamental que conduziu o mundo à sua difícil situação actual. Mais rápido que lento, excessivo em vez de insuficiente - este "progresso" enganador está em relação directa com o iminente desmoronar da sociedade. Ele serviu apenas para separar o homem da natureza. O homem deve parar de permitir-se desejar a posse material e o ganho pessoal, e em vez disso deve voltar-se para a tomada de consciência espiritual. [...] A agricultura deve evoluir das grandes operações mecânicas para as pequenas propriedades, ligadas apenas à própria vida. A vida material e o alimento devem receber um lugar simples. Se procedermos assim o trabalho torna-se agradável e o espaço espiritual será abundante como o ar. (FUKUOKA, 1975, p. 110).

Para Edgar Morin (1991; 2003; 2005; 2007), o conhecimento humano é estruturado numa visão de separação entre as áreas (economia, física, química, sociologia, psicologia, história, ciências humanas, ciências naturais, etc.) e isso nos impede de visualizar os problemas globais que são resolvidos pela união do todo, tarefa que é de todos os seres humanos do planeta, pois tudo está junto e misturado, de forma complexa, onde o todo está contido nas partes e as partes estão contidos no todo, de forma que o todo é mais (ou menos) do que a simples soma das partes. Para ele, a crise econômica não é somente econômica, nem mesmo a ecológica é somente ecológica, pois elas devem ser visualizadas por uma visão complexa, mais ampla. De fato, temos uma crise da sociedade moderna, da civilização ocidental de desenvolvimento. Uma crise de pensamento, uma crise geral da humanidade, que não consegue se tornar humanidade<sup>15</sup>, especialmente em decorrência da divisão, fragmentação e simplificação das disciplinas que compõem o todo.

14 Todo indivíduo humano é o produto involuntário de um meio natural e social no seio do qual nasceu, desenvolveu e do qual continua a sofrer influência. As três grandes causas de toda imoralidade humana são: a desigualdade tanto política quanto econômica e social; a ignorância que é seu resultado natural e sua consequência necessária: a escravidão. (BAKUNIN, 2006, p. 110).

15 Para o autor, a ecologia é uma ciência que nasce, mas que já constitui uma contribuição capital para a teoria da auto-organização do vivo. No que diz respeito à antropologia, ela reabilita a noção de natureza, na qual enraíza o homem, pois a natureza não é desordem, passividade, meio amorfo: é uma totalidade complexa. O homem não é uma entidade isolada em relação a essa totalidade complexa: é um sistema aberto, com relação de autonomia/dependência organizadora no seio de um ecossistema. (MORIN, 1991).

Este “desraizamento” das disciplinas e dos conhecimentos tiveram início a partir de um pensamento colonialista ocidental, especialmente a partir da “descoberta” das Américas, no século XV. Nesse processo brutal de colonização e de negação de outras formas de conhecimentos por parte do ocidente, as sociedades ditas “menos evoluídas” foram arrancadas de suas tradições, passando a iluminar o seu devir não mais seguindo a lição do passado,

mas indo em direção a um futuro promissor e prometido. O tempo era um movimento ascensional. O progresso era identificado com a própria marcha da história humana e impulsionado pelos desenvolvimentos da ciência, da técnica, da razão. A perda da relação com o passado era substituída, compensada pelo ganho da marcha para o futuro. A fé moderna no desenvolvimento, no progresso, no futuro havia se espalhado pela Terra inteira. Essa fé constituía o fundamento comum à ideologia democrático-capitalista ocidental, na qual o progresso prometia bens e bem-estar terrestres, e à ideologia comunista, religião de salvação terrestre, que chegava a prometer o "paraíso socialista". O progresso esteve em crise por duas vezes, na primeira metade do século, na manifestação bárbara das duas guerras mundiais que opuseram e fizeram regredir as nações mais avançadas. Mas a religião do progresso encontrou o antídoto que exaltou sua fé exatamente onde deveria ter desmoronado. [...] A modernidade era e continua sendo um complexo civilizacional animado por um dinamismo otimista. Ora, a problematização da tríade que anima esse dinamismo problematiza ela própria. A modernidade comportava em seu seio a emancipação individual, a secularização geral dos valores, a diferenciação do verdadeiro, do belo, do bem. Mas doravante o individualismo significa não mais apenas autonomia e emancipação, significa também atomização e anonimato. (MORIN E KERN, 2003, p. 75).

Contribuindo para o debate acerca da modernidade e o comportamento humano, Zygmunt Bauman (2001) consideram que a humanidade vive atualmente em uma sociedade “pós-moderna”, que está sempre em busca de um reconhecimento social, sem levar em consideração as consequências dessas escolhas: o importante é atingi-lo. Nesse sentido, o fato que realmente importa é o sentimento de liberdade de escolha dos sujeitos, mesmo que sendo obrigatória esta escolha, sem, no entanto, o direito de escolha sobre o que estará disponível para a devida escolha. Assim, a sociedade estaria contagiada pela síndrome consumista<sup>16</sup>.

Para o autor, essa síndrome consumista gera-se em consequência de uma massa de consumidores dominados pelo livre mercado globalizado, denominando-a como uma “sociedade de consumidores”<sup>17</sup>, capaz de interpelar seus membros basicamente na condição

16 A síndrome consumista envolve velocidade, excesso e desperdício e, como regra, a sociedade aceita a vida curta das coisas e sua morte predeterminada com um prazer disfarçado (obsolescência programada), ficando a cargo do consumidor, toda a responsabilidade consequente da “sua” escolha. (BAUMAN, 2001).

17 Os membros da sociedade de consumidores são eles próprios mercadorias de consumo, e essa condição os torna membros autênticos dessa sociedade. Nessa sociedade de consumidores, todo mundo precisa ser, deve ser e tem que ser um consumidor por vocação, pois o “valor social” e a auto-estima dos indivíduos tem como objetivo principal a satisfação de suas necessidades, desejos e vontades, por meio da comodificação ou recomodificação do consumidor. (BAUMAN, 2008).

de consumidores de tal forma que promove-se, encoraja-se ou reforça-se a escolha de um estilo de vida e de uma estratégia existencial consumistas, rejeitando-se todas as opções culturais alternativas. (BAUMAN, 2008).

Novamente chamando Edgar Morin para o debate, o autor destaca que, em consequência deste modelo que guia a humanidade, permitiu-se um desabrochar individual, uma intimidade no amor e na amizade, “a comunicação do tu e do eu, a telecomunicação entre cada um e todos; mas esse mesmo desenvolvimento traz também a atomização dos indivíduos, que perdem as solidariedades antigas sem adquirir novas, a não ser anônimas e administrativas”. (MORIN, 2003, p. 83)

O homem produtor está subordinado ao homem consumidor, este ao produto vendido no mercado, e este último a forças libidinais cada vez menos controladas no processo circular no qual se cria um consumidor para o produto e não mais apenas um produto para o consumidor. Uma agitação superficial se apodera dos indivíduos assim que escapam às coerções escravizantes do trabalho. O consumo desregrado torna-se super-consumo insaciável que alterna com curas de privação; a obsessão dietética e a obsessão com a forma física multiplicam os temores narcísicos e os caprichos alimentares, sustentam o culto dispendioso das vitaminas e dos oligoelementos. Entre os ricos o consumo se torna histérico, maníaco pelo prestígio, a autenticidade, a beleza, a tez pura, a saúde. Eles percorrem as vitrines, os grandes magazines, os antiquários, os mercados de pulgas. A bibelomania se conjuga com a bugigangomania. (MORIN, 2003, p. 84).

Em decorrência desse estilo de vida consumista, baseado na facilidade, no aparente, no estético e no midiático, a sociedade apoia-se na significativa exploração dos recursos naturais a níveis alarmantes para desenvolver-se, beirando cada vez mais a escassez desses bens. Atualmente, observa-se um fato inquestionável, que trata sobre um iminente risco de um colapso ambiental/climático. Para José Eustáquio Diniz Alves (2020), a Terra entrou em uma espiral da morte. A 6ª extinção em massa das espécies e a crise climática são as ameaças mais urgentes do nosso tempo. “E o tempo para reverter esta espiral da morte está se esgotando, sendo necessária uma ação radical para salvar a vida no Planeta. O progresso demoeconômico tem gerado externalidades negativas para o meio ambiente.” (ALVES, 2020, s/p.).

O egoísmo, a gula e a ganância humana provoca danos irreparáveis e um ecocídio generalizado, que pode se transformar em suicídio. Dito isso, pois, verifica-se a alteração da química da atmosfera, promovendo uma acidificação dos solos e das águas, poluindo rios, lagos e os oceanos, reduzindo a disponibilidade de água potável, a um patamar onde já se

ultrapassou a capacidade de carga da Terra e está promovendo uma grande extinção em massa das espécies. (ALVES, 2020).

As emissões de gases de efeito estufa (GEE) romperam com o nível de concentração de CO<sub>2</sub> na atmosfera, de no máximo 280 partes por milhão (ppm) prevalecente durante todo o Holoceno, e, em 2019, já está acima de 410 ppm e subindo cerca de 2,5 ppm ao ano, na atual década. Com mais GEE na atmosfera, a temperatura média tem subido e a Terra está acima de um grau mais quente do que o período pré-industrial, podendo iniciar um período de descontrole climático. Esta possibilidade foi aventada em estudo de Steffen e colegas (2018) que indicou que a Terra pode entrar em uma situação com clima tão quente que pode elevar as temperaturas médias globais a até cinco graus Celsius acima das temperaturas pré-industriais. Isto teria várias implicações, como acidificação dos solos e das águas e aumentos no nível dos oceanos entre 10 e 60 metros. O estudo mostra que o aquecimento global causado pelas atividades antrópicas de 2º Celsius pode desencadear outros processos de retroalimentação, podendo desencadear a liberação incontrolável na atmosfera do carbono armazenado no permafrost, nas calotas polares, etc. Em função do efeito dominó, as “esponjas” que absorviam carbono podem se tornar fontes de emissão de CO<sub>2</sub> e piorar significativamente os problemas do aquecimento global. Isto provocaria o fenômeno “Terra Estufa”, o que levaria à temperatura ao recorde dos últimos 1,2 milhão de anos. (ALVES, 2020, s/p.).

Caso este cenário desastroso se torne realidade, seria algo parecido como um apocalipse para a vida humana e não humana, atingindo o Planeta todo, desencadeando a extinção de milhares de espécies vegetais e animais, rompendo com as funções que cada uma das espécies cumpre para o equilíbrio planetário, cada qual dentro do seu ecossistema específico, aprofundando cada vez mais a extinção das espécies e da própria humanidade.

Estas questões que envolvem as “mudanças climáticas” apresentam-se diretamente ligadas ao aumento da exploração humana dos ecossistemas por ações humanas, causando diversas modificações no planeta ao ponto destas provocarem (ou acelerarem) as mudanças climáticas, de forma a considerar que a atividade predatória do ser humano está limitando ele próprio de viver no Planeta, gerando sérias consequências e desequilíbrios ambientais (aquecimento global, desmatamentos, incapacidades hídricas, esgotos não tratados, contaminações por agrotóxicos, químicos, etc.).

Além desses desequilíbrios ambientais citados, Lacour (2008) afirma que a sociedade necessita de uma concentração demográfica cada vez maior, ao passo que, em consonância,

evidencia-se um aumento da concentração fundiária<sup>18</sup>, gerando-se cada vez mais pobreza, aceleração do consumo e contaminação da natureza.

Com isso, esses desequilíbrios geram desigualdades cada vez mais acirradas, acentuando os êxodos rurais que, por consequência, gera um crescimento desenfreado das áreas urbanas, estimuladas inclusive pelo Estado. A reboque, chegam os desempregos, a fome e a marginalização, o que acaba por potencializar os conflitos sociais, ambientais e até mesmo as crises energéticas.

Ao decorrer da evolução da sociedade, utilizou-se cada vez mais energia nos processos produtivos e existenciais, sempre com sérias deficiências de reposição desta energia gasta - combustíveis fósseis não renováveis, que levam milhões de anos para se formarem novamente -. Essa dependência por combustíveis fósseis (e demais formas de exploração da natureza) intensifica-se a cada dia, aproximando a humanidade de uma crise ambiental, ou até mesmo, a um colapso planetário.

Bogo (2003) dialoga com essa linha de pensamento e alerta sobre outras graves crises impulsionadas pelo sistema capitalista que orienta a sociedade, como a crise do trabalho, considerando-a como um problema presente na sociedade atual. Para o autor, “o capitalismo não consegue, sequer, resolver a colocação dos jovens que entram todo ano no mercado de trabalho e, além disso, desemprega milhões de pessoas adultas”. (BOGO, 2003, p. 257).

Recentemente estamos vivendo uma crise global que agrava todos esses elementos que compõem a vida humana, provocada especialmente em consequência do modo de produção da sociedade capitalista. Cynthia Paim e Wladimir Alonso (2020) sugerem que a própria pandemia do Corona Vírus (COVID-19), originou-se a partir de transmutações genéticas do vírus nos organismos de animais criados em cativeiro, em sistemas intensivos de criação, forma preferida para a maximização dos lucros a curto prazo pelos “aspirantes” capitalistas e pela indústria alimentícia.

A alta densidade e grande número de animais mantidos em fazendas de criação intensiva, onde é produzida a maior parte da carne de frango e de porco vendida para a população, permitiu a mistura de diferentes cepas de influenza aviária e a combinação do seu material genético (um processo chamado “mudança antigênica”), o que repetidamente tem levado ao surgimento de vírus que também podem infectar humanos. [...] Sistemas intensivos de criação de animais, também conhecidos como

---

18 No caso brasileiro, tem-se um agravamento cada vez maior da questão agrária e ambiental, dada a falsa ideia de infinitude dos recursos naturais devido suas abundâncias, bem como não há um limite estabelecido de acesso (posse) à propriedade, dando margem cada vez maior para a concentração de terras e de renda, agravando-se intensamente as desigualdades sociais. (LACOUR, 2008).

fazendas industriais, criaram o ambiente perfeito para o surgimento de cepas virais altamente patogênicas, junto com o meio ideal de infecção de seres humanos. (PAIM e ALONSO (2020, p.21-22).

Para os autores supracitados, em uma tentativa de mirar o futuro, a tecnologia e a ciência têm um papel crucial para a resolução dos problemas criados pelo modo de produção vigente. Mas para isso, é preciso que a humanidade aceite os “custos e riscos que muitos produtos de origem animal representam”. Este é um assunto que deve-se ter buscando o debate, envolvendo “desde os interessados na preservação da saúde ou do meio ambiente até aqueles preocupados com questões éticas relacionadas ao uso de animais” (PAIM e ALONSO, 2020, p. 64), pois direta ou indiretamente, atinge a toda população mundial, não apenas a academia.

Assim, a corrida desenfreada em busca do maior lucro possível estimula a compartimentação da ciência e da tecnologia que desconsidera toda a complexidade da realidade, passando a estudar os ramos do conhecimento separados, sem correlacioná-los com outros elementos que fazem parte do todo. Ao reproduzir os testes em laboratórios, os resultados muitas vezes são ótimos e economicamente viáveis, contudo, desconhecem as verdadeiras consequências quando aplicadas a campo, ou até mesmo desconsiderando-as e o ser humano acaba colocando a sua própria sobrevivência em risco, tudo em decorrência unicamente do maior lucro possível, em menor tempo possível, porém com o aval e respaldo da ciência.

Para Lacour (2008), a ciência tem um papel central para as soluções do bem comum, para o descobrimento do mundo e sua transformação que, por meio do conhecimento racional, legitima-se através de seus resultados submetidos à práxis objetiva, contudo, a humanidade direciona-se cada vez mais na irracionalidade. Ademais, percebe-se que, por “[...] um lado as promessas das inovações técnicas causam excitação e comoção geral, por outro lado, seus resultados ainda produzem desconfiança e certo descontentamento.” É o que abordam os autores abaixo citados:

O mundo moderno hegemonicamente compreendeu a técnica simplesmente como um conjunto de matérias-primas, ferramentas, máquinas e mecanismos a serem utilizados na produção de algum objeto. Assim, o juízo de valor de uma técnica passou a estar associado e baseado em características como a eficiência, a habilidade e o custo, sendo este último o fator preponderante. [...] A mentalidade moderna foi educada para compreender a sofisticação técnica enquanto sinônimo de “boa vida”, vinculada à noção de um progressismo social que culminaria, inevitavelmente, na liberdade da humanidade. (AQUINO e QUELUZ, 2019, p. 331).

Paim e Alonso (2020) voltam a contribuir nessa questão técnica ao afirmarem que “[...] a ‘destruição criativa’ do mercado, promovida pela tecnologia e pela inovação traz consigo prosperidade e melhores condições de vida. Mas durante esse período de transição, ela também pode criar um rastro de vítimas econômicas” (PAIM e ALONSO, 2020 p. 66), já que “[...] existe uma tendência que parece ser dominante: a ciência, seus produtos, seus operadores e suas instituições são reconfigurados de forma que suas propriedades finais correspondam aos requisitos do ‘sistema’”. (PLOEG, 2008, p. 279).

Aceita-se que, a depender da ciência e da tecnologia, esse panorama de significativas consequências negativas e de externalidades indesejáveis do sistema capitalista não são levadas em consideração. Isso sucinta os estudos feitos por Murray Bookchin na década de 1960 que, inspirado nos debates sobre o conceito de ecologia social (criado pelo geógrafo Elisée Reclus no final do século XIX), afirma que na ecologia social, os problemas sociais estão ligados aos problemas e questões ambientais.

Para Bookchin (2010), o capitalismo subverteu uma dimensão fundamental da ordem social tradicional: a integridade da comunidade humana. Esse sistema social reduziu as relações entre indivíduos a relações de mercado (entre comprador e vendedor), é o que também abordam os autores citados abaixo:

[...] além da dissociação entre os espaços, tornando antagônica a agricultura em relação ao artesanato, o artesanato em relação à fábrica e a cidade em relação ao campo. O capitalismo invadiu e subjogou áreas da vida social que nenhum dos grandes impérios do passado havia conseguido penetrar. (AQUINO e QUELUZ, 2019, p. 337).

Para superar essa invasão às formas sociais populares, mudanças radicais são necessárias e urgentes, a começar no que se diz respeito as atuais formas de comércio, que potencializam as condições de exploração e dominação<sup>19</sup> nas quais a sociedade encontra-se imersa e, essas mudanças devem partir de uma autocrítica da própria humanidade em relação

---

19 “O mercado global é dominado por três atores: a corporação estadunidense Deere & Company é a líder do Mercado; ela é conhecida pela sua maior marca, a John Deere. A CNH Industrial pertence ao grupo Fiat; suas doze marcas incluem Case, New Holland, Steyr, Magirus e Iveco. O terceiro maior ator é a AGCO, dos EUA, com Gleaner, Deutz-ahr, Fendt e Massey Ferguson. Estas três empresas compartilham mais de 50% do mercado global. O que vem crescendo, porém, é o mercado da chamada agricultura de precisão. Segundo um estudo recente da Berg Insight, o mercado global de soluções para Agricultura de Precisão chegou a 2,2 bilhões de euros no ano passado e deverá alcançar 4,2 bilhões até 2021, com um crescimento anual em torno de 13,6%.” (SANTOS e GLASS, 2017). Isso “reduzirá o número de empregos na produção animal e em áreas agrícolas intensivas em mão de obra.” (SANTOS e GLASS, 2017).

ao seu utilitarismo desenfreado da natureza e do próprio ser humano. Quando ao exposto as autorias relatam:

Em outras palavras, o capitalismo deve ser superado não só por perpetuar a exploração do homem pelo homem, mas também por estabelecer uma relação predatória do homem para com a natureza. O capitalismo produz uma forma de viver e de se relacionar que leva as sociedades humanas a um processo de autodestruição que acaba por se refletir na destruição da base natural da vida. (AQUINO e QUELUZ, 2019, p. 340).

Ou seja, o ser humano guiado pelos interesses de grandes corporações desconhece, ou simplesmente ignora sua presença como parte integrante da natureza, e aposta seu futuro unicamente aos conhecimentos da ciência, abrindo mão dos conhecimentos tradicionais que são acumulados e repassados às próximas gerações. Conhecimentos empíricos e cosmovisões que são desrespeitados e ignorados pela ciência que, em verdade, são conhecimentos-chave para a verdadeira práxis na aplicação dos saberes, capaz de garantir a manutenção da vida em suas múltiplas formas e maneiras de se expressar.

Acredita-se que a técnica deve ter um significado mais amplo, tendo-se a consciência de que o mais importante não seria somente o “como” se produzir um valor de uso, mas também questionar-se o “porquê” de se produzir tal coisa e pra quem produzir. Assim, elucida-se um marco ético, racional e social, aceitando-se a existência de outras possibilidades e formas de se pensar a técnica e as próprias formas de relação. Para Aquino e Queluz (2019), é preciso ir além, em defesa de um projeto de retomada das dimensões éticas na reflexão sobre a técnica.

Essa tarefa de retomar os princípios éticos sobre a técnica, a essa altura, torna-se cada vez mais difícil diante a difusão da internet que, atualmente, é marcada pela maneira impositiva, fetichista e “profundamente despolitizante”. Para Bauman (2001), dando seguimento seu pensamento anterior (da sociedade “pós-moderna” contagiada pela síndrome consumista), a comunicação (especialmente a internet) é um grande aliado desse “estilo de vida” moderno, onde a política real e a política virtual correm em direções opostas, e a distância entre ambas cresce na proporção em que a autossuficiência de cada uma se beneficia da ausência da companhia da outra. Além do mais, os internautas buscam, encontram e aproveitam os atalhos que levam diretamente do jogo da fantasia à aceitação social do faz de conta. (BAUMAN, 2001).

Levando a constatação de que, nesse mundo paralelo de aceitação social, supõem-se que temos como consequências imediatas a geração e a aceitação, sem precedentes, de uma enorme quantidade de resíduos (químicos, físicos, éticos, morais...) necessários para manter o padrão de consumo em constante crescimento, especialmente nos países desenvolvidos. Nesse cenário, Ulrich Beck (2011) sugere que quem produz o risco<sup>20</sup> pouco vive com ele, transferindo-se as consequências desse processo para outros povos, a países “não desenvolvidos” (tais como países do Hemisfério Sul). Essas populações marginalizadas, pobres e vulneráveis, muitas vezes carregam outras concepções, estilos de vida, culturas e cosmovisões que não são respeitadas pelo sistema capitalista, agravando-se as desigualdades sociais e injustiças ambientais.

Para Ailton Krenak (2019), um importante líder ambientalista do Brasil, as próprias agências e instituições (ONU, UNESCO, etc.) com suas velhas ideias, já falidas na origem, foram configuradas e mantidas como estruturas de uma humanidade que pensa ser algo que não o é<sup>21</sup>. Para ele, há uma disputa entre essas instituições e os povos que vivem junto à Terra, e essas corporações são, na realidade, perversas e agem em constante degradação da Terra em nome de um desenvolvimento sustentável que serve ao interesse dessas mesmas corporações, não tolerando outros tipos de cosmos e racionalidades, tais como as dos povos originários. Quanto a modernização, Krenak afirma ainda que ela:

Jogou essa gente do campo e da floresta para viver em favelas e em periferias, para virar mão de obra em centros urbanos. Essas pessoas foram arrancadas de seus coletivos, de seus lugares de origem, e jogadas nesse liquidificador chamado humanidade. Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos. (KRENAK, 2019, p. 14)

Em decorrência dessa perda de vínculos ancestrais e voltando as atenções para os países em desenvolvimento, sobretudo, com o olhar para os povos rurais, das águas e das

20 A teoria da Sociedade de Risco de Ulrich Beck entra nesse bojo fortalecendo a crítica, afirmando-se a existência e a correlação do conflito ecológico e da desigualdade de poder sobre as temáticas, justificando a ação crítica do ecologismo (entendido como um ecologismo descomprometido com a situação social mais ampla) sobre instituições que não seriam capazes de aprender com o caráter ampliado dos riscos. Além disso, a “sociedade de risco” não leva em consideração o mercado, abrindo margem para a renovação do debate ambiental a partir do paradigma da escassez (paradigma do risco). (ACSELRAD, 2002).

21 “Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza.” (KRENAK, 2020, p. 3).

florestas, conseguimos observar o crescimento significativo da miséria e atomização social ao longo da história (tendo início na “descoberta” das Américas em 1492 e levada a cabo durante as distintas fases e governos que marcam a história de “desenvolvimento” deste continente, um eco-genocídio que perdura até os dias atuais). Na América Latina, por exemplo, a agricultura:

Avançou pouco quanto à sua capacidade de resolver os problemas da segurança alimentar para a população ou de receitas para a população rural. A produção *per capita* de alimentos e a proporção da população que vive em estado de pobreza variou pouco, enquanto que em termos absolutos seguiu crescendo a uma alta velocidade. (KAIWITZ, 2009, p. 57).

Esse crescimento se dá em detrimento de uma profunda degradação ambiental, expressando sua insustentabilidade em crescentes problemas de fertilidade dos solos, aumento de pragas, doenças e salinização dos solos e das águas, devido aos manejos e técnicas inadequados. Ou seja, o modelo industrial da produção agrícola baseado nos princípios da revolução verde, intensificado desde 1960 com suas variedades comerciais ganhando cada vez mais importância, resultando no abandono de muitas variedades locais e, em consequência, em sua erosão genética. (Clement *et al.*, 2004).

Outros malefícios estão diretamente correlacionados com o avanço das monoculturas e utilização de pacotes tecnológicos como por exemplo a degradação do solo e perdas de biodiversidades (ALTIERI e MASERA, 2009). No entanto, ironicamente, essa forma de se fazer agricultura é amplamente incentivada pelas políticas públicas em forma de subsídios para compra de produtos químicos e maquinários pesados. Dessa forma, houve a promoção e o aumento desenfreado dos desmatamentos, ao passo que de forma geral:

[...] ainda não existe uma política de taxa de câmbio, tarifas e crédito; de comercialização, subsídios, posse de terra, informação, investimento público e normas e controles que favoreçam a adoção de padrões tecnológicos mais sustentáveis. [...] A orientação pró-exportador das políticas recentes também tende a favorecer mais aos grandes produtores e a aumentar a vulnerabilidade das economias. (KAIWITZ, 2009, p. 61).

No Brasil, essa orientação exportadora se depara com um terreno fértil à sua disposição, transformando a agricultura em um “agronegócio”, que teve seu desenvolvimento às custas do Estado. A crítica está em torno de sua essência, da capacidade de geração de riscos dessa “irracionalidade produtiva” advinda da agricultura moderna e da sua íntima relação com o capitalismo, apontada como uma grande vilã, causadora e potencializadora das

principais desigualdades sociais e ambientais, marcadamente insustentável sob diversos aspectos sociais, ambientais, econômicos e até mesmo político.

Surge assim, correntes de pensamentos ávidos por uma transformação desse cenário, prezando pela reorientação das políticas públicas como formas de diminuir o nível de dependência que o país se encontra em relação aos países desenvolvidos, quebrando seus elos da corrente que o mantém, até hoje, em uma relação de colônia, baseada economicamente, na mais pura forma de exploração e de exportação dos recursos naturais não renováveis.

## 2.2 DO AGRONEGÓCIO À AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA: UM CAMINHO A SER SEGUIDO

Historicamente surfando na onda liberal (atualmente neoliberal), os programas políticos e políticas públicas no Brasil são direcionadas para ações que incentivam, crescentemente, o modelo conservador de produção agropecuária voltado para a exportação.

Mesmo que se tenha passado por um período de avanços no país, especialmente durante um governo mais “progressista” (de 2003 às 2016), os últimos recentes anos foram marcados por um completo dismantelamento das políticas públicas provocadas pela política neoliberal, uma onda que novamente toma conta da América Latina. Esse dismantelamento brasileiro é responsável por severos ataques feitos aos movimentos sociais do campo, às comunidades pobres, rurais, indígenas e quilombolas, potencializados por debates racistas<sup>22</sup>,

---

22 Em entrevista concedida ao Programa CQC da BandTV, em 2011, Bolsonaro responde à pergunta da cantora Preta Gil, sobre “o que você faria se seu filho se apaixonasse por uma negra?”, da seguinte forma: “Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco. Meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambiente como lamentavelmente é o teu.” Vídeo disponível por meio do link: <<https://www.youtube.com/embed/lkZv3iyZdkA?rel=0>>. Acesso em 27 de março de 2021; No dia 24/04/2021, quando chegava-se a marca de 5.017 brasileiros mortos de COVID, Bolsonaro ironiza o fato diante o Brasil de luto: 'E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?', diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus: 'Sou Messias, mas não faço milagre'. (Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 12/10/2021).

machistas<sup>23</sup>, homofóbicos<sup>24</sup>, étnicos<sup>25</sup> e genocidas<sup>26</sup>. Para os autores Barreto e Ferraz (2020), especialistas na área de Direito Humano, a ideologia contida nesse tipo de discurso:

[...] pressupõe a existência do poder que se articula entre as camadas de diferentes tecidos sociais, atravessando instituições e estruturas — ao mesmo tempo em que forja significados e representações da realidade por meio de diferentes discursos, como o científico, o midiático, o político ou o jurídico — com o objetivo de impor e/ou manter a dominação. (BARRETO E FERRAZ, 2020, p. 701).

Dessa forma, “i) o poder envolve a capacidade de certos grupos subordinarem outros; ii) o poder jurídico, como outras formas de poder, tem um relacionamento íntimo com a desigualdade” (BARRETO E FERRAZ, 2020, p. 708), sugerindo que a questão fundamental da desigualdade gira em torno da sua existência e de inúmeras formas de manutenção do poder. Podemos citar alguns exemplos dessa tentativa de aumentar as desigualdades na sociedade brasileira promovidos pelo governo Jair Bolsonaro: já na primeira semana de mandato, acabou com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), paralisou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e diversas outras medidas, leis e programas que salvaguardavam a Agricultura Familiar, atingindo até mesmo a própria Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES), entre outros tantos retrocessos que não cessam ao longo de sua gestão, tudo em detrimento do setor financeiro, atrelado e articulado no Congresso com outro setor muito poderoso: a Bancada Ruralista<sup>27</sup>.

23 Durante entrevista concedida em 2008 ao Jornal da RedeTV, Bolsonaro discutiu com a também deputada federal, Maria do Rosário (PT), dizendo-lhe que não a estupraria porque ela não merecia. Vídeo disponível em: <[https://www.youtube.com/embed/atKHN\\_irOsQ?rel=0](https://www.youtube.com/embed/atKHN_irOsQ?rel=0)>. Acesso em: 27 de março de 2021.

24 Os exemplos de discursos discriminatórios contra a comunidade LGBT são inúmeros. Em razão disso, mencionaremos apenas dois. Em 2008, na Tribuna da Câmara, Bolsonaro pronuncia-se sobre indicação de Eleonora Menicucci para assumir à Secretaria de Políticas para Mulheres no governo Dilma Rousseff, desqualificando-a por relacionar-se com homens e mulheres e a chamando de “sapatão”. Vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/embed/Do6nXV59ZzE?rel=0>>, acesso em 27 de março de 2021. Outro exemplo é a entrevista, concedida em 2014, ao Jornal espanhol El País, momento em que Bolsonaro afirma que a homossexualidade é fruto “da influência de amigos e da televisão, ou por consumo de drogas”. Cfe. “Os gays não são semideuses. A maioria é fruto do consumo de drogas”. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/14/politica/1392402426\\_093148](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/14/politica/1392402426_093148)>. Acesso em: 27 de março de 2021.

25 Povos indígenas denunciam ataques e retrocessos cometidos pelo governo Bolsonaro (Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/08/povos-indigenas-denunciam-ataques-e-retrocessos-cometidos-pelo-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 12/10/2021).

26 Durante a sessão que decidiu o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, ao declarar seu voto favorável, Bolsonaro prestou homenagem ao coronel Carlos Brilhante Ustra, conhecido torturador da época em que o país vivia sob o regime de ditadura militar. Tal episódio pode ser verificado no vídeo disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>>. Acesso em 25 de março de 2021.

27 “O poder da bancada ruralista no Congresso: para os grandes proprietários rurais, as demarcações de terras indígenas representam um obstáculo para o avanço do agronegócio”. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/o-poder-da-bancada-ruralista-no->

Para a manutenção de seu poder financeiro, esse grupo é responsável por severos ataques sociais, ambientais e institucionais aprofundando também os atos antidemocráticos e as disparidades sociais entre os povos, aprofundando as políticas de extermínio das populações pobres em detrimento do pleno desenvolvimento da agricultura moderna que, desconsidera todo o acúmulo de conhecimentos gerados e constatações visíveis de insustentabilidade após meio século de “amadurecimento”, ignorados para dar seguimento ao sistema capitalista de produção agrícola.

Instalada no Brasil a partir da década de 1960 sobre a titulação de “Revolução Verde”, essa agricultura convencional conta com uma massiva propaganda midiática e incentivos fiscais para a constante modernização, sempre com o pretexto de acabar com a fome no mundo e tirar o “pequeno” agricultor do “atraso”. Para isso, dão *start* a uma Assistência Técnica difusionista, onde o técnico tinha a missão de levar conhecimento (tecnologia) para os agricultores e agricultoras, enquadrando-os ao “padrão” a partir do uso dos pacotes tecnológicos vendidos pelas multinacionais poderosas.

Para Stephen Gliessman, um dos autores mais importantes ao lançar alguns princípios-chave sobre a Agroecologia, a agricultura convencional é responsável por prejudicar a produtividade futura de diversas formas. Sobre isso o autor relata:

*[...] recursos agrícolas como el suelo, el agua y la diversidad genética han sido usados excesivamente y degradados, los procesos ecológicos globales sobre los que depende la agricultura han sido alterados y las condiciones sociales que permiten la conservación de los recursos han sido debilitados y, en algunos casos, desmantelados. [...] La relación causa-efecto entre la agricultura convencional y la erosión del suelo, es directa. La labranza intensivo combinada con el monocultivo y la rotaciones de cultivo cortas, hace que el suelo este expuesto al efecto erosivo del viento y la lluvia. El suelo que se pierde de esta manera es rico en materia orgánica, el componente de mayor valor. De manera similar, la Irrigación es una causa directa de erosión hídrica en suelos agrícolas. La combinación de erosión con otras formas de degradación del suelo explica el aumento en la pérdida de fertilidad de los suelos agrícolas en el mundo. [...] Debido a que el factor suelo es un recurso finito y debido a que los procesos naturales para restaurar o renovar el suelo no ocurren a la misma velocidad en que es degradado, la agricultura no puede ser sostenible sino hasta que se de marcha atrás a los procesos de degradación del suelo. Las practicas agrícolas actuales deben cambiar significativamente si es que realmente se busca la conservación del suelo para las futuras generaciones. (GLIESSMAN, 2002, p. 07).*

Percebe-se que, mesmo com todos esses agravantes desse modelo de agricultura escolhido pelo Estado, a agricultura convencional vem crescendo em relação ao tamanho de suas áreas e invadindo novos territórios, intensificando seu processo produtivo baseado no pacote tecnológico<sup>28</sup>, na engenharia genética, no uso de extensas áreas de monoculturas e com

---

[congresso/](#)>. Acesso em: 12/10/2021; 2) “A nova cara da bancada ruralista”. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2019/11/13/nova-cara-da-bancada-ruralista>>. Acesso em 12/10/2021.

28 Em se tratando da última fronteira agrícola no Brasil, o Matopiba “chama a atenção na discussão sobre a ocupação e a sustentabilidade desta nova fronteira agrícola brasileira. A potencialidade agrícola pode ser

a utilização de quantidades cada vez maiores de agrotóxicos e insumos químicos sintéticos para a produção essencialmente de *commodities* e agrocombustíveis.

Larissa Mies Bombardi (2017) traduz essa problemática do uso abusivo de agrotóxicos na revista “*Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*” (*Atlas do Agrotóxico*), demonstrando os resultados de duas pesquisas de pós-doutorado<sup>29</sup>.

Mesmo com toda essa tecnologia a seu serviço, não significa que colheremos “bons frutos”. Pelo contrário. Essa forma de produção já é comprovadamente responsável por diversos malefícios<sup>30</sup>, tanto de aspectos ambientais quanto sociais, como “maior concentração fundiária, menor produção de alimentos, condições de trabalho degradantes e impacto sobre o ambiente e sobre a água.” (BOMBARDI, 2017, p. 32).

Somam-se aos exemplos de aspectos sociais negativos promovidos pelo agronegócio diversos elementos que comprovam a sua ineficiência. Quanto a concentração de terras, constata-se que a América Latina é responsável pela pior distribuição de terras em todo mundo: 51,19% das terras agrícolas estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais, conforme levantamento da Oxfam (2019) dados respaldados pelo “Atlas do Agronegócio”, organizado por Santos e Glass (2017). Em reflexo dessa conjuntura histórica e geopolítica colonial da América Latina, o Brasil apresenta 45% de sua área produtiva concentrada nas mãos de grades proprietários, com mais de a mil hectares (que representam apenas 0.91% do total de imóveis rurais (SANTOS e GLASS, 2017). Já os dados organizados por Bombardi (2017, p. 31) indicam que no Brasil, “0,006% dos imóveis rurais

---

agravada pelo elevado grau de degradação do solo e das práticas de manejo adotadas na região. Neste aspecto, os dados do Ministério do Meio Ambiente (Brasil, 2016a) revelam que está em curso um processo de desertificação [...], que representa uma consequência do uso inadequado das terras pela sociedade. A área com moderado processo de desertificação foi estimada em 9 milhões de hectares, e a área considerada núcleo de desertificação com 591 mil hectares. As estimativas indicam que 9,6 milhões de hectares do Matopiba necessitam de investimento imediato em gestão do solo para barrar a desertificação ou mesmo para recuperar essas áreas.” (GARCIA e VIEIRA FILHO, 2017, p. 41-42).

29 Destaca-se que a autora, em março de 2021, decidiu deixar o Brasil em consequência das séries de ameaças e ataques que vem sofrendo em decorrência das suas pesquisas. “Os resultados dos seus estudos contribuem para a compreensão de fenômenos que parecem pairar por todo o Brasil nas áreas de monoculturas e aplicações de pacotes tecnológicos do chamado setor agroalimentar e fármaco-químico: intoxicação de trabalhadorxs, contaminação dos alimentos, relação com aparecimento de cânceres, alterações genéticas e nascimentos com malformação, envenenamentos dos solos e das águas, etc.” (Abrasco, 2021). Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/apoio-larissa-bombardi/57149/>>.

30 “Se em um primeiro momento a devastação podia ser creditada ao desconhecimento à ignorância, no presente há pleno conhecimento dos processos que causam os impactos negativos, em larga medida consequentes do padrão de consumo adotado pela humanidade; no caso da agricultura, este processo deve-se a uma orientação tecnológica e produtiva que ignora a dimensão ecológica de tal atividade antrópica.” (COSTA, 2017, p. 13).

no país ocupam praticamente 1/5 de toda área ocupada por imóveis rurais”, ressaltando a gravidade da concentração de terras no País.

Quanto à produção de alimentos, observa-se a mesma tendência incoerente. Por sua orientação centrada na produção de *commodities*, o agronegócio destina praticamente toda sua produção agrícola para exportação, vinculada a conglomerados de estruturas verticalizadas que controlam os processos produtivos que vão desde o plantio à comercialização (SANTOS e GLASS, 2017), sob influência direta das flutuações do mercado financeiro internacional, controlado pelo dólar.

Quanto aos danos ambientais causados no Brasil, somam-se ao agronegócio, altos índices de contaminação dos solos, da água e da saúde humana devido ao abusivo uso de agrotóxicos, a maioria proibidos na Europa<sup>31</sup>. Além da contaminação direta do agricultor e agricultora aplicador e aplicadora, há o consumo indireto do veneno presente nos alimentos, por parte da população do campo e da cidade. Estudos recentes<sup>32</sup> apontam que esses agrotóxicos aplicados nas lavouras já estão chegando nas torneiras das residências urbanas, resistindo até mesmo ao tratamento da água. Poder-se-ia adentrar ainda mais além nesse debate, levando-se em consideração as questões da água virtual<sup>33</sup>, transferida para outros continentes embutidas nos grãos.

A utilização intensiva do uso dos agrotóxicos e demais fertilizantes sintéticos prontamente hidrossolúveis, por sua vez, é também da mais alta relevância e prioritária à

---

31 Somente no ano de 2020, o governo Bolsonaro liberou até o momento, 315 novos agrotóxicos registrados no Brasil. Desde 2005, quando o governo começou a compilar os dados de registro de pesticidas, 2020 perde apenas para 2019, ano em que o país teve liberação recorde de agrotóxicos. (G1, 2020).

32 Realizados entre 2014 e 2017 por Aranha e Rocha (2019) apontam que uma em cada quatro cidades do Brasil apresenta coquetel de agrotóxicos na água, uma mistura de diferentes agrotóxicos, em um movimento ascendente de contaminação. “Nesse período, as empresas de abastecimento de 1.396 municípios detectaram todos os 27 pesticidas que são obrigados por lei a testar. Desses, 16 são classificados pela Anvisa como extremamente ou altamente tóxicos e 11 estão associados ao desenvolvimento de doenças crônicas como câncer, malformação fetal, disfunções hormonais e reprodutivas. E, ainda, dos “5.570 municípios brasileiros, 2.931 não realizaram testes na sua água entre 2014 e 2017. [...] Ao contrário do que ocorre em outros países, no Brasil as empresas que produzem agrotóxicos não se envolvem com o monitoramento da água, que é custeado pelos cofres públicos e pelas empresas de abastecimento.” (ARANHA e ROCHA, 2019).

33 Termo criado por John Anthony Allan (1998), professor da *School of Oriental & African Studies da University of London*. Água virtual é um conceito utilizado para fazer referência à quantidade de água utilizada, de forma direta ou indireta, na produção de algum bem ou serviço. É um indicador da água que será necessária no processo produtivo de algo; no caso, as *commodities* agrícolas. No caso brasileiro, estima-se que o país é o sétimo maior exportador de água virtual do mundo, aproximadamente 186 milhões de m<sup>3</sup>/dia, que em barril de petróleo seria equivalente a 1,16 bilhões barris por dia. Na unidade dos hidrólogos seria 2.152 m<sup>3</sup>/s, que representa a vazão média de uma bacia da ordem de 100 mil km<sup>2</sup>, somente na região sul e sudeste do Brasil, segundo dados da Agência Nacional de Águas. (Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/portal/ana>>. Acesso em: 25/08/2020).

conservação dos recursos hídricos com qualidade no tempo (COSTA, 2017). Já é mais que comprovado que seu uso traz enormes prejuízos em termos de degradação ambiental e de saúde humana (direta e indiretamente) é como ressalta Haavelmo e Hansen (1997), as forças do mercado privado dominam os poderes públicos por meio de fortes campanhas publicitárias e recursos políticos, e acabam assim, promovendo todo um estilo de vida “moderno” respaldado pelo Estado.

Esses danos ambientais se multiplicam quando consideramos os impactos e desequilíbrios dos ecossistemas causados pelos processos de monocultivos, que vêm sendo intensificados desde o Brasil Colônia (entre os séculos XVI e XIX), quando “[...] se pautou pela monocultura, pelo intensivo uso do fogo e revolvimento do solo, que exposto a chuvas com elevada cinética sofrem rápida degradação de sua fração orgânica, adensamento, compactação e erosão.” (COSTA, 2017, p. 21).

Esses plantios com monocultivos se baseiam em formas extensivas, utilização de grandes áreas e sob a intensa utilização de venenos e mão de obra barata (quando não escrava). Cada vez mais são utilizados agrotóxicos como forma “curativa” à doenças e/ou infestações tidas como pragas, ao passo que o ser humano mal se questiona acerca das possíveis consequências geradas para o equilíbrio e a sobrevivência ambiental a médio e longo prazos, importando apenas o maior lucro possível a curto prazo.

O próprio sistema reconhece a fragilidade ambiental em que a humanidade está inserida, gerando a obrigatoriedade de se levantar o debate e a discutir essa problemática das consequências dessa economia que impõe um estilo de vida insustentável para a sociedade. Orientado por um discurso ecotecnocrático<sup>34</sup> da sustentabilidade e por uma “ecologização”<sup>35</sup> do processo produtivo hegemônico, o agronegócio tenta reinventar-se travestindo-se de uma Revolução Verde-Verde que, em realidade, é impossível e incompatível com a produção de

---

34 Discurso oriundo de uma corrente de pensamento que afirma a necessidade de um crescimento econômico continuado, relacionando sociedade-ambiente e os limites do crescimento mediante um otimismo tecnológico, artifícios econômicos e mecanismos de mercado.

35 “A ecologização assumiu status de referência para todas as estratégias de desenvolvimento industrial, comercial, agrícola, urbano ou rural. As pautas e agendas de políticos, empresários, professores e de muitos outros atores, estará incompleta se não tratar do tema do desenvolvimento, tendo em conta o adjetivo sustentável. Ecologizar processos de produção passou a ter até certificado de ISO, na mais convencional manifestação capitalista. Entretanto, em se tratando da agricultura e, especialmente, dos setores mais debilitados do meio rural, a lógica capitalista que atribui tudo aos mecanismos do mercado perde sua razão, por não ter capacidade de dar respostas à realidade concreta.” (CAPORAL, 2009, p. 25).

alimentos saudáveis, com a proteção do meio ambiente e, sobretudo, com a equidade social. (CAPORAL, 2009).

Quanto a essa “ecologização”, percebe-se na literatura que as elites dos países do Norte hesitam qualquer tipo de pressões advindas dos setores dos agroambientalistas e segmentos lucrativos de empresas ligadas ao agronegócio “sustentável”. Em contraponto, as elites do Sul hesitam o anseio por uma segurança alimentar e pressões ambientalistas externas, justamente por uma “tímida” pressão interna em torno da questão ambiental brasileira. (VEIGA, 2009).

Na complexidade desse processo estão as grandes e indústrias monopolizadoras das tecnologias e insumos, detentoras de forte poder econômico, político e midiático (os “Impérios Alimentares”)<sup>36</sup> que mantém estreita relação com a massa de consumidores dominados pelo livre mercado globalizado e pelo estilo de vida moderno.

No texto “os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos *clusters* a montante”, John Wilkinson (2002) reforça o processo de evolução e adaptação das indústrias de alimentos e as demandas de inovações de ciclo curto e de multiprodutos que são “orientados pela demanda”. Por meio da diferenciação e da diversificação dos produtos através da publicidade, logística e criação de marcas, provoca-se uma onda de fusões e aquisições que radicalmente redefine as fronteiras das empresas alimentares líderes, apostando cada vez mais em oportunidades, desafios e limitações da “revolução dos alimentos funcionais” por meio de biotecnologias avançadas.

Para Wilkinson (2002), as empresas alimentares líderes detêm enormes recursos e vêm se mostrando extremamente habilidosas na arte de se adaptar a profundas mudanças no sistema e na demanda alimentar durante as últimas décadas. Essas empresas são eficientes em seu reposicionamento em relação à segmentação de mercado, tanto no ciclo curto quanto à globalização, e tiveram que reajustar-se ao papel, agora hegemônico, do varejo em larga escala.

Essa mudança de foco do sistema alimentar favorece uma maior atenção a produção de alimentos nutritivos e saudáveis à medida que a revolução das biotecnologias tem aumentado o seu controle sobre as forças motrizes de inovação. Os alimentos funcionais estão

---

36 Para Jan Douwe Van Der Ploeg, “A ascensão do Império como princípio orientador que cada vez mais governa a produção, o processamento, a distribuição e o consumo de alimentos, está contribuindo para o avançado que parece ser uma crise agrária inevitável. Isso também acontece porque o Império atua através de uma exploração da natureza, dos agricultores, dos alimentos e da cultura.” (PLOEG, 2008, p. 28).

dando vantagens competitivas para novas entrantes de base científica e para estratégias de diversificação de empresas farmacêuticas e de cosméticos e transformam a sua linha de produtos de *commodities* em especialidades e “ingredientes saudáveis”.

Nesse prisma, as atenções políticas e midiáticas voltam-se para uma agricultura dominada pelo setor econômico internacional, centrada na produção de comida, ração e energia para o exterior e com forte alinhamento ao setor industrial apropriacionista<sup>37</sup> dos produtos “saudáveis”, emergindo diversas críticas quanto a sua forma de produção. Nessa perspectiva, diversos setores da sociedade, que vão desde movimentos sociais organizados, setores da academia, consumidores organizados (ou não) e os próprios agricultores e agricultoras, questionam as formas e modos de produção capitalista frente a crise ambiental que se aproxima.

Em confronto com essas grandes empresas e agriculturas capitalistas, emergem experiências, pesquisas, trabalhos acadêmicos, técnicas e formas de produção e comercialização que suscitam a importância, a eficiência e a urgente necessidade de uma outra racionalidade da agricultura, direcionando suas ações para a promoção efetiva da soberania segurança alimentar e nutricional, com as devidas atenções para as questões ambientais e sociais.

Essa outra forma de se fazer agricultura, para além de um modo de produção, é inspirado nos povos tradicionais das florestas, das águas e da terra, que mantém vivos seus valores, práticas, estilos de vida e cosmovisões próprios. Povos que caminham na contramão dos interesses puramente capitalistas, motivo pelo qual são alvos de intensos ataques ao decorrer da história de invasão do território latino-americano.

Esses povos tradicionais, que trazem consigo costumes e valores ancestrais, estão submetidos a um forte preconceito dadas as novas noções de “estilos de vida” urbanas que subjagam as formas de vida rural, em especial aos agricultores familiares. Em entrevista à EPSJV/Fiocruz (06-08-2018), Paulo Alentejano afirma que esses produtores, em média,

---

37 O deslocamento desse nicho para *mainstream* dos orgânicos vem sendo liderado pelo setor de grande distribuição e novos atores que ocupam segmentos importantes das etapas industriais da cadeia de alimentos orgânicos. Alimentos funcionais e biotecnologias deram um novo fôlego a atores econômicos, fortemente identificados com cadeias de *commodities* específicas, baseadas no que denominamos estratégias apropriacionistas, que se encontram agora numa posição de reivindicar direitos de propriedade para os ingredientes ativos que são a base dos novos alimentos funcionais, realocando, assim, o valor agregado para os atores a montante. (WILKINSON, 2002).

possuem até dez hectares, e representam 50,2% do número total de estabelecimentos, mas ocupam apenas 2,3% da área.

Esses produtores e produtoras representantes da Agricultura Familiar, assumem um papel estratégico na busca pela soberania e segurança alimentar e nutricional dos brasileiros, especialmente quando manejadas com viés e princípios de uma agricultura mais ecológica e de maiores proximidades nas relações. Muitas vezes caracterizadas por suas resistências diante de uma radical negação da existência do Império, esses povos passam a se identificar com o modo camponês<sup>38</sup> de fazer agricultura. (PLOEG, 2008).

Na sua totalidade, estima-se, segundo os dados do Censo Agropecuário (2017), que a Agricultura Familiar possui 77% do total dos estabelecimentos rurais no Brasil, ao passo que possuem apenas 23% dessa área. E, mesmo na posse dessa ínfima parcela de terras, essas milhões de famílias, em 2006, eram responsáveis pela produção de cerca de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e 16% da soja, além da sua importância na pecuária, sendo de 58% da produção de leite, 50% de aves, 59% dos suínos e 30% de bovinos (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006)<sup>39</sup>.

Agravando-se esse quadro, os dados levantados em 2006 indicam uma redução quanto ao número de estabelecimentos familiares, fato que novamente foi constatado no levantamento realizado em 2017, ao passo em que também aumentou a concentração fundiária no país. (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017).

Esses dados contribuem para a elaboração de uma proposta que sugere que, mesmo com a menor parcela de terra e todo o ataque sofrido ao longo das décadas, os agricultores e

---

38 Entende-se que o termo “camponês” utilizado nessa dissertação é de forma política, sabendo que o modo camponês tradicional refere-se aos antigos modos rurais nos feudos europeus, que se estendeu até a Era moderna. Ou seja, sabendo-se da problemática teórica em torno de seu significado e que, para muitos autores não existe camponês “legítimo” no Brasil, optou-se pelo uso deste termo para reforçar que, mesmo com outra construção histórica no Brasil, na ausência de um feudalismo, muitas famílias, comunidades e sociedades expressam valores, éticas e morais, identidade, integração e apego à terra e aos cultivos próximos d “uma cultura alternativa à racionalidade globalizadora que esteve e está presente em muitos movimentos camponeses”. (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p. 17). Nesse sentido, a pesquisa baseou-se em um amplo aporte teórico acerca “da nova tradição dos estudos camponeses à agroecologia” (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p. 55), acreditando-se na “tese que o campesinato sempre existiu e sempre vai existir, então ele encontra formas de cooperação e cria espaço próprio dentro do modo de produção no qual se produz e reproduz.” (GUZMÁN e MOLINA, 2013, p. 10).

39 Ressalta-se, neste ponto, severas críticas que o IBGE sofreu pela sociedade ao fazer mudanças estruturais na metodologia de levantamento dos dados, dando margem à exclusões de um número significativo de famílias desta categoria, além de não levar em conta outros aspectos importantes como questões étnicas, sociais e em relação aos agrotóxicos, distorcendo a realidade brasileira. (Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2017/04/12/nota-da-ana-para-o-ibge-sobre-proposta-de-mudanca-no-censo-agropecuario-2017/>>).

agricultoras ou camponeses e camponesas, são os principais responsáveis pela produção de alimentos e pela segurança alimentar do Brasil. Mas, no jogo das forças políticas, a Agricultura Familiar (camponeses, quilombolas, indígenas, meeiros, faxinais, pescadores e tantos outros povos) são aprisionados progressivamente às indústrias alimentares que dominam o mercado, definem os padrões da produção, o período de compra, o preço dos produtos e as formas de pagamento.

Diante dessa dominação do mercado, de imposição feita pelas grandes empresas à Agricultura Familiar que encurrala a produção, abrindo possibilidades para, dentre possíveis outras, duas vias de acesso para a agricultura familiar: 1) se adequar ao processo produtivo “tecnificado”, inserindo-se na crescente dependência ao mercado internacional, rumo à agricultura do agronegócio, ou; 2) buscar outras formas de produção e de interação com o mercado, embasando-se em relações mais éticas e morais, em um necessário caminho de apoio mútuo, inspirados nos movimentos ecológicos<sup>40</sup>.

Na tentativa de criar condições para atingirem o sucesso dos seus objetivos, essa segunda via carece de incentivos públicos e de vontades políticas dos governantes, pois depende de uma nítida inversão de valores por parte da sociedade. Não por menos, Miguel Altieri (2002) denomina esses agricultores que tentam fugir das amarras do capital como “sementes da resistência”.

Sementes da resistência pois há uma nítida barreira política/econômica/comercial imposta ao agricultor familiar, onde muitos deles são “orientados” e pressionados para uma agricultura empresarial/capitalista, desconsiderando-se grande parte dos seus conhecimentos acumulados ao longo das gerações, comprometendo assim, as possibilidades de sobrevivência das gerações futuras, segundo os seus costumes, suas cosmovisões e modos de ser, existir e reproduzir.

E, mesmo com toda essa imposição de barreiras impostas e de ataques a outras formas de pensar, de viver e de produzir, percebe-se que há uma crescente demanda por alimentos

---

40 Brandenburg *et al.* (2013) ao fazerem uma análise sobre os movimentos ecológicos da agricultura no Brasil e na França com foco na comercialização, salientam que essas iniciativas se dão por “duas vias distintas: uma, a da agricultura ecológica ‘alternativa,’ em que os atores se organizam e formulam projetos de vida, sustentados por novas organizações (organizações em rede) e novas relações ecológicas; e outra, a da agricultura ecológica ‘convencionalizada’, dirigida aos mercados a distância (grandes distribuições, exportação), como atestam os debates sobre a convencionalização da agricultura orgânica. (BRANDENBURG *et al.*, 2013, p. 222).

mais saudáveis e sustentáveis<sup>41</sup> auspiciados na preservação ambiental e respaldando a urgência de outras formas de agriculturas<sup>42</sup>, a partir de uma ética ambiental que garanta menores externalidades e danos à natureza, em vias de ir em direção à almejada sustentabilidade, embasada na conjugação equilibrada dos aspectos econômico, social e ecológico (COSTABEBER, 1998), para além das conformidades nutricionais, do “superficial” e do midiático interesse ecotecnocrático e financeiro que pouco ou nada fazem frente a atual crise ambiental.

Mesmo que as noções e debates sobre as questões de limite do crescimento da economia já estejam presentes no pensamento humano desde o século XVIII a partir dos pensamentos de Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo, Willian S. Jevons e outros acerca da natureza como fator limitante do crescimento (BOCCATO-FRANCO, 2014), foi somente a partir do final da década de 1960, com Georgescu-Roegen, que surgiram os primeiros estudos do pensamento econômico em que se quebrava a visão totalitária da economia analisada isoladamente da natureza<sup>43</sup>. (CECHIN e VEIGA, 2010).

A maior contribuição de Georgescu-Roegen foi mostrar que a ocorrência de mudanças qualitativas na economia não é nenhuma questão periférica. Mesmo num nível físico básico, há sempre algum tipo de mudança qualitativa, qual seja, a transformação de energia “útil” em energia “inútil”. O sistema produtivo o que faz? Transforma recursos naturais em produtos que a sociedade valoriza. Mas não é só. Essa transformação produz necessariamente algum tipo de resíduo, que não entra de novo no sistema produtivo. Se a economia pega recursos de qualidade de uma fonte natural e despeja resíduos sem qualidade para a economia de volta para a natureza, então não é possível tratar a economia como um ciclo fechado e isolado da natureza [...] pela adoção da visão da economia como parte de um ecossistema vivo e atuante. Até o final da década de 1960, entre as diferentes escolas de pensamento econômico, não se questionou essa visão da economia isolada da natureza. Uma crítica profunda ao mecanicismo e a concepção do processo econômico como sendo circular e isolado da natureza. (CECHIN e VEIGA, 2010, p. 439).

Embasado no seu pensamento multidisciplinar e sistêmico, Georgescu-Roegen rompe então, a visão hegemônica que se tinha do sistema econômico como um sistema fechado e

41 Um levantamento feito pela Economist Intelligence Unit (EIU) a pedido da World Wide Fund for Nature (WWF) constatou que a busca por produtos sustentáveis pela internet cresceu 71% entre os anos de 2016 a 2020 em 54 países do mundo. No Brasil, a pesquisa aponta que o país produziu o maior número de assinaturas em campanhas em prol da biodiversidade e natureza no mundo – 14% do total, ou 23 milhões de assinaturas online. (Disponível em: <<https://mercadoconsumo.com.br/2021/05/19/busca-por-produtos-sustentaveis-cresce-71/>>. Acesso em: 13/10/2021).

42 Para Miguel Altieri (2002), a “agricultura alternativa” com base ecológica seria aquela que busca um meio ambiente balanceado, com rendimentos e fertilidades do solo sustentáveis, mediante controle natural de pragas e o desenho de agroecossistemas diversificados, com emprego de tecnologias autossustentáveis.

43

circular. “Fechado, pois não entra nada de novo e também não sai nada. E circular, pois pretende mostrar como circulam o dinheiro e os bens na economia.” (CECHIN e VEIGA, 2010, p. 440). Dessa forma, Georgescu-Roegen aprofundou seus estudos a partir da segunda lei da termodinâmica (conhecida como Lei da Entropia<sup>44</sup>) e da “quarta lei da termodinâmica”, que constitui uma generalização da Lei da Entropia à matéria, da qual uma parte (as matérias-primas minerais) só é utilizável para a atividade industrial ao preço de sua dissipação irreversível.” (GRINEVALD; RENS, 2012, p. 41 *apud* WINCKLER e RENK, 2017, p. 216).

Ou seja, uma parte da energia e da matéria de baixa entropia utilizada no processo de produção se torna imediatamente resíduo, alta entropia. Isso significa em termos práticos que 100% de eficiência produtiva nunca pode ser alcançada. [...] Para Georgescu-Roegen (1976), a Economia não pode lidar com esse problema, por restringir sua análise onde a circulação de valores monetários pode ser observada. Por isso um dia deverá ser englobada pela mais ampla Ecologia. Todavia isso só ocorrerá quando a humanidade tiver que se preocupar com a distribuição intertemporal dos escassos recursos terrestres, e não apenas com a alocação de recursos relativamente escassos de uma geração apenas. (CECHIN e VEIGA, 2010, p. 446).

Diante disso, urge a necessidade de uma maior compreensão dos limites ecológicos dentro das noções da sustentabilidade, a partir de uma visão da economia que considere a influência das relações do ser humano com a natureza e os seus recursos, especialmente quando “o modelo capitalista de produção intensifica os processos de conversão de recursos naturais em produtos e serviços que alimentam padrões insustentáveis de consumo e de entropia.” (WINCKLER e RENK, 2017, p. 217).

É dever do Estado, portanto, promover uma reflexão ainda mais profunda sobre as suas atuais ações frente ao Desenvolvimento Sustentável que, dadas suas bases conceituais, deveria guiar-nos para a construção de um novo pensamento e de uma agricultura mais

---

44 Entropia é um conceito da termodinâmica que mede a desordem das partículas de um sistema físico. De acordo com a Lei da Termodinâmica, quanto maior for a desordem de um sistema, maior será a sua entropia. Ou seja, quanto maior o processo de alteração de um estado, maior será a sua desordem. “Toda transformação energética envolve produção de calor. Ele tende a se dissipar, e por isso a forma mais degradada de energia. Embora uma parte possa ser recuperada para algum propósito útil, não se pode aproveitar todo o calor. Justamente devido a sua tendência a se dissipar. Assim, a essência da Lei da Entropia é que a degradação da energia tende a um máximo em sistema isolado, e que tal processo é irreversível. Claro, sistemas que conseguem manter um padrão de organização, como as mais diversas formas de vida, não são isolados. São abertos e existem em áreas de fluxo energético. Sistemas isolados não trocam nem matéria nem energia com o meio. Os sistemas abertos trocam tanto energia quanto matéria. E ‘fechados’ são aqueles que trocam apenas energia. O planeta Terra é fechado, pois a quantidade de materiais não muda mesmo recebendo permanentemente o indispensável fluxo de energia do sol (Schneider & Sagan, 2005 *apud* CECHIN e VEIGA, 2010, p. 442).

ecológica, considerando novamente o humano como um ser integrante da natureza, e não mais acima dela. Assim:

[...] a intervenção humana no processo de produção agrícola deve respeitar as especificidades, potencialidades e limitações inerentes a cada ecossistema o que faz da ecologização um processo dinâmico, contínuo, multilinear e em constante adaptação às condições de tempo e de lugar. Ou seja, a ecologização teria que adequar-se às diversas características ecossistêmicas que potencialmente intervêm na sustentabilidade agrícola. (COSTABEBER, 2004, p. 40).

Reconhecendo as problemáticas ainda existentes nas relações da agricultura ecológica “convencionalizada” que mantém seu vínculo estrito às leis do mercado, é preciso implementação de eficientes políticas públicas de apoio para os agricultores e agricultoras ecológicos e “alternativos” que almejam um outro projeto político, produtivo e de vida, onde suas relações não sejam orientadas unicamente pelas demandas do mercado, do capital. Em relação a esse assunto, KaiWitz, afirma que crescem as necessidades de aproximação dos agricultores a novos “nichos” de mercado,

[...] dado o fato de que não há tanto apoio urbano para a reforma agrária, crédito agrícola subsidiado ou políticas comerciais que protegem a agricultura, estes grupos esperam ganhar o apoio da classe média e dos grupos ambientalistas internacionais, com base no potencial dos pequenos produtores como guardiões da terra, das florestas, da água e dos recursos genéticos. (KAIWITZ, 2009, p. 64).

Como forma de apoiar essas iniciativas, torna-se imprescindível o estímulo e promoção de políticas públicas voltadas para o acesso à terra, em consonância com a produção e a reprodução da Agricultura Familiar, em suas diversas expressões, especialmente quanto às formas de produção mais ecológicas. Cresce a urgente necessidade de um diagnóstico dos problemas e anseios enfrentados pelos agricultores e agricultoras, especialmente àquelas famílias que buscam uma produção de bases mais sustentáveis, com premissas que vão além da produção para o consumo próprio, orientadas pela produção e fornecimento de alimentos saudáveis, em conformidade com o mercado consumidor regional e, concomitantemente, contribuindo para o fortalecimento dos “saberes e sabores” locais.

Essas políticas públicas, no entanto, devem ser pensadas e estruturadas para além do simples “esverdeamento” (SONNINO *et al.* 2016), e podem se dar de diferentes maneiras, como por exemplo, por meio de estímulos para criação de redes de consumo conscientes, ampliação dos mercados institucionais, desburocratização dos processos e, sobretudo,

fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)<sup>45</sup> pública, verdadeiramente voltada para atuar de forma crítica, transformadora, participativa e ética, capacitada para dar suporte aos processos endógenos de cada região, tanto dos aspectos da produção e comercialização, quanto de formas coletivas de organização social, tais como o associativismo e o cooperativismo, estimulando o apoio mútuo, a solidariedade, a autonomia e a reciprocidade entre os povos e nos territórios.

Nessa linha de pensamento, é preciso que as agências de ATER encarem de fato sua missão<sup>46</sup> de contribuir para o Desenvolvimento Rural Sustentável lançando mão daquela trajetória que foi seguida no passado recente “[...] tanto pelo modelo difusionista convencional como por aqueles enfoques da agricultura sustentável baseados na ‘intensificação verde’ ou na simples substituição de insumos e práticas ambientalmente arriscadas e agressivas com o ambiente por outras mais amigáveis”. (CAPORAL, 2004, p. 56).

Para Francisco Roberto Caporal, que deixou um vasto legado de trabalhos sobre a Agroecologia e a Extensão Rural, o extensionista tem papel fundamental para o Desenvolvimento Sustentável que, diante dos desafios impostos pela crise ambiental no século XXI deverá habilitar-se para:

[...] desempenhar um papel fundamentalmente orientado à busca de equidade no meio rural e sustentabilidade na agricultura, dado que estas exigências são impostas ao Estado e que não podem ser resolvidas, pelo menos de forma completa, no marco do mercado. [...] as políticas neoliberais e os Planos de Ajuste Estruturais, que induzem à diminuição do tamanho do Estado e, por conseguinte, de suas organizações de extensão rural, ao mesmo tempo, exigem a redefinição do papel dos aparatos de Estado, incorporando as novas condições e propostas sobre o desenvolvimento sustentável. (CAPORAL, 2004, p. 61).

Essa citação acima vêm em um pertinente momento histórico pois, em meio a toda essa problemática ambiental e humana abordada até o presente momento que envolve a

---

45 De acordo com as considerações teóricas de Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber, sugere-se que é necessária uma política de Extensão Rural Agroecológica, constituindo-se num esforço de intervenção planejada para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase na participação popular, na agricultura familiar e nos princípios da Agroecologia como orientação para a promoção de estilos de agricultura socioambiental e economicamente sustentáveis. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 79).

46 A missão da extensão rural pública, desde a perspectiva socioambiental, deveria ser contribuir ao desenvolvimento de modos de vida sustentáveis, particularmente para aqueles grupos sociais com poucos recursos e oportunidades. Desde a perspectiva econômica e ecológica, o extensionismo deveria contribuir para o fortalecimento de formas de agricultura ambientalmente sustentáveis que garantam suficientes ingressos às famílias rurais com as quais se trabalha. (CAPORAL, 2004, p. 67).

natureza e a sociedade, a vida humana é agravada agora pela pandemia do COVID-19, com milhares de famílias e comunidades vulneráveis que se encontram em constantes processos de resistências, enfrentando diversos desafios postos diariamente e potencializados pelo atual estilo de vida da sociedade e cada vez mais desassistidas pelas políticas públicas e assistências (social, ambiental, técnica, sanitária, etc.). Em realidade, as populações rurais vêm sendo cada vez mais excluídos do processo de desenvolvimento e massacrados pelos governos, em especial pelo atual governo que nega a pandemia<sup>47</sup> e nega auxílio para a agricultura familiar<sup>48</sup>.

Mesmo cada vez mais abandonado pelo poder público, essas comunidades mais vulneráveis lançam bandeiras de luta e clamam por vozes, respeito, direitos e justiça para que consigam manter seus estilos de vida, de produção e cosmovisões próprias. Esses agricultores e agricultoras, no entanto, carregam seus conhecimentos e potencialidades endógenas que são (re)passados de geração em geração, tornando-os capazes de protagonizarem e decidirem como será o seu próprio desenvolvimento sustentável. Para isso, os territórios e suas especificidades precisam ser respeitados pela sociedade e reconhecidos pelo Estado, além da necessidade inequívoca de urgentes medidas de incentivos e fomentos por meio de políticas públicas adequadas às suas realidades, alicerçadas sob os seus contextos social, cultural, ético, ambiental e agroecossistêmicos.

### 2.3 DESMISTIFICANDO O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um crescimento infinito  
é incompatível com um mundo finito.  
Serge Latouche (2011)

Buscando uma melhor compreensão do mundo rural, as condicionantes que o cercam e as diretrizes teóricas que o orientam, faz-se necessária uma abordagem mais crítica sobre tais orientações impostas pelo Estado. Iniciando assim, uma revisão teórica mais crítica, parte-se

47 Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>>. Acesso em: 25/03/2021.

48 “O presidente Jair Bolsonaro vetou integralmente o Projeto de Lei 823/21, que previa ações emergenciais de amparo à agricultura familiar em razão dos efeitos econômicos da pandemia do novo coronavírus. Ainda não há data para que o Congresso Nacional analise o veto, podendo derrubá-lo ou não.” Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/807907-vetada-proposta-que-previa-auxilio-emergencial-para-agricultor-familiar/>>. Acesso em: 02/11/2021.

para o aprofundamento do conceito de Desenvolvimento Sustentável, termo muito usado atualmente tanto para o direcionamento de políticas públicas, quanto para *merchandising* das empresas.

No surgimento da concepção política do conceito de desenvolvimento, Esteva (2000) afirmou que o termo “desenvolvimento” foi inventado em 1942 por Wilfred Benson (Secretariado da Organização Mundial do Trabalho) ao descrever suas bases econômicas para a paz, denotando-se às “áreas subdesenvolvidas”. Com isso, passa-se a ser significado como um retrato da condição indigna, nos países em subdesenvolvimento. Nesse mesmo dia, a palavra “subdesenvolvido” fora utilizada pela primeira vez na posse do então Presidente norte americano Harry S. Truman, dando um outro significado para o termo, forjando assim, um símbolo de eufemismo que passa a:

[...] ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana. [...] Uma proposição política e filosófica de Marx, subitamente colocada em um pacote tipicamente americano, como uma arma contra o comunismo e a serviço dos desígnios hegemônicos dos EUA. (ESTEVA, 2000, p. 60).

Dessa forma, “desenvolvimento” torna-se uma metáfora, dotado de uma história distorcida<sup>49</sup>, pois “na linguagem coloquial, o desenvolvimento descreve um processo pelo qual são liberadas as potencialidades de um objeto ou de um organismo, para que esse alcance sua forma natural, completa e amadurecida. (ESTEVA, 2000, p. 62).

Atualmente, o termo “desenvolvimento” apresenta-se como “um mero algoritmo cujo significado depende do contexto em que é utilizado”, não conseguindo desassociar-se das palavras com as quais fora criado, tais como crescimento, evolução, maturação, etc., indicando que a sociedade está progredindo, pois avança segundo uma lei universal necessária e inevitável, e em direção de uma meta desejável, mesmo que, para isso, precise cada vez mais artificializar os gostos e valores em direção aos sentidos comuns.

Para Ivan Illich (2000), “o senso comum levou-o a acreditar que uma lei universal do progresso era aplicável, não só a indivíduos e grupos isolados, mas também à humanidade como um todo, através das economias nacionais” (ILICH, 2000, p. 160) sob uma base

---

49 O desenvolvimento evoluiu-se entre 1759 (Wolff) e 1859 (Darwin) a partir de uma concepção de transformação. Naquela época, cientistas começaram a usar evolução e desenvolvimento como sinônimos. Entre 1875 e 1900, diversos títulos de livros referenciavam o desenvolvimento utilizando-se dos termos “evolução” e “crescimento”, mas no texto, tinha o termo operativo principal o “desenvolvimento”. (ESTEVA, 2000).

econômica capaz de satisfazer as demandas originadas pelo mundo moderno. Dessa forma, cria-se o “*homo economicus*” por meio de um massivo “modelamento” dos hábitos, valores, morais e éticas do ser humano.

*O homo economicus é um mito obsoleto – o planeta não tem condições de sustentar esse luxo perdulário – e ele é substituído pelo *homo systematicus*. Por sua vez, as necessidades desse último ser fictício deixam de ser demandas econômicas, transformando-se em exigências sistêmicas determinadas por um grupo hegemônico, profissional e exclusivista que não tolera qualquer opinião contrária. (ILICH, 2000, p. 169).*

Passadas quatro décadas de “evolução” sem as devidas mudanças prometidas em termos conceituais e políticos, o próprio re-desevolvimento<sup>50</sup> transforma-se na forma de desenvolvimento sustentado, orientado para “o nosso futuro comum” desde a Comissão de Brundland em 1987. Esse re-desevolvimento verde e democrático, travestindo-se das preocupações em torno das consequências do crescimento material da sociedade (tais como contaminação e esgotamento dos recursos naturais), conta agora com o capital atuando junto ao trabalho, transformando o fluxo de recursos em fluxos de produção de bens e serviços (HAAVELMO e HANSEN, 1997) se, no entanto, levar em consideração as complexidades dos contextos e as reais necessidades das populações locais.

O Relatório Brundtland aborda os problemas ambientais como sendo resultantes das desigualdades e de estilos não apropriados de desenvolvimento. Enfatiza a importância de que, no campo internacional, os desafios ambientais sejam enfrentados através de cooperação e multilateralismo. Argumenta ainda que o desenvolvimento sustentável como solução dos problemas ambientais só será alcançado com a mudança do sistema econômico internacional, com a eliminação da pobreza, com a satisfação das necessidades básicas de alimentação, saúde e habitação, com a definição de uma nova matriz energética que privilegie as fontes renováveis e, por fim, através da inovação tecnológica. (VIEIRA, 1992, p. 9).

Para Haavelmo e Hansen (1997), o Relatório de Brundtland encara o Desenvolvimento Sustentável como o “desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”, de forma em que se estimula a solidariedade intrageracional (equidade) e a capacidade suporte do meio ambiente (seu limite, sua finitude). Dessa forma, o conceito de desenvolvimento sustentável é visto pelos autores como o precursor do conceito de capacidade de carga.

---

50 Nos anos 90, gerou-se um novo *ethos* desenvolvimentista. No Norte, re-desevolvimento: desenvolver outra vez o que foi mal desenvolvido ou já está obsoleto. (ESTEVA, 2000).

Contudo, o termo “desenvolvimento sustentável” promove-se por meio de uma organização intergovernamental com finalidade de consenso para diminuir a exploração do ser humano sobre a Natureza. Não segue-se uma linha contínua e única de pensamento, pois encontra-se em permanente disputa entre diversas linhas, portanto não visa ações “radicais”. (HAAVELMO e HANSEN, 1997).

Já na visão de Goodlan *et al.* (1997), a sustentabilidade estaria diretamente associada à economia, defendendo-se que a atividade econômica não pode seguir funcionando como “pese o que pese, o negócio continua”, pois essa visão é insustentável. Assim, a sustentabilidade do meio ambiente necessariamente deveria ser alvo de atenção política, especialmente quando analisados seus componentes: a pobreza, a demografia, a tecnologia e a população.

Neste cenário, a capacidade de adaptar os sistemas econômicos, sociais, culturais (especialmente no que tange a questões normativas relacionadas a consumo), a forma de ocupação dos espaços e as formas de organização social da produção definirão, em última instância, o grau de vulnerabilidade a que estarão sujeitas as próximas gerações ou mesmo, talvez em menor intensidade, as gerações atuais. (BARBIERI, 2018, p. 75).

Percebe-se, a essa altura do debate, que há uma certa confusão entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento.

Goodlan *et al.* (1997) referem-se ao conceito de crescimento como aquele crescimento de transformação quantitativa, uma utilização cada vez maior de energia e matérias-primas. Para eles, um novo enfoque é necessário e precisa de esforços para mudança da consciência dos consumidores pois a sociedade enfrenta diversas consequências em decorrência do consumismo desenfreado. Pode-se citar aqui o esgotamento do petróleo e demais recursos naturais, efeito estufa, diminuição da camada de ozônio, contaminação das águas, dos solos e do ar, etc.

O autor sustenta a tese de que deve-se então, inverter a definição de Desenvolvimento Sustentável, em que o crescimento continue a um ritmo menos acelerado, ao passo de definir o desenvolvimento como tal, sem que haja crescimento da utilização de recursos e cargas ambientais além da capacidade de suporte do ecossistema. (GOODLAN *et al.*, 1997).

Dessa forma, Serafý (1997) contribui para o debate ao referir-se a sustentabilidade como o desenvolvimento sustentável que atende as necessidades do presente sem, no entanto,

comprometer a possibilidade de que as futuras gerações possam atender às suas necessidades, tendo por base dois conceitos-chave:

- 1) o conceito de "necessidade", em especial dos pobres e;
- 2) a ideia de limitações impostas pelo Estado da tecnologia e organização social à capacidade do meio ambiente de garantir as necessidades das gerações atuais e futuras.

Com isso, o uso do termo "crescimento sustentável" é feito mais frequentemente em alusão ao antigo conceito de "crescimento", em uma aparente tentativa de comunicar a noção de que o crescimento deve manter-se dentro dos limites permitidos pelo meio ambiente. (SERAFY, 1997).

Nesse debate de sustentabilidade atrelada ao desenvolvimento econômico, elucidam-se questões ambíguas quanto aos próprios conceitos, ou seja, em relação ao crescimento *versus* a destruição do meio ambiente. Dessa forma,

[...] subjacente a essa discussão, é preciso, ao conceituar “sustentabilidade”, compreender que os desafios colocados pelas mudanças climáticas vão muito além do simplismo em que usualmente é tratado no Brasil, como uma questão ambiental (ou de sustentabilidade ambiental). (BARBIERI, 2018, p. 75).

Este debate traz à tona, portanto, uma proposta (ou necessidade?) de construção de uma outra economia, baseada em uma racionalidade ambiental, pois a visão econômica dominou a sociedade e intervêm sobre a natureza em decorrência unicamente dos interesses econômicos, inclusive com o pleno aval do Estado. Por meio de um sólido espírito empresarial (capitalista), essa visão puramente econômica torna tudo uma mercadoria, incluindo-se a natureza e o ser humano.

O desenvolvimento tem dois aspectos. De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem estar, reduzem suas desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro, é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção tecno-econômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento se apresenta gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento. [...] Ligada à fé cega no irresistível avanço do progresso, a fé cega no desenvolvimento permitiu, de um lado, eliminar as dúvidas e, de outro, ocultar as barbáries praticadas no desenvolvimento do desenvolvimento. [...] Os 25% da população do Globo que vivem nos países ricos, consomem 75% da energia; as grandes potências conservam o monopólio da alta tecnologia e se apropriam até mesmo do poder cognitivo e manipulador do capital genético das espécies vivas, inclusive a humana. O mundo desenvolvido destrói seus excedentes agrícolas, põe

suas terras em pousio enquanto fomes e miséria se multiplicam no mundo pobre. [...] Com o êxodo rural, os sem-trabalho enchem as periferias urbanas. A monetarização e a mercadorização de todas as coisas destroem a vida comunitária de serviços prestados e a convivialidade. O melhor das culturas nativas desaparece em proveito do pior da civilização ocidental. (MORIN e KERN, 2003, p. 78 e 79)

O próprio discurso do desenvolvimento sustentável assevera que a destruição ecológica não decorre das falhas e imperfeições do mercado, mas sim, da ineficácia e corrupção do Estado. Este fato torna-se ainda mais expressivo quando analisa-se o caso dos governos neoliberais durante a globalização econômica, especialmente na América Latina, onde não priorizam-se maiores equilíbrio ecológico e equidade social. (LEEF, 2010). É preciso, portanto, “rejeitar o conceito subdesenvolvido do desenvolvimento que fazia do crescimento tecno-industrial a panaceia de todo desenvolvimento antro-po-social, e renunciar à ideia mitológica de um progresso irresistível que cresce ao infinito”. (MORIN e KERN, 2003, p. 83)

Contrariando as estimativas, percebe-se que a desigualdade social na América Latina aprofunda-se cada vez mais, em detrimento do “desenvolvimento dos países desenvolvidos”. Nessa lógica de colonização que se mantém há séculos sobre esse continente, podem-se perceber diversos casos de “saques” feitos à população local, como é o caso das formas de apropriações “simbólicas” feitas pelo capital, banalizando-se termos e signos de valores que suscitam outros valores, práticas e realidades.

Por exemplo, é comum encontrar nas gôndolas de mercados, produtos “artesanais”<sup>51</sup> industrializados que, com fortes apelos midiáticos e simbólicos, conquistam os consumidores mas em verdade, não reproduz de fato os valores contidos nos produtos artesanais (verdadeiros) produzidos nas propriedades rurais de famílias camponesas, seguindo-se suas tradições e especificidades locais. Atualmente, os produtos “artesanais” são produzidos em imensas fábricas capitalistas, que fundem-se a cada instante, criando estruturas capitalistas transnacionais, seguindo-se os mesmos processos produtivos, desde a apropriação, a industrialização, a artificialização, os estímulos para consumismos e a geração de lixo. A tônica dessa produção é a busca desenfreada do máximo lucro possível ao menor tempo possível, conseqüentemente gerando-se maiores concentração de renda e de poder.

---

51 Produtos tradicionalmente manipulados pelas famílias, tais como biscoitos, doces, geleias, salame, derivados de leite, etc.

Para Goodman *et al.* (2008), o substitucionismo<sup>52</sup> (a substituição do produto rural) e a ação paralela de apropriação constituem um movimento de interação combinado do capital no processo gradual e ininterrupto de troca das atividades rurais por atividades industriais vieram como forma de ampliar os processos de artificialização dos alimentos por meio de uma crescente participação dos insumos agrícolas industrializados, do processamento de produtos e sua distribuição no valor líquido da produção agrícola. A ação tendencial do substitucionismo, entretanto, é reduzir o produto rural a um simples insumo industrial, abrindo caminho para a eliminação do processo rural de produção, seja pela utilização de matérias-primas não-agrícolas, seja pela criação de substitutos industriais dos alimentos e fibras. Seu paradigma é dado pela indústria química e pelo desenvolvimento dos produtos sintéticos orientados a partir do avanço das biotecnologias, que constituem a vanguarda desta ação tendencial no rumo da dissolução da diferença entre "agricultura" e "indústria". Dessa forma, estão diretamente ligadas à crescente complementaridade tecnológica entre as indústrias químicas, farmacêuticas e alimentícias, tanto pela microbiologia industrial quanto a bioindustrialização. Isso, configura uma drástica passagem da arte do cozinheiro para o conhecimento do químico de alimentos, aumentando a parte do valor agregado que cabe à indústria e reduzindo, concomitantemente, a importância da terra e de seu produto no sistema alimentar. (GOODMAN *et al.*, 2008).

Esse processo produtivo alimentar está em crescente globalização, cada vez mais dominante e “com incontáveis e complexas ramificações e implicações sobre a sustentabilidade, a cultura, a sociedade, a economia e, mais importante, sobre a saúde e o bem-estar humano”, às custas da resiliência do planeta. (RIBEIRO *et al.*, 2017).

No entanto, há várias dimensões que a relação entre alimentação e sustentabilidade assume. A alimentação está relacionada a praticamente todos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, que dependem, portanto, de uma mudança radical em

---

52 A indústria alimentar adotou cada vez mais uma estratégia de substituição, ao reduzir sua dependência em relação a qualquer matéria-prima específica pela promoção da sua intercambiabilidade, pela redução da participação material e econômica de insumo no produto final e pelo uso crescente de alternativas químicas na forma de ingredientes e aditivos. (WILKINSON, 2002). Dessa forma, os produtos alimentícios agrícolas são reduzidos a seus ingredientes básicos e estes insumos são combinados com aditivos, o que permite dar rédea solta ao desenvolvimento de novos produtos envolvendo variações infinitas de características conferidas industrialmente, como conveniência, qualidades dietéticas, sabor, textura e cor, configurando uma fonte dinâmica de valor agregado e de lucros que garantem o crescente controle industrial da produção alimentícia que se reflete na expansão e no progresso técnico dos setores que fabricam aditivos alimentares (introduzidos nos alimentos para torná-los mais fáceis de vender dando-lhes uma aparência mais atraente e aceitáveis pelos consumidores). (GOODMAN; SORJ e WILKINSON, 2008).

nosso sistema alimentar para serem atingidos. É muito comum a visão que resume tal relação aos aspectos ambientais/ecológicos da alimentação, importantíssimos, porém não únicos. É necessário levar em conta os aspectos culturais, sociais e econômicos da sustentabilidade do sistema alimentar. (RIBEIRO *et al.*, 2017, p. 194).

Na literatura, observa-se um vasto debate na corrente de economistas que defendem a ideia de que o grande desafio da economia que está posto é o de “internalizar as externalidades” do sistema capitalista. Enrique Leff (2010), um dos principais intelectuais latino-americanos no âmbito da problemática ambiental, defende a ideia de que a sociedade precisa pensar e construir uma outra economia, uma economia ecológica que busque reduzir o consumo e moderar os impactos negativos da economia posta, conciliando-se diferentes racionalidades e interesses, subvertendo-se dessa forma o núcleo de racionalidade da economia sob bases ecológicas e culturais.

Acredita-se que se a população e o nível de atividade econômica mantiverem-se ao mesmo patamar atualmente verificado, a acumulação de contaminantes, de resíduos e de lixo crescerá com rapidez devido o aumento da entropia para além da capacidade de regeneração da natureza. Para o Dr. Mario Bruno Sproviero, professor titular da Universidade de São Paulo,

[...] há, a olhos vistos, uma assustadora degradação da terra e uma evidente correlação entre nossas crises de energia, abastecimento ("vaca louca", "febre aftosa", agrotóxicos e todas as outras disfunções de uma agropecuária plantada e nutrida no petróleo), desertificação crescente, sempre mais lixo etc. e a crescente entropia... É um ciclo vicioso: a crescente demanda de energia torna sempre mais complicada, custosa e danosa sua obtenção. (SPROVIERO, 2001. Entrevista à Editora Mandruvã. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/index.html>>. Acesso em: 18/08/2021).

A entropia, com isso, adentra-se ao debate como um dilema chave para o crescimento. Caso a humanidade alcançasse a equidade global através do crescimento e de eficiência econômica (renda nacional), entabula-se uma contradição com as dimensões do meio ambiente, pois há dificuldades políticas em reduzir a taxa de acumulação da população. Portanto, necessita-se produzir bens e serviços com uma taxa de progressão regular para evitar os crescentes efeitos da entropia até que se acabe com o tempo. Para isso, torna-se essencial reduzir a taxa de entropia do subsistema econômico, o que requer que incrementem-se a entropia do resto do sistema (do meio ambiente). (HAAVELMO e HANSEN, 1997).

Entendendo a entropia então como uma “lei-limite” da natureza, percebe-se que “[...] um aumento de entropia significa uma diminuição da energia disponível. Assim, cada vez que algo acontece no mundo natural, certa quantidade de energia acaba por deixar de ser disponível para uso futuro.” (VILLELA e CAVALCANTI, 1980, p. 234).

Em termos mais práticos, por exemplo na poluição, a sua energia não permanecerá disponível futuramente, ou seja, será perdida, dissipada.

Em outras palavras, a poluição é o somatório de toda energia disponível que foi convertida em energia não-disponível. Como, pela primeira lei da termodinâmica, a energia não pode ser nem criada nem destruída, mas apenas transformada e, de acordo com a segunda lei, a energia só pode ser transformada em uma direção, qual seja a de um estado de dissipação, poluição é simplesmente um outro nome para entropia. (VILLELA e CAVALCANTI, 1980, p. 234).

Em decorrência disso, na terra, por ser um sistema fechado em relação ao universo (ela troca energia mas não matéria com seu entorno), a entropia material está continuamente aumentando e eventualmente chegará, em um dado momento a um máximo causando, antes de mais nada, “desordem social como consequência de um crescimento defeituoso, cujas bases de preço não param de subir.” (VILLELA e CAVALCANTI, 1980, p. 236).

Em meio a desconsideração da economia dos processos da entropia como forma de pensar a sustentabilidade e a minimização dos efeitos perversos desse sistema que a ignora, surgem formas de resistência e de vanguardismos que inspiram uma economia “neguentrópica”<sup>53</sup>. Essa outra visão de economia, para Leef (2010), seria aquela típica construída e vivenciada pelos Movimentos Sociais que lutam pela terra, pelos movimentos indígenas, pelos povos tradicionais, etc., que se nutrem de suas diferentes cosmovisões, tradições e práticas produtivas, estabelecendo-se como novos contratos sociais, com outros valores societários de relação com a natureza.

*La agroecología constituye una actividad que entiende la neguentropía como una condición insustituible para la regulación ecológica del planeta, y se sirve de ella para integrarse a los ciclos vitales. De esa manera se satisfacen las múltiples vías posibles - expresadas en la diversidad de culturas que existen sobre la faz de la Tierra - para que los seres humanos podamos acoplarnos estructuralmente a los ecosistemas. Porque el principio fundamental de toda organización ambiental, tanto ecosistémica como cultural, no es la monotonía ni la uniformización, sino la diversificación, la pluralidad, la multiplicidad y la diferencia. Y esa es la razón por la cual entendemos que gracias a la diversidad biocultural múltiples comunidades,*

---

<sup>53</sup> Como o conceito da entropia negativa consiste em reverter a entropia, o estágio de “bagunça” e “caos”, “neguentropia” seria um sistema que está se restabelecendo, ou seja, se recuperando da desordem.

*a lo largo y ancho de la superficie terrestre, han logrado acoplarse al medio en sus procesos coevolutivos.* (GIRALDO, 2018, p. 170).

Assim, a neguentropia surge como uma lei da vida, abrindo margem para a derradeira sustentabilidade, entendendo-se que ela se traduz somente a partir de uma outra razão civilizatória<sup>54</sup>, reconhecendo-se os limites dos recursos naturais e lançando-se mão de alguns valores, éticas e morais que já demonstram incompatibilidades com o mundo vigente, sobretudo, no sistema capitalista.

Nessa altura, chega-se a reflexão acerca do próprio Desenvolvimento Sustentável, termo usado por diversos organismos internacionais de significativas importâncias no contexto ambiental, político e social, mas que também vêm sendo cada vez mais apropriado pelo capital e constantemente ligados a setores que atuam diretamente no espaço rural e ambiental, em contextos em que muitas vezes suas ações não condizem com seus discursos.

Acerca dessa apropriação conceitual, encontra-se na literatura trabalhos que discorrem sobre um “esverdeamento” da agricultura/negócio como uma segunda onda da Revolução Verde (Revolução Verde-Verde, Revolução Duplamente Verde, etc.), que nada mais é do que a expressão de diversos interesses privados guiados pela (falsa) incorporação de interesses com a segurança alimentar e superação da degradação ambiental. Para isso, apelam para selos “amigos da natureza” como um aceitável pano de fundo para o estímulo desenfreado ao consumismo, que contribuem diretamente para os imperativos ambientais e sociais, atingindo especialmente as populações pobres, majoritariamente dos países de Terceiro Mundo.

À margem desse “desenvolvimento” excludente e perverso guiado pelo pensamento Europeu de consumismo excludente, no Hemisfério Sul encontram-se milhares de comunidades rurais, agricultores e povos tradicionais e originários que buscam viver em harmonia com a natureza, com outras lógicas de vida, nitidamente em consonância com o ritmo da natureza.

Nessa tônica, surgem na América Latina, diversas expressões e teorias que contestam o Desenvolvimento Sustentável justamente por sua ligação intrínseca ao sistema capitalista.

---

54 “Para Rousseau, no século XVIII, civilização é artifício, cultivo da exterioridade, sujeição da sensibilidade a uma razão artificiosa e decadente (‘instrumental’, diria hoje). Cultura, pelo contrário, é bondade natural, interioridade espiritual, sentimento e imaginação, vida comunitária espontânea. Para Voltaire e Kant, cultura e civilização representam ‘o mesmo processo de aperfeiçoamento moral e racional, o desenvolvimento das Luzes na sociedade e na história. Cultura torna-se medida de uma civilização, meio para avaliar seu grau de desenvolvimento e progresso.’ (BOEIRA, 1998, p. 74 *apud* CHAUI, 1986, p. 12).

Surtem assim, as críticas das teorias do chamado desenvolvimento, que a partir da própria ideia de desenvolvimento, é

[...] transformada em uma entelúquia que rege a vida de grande parte da Humanidade – que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo. Por outro lado, os países que se assumem como desenvolvidos mostram cada vez mais os sinais de seu mau desenvolvimento. E isso em um mundo em que as brechas que separam ricos e pobres, inclusive em países industrializados, se alargam permanentemente. (ACOSTA, 2015, p. 24).

Acosta (2015) afirma que é preciso haver uma superação do tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, introduzindo-se uma outra visão, mais diversificada, porém complexa. O autor expressa a necessidade de um *Bem Viver*<sup>55</sup> inspirado nos modos de vida e cosmologias dos povos indígenas latino-americanos, que representa uma outra visão do universo, uma filosofia política<sup>56</sup> em construção, e universal, que parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas que está presente nas mais diversas culturas.

Para Alcântara e Sampaio (2017, p. 233), “o conceito do Bem Viver<sup>57</sup>, ‘*Bien Vivir/Vivier Bien*’ surge na região andina na América do Sul – desde o sul da Venezuela ao norte da Argentina – e deriva por um lado, do *Quechua (runa simi)* e, por outro, do *Aimara (aymará jaya mara aru)*”, mas também está entre nós, no Brasil, com o *teko porã* dos guaranis, que buscaram novos paradigmas socioeconômicos na construção de um projeto de sociedade, ganhando importância pela ocorrência de novas constituições políticas. “Nesse contexto, os movimentos sociais, desde temas como ecologia ao feminismo, recuperaram sua centralidade na vida das pessoas e na natureza, na defesa de direitos básicos, como educação, saúde e igualdade social.”

Também está na ética e na filosofia africana do *ubuntu* – “eu sou porque nós somos”. Está no ecossocialismo, em sua busca por ressignificar o socialismo centralista e produtivista do século 20. Está no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, favelas ou comunidades rurais e na *minga* ou *mika* andina. Está presente na

55 “O Bem Viver, *Buen Vivir* ou *Vivir Bien* também pode ser interpretado como *sumak kawsay* (kichwa), *suma gamaña* (aymara) ou *nhandereko* (guarani), e se apresenta como uma oportunidade para construir coletivamente uma nova forma de vida. [...] O Bem Viver é, essencialmente, um processo proveniente da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a Natureza.” (ACOSTA, 2015, p. 23-24).

56 “[...] uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipador. Um projeto que, ao haver somado histórias de lutas, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis.” (ACOSTA, 2015, p. 40).

57 O conceito surgiu há menos de uma década (Teijlingen & Hogenboom, 2017) e tem sido referido como: filosofia de vida (Acosta, 2010), cosmologia (Walsh, 2010), atitude de vida (Cortez, 2011), ontologia (Thomson, 2011), modelo de desenvolvimento (Radcliffe, 2012) e alternativa ao desenvolvimento (Gudynas, 2011). (ALCÂNTARA e SAMPAIO, 2017, p. 234).

roda de samba, na roda de capoeira, no jongo, nas cirandas e no candomblé. Está na *Carta Encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum*. Seu significado é viver em aprendizado e convivência com a natureza, fazendo-nos reconhecer que somos “parte” dela e que não podemos continuar vivendo “à parte” dos O Bem Viver recupera esta sabedoria ancestral, rompendo com o alienante processo de acumulação capitalista que transforma tudo e todos em coisa. O Bem Viver se afirma no equilíbrio, na harmonia e na convivência entre os seres. Na harmonia entre o indivíduo com ele mesmo, entre o indivíduo e a sociedade, e entre a sociedade e o planeta com todos os seus seres, por mais insignificantes ou repugnantes que nos possam aparentar. Somente a partir destas três harmonias é que conseguiremos estabelecer uma profunda conexão e interdependência com a natureza de que somos parte. [...] Refere-se, portanto, à vida em pequena escala, sustentável e equilibrada, como meio necessário para garantir uma vida digna para todos e a própria sobrevivência da espécie humana e do planeta. O fundamento são as relações de produção autônomas, renováveis e autossuficientes. O Bem Viver também se expressa na articulação política da vida, no fortalecimento de relações comunitárias e solidárias, assembleias circulares, espaços comuns de sociabilização, parques, jardins e hortas urbanas, cooperativas de produção e consumo consciente, comércio justo, trabalho colaborativo e nas mais diversas formas do viver coletivo, com diversidade e respeito ao próximo, [...] contrapondo-se à iniquidade própria do capitalismo, em que poucos vivem bem em detrimento da grande maioria. (ACOSTA, 2015, p. 14-16).

Nesse campo de análise, numa perspectiva mais decolonialista, Acosta (2015) corrobora que o *Bem Viver* estampa-se em uma nova forma de organização da sociedade, inspirada nas ancestralidades desses povos, implicando-se numa expansão das potencialidades individuais e coletivas. Em entrevista ao Brasil de Fato<sup>58</sup>, Leonardo Boff salienta que o bem viver será a grande aposta para que a humanidade supere as adversidades criadas pelos ataques do capitalismo à natureza, evocando-se interações socioambientais no âmago dos valores éticos e planetários, de criando-se e oportunizando-se as mesmas possibilidades de escolhas, ou seja, que sejam capazes de auspiciar suas liberdades com autonomies e com direito a escolha do que será posto às escolhas.

Fulano nos alerta que, apesar de haver diferenças subjetivas e objetivas em suas concepções, os temas bem viver e qualidade de vida são próximos pelo

[...] fato de que ambos requerem um parâmetro conhecido como ‘bem comum’, incorporando a dimensão social, ambiental e política. Entretanto, a intersubjetividade presente no Bem Viver transcende o valor instrumental da qualidade de vida, formado por símbolos, significados e sentidos coletivos que não pertencem unicamente a alguém, mas por uma comunidade. Portanto, a concepção do Bem Viver enaltece o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza. Reconhece a diversidade de povos e suas estruturas e

58 Coronavírus mostrou que Terra é “casa comum”, e ética do bem viver é a resposta. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/08/14/leonardo-boff-coronavirus-mostrou-que-terra-e-casa-comum-e-etica-do-bem-viver-e-a-resposta>>. Acesso em: 15/08/2021.

rompe com os velhos estados-nação dos setores privados-capitalistas como estruturas únicas, abrindo possibilidades para deixar para trás o extrativismo desenfreado e dar maior peso aos modelos cooperativos e comunitários. Harmoniza as necessidades da população à conservação da vida, diversidade biológica e equilíbrio de todos os sistemas de vida. (ALCÂNTARA e SAMPAIO, 2017, p. 247-248).

Mesmo que distante, até mesmo conceitualmente, esse debate em torno do bem viver consolida-se como uma importante inspiração para a retomada dos debates para o cerne das discussões socioambientais, as interações entre os indivíduos que emergem dessas relações, à níveis do agroecossistema, estimulando e desenvolvendo “um pensamento crítico que não parta de perspectivas eurocêntricas baseadas na modernidade, mas que seja construído na relação com as pessoas, incluindo os movimentos sociais, comunidades tradicionais/intencionais e universidades.” (ALCÂNTARA e SAMPAIO, 2017, p. 248).

Ou seja, tornam-se relevantes as relações construídas entre as comunidades rurais, entre os mediadores sociais (ATER e demais organizações) e com a sociedade em geral (consumidores), pois são interações que podem contribuir para a internalização dos princípios e valores éticos e planetários. Não que vá ocorrer uma ruptura que possibilite essa “nova” razão civilizatória, porém, antes que ela aconteça, é preciso desconstruir, primeiramente, o logocentrismo das ciências, e passar a criar espaços mais interdisciplinares, de maiores articulação dos saberes acadêmicos em conciliação com os saberes tradicionais e populares.

Portanto, Leff (2010) defende que a sustentabilidade deve apoiar-se nas dimensões econômica, ambiental e social, exigindo novas instituições, novas tecnologias, novos hábitos de consumo e novas pesquisas, orientadas por uma multiplicidade de abordagem, a partir de estratégias de tipo corretivas e transformadoras para a busca de um desenvolvimento sustentável, sustentado por princípios de democratização efetiva, com participação e controle social dos processos produtivos, econômicos e ambientais.

Porém, esses processos de democratização demandam atitudes e vanguardismos dos sujeitos oprimidos dispostos a lutarem e resistirem frente ao colonialismo que reinventa-se em detrimento da economia dos países do Norte, os quais impõem-se aos países do Sul por meio de contínuos fracassos de planos de desenvolvimento rural que implementaram-se sobre o dominado Terceiro Mundo, inclusive financiados pelo Banco Mundial. (GUZMÁN, 2009).

Esses sujeitos, a nível comunitário, resistem por meio de cultivo dos valores, éticas e afetos inspirados na união, no apoio mútuo, na solidariedade e na própria ancestralidade,

elementos fundamentais para o fortalecimento socioambiental dos processos de transição agroecológica.

A existência desses elementos são fortes evidências para uma possível abertura para a construção de processos organizativos mais sustentáveis, que caminhem em direção a um mundo melhor para todos os seres, onde os seres humanos, a partir da sua utopia e inspiração que,

[...] ao construírem seus projetos de vida segundo princípios da agroecologia, tais agricultores reatam laços de solidariedade e relações com a vizinhança e com a sua localidade, por meio de práticas que estimulam um novo tipo de organização social, descentralizada e participativa, e resgatam antigas formas de relação com a natureza. (FERREIRA *et al.* 2007, p. 138).

Para Sabourin (2011), este pode processo de solidariedade entre os sujeitos pode significar um caso típico de relações de reciprocidade, que constituem-se de uma obrigação mútua pelo prolongamento das relações de parentescos e de proximidade.

Conforme a teoria da reciprocidade, esses valores éticos não são dados culturalmente ou de forma inata. Eles são construídos, socialmente e politicamente, na medida em que eles são criados e reproduzidos por certas formas de reciprocidade. Trata-se das relações de reciprocidade simétrica (que criam estruturas em equilíbrio, em oposição a formas de reciprocidade desiguais ou assimétricas). [...] Se essas relações de reciprocidade se perpetuaram ou puderem ser reconstruídas e atualizadas no decorrer dos séculos é que, entre outras coisas, permitem reproduzir valores éticos aos quais as populações camponesas são apegadas. É porque essas comunidades defendem um projeto social e humano em torno desses valores, um projeto de vida e de produção. (SABOURIN, 2011, p. 169).

No entanto, essas relações baseadas “nas relações de reciprocidade simétrica (ajuda mútua, partilha de recursos, mutualismo dos serviços) que associam à produção ou à circulação de valores materiais, uma produção de valores éticos [...]” (SABOURIN, 2011, p. 169).

Essas relações de reciprocidade, naturalmente rompem com a territorialidade, expressando valores presentes entre os agricultores e os consumidores por meio de dispositivos de “conversão” ou de interface que permitem uma venda direta, resguardando a qualificação dos produtos (que, ao mesmo tempo, protege da concorrência do sistema de troca capitalista e cria identidade). (SABOURIN, 2011).

Neste ínterim, entre a emergência de outras formas de relações pessoais e com a natureza, surge a necessidade de uma releitura do próprio Estado<sup>59</sup> sobre suas formas de condução das políticas públicas, bem como maiores comprometimentos quanto o seu papel frente aos reais interesses da sociedade, especialmente quando voltadas para aqueles sujeitos que são os mais atingidos pela discrepância das desigualdades sociais e da injustiça ambiental, tarefa um tanto difícil diante suas amarras cada vez mais “cegas” com o capitalismo.

### 2.3.1 O papel do Estado no “desenvolvimento” da sociedade

Importa-se, neste momento, elencar algumas contribuições acerca dos elementos que cerceiam o Estado, suas funções, deveres e relações com a sociedade, tema escolhido como objeto de estudo por muitos teóricos clássicos e contemporâneos, perpassando os ramos da Ciência Política, assim como da Sociologia<sup>60</sup> e demais disciplinas que, de antemão, dialogam na noção central de que o objetivo desta instituição social-política (o Estado) é o de garantir a coerção social por meio de seus mecanismos de dominação.

Com isso, direcionando-se o debate para o Estado Moderno (nascido no século XV, com o desenvolvimento do capitalismo mercantil registrado em Portugal, na França, Inglaterra e Espanha), percebe-se que esta é uma instituição caracterizada pelo grande esforço dispendido na centralização e reificação de tradições nacionais na tentativa de superação ou camuflagem das diferenças étnicas e de classes, onde seus principais elementos são: o território, a população e o poder. (SAMPAIO-SILVA, 2018).

Tal instituição estatal surge como projeto de unificação de várias nações em torno não mais apenas de disputas bélicas, mas em torno de disputas comerciais no bojo da ampliação de rotas marítimas. Diferentemente da forma antiga de estado, há uma forte necessidade de centralização política, administrativa, jurídica e econômica em torno de um projeto de nação unificada e cujo imaginário de grupo é construído por meio de um mito originário. Tal projeto coloca o indivíduo como centro da

59 Nesta dissertação, o debate acerca do Estado recai-se em especial, à resistência das políticas públicas para o fortalecimento da Agricultura Familiar, entendendo-se esta, como um setor de forte relevância para o Desenvolvimento Sustentável e para a manutenção das condições favoráveis de sobrevivência e segurança alimentar.

60 A sociologia surge também no bojo da Modernidade e analisa o Estado como um agente de controle social capaz de regular certos aspectos da vida social. O Estado Moderno foi abordado por diversos sociológicos (quais divergiam e se aproximaram em suas formulações teóricas e conceituais. Ainda que Marx e Durkheim não tenham desenvolvido uma teoria do Estado, deixaram importantes contribuições para o tema. (SAMPAIO-SILVA, 2018).

Para o sociólogo Émile Durkheim (2002), o Estado é um organizador da vida social que, independentemente dela, o propósito é fortalecer ao mesmo tempo a consciência coletiva além de “assegurar a individuação mais completa que o estado social permita. Longe de ser o tirano do indivíduo, ele é quem resgata o indivíduo da sociedade” (DURKHEIM, 2002, p. 96). Para o autor, o Estado é um construto da deliberação social, e que busca mediar as ações e ideias individuais e coletivas e, “é desse conflito de forças sociais que nascem as liberdades individuais” (DURKHEIM, p. 88). Nesse sentido, o Estado torna-se necessário na modernidade, a fim de garantir os direitos individuais, pois “toda sociedade é despótica, ao menos que algo exterior a ela venha conter seu despotismo” (DURKHEIM, 2002, p. 85).

Já na perspectiva weberiana (de Max Weber), o Estado Moderno é um estado racional que detém o monopólio do uso legítimo da força física (bélica) dentro do território que controla. Por meio de legitimidade e dominação legal (condições que possibilita sua manutenção), o Estado Moderno é resultado do desenvolvimento da sociedade capitalista que, por sua complexidade, exige uma administração racional e burocrática que, para o sociólogo, seria uma “relação de dominação de homens sobre homens” (WEBER, 1999 p. 526), relação apoiada no uso legítimo da coerção/uso da força.

Importantes também, para a sociologia, foram as contribuições de Karl Marx, que considerava que a natureza passa a ser valorizada na medida em que ela relaciona-se com as relações de trabalho, ou seja, o processo original para dar valor a todas as coisas.

Mesmo que genericamente abordados, surgem de suas teorias, diversos estudos que muito contribuem para melhor entender a sociedade e suas formas de relações. No entanto, mesmo considerando as inenarráveis contribuições desses autores, ainda assim, não chegaram a formular uma teoria mais precisa acerca da sociologia ambiental, mas suas ideias servem de inspiração para que pensadores mais contemporâneos lancem de suas teorias e pensamentos na busca de melhores explicações das relações socioambientais, especialmente quando constatada a presente Era dominada pela tecnologia e guiada pelos princípios puramente econômicos.

Nessa nítida busca de dominação do ser humano sobre a natureza, geram-se sérias consequências para a manutenção da vida humana no Planeta, pois a base da economia

mundial encontra-se sobrecarregada pela extrapolação desenfreada dos limites sustentáveis, direcionando a sociedade a um eminente colapso, cada vez mais real e presente, que evoca um maior realismo ecológico pelo conjunto da sociedade como um primeiro passo para uma possível mudança, se é que ainda é possível.

Esse realismo ecológico significa, grosso modo falando, uma massiva mudança de hábitos, a começar pela redução do consumismo, entendendo que quanto maior o consumo por bens supérfluos, maior será a carga negativa sobre o meio ambiente, tanto em termos de extração de matérias primas, quanto na energia gasta nos processos de fabricação, isso sem falar na geração de resíduos que acelera-se a todo instante (entropia cada vez maior). Outros possíveis passos individuais também se fazem necessário, como por exemplo a busca por produtos mais sustentáveis (orgânicos, ecológicos, naturais, agroecológicos, artesanais, etc.) estimulando cada vez mais a produção e o comércio local, de pequena escala.

Outros possíveis passos, já não mais a níveis individuais, diz respeito a necessidade de massivos investimentos e incentivos públicos que busquem as mudanças necessárias nas matrizes produtivas, tanto industriais quanto agrícolas, incentivando de fato uma mudança na base energética do planeta em prol das populações presentes e futuras.

Diante disso, surgem autores que afirmam que ainda é possível que a sociedade faça ações que visem postergar – ou barrar, numa visão mais otimista – esse iminente colapso. Em consonância, Goodlan *et al.* (1997) sugerem que o Estado passe a dirigir suas ações para acumulação de capital de formação humana, além de dar a devida importância para a preservação e restauração do meio ambiente natural. Essa guinada “ecológica” seria através da passagem de tecnologias que aumentem a produtividade da mão de obra e capital de formação humana para outras que aumentam a produtividade do capital natural.

Contribuindo ao debate, Salah El Serafy (1997) afirma que além da formação humana e de capital natural, o Estado deve prezar pela promoção de políticas públicas monetárias e fiscais adequadas às empresas dedicadas à exploração dos recursos naturais, adicionando-se aos investimentos atuais, o custo do uso dos processos de exploração dos recursos esgotáveis.

Essas medidas são vistas com louvor pelos indivíduos que sonham em formas mais democráticas de lidar com os riscos ambientais e sociais gerados pelas explorações da natureza. Mas, para além da necessidade de novas políticas públicas, é preciso que o Estado garanta a aplicabilidade das leis já existentes, fato que atualmente, representa uma imensa

dificuldade, especialmente quando analisamos o caso do Brasil, um país que se aprofunda no panorama de desmontes de órgãos ambientais<sup>61</sup> que, indiscutivelmente, afeta também os aspectos sociais da população.

Dessa maneira, Karl Marx (1993; 2005; 2011) leva-nos a compreensão que o Estado é essencialmente classista, ou seja, representante de uma classe social: o da burguesia, dos poderosos economicamente. Para tanto, a função do Estado na teoria marxiana é a de defender os interesses das classes dominantes por meio de seus instrumentos de regulação: sistema jurídico e o aparato militar e policial. Para o teórico, “este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para garantir recíproca de sua propriedade e de seus interesses” (MARX, 1993, p. 98), impedindo, com força bélica se necessário, que as contradições de classes promovam uma revolução e retire da burguesia o poder econômico e político.

Nessa tônica, Mikhail Bakunin acreditava que a sociedade deveria lutar pelas conquistas de seus direitos e por uma vida digna, onde os trabalhadores do campo e da cidade pudessem se organizar em uma base federalista, criando não só as ideias, mas também os fatos do futuro deles próprios (BAKUNIN, 1871). Nessa perspectiva, somente “as multidões”, as massas de pessoas pobres e exploradas (também chamados de “*lupemproletariado*”) seriam capazes de inaugurar e levar ao triunfo a Revolução Social, uma vez que estes eram os setores sociais, por vezes, pouco corrompidos pela civilização burguesa. (BAKUNIN, 1972).

No entanto, vive-se um momento histórico em que a luta social<sup>62</sup> encontra-se enfraquecida, sobretudo para os pobres, tanto em detrimento de constantes ataques de governos liberais e neoliberais (com recaídas antidemocráticas), quanto pelas consequências da Pandemia de COVID-19 que agrava-se e contribui para a modificação das formas de relações pessoais.

---

61 Vide algumas notícias de sites reconhecidos: a) Governo desestrutura órgãos de fiscalização ambiental, diz professor da UFRGS (<https://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=6242>); b) Servidores denunciam em dossiê desmonte da política ambiental no Governo Bolsonaro. (<https://www.oeco.org.br/noticias/servidores-denunciam-em-dossie-desmonte-da-politica-ambiental-no-governo-bolsonaro/>); c) Desmonte sob Bolsonaro pode levar desmatamento da Amazônia a ponto irreversível, diz físico que estuda floresta há 35 anos (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48805675>); d) Corte de verba reforça desmonte da fiscalização no Brasil (<https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/corte-de-verba-reforca-desmonte-da-fiscalizacao-ambiental-no-brasil-24986789>). Acessos em: 24/10/2021.

62 Diz-se Luta Social referenciando-se o conflito entre classes, entre o proletariado e a burguesia, nos moldes de pensadores socialistas.

Emerge, portanto, a necessidade de criarem-se formas menos autoritárias de governanças, onde o Estado passe a ser operado em prol da sociedade, estabelecendo-se o direito de todos e a todos os seres de viverem em seus ambientes mais equilibrados social e ambientalmente. Autores mais recentes afirmam que, na perspectiva do direito ambiental, para que a sociedade goze e desfrute de suas garantias perante os seus direitos individuais e coletivos, o Estado deveria ser o promotor de um conjunto de ações necessárias para o bem comum da sociedade, de forma em que a dignidade e a ética tornem-se orientadoras das ações para uma visão mais ecológica.

Com efeito, o Estado-juiz, ao exercer o poder-dever da jurisdição para solver conflitos de distribuição ecológica, deve pautar sua atuação pelos valores, objetivos, princípios e normas constitucionais que amparam a perspectiva tridimensional da justiça ambiental aqui analisada, dentre os quais destacam-se: a dignidade da pessoa humana; a redução das desigualdades sociais; a vedação de qualquer forma de discriminação; a preservação do meio ambiente para as gerações presentes e futuras; e a vedação de práticas que importem em desequilíbrio ecológico, extinção de espécies ou submissão de animais à crueldade. (RAMMÊ, 2012, p. 173).

Na perspectiva de “Estado de Justiça Ambiental”, Rogério Rammê (2012) sustenta que o Estado Socioambiental e Democrático de Direito necessita de uma regulamentação jurídica capaz de vedar as práticas discriminatórias de qualquer natureza que venham a onerar de forma injusta o modo de vida, o território, a cultura, as tradições e a saúde de indivíduos ou comunidades humanas, em virtude de raça, condição socioeconômica, localização geográfica, dentre outros fatores, bem como que venham afetar a dignidade intrínseca às demais formas de vida não humanas e o equilíbrio ecológico dos ecossistemas. (RAMMÊ, 2012).

A partir desse entendimento, o Estado passa a ser promotor de um outro desenvolvimento, baseado em outros aspectos e fatores, e não unicamente determinado pelo crescimento econômico. Essa outra “forma de desenvolvimento” só pode ser “sustentável” a partir de uma visão de equidade entre os povos, suscitado por meio da auto-organização das comunidades, pelo apoio mútuo, pela solidariedade, pela autogestão e liberdade, sobretudo, condicionando-se novamente a espécie humana como integrantes da natureza, pois:

A espécie humana não só é parte da natureza, como a própria natureza não é mais algo externo ao homem, que ele contempla e domina. O homem, hoje, intervém na formação do meio ambiente. Além disso, o próprio conceito de natureza é determinado muitas vezes pelo saber “científico”, com fórmulas técnicas e poderes tecnocráticos. Por tudo isso, a condição intervencionista da humanidade, capaz mesmo de “construir” um organismo vivo por meio da manipulação genética,

também exige uma mudança de postura em relação à pobreza. (NAVES e FREIRE DE SÁ, 2012, p. 20).

Quer dizer que, a partir dessa mudança de postura, passaremos a ter uma visão de maior equidade aos povos, o que requer um outro olhar geopolítico, pois somente será efetivo no momento em que os países ricos – ditos desenvolvidos – repensem seus modos de produção e de vida, baseados na predação infinita dos recursos naturais finitos. Como abordado anteriormente nesta dissertação, vivemos em um sistema fadado pela insustentabilidade dos processos de industrialização, gerando-se elevados índices de consumo de energia, de aumento de concentração de terra, de renda e de poder, além da exportação de injustiças para os países subdesenvolvidos e o crescente êxodo rural, impactando diretamente a reprodução da agricultura familiar.

Estima-se que os sujeitos que vivem no espaço rural são os principais atingidos pela exclusão do desenvolvimento sustentável e suas políticas hierarquizadas, de cima para baixo, havendo uma intrínseca necessidade de uma maior valorização desses sujeitos e dos territórios. Para Marcos Froehlich (2006), uma visão multidimensional sob os territórios rurais é inerente a “[...] uma política de gestão que considere e integre aspectos espaciais, socioeconômicos e ambientais” (FROEHLICH, 2006, p. 183), partindo de financiamentos de projetos em consonância com os princípios do “desenvolvimento local”, com ênfase nas necessidades e potencialidades da população envolvida, na elaboração de um plano de ações e formação de agentes sociais presentes no âmbito municipal, bem como estimular o intercâmbio de experiências e conhecimentos.

Isso traz à tona a importância da retomada da interação e integração das diversas temáticas que compõem o mundo rural, aproximando-se “às reais necessidades e dinâmicas (heterogêneas) dos múltiplos territórios rurais do país. Estes merecem e precisam destas novas políticas públicas.” (FROEHLICH, 2006, p. 184).

Para Miguel Altieri e Astier Masera (2009), o agricultor familiar está inserido em um contexto excludente, imerso a uma diversidade de obstáculos políticos que devem ser eliminados<sup>63</sup>, possibilitando a criação de um clima político favorável em termos de negociação em favor do “pequeno” agricultor familiar.

---

63 Eliminação de preconceitos institucionais contra os pequenos agricultores em relação ao acesso a crédito, pesquisa e consultoria técnica; eliminação do eterno baixo investimento social nas comunidades em termos de educação, saúde e infra-estrutura; e eliminação de subsídios à agricultura baseada em capital intensivo e agroquímico.” (ALTIERI e MASERA, 2009, p. 89).

Esses obstáculos políticos enfrentados pelos agricultores familiares refletem-se não apenas em apoio financeiro, mas especialmente na desburocratização dos processos e na acessibilidade das políticas públicas, tanto nas já em andamento quanto no debate da criação de novas políticas, entre tantos outros desafios. Esses sujeitos clamam por reconhecimento perante a sociedade para que atinjam plenos poderes de decisão de suas próprias vidas, permanecendo no campo e garantindo a produção de alimentos que alimenta os grandes centros.

Com seu louvável papel de mantenedora da principal oferta de alimentos para a sociedade, os agricultores familiares tornam-se sujeitos de alta relevância, especialmente quando de base ecológica, um dos fatores primordiais para a possível continuidade da existência humana na Terra.

Diante do exposto, percebe-se que há um nítido “desvio” do Estado quanto às suas ações e interesses, ou, o que tudo indica, que o Estado ainda sim, mantém um aparato de dominação sobre a humanidade em detrimento dos interesses econômicos, o que fortalece a necessidade, inequívoca, da tomada de uma “nova consciência” por parte da sociedade, forçando o Estado adequar-se aos interesses do Planeta.

### **2.3.2 A sociedade, o Estado e a “nova consciência” humana**

Conforme anteriormente exposto, a salvação do Planeta (ou da espécie humana?) somente será possível por meio de uma “nova consciência” humana, de forma que a sociedade realmente se sinta responsabilizada pelas potenciais injustiças, tanto para com a presente, quanto para com as futuras gerações. Rammê (2012) sustenta a ideia de que a existência de “obrigações planetárias” derivam da relação temporal entre gerações com respeito ao uso dos recursos naturais e culturais do planeta. Essas obrigações planetárias, no entanto, são capazes de originar deveres ecológicos, voltados não apenas às presentes, mas também às futuras gerações.

Nessa linha de pensamento, Ailton Krenak (2019) afirma que a humanidade está sendo assaltada de uma maneira indefensável, mas é preciso que os povos sejam capazes de manter suas subjetividades, visões e poéticas sobre a existência, pois “a máquina estatal atua para

desfazer as formas de organização das nossas sociedades, buscando uma integração entre essas populações e o conjunto da sociedade brasileira.” (KRENAK, 2019, p. 39).

Para Henri Acselrad (2002), há uma ligação lógica entre o exercício da democracia e a capacidade da sociedade de se defender da injustiça ambiental, não sendo possível separar os problemas ambientais da forma como se distribui desigualmente o poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos. Assim, o enfrentamento da degradação do meio ambiente torna-se o momento da obtenção de ganhos de democratização.

Para isso, o ser humano deve saber como funciona a sociedade, o que, para Ademar Bogo (2003), requer uma nova formação da consciência social, em seus dois níveis: inferior e superior. Na filosofia, o nível inferior é caracterizado por ações diárias, que demandam poucos esforços de aprendizagem. O nível superior é aquele que se desenvolve através do conhecimento, do estudo e da prática política. (BOGO, 2003). Dessa maneira:

Devem acrescentar à consciência social, já desenvolvida pela própria experiência, aspectos políticos e científicos, para que a consciência se eleve ao nível superior, atingindo o estágio de consciência política [...] além da percepção da realidade nos seus diferentes aspectos e lutar para transformá-la. (Bogo, 2003, p. 166).

Esses esforços coletivos de maior aproximação com os aspectos políticos para a transformação da vida social, constitui-se uma urgente tarefa debruçada sob a atual geração, no sentido de elevação da consciência em torno dos aspectos de maior equidade, possibilitando-se maiores níveis de mudanças comportamentos profundamente enraizados na sociedade. (DRUMMOND, 2006).

Rammê (2012) sugere ainda que a equidade intergeracional é o princípio compatível com a trivalência (redistribuição – conhecimento – capacidades) presente na perspectiva ampliada da justiça ambiental. Sobretudo, serve como princípio norteador da justa distribuição do equilíbrio ecológico entre gerações humanas presentes e futuras. Ou seja, é preciso valorizar os conhecimentos que vêm perdendo-se ao longo dos séculos, especialmente às diversas formas de se fazer e de viver a agricultura que, no seu último meio século de existência transformou-se drasticamente, embebida pela sede de lucro e acumulação de capital às custas de intensiva destruição da natureza.

Partindo deste entendimento, é necessário que a sociedade negue tudo aquilo que estiver superado pelo desenvolvimento da experiência histórica, bem como “resgatar o que

permanece válido na atualidade, com novo conteúdo, e criar uma nova cultura com todos os aspectos da vida humana.” (BOGO, 2003, p. 237).

A criação dessa nova cultura é necessária para as mudanças desejadas na tentativa de salvar a possibilidade de futura habitação humana neste Planeta, partindo do princípio que grande parte do dano ao meio ambiente se inflige por um processo de crescimento indiscriminado e irreversível a partir de um estilo de vida inconsequente e irracional do ser humano. O processo de substituição dos recursos naturais por capital de formação humana é lento e errático e, em vista do que projeta-se para a atividade econômica global, o meio ambiente encontra-se em estado avançado de fadiga, transparecendo-se fortes evidências e sinais de escassez.

Ao passar dos anos, o capital produziu uma perda de identidade da relação sociedade-natureza, promovendo a coisificação do ser humano, do meio ambiente e de suas inter-relações, fatos que se comprovam quando verificamos que “[...] o desenvolvimento acelerado gerou um panorama catastrófico para a relação homem-recursos naturais; a percepção da crise ambiental orientou novas formas de desenvolvimento voltadas à sustentabilidade das ações antrópicas sobre o meio ambiente.” (SIQUEIRA, 2011, p. 3).

Na tentativa de reverter esse quadro, Haavelmo e Hansen (1997) sugerem que é preciso que a sociedade seja a promotora das mudanças drásticas nas organizações social e industrial, e também nas relações internacionais. Com isso, Salah El Serafy (1997) complementa a sugestão ao evocar que a sociedade devesse interessar-se e cobrar do Estado, incentivos de criação e aplicação de novas tecnologias que visam a substituição das fontes sujeitas a escassez e fontes não renováveis de recursos naturais por outras renováveis. (SERAFY, 1997).

Torna-se, portanto, essencial um “despertar” da sociedade para o interesse da questão ambiental, pela simples e complexa necessidade de manutenção da sua própria existência e, conseqüentemente, pelo não impedimento da existência das gerações futuras. Assim, cabe à sociedade organizar-se e cobrar dos poderes públicos, ações que visem a construção de mudanças significativas para a edificação de “uma nova sociedade”.

O ser humano, portanto, deve nortear-se pela sua união, pela ação à reflexão, pela consciência crítica que, pelo seu caráter dialógico, permite aos sujeitos partilharem laços interpessoais e interpretar a realidade, fundamentando a transição entre a identidade da

resistência e o projeto social de emancipação coletiva, guiando-se pelos atos de liberdade e solidariamente construídos no compromisso da transformação da situação de dominação e de exclusão, contra a desumanização resultante de uma ordem injusta. (MEC/UNESCO, 2006).

Segundo Lacour (2008), mais do que isso, a sociedade moderna precisa ter uma perspectiva mais complexa, se orientar por outras dimensões da visão e percepção, em direção a uma nova inteligência capaz de superar a alienação atual provocada pelo modelo de desenvolvimento dominante, onde

[...] a fronteira entre modernização e desenvolvimento foi na verdade sempre pouco clara. A primeira indica a capacidade que tem um sistema social de produzir a modernidade; o segundo se refere à vontade dos diferentes atores sociais (ou políticos) de transformar sua sociedade. A modernização é um *processo* e o desenvolvimento uma *política*. (ALMEIDA, 2009, p. 37).

É de fundamental importância que o ser humano perceba que, da forma que ele vêm perpetuando seu estilo de vida consumista, de total irresponsabilidade com o Planeta Terra, utilizando-se dos recursos naturais a benefícios fúteis e a curto prazo, com pensamentos e ações antropocêntricas, chegaremos tão antes a uma situação alarmante, comprometendo seriamente a possibilidade da continuação da vida humana futura, pois

[...] estamos hoje vivendo o desastre do nosso tempo, ao qual algumas seletas pessoas chamam Antropoceno. A grande maioria está chamando de caos social, desgoverno geral, perda de qualidade no cotidiano, nas relações, e estamos jogados nesse abismo. (KRENAK, 2019, p. 72)

A própria ciência ensina à sociedade que a Natureza é um todo interdependente e evolui expressando-se em diversas formas. O ser humano apresenta-se unicamente como uma das formas dessa natureza. A ciência é, pois, formada de compreensão, conhecimento e transformação da realidade, que possibilita ao ser humano o amadurecimento da autoconsciência, do seu conhecimento de mundo. Compreende-se dessa forma, ao universo, a vida como parte integrante e expressão consciente da natureza. (LACOUR, 2008).

A ciência, portanto, elucida a verdade por todos os lados, mas confunde-se com um dos seus derivados, que é a tecnologia. A tecnologia em si é um produto da ciência que beneficiará os mais fortes (ricos), aumentando-se cada vez mais as desigualdades entre as populações. (HAAVELMO e HANSEN, 1997).

Para Bogo (2003), é justamente o desenvolvimento desenfreado da tecnologia que passa a ser o principal ponto de disputa entre os monopólios capitalistas. Ao passo em que o sujeito descobre formas mais eficientes de produzir mercadorias, vai eliminando-se postos de serviços, gerando-se cada vez mais desemprego, conseqüentemente, fazendo com que esses trabalhadores desempregados percam a capacidade de diálogo, reflexão e cooperação.

A falta de trabalho, ou a ociosidade, é responsável pela diminuição da capacidade de reflexão do ser humano. Ele não tem como criar, pois é tirado dele o principal meio de criação, que é o trabalho. A sociedade que não tem trabalho para seus membros reduz a cooperação e se desorganiza. [...] As pessoas também vão tendo mais dificuldade em se comunicar. As mercadorias têm nomes novos somente decifrados pelos que estiverem vinculados ao mundo do trabalho, ou com poder de compra. (Bogo, 2003, p. 157).

É preciso, portanto, de uma mudança de racionalidade social e de uma reinvenção da produção; uma racionalidade produtiva sustentada nos potenciais ecológicos do planeta e na criatividade de suas culturas, com laços de solidariedade e reciprocidade entre os povos e nações (LEFF, 2010). Necessita-se, portanto, de uma nova inteligência capaz de superar a alienação atual; uma coerência entre nossas descobertas sobre o universo e sobre as práticas que a humanidade vem desempenhando nos últimos tempos, dado que

[...] a complexa condição da modernidade líquida é buscar em sua própria contradição a Ética que norteie a convivência entre todas as espécies. Exige-se um retorno da Ética à base do conjunto do ser, afirmando que a antiga separação entre o reino subjetivo e o objetivo é superada na nova visão, que propõe a “re-união” desses reinos, o que só pode ser alcançado pelo lado objetivo, isto é, pela revisão do papel da natureza. (NAVES e FREIRE DE SÁ, 2012, p. 22)

Referindo-se a modernidade líquida, Zygmunt Bauman (2001) nos diz que o processo de modernização traz em seu seio a individualização do ser humano na sua busca (individual) para fazer parte do capitalismo, nesse sistema de produção e trocas onde a mercadoria exerce um papel central. Para se inserirem nesse sistema, cada indivíduo produz a sua própria individualidade, a sua personalidade como mercadoria, tendo como uma única finalidade a sua própria venda no mercado pelo melhor valor possível. Para isso, os indivíduos são encorajados a expressar os seus gostos e interesses em um processo de mediação da personalidade pelo consumo e para o consumo. A valorização dessa mercadoria personalidade, por sua vez, se faz por meio do consumo de mais mercadorias, sendo essa a condição de liberdade que a modernidade líquida pode oferecer: entrar na lógica da mercadoria significa poder partilhar da sociedade de consumo, e daquela liberdade limitada e ilusória que ela oferece.

Na sociedade globalizada, há um excesso de liquidez e imprevisibilidade, coisa que as gerações passadas não estavam acostumadas (pois viviam ainda sob influência de uma

modernidade mais sólida), em uma sociedade que mudou rapidamente e que exige agilidade de seus membros para se adaptarem a essa rápida liquidez, tornando difícil o seu planejamento vital a longo prazo. Isso causa uma sensação de angústia que, dado o isolamento do indivíduo, aumenta a procura por ajuda a outras pessoas capazes de dar rumo/sentido a sua própria vida/existência (como livros de autoajuda, cursos de *coaching*, inspiração em famosos, sarados, modelos de vida a serem seguidos, exemplos de como agir, tutoriais, mercadorias que transpassam sensação de segurança, etc.). O consumo dessas mercadorias ajudam a dar uma substância existencial na vida dos indivíduos e se adequam essa nova forma de autoridade (fluxo de mercadorias e tecnologias), não existe a coerção e obediência que outrora existia na modernidade sólida. Aqui, o indivíduo é livre para acatar ou não, ou ainda escolher outro entre tantas outras opções já estabelecidas. (BAUMAN, 2001).

Na sua linha de raciocínio, na modernidade líquida, a liberdade de um indivíduo é conquistada em detrimento de uma dependência, pois o indivíduo precisa se afirmar como dependente de uma autoridade para ser livre (nesse caso a autoridade econômica). Para ele, “numa sociedade de consumo, compartilhar a dependência de consumidor - a dependência *universal* das compras - é a condição *sine qua non* de toda liberdade *individual*; acima de tudo da liberdade de ser diferente, de 'ter identidade'". Assim, a liberdade deixa de ser algo construído a partir da história de cada um, onde a individualidade agora é fundamentada em um indivíduo que se autointitula como algo isolado e apartado da sociedade, não mais um ser coletivo, e os estilos de vida acabam se confundindo com os hábitos de consumo. (BAUMAN, 2001, p. 81).

Bauman (2001) utiliza os termos solidez e liquidez referindo-se aos laços sociais entre as pessoas na sociedade em analogia a força das ligações entre as moléculas. Fica evidente que na sua visão, na sociedade, é o tipo de relações que as pessoas estabelecem entre si, os vínculos estabelecidos nos laços humanos. Por exemplo, os mutirões são constituídos de vínculos que predisõem as ligações sociais mais duradouras, mais sólidas, em um processo de “civilidade”<sup>64</sup>, onde “segue-se esse objetivo, é claro, esperando reciprocidade. Proteger os outros contra a indevida sobrecarga restando-se de interagir com eles só faz sentido se se espera generosidade semelhante dos outros. A civilidade, como a linguagem, não pode ser ‘privada’. Antes de se tornar a arte individualmente aprendida e privadamente praticada, a civilidade deve ser uma característica da situação social. É o entorno urbano que deve ser ‘civil’, a fim de que seus habitantes possam aprender as difíceis habilidades da civilidade” (BAUMAN, 2001, p. 92).

---

64 Bauman cita Richard Sennett para dizer que a cidade é “um assentamento humano em que estranhos têm chance de se encontrar”. Ou seja, um lugar que garante a boa convivência entre estranhos. ... E o que garante a convivência num nível mínimo de harmonia dentro de uma cidade é aquilo que Sennett chamou de civilidade. (SIQUEIRA, 2016. Disponível em: <<https://colunastortas.com.br/tempo-e-espaco-zygmunt-bauman/>>. Acesso em: 18/10/2021).

Esses atos, valores e relações embasadas na solidariedade, reciprocidade, apoio mútuo e tantos outros, são capazes de reorientar as relações entre os homens e sua ligação com a natureza, que suscita um despertar coletivo para a luta e resistência, de uma profunda reflexão da urgente necessidade de outras formas de organizações do trabalho, de partilha, de vida, de laços e de relações sociais, como o cooperativismo e o associativismo, que suscitam outras possibilidades de renda familiar, de trabalho produtivo, da importância da coletividade para o conjunto da sociedade, bem como para a própria conscientização ambiental. Ou seja, a formação de uma nova consciência – ou a revolução cultural – como refere-se Bogo (2003), requer “uma recriação da cultura”, uma profunda mudança de valores, tendo a ética e a moral como orientadoras da transformação da sociedade, pois:

[...] a economia tem causado um dano muito maior à agricultura do que a simples coleta de dados inúteis. As propriedades passaram a ser olhadas como se fossem indústrias. A agricultura é vista como uma empresa comercial; tem se insistido demasiadamente sobre os lucros. Mas os objetivos agrícolas são bastante diferentes daqueles das indústrias. Precisa produzir alimentos de forma que a raça humana possa progredir e perpetuar-se. Os melhores resultados são obtidos se os alimentos são frescos e produzidos num solo fértil. A qualidade sobrepõe-se à produtividade. A agricultura é vital para a população, e nisso equivale-se ao fornecimento de uma boa água potável e à proteção contra as intempéries. [...] A pesquisa agrícola tem feito dos fazendeiros, não produtores de um alimento de melhor qualidade, mas sim hábeis saqueadores dos recursos naturais. (HOWARD, 2007, p. 289-290).

Com isso, carece aos sujeitos sociais rurais, a garantia de alguns aspectos centrais inerentes aos métodos e processos que enfatizem os termos socioambientais em direção ao desenvolvimento sustentável. Altieri e Masera (2009) sugerem que é preciso, pois, a) um aumento das terras cultiváveis e da produtividade do trabalho para a satisfação das necessidades alimentares e o aumento da renda das famílias; b) por meio da introdução de uma racionalidade ecológica de forma a planejar o uso dos solos, das águas e dos ecossistemas conforme suas realidades locais; c) uma coordenação de políticas agrícolas e ambientais, com garantias de assistência técnica eficiente e; d) a promoção da autonomia das comunidades locais e da participação ativa dos moradores na elaboração das políticas e investimentos econômicos e sociais nas áreas rurais.

Nessa perspectiva, potencializam-se os crescentes holofotes políticos, acadêmicos e populares sobre a necessidade de repensar a importância da Agroecologia e seu aporte transdisciplinar como vanguardista de outra concepção de valores, de ética e de pertença do

ser humano à natureza, encarando-a como um único organismo vivo, em um processo de contínua coevolução<sup>65</sup>.

Como contraponto ao paradigma cartesiano e reducionista das ciências agrárias, a Agroecologia é entendida e assumida de distintas formas e âmbitos. Para uns se constitui em uma nova forma de produzir, e nesta esfera se releva a produção propriamente dita, mais voltada ao mercado especializado de produtos orgânicos. No Brasil, ela é entendida também enquanto um movimento social bastante expressivo e organizado em suas várias regiões, a exemplos da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), da Rede Ecovida de Certificação Participativa na região Sul, da Assessoria e Serviços a Projetos de Tecnologia Alternativa (AS-PTA), dentre outros movimentos sociais do campo que levantam a bandeira Agroecológica, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Via Campesina, etc. “[...] É também assumida enquanto uma nova área da ciência, com crescente expressão nas esferas da educação, da pesquisa e da extensão rural.” (COSTA, 2017, p. 47).

O termo agroecologia surgiu nos anos 1930, formulado por ecólogos, para designar a ecologia aplicada à agricultura. Os estudos ecológicos, todavia, estavam à época mais centrados nos sistemas naturais, ficando a cargo dos agrônomos as pesquisas aplicadas na esfera da agricultura. Nos anos 1950, com o amadurecimento do conceito de ecossistema, a ecologia agrícola ganha maior expressão e parcela dos agrônomos passam a internalizar em seus trabalhos os conteúdos da agroecologia. Nos anos 1960 e 1970, ganham ímpeto as pesquisas sobre populações e comunidades, quando as bases da ecologia crescem rapidamente. (COSTA, 2017, p. 47).

Nos anos 1980, a Agroecologia surge em resposta ao aprofundamento da crise socioambiental causada pela expansão global da agricultura industrial, originalmente definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos ao desenho e manejo de

---

65 “*Emerge un proceso coevolutivo explicado por la intervención de los humanos en la naturaleza. Muchas semillas y un puñado de animales fueron domesticados, en un proceso histórico de acoplamiento entre la cultura y los ecosistemas. Así, tras el proceso de domesticación de plantas alimenticias como el trigo, la cebada, la quinua, el maíz, la papa, el arroz o el mijo, se hizo necesaria la intervención humana para su existencia. De forma similar a la historia de la abeja y la flor, la historia de la Agri-Cultura debe entenderse como un proceso de coevolución eco-ultural que se ha dado durante los últimos diez milenios, en procesos de interacción recíproca entre la cultura y la naturaleza. No se trata de un proceso adaptativo de la cultura a un ambiente preexistente, sino que ha sido una historia más o menos satisfactoria de codeterminación, por la cual, tanto las culturas, los animales y las plantas domesticadas, coevolucionaron.*” (GIRALDO, 2018, p. 156).

agroecossistemas sustentáveis, resultado da síntese entre Agronomia e a Ecologia. (GLIESSMAN, 2001).

Nessa perspectiva epistemológica, a Agroecologia rompe com o positivismo da ciência convencional ao reconhecer e integrar saberes bioculturais em suas abordagens metodológicas para a construção de conhecimentos sobre os agroecossistemas e, a partir da década de 1990, a Agroecologia expande seu escopo<sup>66</sup>, passando seu objeto de estudo da escala dos agroecossistemas em âmbito local para os sistemas agroalimentares, entendidos como redes de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos que se estruturam desde o âmbito local/territorial até a escala global. (GIRALDO, 2018).

Devido a essa ampliação de perspectiva, a Agroecologia é atualmente definida como *o estudo integrado da Ecologia de todo o sistema alimentar, incorporando dimensões ecológicas, econômicas e sociais* (FRANCIS et al., 2003, p. 100). Tal ampliação tem sido um fator decisivo para o estabelecimento de alianças estratégicas entre agroecólogos e diversas forças sociais que, implícita ou explicitamente, resistem ao regime agroalimentar globalizado (PIMBERT, 2015), contribuindo também para a construção local de alternativas emancipatórias concretas ao seu ordenamento imperial (PLOEG, 2008; ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012). Como resultado dessa evolução, a Agroecologia passou a ser compreendida em três sentidos interligados: como ciência, como prática e como movimento social (WEZEL et al., 2009). Em essência, seu desenvolvimento envolveu a combinação sinérgica dessas três formas de compreensão, condensando seu enfoque analítico, sua capacidade operacional e sua incidência política em um todo indivisível (PETERSEN, 2013; MÉNDEZ et al., 2012). Ao estimular a ação cooperativa entre os movimentos sociais e a pesquisa acadêmica comprometida com as transformações estruturais do sistema agroalimentar dominante (LEVIDOW; PIMBERT; VANLOQUEREN, 2014), a Agroecologia opõe-se diretamente às premissas técnicas, econômicas, sociológicas culturais que fundamentam a *longa revolução verde* (PATEL, 2013). Esse posicionamento crítico radical pode ser sintetizado na defesa da agricultura camponesa como a base sociocultural da Agroecologia (SEVILLA GUZMÁN; GONZÁLEZ DE MOLINA, 1993; ALTIERI; NICHOLLS, 2010; PLOEG, 2012; INTERNATIONAL FORUM FOR AGROECOLOGY, 2015). (PETERSEN, 2021, p. 15).

Evocando a importância da concepção política da Agroecologia, Manuel González de Molina (2013) atenta-se para o fracasso da agricultura convencional, a qual se mostra cada vez mais ineficaz na sua proposta de erradicar a fome e a pobreza mundial. Curiosamente, expressivas produções agrícolas mundiais encontram-se em países pobres, ressaltando ainda mais a contradição existente nesse modelo agroalimentar, pois, países importantes para a produção agrícola – agriculturáveis – apresentam elevados índices de populações pobres e

---

66 “No espaço público federal, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passou a estimular ações e a implementar políticas em prol da agroecologia, apoiando iniciativas nas esferas da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), das Universidades, das ‘empresas federais e estaduais de pesquisa’, e das ONGs com trabalhos junto ao setor produtivo” (COSTA, 2017, p. 81).

pessoas passando fome<sup>67</sup>, em decorrência das discrepâncias sociais promovidas por esse sistema economicista,

[...] no solo por las evidencias de que el gran desorden mundial no se deriva meramente del ámbito financiero y tiene su raíz en la esfera productiva, sino sobre todo porque la pobreza y la desigualdad, la explotación de los recursos naturales y la depredación del ambiente, se muestran consustanciales al capitalismo, un sistema mundial de dominación por esencia explotador. (GUADARRAMA-ZUGASTI *et al.*, 2013).

Além do mais, este fato ganha ainda maior relevância quando analisados os seus agroecossistemas sob a perspectiva agroecológica, pois são fundamentais para manter o metabolismo endossomático da humanidade, especialmente quando observa-se que *“los agroecossistemas constituyen, además, una parte esencial del conjunto de los ecosistemas del planeta (entre el 28 y el 37%) que promueven los servicios ambientales imprescindibles para el funcionamiento físico biológico de las sociedades.”* (MOLINA, 2013, p. 38).

Por sua característica nata, a Agroecologia transpassa outras áreas dos saberes, dialogando, por exemplo, tanto com a Ecologia Social, o Saber Ambiental e a Educação Ambiental, quanto com o próprio Desenvolvimento Sustentável, a partir do momento em que constata-se similitudes que emergem da necessidade de discussões sobre alternativas e soluções à crise ambiental que almejam a reaproximação entre sociedade e natureza, propostas que florescem como uma utopia necessária a um futuro sustentável, dialogando-se positivamente com a Agroecologia (SIQUEIRA, 2011), por meio de um enfoque holístico e partidário da transdisciplinaridade capaz de:

*[...] incorporar los desarrollos que desde la Ecología Política, la Economía Ecológica, la Ecología del Paisaje etc. se han ido realizando. Desde la Ecología se ha desarrollado un amplio debate sobre las formas de gestión y las instituciones que mejor pueden llevarlas a cabo. Desde la Economía Ecológica se han formulado*

67 “O campo brasileiro vive uma contradição: o país é o segundo maior exportador de alimentos do mundo, segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), mas três em cada quatro domicílios localizados em áreas rurais (75,2%) estavam em situação de insegurança alimentar entre agosto e dezembro de 2020, conforme estudo da Universidade Livre de Berlim publicado em abril. A insegurança alimentar abrange desde a alimentação de má qualidade, passando pela instabilidade no acesso a alimentos, até a fome. Segundo o levantamento, o percentual de insegurança alimentar no campo supera o das cidades (55,7%) e do Brasil como um todo (59,4%).” (Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57296843>>. Acesso em: 22/09/2021).

“De acordo com o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto de Pandemia da Covid-19 no Brasil, 19,1 milhões de pessoas passaram fome e 55% não se alimentavam adequadamente no final de 2020. Ao mesmo tempo, o agronegócio brasileiro comemora produção histórica de grãos e crescimento de 5,7% do volume produzido nesta safra (2020/21), comparado à anterior.” (Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2021/06/07/agronegocio-comemora-enquanto-fome-se-agrava/>>. Acesso em: 22/09/2021).

*propuestas que podían servir para hacer rentable la práctica de la agricultura ecológica u orgánica y para desincentivar la intensidad de la agricultura convencional. Desde la Ecología Política se han realizado aportaciones muy relevantes a aspectos como la reforma agraria, la toma de decisiones, la participación política, etc. (MOLINA, 2013, p. 18).*

Além do mais, para Costabeber (1998),

*[...] la Agroecología - definida como la aplicación de los principios y conceptos ecológicos al diseño y gestión de agroecosistemas sostenibles - se ha presentado como un enfoque teórico que proporcionaría las bases científicas para el desarrollo de la agricultura alternativa. Reivindicando la aplicación de un enfoque distinto de aquél utilizado por la investigación agrícola convencional, la Agroecología parte de que es necesario entender el funcionamiento de los ecosistemas naturales y revalorizar los conocimientos y capacidades de los actores locales para - a partir de ello - diseñar modernos sistemas agrarios sostenibles. (COSTABEBER, 1998, p. 138).*

Para Caporal (2013), mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, a Agroecologia “[...] pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência” (CAPORAL, 2013, p. 281) por meio de:

*[...] uma ação dialética transformadora, como já vem ocorrendo. Este processo, parte do conhecimento local, respeitando e incorporando o saber popular e buscando integrá-lo com o conhecimento científico, para dar lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando assim, permanentemente, o processo de transição agroecológica. (CAPORAL, 2013, p. 287-288). [...] Mais do que mudar práticas agrícolas, trata-se de mudanças em políticas e em enfoques econômicos e socioculturais que regem os processos de desenvolvimento. (CAPORAL, 2013, p. 291).*

Para Costa (2017), agroecologia tem uma visão crítica sobre os processos agrícola da atualidade, pois se pauta por princípios e conteúdos capazes de contribuir efetivamente para a superação da problemática socioambiental que a agricultura moderna está submersa, especialmente quanto a sua negação às suas externalidades, não relevadas como um todo. (COSTA, 2017)

Dessa forma, a Agroecologia busca “saídas para os impactos causados pela agricultura contemporânea, na sua relação com o meio ambiente e com as dimensões produtiva, ecológica, energética, econômica, financeira, e sociocultural do sistema em foco” (COSTA, 2017, p. 48), incorporando os conhecimentos acumulados nos mais diversos campos do conhecimento científico, contudo, embasada nos saberes das populações tradicionais ao reconhecer que o conhecimento agroecológico está presente em todo lugar, especialmente nos

modos de vida dessas populações distribuídas nos quatro cantos do Planeta, auspiciadas por um amplo e crescente movimento de resistência, de lutas por emancipação e pela sustentabilidade, constituindo o necessário tripé *prática x movimento x ciência* na incessante busca de novas institucionalidades. (PETERSEN *et al.*, 2021).

A complexidade crescente desses processos inerentes à sociedade e o avanço do conhecimento humano têm resultado na criação de novos campos da ciência e de áreas tecnológicas envolvendo novos paradigmas e metodologias e, no bojo desse desenvolvimento, novos perfis profissionais são requeridos, exigindo o necessário diálogo transdisciplinar para a superação da agricultura moderna e sua crescente dependência da infra-valorização dos inputs de energia dos combustíveis fósseis, bem como elevados índices de contaminação por pesticidas e fertilizantes, e à própria perda de biodiversidade. (COSTA, 2017).

Nesse sentido, a Agroecologia confronta-se com o limite da agricultura “moderna” e do desenvolvimento das novas formas de produção e consumo da sociedade que, em geral, oferece uma dieta com menor diversidade de alimentos, maiores contaminações por agrotóxicos e com baixa qualidade biológica, comprometendo, dessa forma, não apenas a própria saúde humana, mas também a saúde da Terra e as próprias injustiças socioambientais.

É verdadeiramente conhecido que existem obstáculos conjunturais e estruturais que barram o alcance da segurança alimentar e nutricional sustentável, entretanto são fundamentalmente urgentes novos avanços científicos e tecnológicos e políticas públicas eficientes que considerem outros estilos de agriculturas sustentáveis com base em princípios ecológicos, na permanente busca da manutenção a longo prazo dos agroecossistemas. Dessa forma, a Agricultura Familiar potencializa a sua contribuição para a diminuição da fome no mundo – alimentos nutricionalmente adequados e em quantidade suficiente – e com maiores equidades socioambientais. Um direito de todos.

#### 2.4 O BIOPODER DA AGRICULTURA FAMILIAR: ASPECTOS DESDE A PRODUÇÃO À COMERCIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS DE BASE ECOLÓGICA

Sir Albert Howard, um inglês nascido em 1873 com notável experiência e convivência com agricultores na Índia, em 1939 escreve a sua obra *Um Testamento Agrícola*, colocando-se em evidência a catástrofe da agricultura moderna, em especial atenção à saúde dos solos,

consequentemente a qualidade dos alimentos, plantas, animais e seres humanos. Previam-se ainda, que a área das fazendas e cultivos tenderiam a aumentar, bem como o sistema de monoculturas tornar-se-ia a forma de produção predominante e que a máquina substituiria rapidamente os animais. Nesse último aspecto, viu-se que não substituiria apenas os animais, mas especialmente, os próprios seres humanos. Para ele:

[...] a mãe natureza demonstrou a sua desaprovação através do aumento, sem precedentes, das pragas e das doenças vegetais, animais e por fim humanas. As máquinas pulverizadoras foram chamadas para proteger as plantas; as vacinas e os soros para proteger os animais. Em última instância sacrifica-se e queima-se os animais doentes. Esta política está falhando a olhos vistos. A população alimentada com produtos desequilibrados deve ser assistida por um dispendioso sistema de consultas médicas em hospitais e casas de recuperação. (HOWARD, 2007, p. 322).

Em sua obra, percebe-se que o autor relaciona diretamente o sistema produtivo dos alimentos (e seus interesses) à saúde da população, que os consome, identificando-se o Estado como um dos culpados do impasse criado (venenos x saúde), o qual atua em detrimento dos interesses do capital e “[...] agora avança sobre a síntese da vida para se apropriar do valor da liberdade, consciência e fé, antes tradição, cultura, metabolismo dos seres vivos ou segredos do universo, repetimos, transformados em “*novas mais valias*”, lucros.” (PINHEIRO, 2018, p. 478).

Prosseguindo-se no seu pensamento, Sebastião Pinheiro (2018) chama atenção para o fato que, com a estrita subordinação da agricultura ao processo industrial, especialmente nos últimos sessenta anos,

[...] o poder da agricultura industrial se preocupou em estimular aspectos **místicos**, esotéricos entre aqueles que lutam contra seu modelo de agricultura mercantil-industrial financeira subvertendo valores de paz e bonança. O conhecimento superficial em química, física e biologia através da educação aos técnicos, acadêmicos e políticos foi, e é a estratégia diabólica para a dominação a partir de impérios, Rockefeller Foundation e CFR, Fraternidades Universitárias, Maçonaria e outras [...]. (PINHEIRO, 2018, p. 484 - grifo nosso).

Nesse sentido, Pinheiro (2018) chama o debate para o “biopoder camponês”, afirmando que o Estado age diretamente na vida das pessoas, modelando a vida dos sujeitos<sup>68</sup>

68 Embebido nas teorias de Michel Foucault sobre as formas de poder, admite-se que o biopoder nasce a partir das relações sociais entre as pessoas, como uma malha de poder disseminado na sociedade, poder já concebido nessa estrutura e que é moldado pelo Estado. Para ele, as formas de poder, genericamente, são: a) soberano: pratica até o final do século XVIII, nas sociedades pré-capitalistas. Nela, há um poder sob a vida e a morte do sujeito, onde os reinados e monarquias escolhiam quem ia morrer e deixar viver os demais, marcada por uma fase onde não haviam políticas públicas; b) disciplina: já na consolidação do capitalismo,

conforme os interesses do sistema capitalista, utilizando-se, para isso, inúmeras ferramentas disciplinares. Nesse ponto, a própria

[..] alimentação prova que a humanidade permanece dependente da natureza. A evolução ultrassocial na Sociedade Industrial busca substituir essa dependência por suas estruturas. Contudo, apesar de todos os progressos mantemos a necessidade do leite materno para a formação espiritual. [...] Na sociedade industrial a ciência a cada dia está mais cara e dependente, obrigada a subordinar soberania e autonomia por financiamentos que são habilmente manejados por interesses privados e passa a se comportar como crença e fê no educar, disfarça progresso e desenvolvimento com tendências mercantis. Esta verdade adequadamente filtrada pelo poder transforma tudo e a todos, menos a natureza que dispõe de seu próprio poder do qual somos dependentes. (PINHEIRO, 2018, p. 478).

No entanto, para ambos autores (HOWARD, 2007; PINHEIRO, 2018), o modo de vida capitalista baseado na industrialização não contempla diversos povos e comunidades que, diariamente, são forçadas ao limbo da sociedade, na perspectiva do “deixa-se que morram”. Assim, para sobreviverem, esses sujeitos superam-se das “falhas do sistema” e da ineficiência do Estado através de articulações locais e ações que fortalecem a democracia e a participação social e política das comunidades. Tratando-se dos povos rurais, das águas e das florestas, verifica-se que esses sujeitos têm uma tarefa ainda mais desafiadora, que é o de inspirar a sociedade a retomar a conexão direta com a Natureza, atentando-se para a saúde das matas, dos solos, dos alimentos e, conseqüentemente, a saúde das pessoas, pois

[...] esta situação somente pode ser modificada a partir de um esforço conjunto da sociedade. O primeiro passo é convencer a todos do perigo, mostrando o caminho para a resolução do impasse. A conexão existente entre um solo fértil e culturas sadias, animais sadios e por último, mas não menos importante, homens sadios, deve ser amplamente divulgada e reconhecida. (HOWARD, 2007, p. 323).

Dessa forma, surge a necessidade de maior aproximação e interação social dos produtores rurais com a sociedade como um todo, sobretudo, inspirados em valores que aproximam-se com os dos povos tradicionais, originários, quilombolas e demais povos que, há séculos, sobrevivem e resistem aos ataques promovidos pelo sistema capitalista e pelo

---

as instituições disciplinares passaram a moldar o comportamento das pessoas, de forma a promover a individualização das pessoas, a chamada “corpos dóceis”, onde o controle das pessoas é feito conforme as necessidades do Estado, e; c) Biopoder: seria literalmente o “poder da vida”, que por meio de políticas públicas, o Estado escolhe quem irá viver, e deixa-se morrer aos demais. O biopoder é marcado por uma “sociedade de segurança”, ou seja, a garantia da sociedade é feita pelo controle populacional por meio de uma política governamental, ou da “biopolítica”, fato que vem sendo cada vez mais constatado dadas as superações das crises das instituições advindas das tecnologias de controle (internet, mídia, etc.). (FOUCAULT, 2008; 2013; 2017).

Estado. Povos que, respeitando suas especificidades e cosmovisões, enxergam o alimento como um fruto da Natureza, não como uma mercadoria, um objeto.

Por detrás desses ataques a esses povos, emerge uma disputa por narrativas. Vive-se um momento marcado por diversos elementos que apontam para a existência de uma sociedade moderna, refletindo-se questões-chaves para a autonomia do setor agrícola e rural, como por exemplo, a suposta sustentabilidade apoiada na biotecnologia, que promove um “crescimento econômico impulsionado por tecnologia intensiva em uma situação na qual se outorga à economia de mercado significativo papel na ‘organização da natureza e da sociedade’.” (COSTA NETO, 2006, p. 124).

Além do mais, urge a necessidade de uma percepção da sociedade para uma visão em que “a biotecnologia agrícola intensiva, agroindustrial, convencional, pode não ser considerada como sustentável” (COSTA NETO, 2006, p. 124) já que baseia-se na noção da Revolução Verde, sob um modelo produtivo com enfoque reducionista, não holístico, não sistêmico, com objetivos a curto prazo. Considerando-se, ainda, que este modelo preza unicamente pelo produtivismo, pelo rendimento físico, pela baixa biodiversidade em decorrência do uso de monoculturas, uso de agrotóxicos, produtos químicos e transgenia para controle de “pragas” em detrimento de grandes empresas multinacionais que controlam o mercado internacional, conseqüentemente, dominando-se o mercado e os agricultores. (COSTA NETO, 2006).

Como minimização desse impasse, talvez o caminho mais adequado para garantir a reprodução social das famílias, mantendo-se níveis aceitáveis de equidade, autonomia e autossuficiência seria por meio de “um desenvolvimento sistêmico e não excludente em termos sociais [...] e que não esteja submetido a uma estrutura de dependência, baseada na ‘ajuda’ e na transferência de tecnologia.” (COSTA NETO, 2006, p. 124).

Vias de regra, esse “desenvolvimento sistêmico” deve orientar-se por outra lógica produtiva, priorizando-se o fortalecimento da autonomia dos agricultores, com objetivos a médio e longo prazos, garantindo-se, minimamente, a “segurança” alimentar das populações, tanto urbanas quanto rurais, que transformam-se diante o caminhar histórico da construção social.

Nessas nunces de transformações, muitos autores, mesmo que inspirados em teorias europeias do final da década de 1980, sugerem que há uma “nova” configuração do rural,

marcado por “novas ruralidades” que merecem a devida atenção, especialmente pela “quebra” da dicotomia *rural x urbano* que antigamente era observado nas atividades desenvolvidas, nas relações sociais e, em certa medida, no próprio estilo de vida dos sujeitos rurais.

Para Guimarães *et al.*, (2015), o rural contemporâneo passou por transformações nas últimas décadas, e isso impactou tanto a dimensão produtiva quanto política, mas sobretudo a dimensão social, implicando outras formas de organizações no enfrentamento dos desafios do desenvolvimento rural. Para os autores, o rural contemporâneo é marcado por

[...] um estreitamento das distâncias entre o rural e o urbano e a diminuição de muitas das diferenças percebidas no passado. Trata-se de um rural não reduzido ao agrícola, nem tampouco sendo concebido em oposição ao urbano. É um novo cenário, em que agricultores familiares tradicionais, agricultores pluriativos e produtores multifuncionais estão presentes em áreas rurais e urbanas, usam meios de comunicação modernos e se locomovem com maior facilidade pelas cidades. O rural não é mais exclusivamente associado à atividade agropecuária ou ao local de moradia, mas sim um ‘modo de vida’, uma forma de relação entre os sujeitos e o mundo. Esta nova configuração do espaço rural lhe atribui significados específicos que inclui dimensões culturais, simbólicas e ambientais como parte de um imaginário rural em construção. (GUIMARÃES *et al.*, 2015, p. 13-14).

Esse Novo Rural, para Rosa C. Monteiro (2006), é compreendido dentro de um “contexto reflexivo que pressupõe a ocorrência de uma ruptura paradigmática com os parâmetros sociais e epistêmicos da ‘modernidade’ [...] na medida em que os valores rurais são exaltados, distanciando-se os analistas do viés urbanizante e industrializador da primeira modernidade.” (MONTEIRO, 2006, p. 155; 166).

Para a Monteiro (2006), essa possível ruptura com a modernidade pode ser explicada a partir de algumas dimensões sociais que, resumidamente, indica: a) menor razão administrativa (cassinos financeiros, lances, apostas, etc.) e a própria ideia de crescimento econômico ilimitado já descartada como possibilidade para todos os Estados e nações; b) dissociação entre burocratização e democratização (ONGs cujo poder aumenta ao passo que se desfazem as regras de governabilidade); c) a sociedade ainda mantém um imaginário de liberdade e igualdade longínquo e, d) forte presença da cultura de violência nas sociedades urbanas e o descrédito da razão.

Ou seja, trata-se de “um *Novo Rural* que se afasta da modernidade em um sentido evolutivo e adaptativo, celebratório, portanto. O *Novo Rural* inicialmente desenhado é, para todos os efeitos, mais que modernos... [...] que ultrapassam a modernidade em um sentido crítico e criativo – são pós-modernas!” (MONETIRO, 2006, p. 160).

Nesse horizonte, a sociedade passa a associar o rural como um espaço agradável, calmo, com boas características. Dessa forma, a sociedade passa a cultivar o espaço rural, conotando os valores, apegos, aspectos e valores simbólicos como a paisagem, o sabor, a cultura, a qualidade, as lembranças... quebrando aquela antiga visão de lugar atrasado, ruim, inferior à cidade.

Compreendendo a existência desses elementos, entra em cena as necessárias interações das famílias mais ecológicas com o mercado, expressando a heterogeneidade de experiências, marcadamente carregadas de simbolismos e subjetividades por meio dos apelos ao orgânico, ao natural, ao ecológico, ao saudável e à própria sustentabilidade, mesmo que, “muitas vezes, existem iniciativas geradas nas estruturas do Estado em descompasso com o novo cenário vivido no rural contemporâneo.” (GUIMARÃES *et al.*, 2015, p. 15).

As políticas públicas são importantes instrumentos de indução e construção do desenvolvimento rural e têm sido importantes caminhos para o surgimento de novas institucionalidades. Os estudos dos reflexos das políticas públicas têm evidenciado novas formas de interpretação do rural e do urbano, assim como a necessidade de se pensar o desenvolvimento a partir das distintas realidades. A dimensão cultural esteve tradicionalmente marginalizada nos estudos rurais, presos às perspectivas fundadas na dimensão econômica do processo de desenvolvimento. (GUIMARÃES *et al.*, 2015, p. 17).

Nessa tônica, a própria Agricultura Familiar deve ser vista sob outro prisma de interpretação do rural bem como a sua própria inserção no contexto local e global, compreendendo a constante metamorfose existente entre os sujeitos do campo que, resguardando-se suas semelhanças étnicas e sociais, mantém tanto relações de singularidades quanto de distinções, expressadas como um espaço marcado pela heterogeneidade. (SHNEIDER, 2006).

Segundo Sérgio Schneider (2006), a discussão sobre o papel e a importância da Agricultura Familiar<sup>69</sup> no desenvolvimento brasileiro vem ganhando visibilidade nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 1990, onde uma série de estudos e eventos

---

69 Para Picolotto (2014), “a definição atual da categoria agricultura familiar é resultado de um trabalho de construção política e de sentidos realizada nos embates travados em um ‘campo de forças’ (BOURDIEU, 2005), em que atuaram atores diversos, como da academia, do Estado e de organizações que se propõem a ser representantes dos agricultores em geral, ou de uma parcela deles, ao mesmo tempo em que são construtores de modelos de exploração na agricultura e de visões de mundo. Neste sentido, os agricultores familiares e as suas organizações de representação não foram coadjuvantes neste processo, mas estiveram presentes na experiência histórica do seu próprio ‘fazer-se’ (THOMPSON, 1987) enquanto personagens políticos do Brasil contemporâneo.” (PICOLOTTO, 2014, p. 65).

possibilitaram que a agricultura familiar adquirisse legitimidade social, política e *status* acadêmico.

Everton Picolotto (2009; 2014) reconhece a importância dos debates acadêmicos e políticos para a conceituação da categoria Agricultura Familiar, no entanto, esse processo se deu especialmente como fruto de uma forte presença organizativa dos sindicatos rurais que pautaram firmemente a criação da categoria Agricultura Familiar, fazendo com que esta “noção” estivesse cada vez mais presente nas pautas de políticas públicas, especialmente a partir da criação do PRONAF<sup>70</sup> em 1996 (constituiu-se na primeira política pública especificamente direcionada a esta categoria social) e da Lei da Agricultura Familiar em 2006<sup>71</sup> (que define oficialmente esta “categoria produtiva”). “Porém, apesar deste reconhecimento ser recente, a trajetória de luta dos trabalhadores do campo por direitos é longa e apresenta vários capítulos.” (PICOLOTTO, 2009, p. 92).

Para Picolotto (2014), a Lei da Agricultura Familiar serviu para englobar uma diversidade de sujeitos – trabalhadores rurais – em uma única categoria, com os mesmos instrumentos legais.

[...] De um lado, esta unificação fortalece as bases legais de reconhecimento da agricultura familiar e a torna definidora de direitos e políticas públicas para categorias sociais diversas, de outro, esconde as diferenças existentes no meio rural brasileiro ao associar esta diversidade de situações à categoria agricultura familiar. Nos anos mais recentes algumas destas categorias têm reacendido demandas por reconhecimento de diferenças, por visibilidade pública e por políticas públicas específicas, que atendam suas particularidades, como os pescadores, os extrativistas, quilombolas, entre outros. (PICOLOTTO, 2014, p. 77-78).

Para o autor supracitado, as organizações sindicais Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF) assumiram:

[...] o fortalecimento da agricultura familiar como centro de um projeto de desenvolvimento rural para país. Para elas, a agricultura familiar corresponde a um modelo de organização da agropecuária assentado em unidades familiares de

---

70 “A criação do Pronaf, em 1995, foi vista amplamente como um reconhecimento da especificidade da agricultura familiar. Mesmo com a mudança de governo em 2003, com o governo Lula ele continuou a ser o principal instrumento de política agrícola direcionado para esse público. No que se refere ao volume de recursos disponibilizados para o Programa entre 2003 e 2010, observa-se uma ampliação de quase três vezes.” (PICOLOTTO, 2014, p. 76).

71 “Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326, de 2006) que define oficialmente a ‘agricultura familiar’ como ‘categoria profissional’ e estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.” (PICOLOTTO, 2014, p. 77).

produção, onde o grupo familiar, em geral, é proprietários dos meios de produção, planeja, gestiona e executa as atividades produtivas e a força de trabalho é predominantemente familiar. Este modelo é considerado mais vantajoso social, econômico e ambientalmente (por ser mais democrático, eficiente e sustentável) quando compara com o modelo de exploração patronal. (PICOLOTTO, 2014, p. 81).

Com isso, a partir de alguns estudos produzidos pela academia, pelo convênio FAO/Incra e pelo IBGE (segundo o Censo Agropecuário de 2006, a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos oferecidos ao mercado interno), surge o respaldo para uma “ideia-força” de que seriam os agricultores familiares os responsáveis por levar alimento para a mesa dos brasileiros, procurando ressaltar frequentemente a sua importância socioeconômica no cenário nacional. (PICOLOTTO, 2014).

[...] Por fim, cabe destacar que este direcionamento do reconhecimento da agricultura familiar para os aspectos produtivos e de integração aos mercados de alimentos também traz contradições para as organizações sindicais e as suas bases. Tem gerado certos atritos com organizações aliadas, como as da Via Campesina (especialmente MST e MPA), que têm atuado na construção de projetos de maior autonomia dos agricultores (chamados por estas de camponeses) e com outros grupos subalternos do campo, tais como: indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, etc. Muitos destes fazem parte das bases sindicais ou foram aliados em diversos momentos na luta contra os latifundiários ou os agentes do agronegócio, adversários comuns, mas não aderem ao modelo de agricultura familiar “colona”, centrado na produção para os mercados e na propriedade familiar. Estes grupos têm formado atores políticos próprios e ensaiado rupturas com o sindicalismo e o modelo da agricultura familiar. (PICOLOTTO, 2014, p. 81-82).

No entanto, mesmo que as formas de precariedade sejam marcadas pelas suas diferenciações diante as diversas regiões brasileiras e as distintas construções sociais e organizacionais do meio rural, os agricultores de base familiar seguem persistindo e precisam, de uma maneira ou de outra, abrir caminho entre as dificuldades encontradas, de forma que até hoje, superam expectativas quanto a sua importância para a produção de alimentos, especialmente quando levados em consideração o seu escasso acesso à terra<sup>72</sup>. (PICOLOTTO, 2014).

Refletindo esses dados e traçando um paralelo indissociável com a realidade do avanço do capitalismo no campo, constata-se que:

<sup>72</sup> Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017), esses agricultores familiares, em sua maioria sob posse de poucas terras, são responsáveis por produzir cerca de 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 60% da produção de leite e 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos, mesmo tendo acesso a apenas 14% de todo financiamento disponível para agricultura no país. A título de curiosidade, a Agricultura Familiar no Brasil é composta por 81% dos produtores homens e 19% de mulheres. A faixa estaria entre 45 e 54 anos é a que mais concentra agricultores e apenas pouco mais de 5% deles completaram o ensino superior. É, ainda, responsável por empregar 10,1 milhões de pessoas. (IBGE, 2017).

[...] nos anos recentes, por força da pressão política e do amadurecimento institucional, os atores sociais do meio rural brasileiro vêm demonstrando não apenas capacidades de resistência e oposição às formas de dominação e exploração hegemônicas. Há sinais consistentes indicando o fortalecimento da consciência acerca da necessidade de construção de uma outra forma de desenvolvimento rural, que seja ancorado nos princípios da equidade, da sustentabilidade e da maior autonomia dos agricultores. (SCHNEIDER, 2009, p. 11).

Nessa perspectiva, a resistência presente nos sujeitos da Agricultura Familiar em seguir produzindo alimentos voltado para suprir as necessidades da população, seguindo os princípios da sustentabilidade é inerente aos princípios da Agroecologia, desde que não afirmados nas atuais noções sobre a simplificação do termo “orgânico” que, sob o prisma da agricultura capitalista verde, não direcionam suas ações para a superação da fome no mundo, pois centram-se esforços unicamente no lucro, na disputa por mercados consumidores, via nichos de mercado<sup>73</sup>, que acabam por inventar novos modos de desenvolvimento e de agricultura embasados no resgate da ideia de progresso e crença no avanço tecnológico. Nesse sentido,

[...] a produção orgânica voltada para o mercado amplo, em disputa por nichos cativos com a agricultura convencional, não se coaduna com a perspectiva [...] de novos patamares no terrenos da inclusão alimentar (necessariamente social) nem no da regeneração e preservação das formas culturais (étnicas, nacionais, locais) de produção e consumo alimentares. (COSTA NETO, 2006, p. 122).

Ou seja, para superar a visão empresarial da agricultura, deve-se apostar na especificidade do modo de produção tradicional, embasado na agricultura familiar, na produção de gêneros alimentícios para as populações, inspirando formas de manejos cada vez mais ecológicos

[...] dos recursos naturais que, incorporando uma ação social coletiva de caráter participativo, permita projetar métodos de desenvolvimento sustentável. Isso se realiza através de um enfoque holístico e uma estratégia sistêmica que conduza o curso alterado da evolução social e ecológica, mediante o estabelecimento de mecanismo de controle das forças produtivas para frear as formas de produção degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade, causadoras da atual crise ecológica. Em tal estratégia, desempenha o papel central da dimensão local como

---

73 Cabe ressaltar, a essa altura, que mesmo quando não orientada pelos princípios agroecológicos, a agricultura orgânica pode ter uma significativa importância no contexto da agricultura familiar. Ou seja, mesmo que parte da noção simbólica da produção orgânica esteja apropriada pela visão capitalista, existem formas de agriculturas orgânicas com fortes aspectos sociopolíticos inovadores, pois, os mercados de produtos orgânicos são normalmente mais restritos a um âmbito local ou regional e a maximização da renda é limitada pelos compromissos e cuidados com o meio ambiente e com os cuidados especiais dos produtos. (AICHER, 2006).

portadora de um potencial endógeno que, através da articulação do conhecimento camponês com o científico, permita a implementação de sistemas de agricultura alternativa potenciadores da biodiversidade ecológica e sociocultural. (GUZMÁN, 2009, p. 29).

Portanto, percebe-se que essa aproximação com os modos de produção mais ecológicos e sustentáveis potencializa-se a partir de uma (re)organização coletiva entre os diversos sujeitos que o compõem o rural – agricultores familiares, quilombolas, indígenas, assentados da Reforma Agrária, pescadores, etc. – de forma que suas necessidades “[...] possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade, nunca perdendo de vista o conjunto da sociedade” de forma que possibilite a unificação de suas pautas de lutas. Como isso, há maiores chances de que se consiga um maior empoderamento político, mantendo articulação na e entre as comunidades, mas respeitando as “[...] diferentes formas de organização e demandas como base, sustentáculo a uma verdadeira sustentabilidade.” (ALMEIDA, 2009, p. 52).

Destaca-se que, ainda na década de 1990, José Graziano da Silva ressaltava o significativo avanço na organização dos movimentos sociais na luta pelo desenvolvimento sustentável no País, tanto do ponto de vista ambiental quanto econômico, social e político (dimensões constantemente esquecidas). O autor afirmara, ainda, que não se deve arriscar em um diagnóstico positivo em relação às melhorias das condições de vida da população brasileira, especialmente quando analisadas as camadas mais pobres (SILVA, 2009). Dessa forma:

[...] é preciso conceber um desenvolvimento que tenha nas prioridades sociais sua razão-primeira, transformando, via participação política, excluídos e marginalizados em cidadãos. Esta parece ser uma verdadeira chance para a reorganização consequente da sociedade, visando à sustentação da vida e a manutenção de sua diversidade plena. (ALMEIDA, 2009, p. 53).

Para isso, diversas experiências campesinas e latinoamericanas apontam que o sucesso de um método agroecológico depende muito da “[...] capacidade das técnicas propostas de aproveitar a melhor característica ambiental e social das escolhas tradicionais, e ao mesmo tempo aumentar a produtividade da mão-de-obra dessas tecnologias” (ALTIERI e MASERA, 2009, p. 97), como é o caso das formas cooperativas de organização social e produtiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, onde buscam no próximo, na solidariedade e no apoio mútuo, formas de resistências aos ataques sofridos pelas modernas

relações pessoais, de trabalho e de poder e que, unifica-se a luta de outros povos, como expressão da sua composição na Via Campesina.

Esse processo de construção coletiva apoia-se, sobretudo, nos mediadores sociais que, como descrito por Neves (2008), “[...] seu papel incorpora as contribuições resultantes da socialização profissional para o exercício da mediação política e cultural” (NEVES, 2008, p. 37). Esses agentes de desenvolvimento, por meio da força da complexidade de suas práticas, contemplam “[...] os efeitos e as estratégias de luta por contraposição e por adesão, construídas tanto por eles próprios, como pelos segmentos escolhidos para alteração de estilos de vida e de representação do mundo, os mediados.” (NEVES, 2008, p. 38).

Esses mediadores, no entanto, são considerados como um “novo profissional”, devendo-se atuar de forma contra hegemônica ao capital, adotando e incentivando outras formas de agriculturas e estilos de vida que respeitem o meio ambiente, a diversidade cultural e as cosmovisões dos distintos povos tradicionais que habitam a Terra, bem como os aspectos que envolvem a “liberdade” e “autonomia” dos sujeitos,

[...] o que implica não só na exigência de aproximações inter e intradisciplinares mas, sobretudo, a necessidade de uma clara consciência sobre a importância dos atores sociais como parte desse todo. Isso implica, também, na necessidade de uma abordagem antitética ao modelo funcionalista adotado para o estudo convencional das ciências agrárias e para a ação extensionistas. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 57).

Nesse sentido, percebe-se que a atuação dos mediadores sociais, a partir do reconhecimento da crítica da complexidade do atual estilo de vida da sociedade configura-se como um diferencial na proposta de “mediação” dos anseios e demandas emergidas pela Agricultura Familiar, especialmente aquelas orientadas por outras racionalidades produtivas.

## 2.4 DIÁLOGOS ENTRE AS MULTIDIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA AGROECOLOGIA E O PAPEL DA INTERDISCIPLINARIDADE

Historicamente, dando suporte à modernização conservadora<sup>74</sup> da agricultura no Brasil, os principais incentivos do governo foram o crédito subsidiado e a criação de uma rede pública de Pesquisa e de Assistência Técnica e Extensão Rural. Todos os recursos públicos destinados a estes instrumentos estavam voltados para o financiamento de pesquisas e para a expansão do pacote tecnológico e basicamente *commodities* (monoculturas destinadas à exportação). (DELGADO, 2010).

As consequências deste modelo são amplamente conhecidas, não só no Brasil, mas também em outros países latino-americanos. Recapitulando, sabe-se que este modelo enfrenta severas críticas e resistências face aos processos de empobrecimento, êxodo rural, exclusão social e danos ambientais, tais como erosão, contaminação do solo, degradação ambiental, perda da agrobiodiversidade, desmatamento, concentração fundiária, monopólios de sementes, entre outros, impossibilitando, cada vez mais, a autonomia dos agricultores e a resiliência dos agroecossistemas.

Acirrando ainda mais as nefastas consequências do êxodo rural, a crescente ideia de modernidade modela-se no imaginário<sup>75</sup> da sociedade sob uma identidade urbana e burguesa, contribuindo significativamente para profundas mudanças no rural que, aliada a um histórico

---

74 O termo modernização conservadora foi elaborado por Moore Junior (1975) para retratar o caso específico de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas vindas de cima. Assim, o processo de modernização de sua sociedade alicerçou-se sobre um processo de industrialização condicionado pelo pacto político tecido entre a burguesia e os terratenentes. No entanto, a elite dominante brasileira não teve a preocupação em expandir a cidadania para parcelas significativas da população, ao contrário do caso alemão e japonês, que incorporou as classes inferiores à sociedade, como destacou Bendix (1996) em seu trabalho sobre a construção nacional e a cidadania. A revolução burguesa que aconteceu no Brasil não teve forças suficientes para romper com o antigo regime e instituir no país um capitalismo democrático como aquele verificado na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos da América. Como traço marcante no caso brasileiro, a preservação, ao longo dos séculos, de uma estrutura fundiária deitou raízes, predominantemente nas médias e grandes unidades de exploração agrícolas. A estrutura fundiária nacional enraizou-se no setor agrícola por meio dessa modernização seguindo o caminho da via prussiana, isto é, transformando as unidades de exploração agrícola em capitalistas sem que houvesse o fracionamento da estrutura fundiária nacional. (PIRES e RAMOS, 2009).

75 “Apropriando-se do conceito de Bourdieu o imaginário é um campo de luta política e disputa pelo poder, marcado pelo conflito entre agentes, grupos, classes, ideologias, visões de mundo, etc.[...] Esse caso é emblemático para se pensar o imaginário social como um campo, em que diversas visões de mundo se encontram em constante conflito por legitimação. Enquanto os camponeses formulam seus imaginários a partir dos usos, costumes e do direito comum, a sociedade burguesa em ascensão constitui seus imaginários e representações a partir das mitologias construídas pelo pensamento liberal, muitas pautadas no suposto caráter pacificador do Estado Moderno.” (MAGALHÃES, 2016, p. 105-109).

de ATER, conhecido como difusionista<sup>76</sup>, exclui o conhecimento tradicional e a aplicabilidade prática das técnicas ecológicas ancestrais, apesar da suposta noção geral de que os produtos orgânicos são mais saudáveis e ambientalmente mais sustentáveis.

Da percepção dessa crise alimentar e ambiental e da crítica ao padrão de modernização imposto pela agricultura, emergiram as primeiras discussões sobre a “agricultura alternativa”, de base ecológica ainda na década de 1970. Neste contexto, diferentes formas de lutas e resistências elucidam estilos alternativos para a agricultura, aspirando a autonomia e o apoio mútuo dos agricultores no processo produtivo. Tais visões de mundo contrastam com o modelo homogeneizador e exógeno (extensionista tradicional) presentes na trajetória da modernização agrícola. (NODER, 2006).

As críticas a esse modelo conservador expandiram as discussões em torno da “agricultura alternativa” e se materializam através do protagonismo dos movimentos ambientalistas da segunda metade da década de 1970, em especial dos movimentos sociais do campo. A partir da década de 1990, sobretudo, a Agroecologia vêm ganhando espaço como uma referência conceitual e metodológica na direção de um desenvolvimento rural sustentável, com o apoio da articulação da Rede de Projetos em Tecnologias Alternativas (Rede PTA) e também com o surgimento de um conjunto de iniciativas de experimentação e organização de bases voltadas às práticas agrícolas alternativas surgidas em diferentes regiões do país. (SCHMITT, 2013).

Recentemente e, contrapondo a ideia dominante, o tema da Agroecologia vêm ocupando lugar de destaque nas agendas públicas nacionais e internacionais, especialmente a partir da percepção da crise do modelo de produção agropecuário baseado no pacote de inovações tecnológicas e lógicas produtivas sustentadas no uso de insumos químicos, de equipamentos e máquinas agrícolas e nas modificações genéticas (SILVA, 1981), que artificializaram a agricultura sem levar em consideração as especificidades dos distintos biomas. (PLOEG, 2008).

Mesmo que o arcabouço conceitual e metodológico da Agroecologia seja distinto, que as experiências e práticas produtivas sejam variadas e que as perspectivas de ações sejam heterogêneas, a importância do debate sobre a ATER pública torna-se cada vez mais importante diante a emergência de uma agricultura e uma agropecuária de bases ecológicas ou

---

76 A teoria da Difusão de Inovações foi desenvolvida por Rogers (1983, p. 12), que define “inovação como uma ideia, uma prática ou objeto que é apreendida como diferente por um indivíduo ou grupo.”

agroecológicas. Não apenas no que se refere ao seu *status* científico, mas sim, com viés político e viabilidade prática, na medida em que a Agroecologia coloca-se no centro da discussão sobre o combate à pobreza, à fome, às desigualdades, à exclusão social e à insustentabilidade.

No plano internacional, verifica-se um conjunto de importantes eventos que deram maior visibilidade ao papel da Agricultura Familiar e da produção de base ecológica ou agroecológica. Estes eventos tanto deram ênfase à discussão da questão da sustentabilidade ambiental como àquelas relacionadas à soberania e segurança alimentar e nutricional ou, ainda, como uma estratégia econômica de elevação da renda familiar, sobretudo no campo, ao passo que na última década, haviam cerca de 70% dos 1,4 bilhão de habitantes em situação de extrema pobreza em países em desenvolvimento vivem em áreas rurais, segundo o Relatório de Pobreza Rural elaborado pela Organização das Nações Unidas. (ONU, 2011).

Uma das mais recentes iniciativas sobre o papel socioeconômico, ambiental e cultural da agricultura familiar foi articulada pelo Fórum Rural Mundial ocorrido em 2008. A iniciativa foi pautada pela sociedade civil e pelos movimentos sociais junto às Nações Unidas reivindicando que fosse destinado um Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), oficialmente declarado em 2014.

Recentemente no Brasil, destaca-se ainda a institucionalização da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)<sup>77</sup>, como um dos mais recentes instrumentos da política pública voltada para a inserção de um modelo menos predatório de produção agropecuária. A criação desta política, ao mesmo tempo que coloca na agenda pública a importância da Agroecologia, representa também um marco institucional na ampliação e na (re)orientação das ações da ATER para o desenvolvimento rural sustentável, via a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER)<sup>78</sup>.

77 A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO foi criada por decreto presidencial em 2012, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica.

78 A PNATER teria como beneficiários os assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e demais povos e comunidades tradicionais e, nos termos da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, portadores da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - DAP ou que constem da Relação de Beneficiário - RB homologada no Sistema de Informação do Programa de Reforma Agrária – SIPRA. Com o Projeto de Lei, institui-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER, cria-se o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária -

Destaca-se neste ponto, a inegável contribuição de Francisco Roberto Caporal e de José Antônio Costabeber na formulação dessas políticas públicas, bem como suas contribuições ao campo de estudos da Agroecologia. Suas contribuições auxiliaram a reorientação dos serviços públicos de ATER gaúcho no início da década de 2000, de forma que a EMATER/RS-Ascar voltava-se a prestar assistência aos agricultores preferencialmente, por meio de uma efetiva transição agroecológica que, posteriormente, serviram de base para tais políticas nacionais. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

A partir de suas contribuições, as discussões em torno de uma produção agrícola brasileira praticada sob uma base sustentável entra na agenda pública como uma estratégia coletiva de desenvolvimento, sobretudo para o espaço rural, como forma de combate à pobreza, da exclusão social e da insustentabilidade ambiental, seus principais componentes. Neste contexto, a agricultura familiar ganha importância econômica, política, cultural e ambiental, voltando-se aos serviços de Assistência Técnica capacitada, de forma que possa contribuir positivamente para elencar este debate, com metodologias de ação diferenciadas para a potencialização do diálogo entre (e com) os produtores rurais e demais apoiadores em busca da tão almejada agricultura menos predatória e mais sustentável.

Tal esforço coletivo de pessoas e instituições com trajetórias e interesses distintos têm papel crucial como desestabilizador de hierarquias morais dominantes. Ao mobilizar forças sociais heterogêneas, tensionado status quo blindado por políticas excludentes de desenvolvimento rural. [...] Mas, além de não restringi-lo à imposição de um paradigma único, é preciso incentivar a criação de espaços de diálogo que permitam a este movimento se abrir ainda mais à diferença e a modos de pensar outra agricultura e outro rural de forma plural e não dogmática. (GERHARDT, 2014, p. 39)

É pertinente destacar que, mesmo defendendo fielmente uma corrente de pensamento, a Agricultura Familiar é composta de um público heterogêneo, dotado de uma intrínseca diversidade das formas de produção e reprodução, de relações de trabalho, de dinâmicas territoriais, de “estratégias individuais e coletivas de reprodução e dos processos de diferenciação social” (SCHINEIDER, 2009, p. 11), que fazem total sentido de acordo com as vivências, crenças, valores, éticas, culturas e construção social dos sujeitos inseridos em seus territórios.

Corroborando com o debate, Stephen R. Gliessman (2001), evocamos esforços para a Agroecologia como uma possível (e necessária) mudança de paradigma, não só no sistema

PRONATER, e dá outras providências.

produtivo – assumindo a ecologia – mas, sobretudo, nas relações entre os seres humanos inseridos nos agroecossistemas<sup>79</sup>, com total harmonia e respeito aos conhecimentos tradicionais de comunidades e antigas civilizações, constituídas de distintas cosmovisões. Entende-se, portanto, que esse é um processo do saber que acumula-se de geração em geração, que mantém viva e presente a diversidade de formas de enfrentamentos dos povos rurais em defesa da vida, em contínuos processos de resistências, resiliências e lutas das mais (im)previsíveis adversidades. Gliessman (2001) afirma que:

[...] a Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para ambientalmente desenvolver consciente, uma agricultura altamente produtiva que é economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade. (GLIESSMAN, 2001, p. 56).

Dando seguimento aos estudos de Gliessman, Caporal e Costabeber (2004) sugerem que é sim possível dar suporte à construção do Desenvolvimento Rural Sustentável a partir da aplicação dos princípios da Agroecologia, contudo deve assentar-se na busca de contextos de sustentabilidade crescente, alicerçados em algumas dimensões básicas, as multidimensões da sustentabilidade a partir da Agroecologia, que são: a ecológica, a social e a econômica (constituídas no primeiro nível); a cultural e a política (no segundo nível) e, a ética (no terceiro nível). (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

A seguir, tratar-se-ão essas dimensões individualizadas, entendendo-se que seu conjunto é um importante elemento metodológico e analítico para a pesquisa em questão, sugerindo diversas formas de possíveis indicadores quando analisados os contextos gerais conjuntamente.

#### 1. Dimensão Ecológica:

Para Reiniger *et al.* (2017), esta dimensão, quando trazida à luz do contexto local dos sujeitos que estão interessados em produzir continuamente, no mesmo local, não se pode prestar atenção apenas no seu espaço físico e esperar que possa alcançar metas de

---

79 “Um agroecossistema que incorpora as qualidades de um ecossistema natural como resistência a perturbações, estabilidade, produtividade e equilíbrio, proporcionando as condições que garantem o equilíbrio dinâmico necessário para alcançar um sistema sustentável. À medida que os insumos antrópicos externos são reduzidos, pode-se esperar um retorno a processos ecológicos mais naturais. (GLIESSMAN, 2002, p. 26-27).

sustentabilidade a longo prazo. Dito isso, pois, outros fatores ambientais, sociais, culturais, econômicos, políticos e éticos influenciam e determinam tal espaço, concomitantemente.

Apesar de carregar a simbologia das ações ecológicas nessa dimensão, na prática não trata-se apenas da “preservação e/ou melhoria das condições químicas, físicas e biológicas do solo (aspecto da maior relevância no enfoque agroecológico)”. Nessa dimensão trata-se, sobretudo, da “manutenção e/ou melhoria da biodiversidade, das reservas e mananciais hídricos, assim como dos recursos naturais em geral”, considerando-se tanto os seus níveis micro, quanto macro. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 112).

O conceito de sustentabilidade expressado nessa dimensão inclui uma noção de “preservação e conservação da base dos recursos naturais como condição essencial para a continuidade dos processos de reprodução socioeconômica e cultural da sociedade, em geral, e de produção agropecuária, em particular, numa perspectiva que considere tanto as atuais como as futuras gerações” (REINIGER *et al.*, 2017, p. 35), o que indica a necessidade de outras dimensões.

## 2. Dimensão Social:

A dimensão social, por sua vez, caminha lado a lado da dimensão ecológica. Representa precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, especialmente pela noção de equidade entre os seres humanos, vislumbrando-se por uma busca contínua pela melhoria nos níveis de qualidade de vida mediante a produção e o consumo de alimentos, em quantidade e qualidade biológica superior, e que assumem posições sociais de natureza ética ou moral. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Nesse caso, é a própria percepção de riscos e/ou efeitos maléficos da utilização de certas tecnologias sobre as condições sociais das famílias de agricultores que determina ou origina novas formas de relacionamento da sociedade com o meio ambiente, um modo de estabelecer uma conexão entre a dimensão social e a ecológica, sem prejuízo da dimensão econômica (um novo modo de “cuidar da casa” ou de “administrar os recursos da casa”). (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 113).

Dito de outra forma, significa que as práticas agrícolas sustentáveis (dimensão ecológica), sob o olhar da dimensão social, não têm valor se não forem vinculadas ao bem-estar das comunidades agrícolas e urbanas, entendo que o conceito de equidade deriva do conceito de justiça social. Ou seja,

[...] deve ser garantido a todos, um nível mínimo de qualidade de vida, de ambiente, de direitos, a que todos devem ter acesso igual aos recursos e oportunidades da comunidade, e que, por fim, nem indivíduos nem grupos devem ter de suportar maiores sacrifícios ambientais ou sociais que o resto da comunidade. Este conceito dialoga muito com o conceito de desenvolvimento sustentável, já que a equidade social não se aplica apenas ao respeito e melhores condições de vida para todos num momento presente, mas também para as gerações vindouras (relações intergerações). A desigualdade social afeta diretamente as questões ambientais do mundo moderno, a chamada desigualdade ambiental, que afeta todas as sociedades. (REINIGER *et al*, 2017, p. 40).

Conforme observado por Caporal e Costabeber (2004), é neste caso que normalmente surgem as percepções dos riscos e consequências devido o uso desenfreado de alguns produtos e/ou tecnologias na unidade familiar. Essa percepção, muitas vezes, desencadeia um outro olhar sobre a realidade, a ponto de determinar novas formas de relacionamentos, tanto sociais quanto ambientais.

### 3. Dimensão Econômica:

Nas estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável, os resultados econômicos obtidos pelos agricultores são elementos-chave para que os sujeitos atinjam a sustentabilidade dos agroecossistemas, garantindo a reprodução social do conjunto familiar. Isso supõe a necessidade de se obter balanços energéticos positivos nos cultivos agrícolas e criações de animais, “sendo necessário compatibilizar a relação entre produção agropecuária e consumo de energias não renováveis”. Para isso, voltam-se as atenções para a importância da produção de subsistência, “assim como a produção de bens de consumo em geral, que não costumam aparecer nas medições monetárias convencionais, mas que são importantes no processo de reprodução social e nos graus de satisfação dos membros da família”, especialmente quando leva-se em consideração a capacidade da produção na garantia da própria segurança alimentar da família. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 113-114).

Nesse sentido, não se trata somente de buscar aumentos de produção e de lucros, “pois eles podem ocasionar reduções de renda e dependências crescentes em relação a fatores externos, além de danos ambientais que podem resultar em perdas econômicas no curto ou médio prazos.” (REINIGER *et al.*, 2017, p. 44). Dito em outras palavras, para que sejam satisfatórios e benéficos, os bons resultados econômicos devem ser almejados junto a equidade social, estilos sustentáveis de produção agrícola, respeito à cultura local, valorização da ancestralidade, etc.

#### 4. Dimensão Cultural:

Esta dimensão aborda elementos a partir da necessidade das intervenções, de forma que elas sejam respeitadas para com a cultura local. Ou seja, “os saberes, os conhecimentos e os valores locais das populações rurais precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento rural”. Com isso, as formas de intervenção “devem espelhar a ‘identidade cultural’ das pessoas que vivem e trabalham em um dado agroecossistema.” (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 114).

Para isso, a agricultura precisa ser entendida como uma atividade econômica e sociocultural, pensada e realizada pelos sujeitos locais, que produzem e se reproduzem dadas suas formas particulares de relacionamentos entre si e com o meio ambiente. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004)

Mais do que nunca, esse reconhecimento da importância do saber local e dos processos de geração do conhecimento “ambiental e socialmente útil” passa a ser crescentemente valorizado em contraponto à idéia ainda dominante, mas em processo de obsolescência, de que a agricultura poderia ser homogeneizada com independência das especificidades biofísicas e culturais de cada agroecossistema. (REINIGER *et al.*, 2017, p. 48).

Para tanto, essa dimensão aponta para a necessidade do diálogo com outras dimensões, dada a sua realidade. Isso quer dizer que a dimensão cultural, por vezes, sofre influências de outras dimensões, como a política e sua capacidade intrínseca de contribuir (positivamente e/ou negativamente) para a manutenção e/ou exclusão de dada cultura<sup>80</sup>.

#### 5. Dimensão Política:

A dimensão política da sustentabilidade tem a ver com as redes de organização social e de representações dos diversos segmentos da população rural, tais como os processos participativos, autogestionáveis e democráticos que se desenvolvem no contexto da produção agrícola.

Nesse contexto, o desenvolvimento rural sustentável deve ser concebido a partir das concepções culturais e políticas próprias dos grupos sociais, considerando-se suas

---

80 Um exemplo disso é a própria luta dos povos originários aqui no Brasil. Sabe-se que a luta desses povos é intrínseca à chegada do “homem branco” neste continente. Contudo, a partir da Constituinte no final da década de 1980, pouco a pouco esses povos iam conquistando direitos, mesmo que de forma ainda muito sutis. Contudo, vivemos atualmente uma década em que a luta indígena “eferve” novamente, com constantes retiradas de direitos e de severos ataques aos seus territórios e estilos de vida, inclusive partindo do atual Governo Federal. Esse ataque genocida e etnocida interfere negativamente para a reprodução desses povos e de seus costumes, pois esta é uma guerra de narrativas, onde o Estado quer silenciar uma dessas narrativas por meio da morte cultural e existencial dos povos originários, saqueando as “riquezas” naturais.

relações de diálogo e de integração com a sociedade maior, através de representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos e profissionais, numa lógica que considera aquelas dimensões de primeiro nível como integradoras das formas de exploração e manejo sustentável dos agroecossistemas. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 114-115)

Contudo, a dimensão política está fortemente interligada com a dimensão social pois, através da interação dos sujeitos, criam-se “as condições indispensáveis para o avanço do empoderamento dos agricultores e comunidades rurais como protagonistas e decisores dos rumos dos processos de mudança social”. (REINIGER *et al.*, 2017, p. 51). Ou seja, a dimensão política diz respeito aos métodos e estratégias participativas capazes de contribuir positivamente para a autoestima, o bem-estar e o pleno exercício da cidadania e da democracia das populações rurais.

Dessa forma, é preciso que na prática criem-se espaços de diálogo e de plataformas de negociação para que hajam maiores igualdades nas decisões, espaços esses historicamente ocupados pela visão hegemônica da modernidade. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

#### 6. Dimensão Ética:

A última, mas não menos importante dimensão, diz respeito à questão ética da sustentabilidade que está diretamente relacionada com a solidariedade intra e intergeracional e com as novas responsabilidades dos indivíduos e da sociedade em relação à preservação do meio ambiente.

Partindo do princípio que a crise vivida atualmente tem sua origem socioambiental,

[...] qualquer novo contrato ecológico deverá vir acompanhado do respectivo contrato social. Tais contratos, que estabelecerão a dimensão Ética da sustentabilidade, terão que tomar como ponto de partida uma profunda crítica sobre as bases epistemológicas que deram sustentação ao surgimento desta crise. Neste sentido, precisamos ter clareza de que o que está verdadeiramente em risco não é propriamente a natureza, mas a vida sobre o Planeta, devido à forma como nos utilizamos dos recursos naturais. Sendo assim, a dimensão ética a que nos referimos exige pensar e fazer viável a adoção de novos valores, que não necessariamente serão homogêneos. Para alguns dos povos do norte rico e opulento, por exemplo, a ética da sustentabilidade tem a ver com a necessidade de redução do sobre-consumo, da hiper-poluição, da abundante produção de lixo e de todo o tipo de contaminação ambiental gerado pelo seu estilo de vida e de relação com o meio ambiente. Para nós, do sul, provavelmente a ênfase deva ser em questões como o resgate da cidadania e da dignidade humana, a luta contra a miséria e a fome ou a eliminação da pobreza e suas consequências sobre o meio ambiente. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 115).

Na esteira dessa dimensão, a busca pela soberania e segurança alimentar inclui a necessidade de alimentos limpos e saudáveis para todos, ressaltando o compromisso e a responsabilidade de tratar do direito ao acesso equânime aos recursos naturais, do acesso à terra para trabalhar e viver e de uma vida digna, auspiciados pelos princípios e valores que expressam a solidariedade sincrônica (entre as gerações atuais) e a solidariedade diacrônica (entre as atuais e futuras gerações). (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Portanto, esta dimensão exige que a sociedade reveja a posição que o ser humano assume, afastando-se da visão em que o ser humano é visto apenas como força de trabalho e consumidor alienado, voltando-se para uma “elevada hierarquia, uma vez que de sua consideração podemos afetar os objetivos e resultados esperados nas dimensões de primeiro e segundo nível”. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 116).

A dimensão ética da sustentabilidade está relacionada, sobretudo, à solidariedade das pessoas com seus familiares, comunidades e até mesmo com pessoas e comunidades desconhecidas e a responsabilidade dos indivíduos com os recursos naturais e a paisagem, ou o ecossistema em si, quando se estabelece uma relação de preservação e conservação para com eles. (REINIGER *et al.*, 2017, p. 53).

Leonardo Boff (2006), um importante teólogo ligado aos Movimentos Sociais do campo, aponta que importantes elementos necessariamente estão contidos na “ética da sustentabilidade”, embasado-se nos princípios: da afetividade, do cuidado e compaixão, da cooperação e da responsabilidade. No entanto, não bastam princípios. Para ele, a sociedade em geral precisa de “virtudes, vale dizer, comportamentos e padrões que traduzem os princípios na prática. Vejo quatro virtudes fundamentais para dar sustentabilidade à Humanidade e à Casa comum”, que são: a hospitalidade, a convivência, o respeito a todos os seres e a comensalidade. (BOFF, 2006, p. 12).

Para Boff (2006), esses princípios e virtudes fundamentam-se a partir de uma nova espiritualidade capaz de criar uma aura e uma atmosfera que fazem com que a ética não decaia no moralismo e as virtudes em imperativos categóricos abstratos. Ou seja, trata-se de uma nova experiência do Ser e do sentido da vida humana.

Resumidamente, o Quadro – 1 (abaixo) exemplifica alguns possíveis indicadores de identificação das dimensões da Agroecologia, quando relacionadas com a sustentabilidade, sob uma necessária interdisciplinaridade analítica. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Quadro - 1: As multidimensões da Sustentabilidade a partir da Agroecologia e seus possíveis indicadores, conforme Caporal e Costabeber (2004).

<b>Multidimensões da Agroecologia</b>	<b>Exemplos de indicadores</b>
Dimensão Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conservação e melhoria das condições físicas, químicas e biológicas do solo;</li> <li>• Utilização e reciclagem de nutrientes;</li> <li>• Incremento da biodiversidade funcional;</li> <li>• Redução do uso de recursos naturais não renováveis;</li> <li>• Proteção dos mananciais e da qualidade da água;</li> <li>• Redução das contaminações por agrotóxicos;</li> <li>• Preservação e recuperação da paisagem natural.</li> </ul>
Dimensão Social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produção de subsistência (quali-quantitativa) nas comunidades rurais;</li> <li>• Auto-abastecimento de alimentos a níveis local e regional;</li> <li>• Qualidade de vida da população rural;</li> <li>• Acesso à educação (de qualidade e para todos) com escolas do e no campo;</li> <li>• Acesso a serviços de saúde;</li> <li>• Acesso à previdência social para todos;</li> <li>• Formas de aumentar a autoestima das famílias rurais, através da valorização dos indivíduos;</li> <li>• Adesão a formas de ações coletivas baseadas em processos participativos;</li> <li>• Acesso a atividades esportivas, de entretenimento, festas comunitárias, religiosas e clubes de jogos.</li> </ul>
Dimensão Econômica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da renda familiar através da comercialização estável dos produtos;</li> <li>• Estabilidade na produção e produtividade;</li> <li>• Redução das externalidades negativas que oneram os custos para a recuperação do agroecossistema;</li> <li>• Redução nos gastos com energia não renovável e insumos externos;</li> <li>• Ativação da economia local e regional, principalmente as formas de trocas e economia solidária e circuitos curtos;</li> <li>• Agregação de valor à produção primária, proporcionando condições para as famílias processarem os alimentos produzidos;</li> <li>• Presença de estratégias de pluriatividade.</li> </ul>
Dimensão Cultural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Correspondência das técnicas agrícolas com a cultura local;</li> <li>• Incorporação do conhecimento local nas formas de manejo;</li> <li>• “Resgate”<sup>81</sup> e aplicação dos saberes locais sobre a biodiversidade e o manejo das sementes crioulas;</li> <li>• “Resgate” e respeito aos hábitos culturais que tenham relação como etapas de processos produtivos;</li> </ul>

81 Caporal e Costabeber (2004) originalmente usaram o termo “resgate”, mantidos aqui, mas, levados à crítica quanto a outras interpretações, sob outras visões. Segundo Ailton Krenak no Programa Vozes da Floresta, não existe resgate de conhecimento e de culturas, o que existe é a sobrevivência diária dos povos que vivem severos ataques do capitalismo. Resgate, para ele, está dentro de uma visão burguesa, criado pelo branco como forma de “amortizar”, suavizar a sua culpa nesse processo de exterminação dos povos originários. Krenak afirma que a cultura é dinâmica, sendo impossível resgatá-la, como se resgata um objeto após um determinado tempo. A cultura é expressa a partir do acúmulo de uma contínua memória de vida dos antepassados, uma construção social do mundo vivido. (Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KRTJH1os4w>>. Acesso em: 15/05/2021.)

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Observação de elementos culturais determinantes da diversificação da produção e sua relação com segurança alimentar;</li> <li>• Valores culturais e sua relação com o calendário de trabalho agrícola.</li> </ul>
Dimensão Política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de formas associativas e de ação coletiva;</li> <li>• Ambiente de relações sociais adequado à participação;</li> <li>• Existência de espaços próprios à construção coletiva de alternativas de desenvolvimento e de movimentos sociais do campo;</li> <li>• Marco institucional favorável à intervenção e participação dos atores sociais locais;</li> <li>• Existência de representação local em defesa de seus interesses no âmbito da sociedade maior.</li> </ul>
Dimensão Ética	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Busca por segurança alimentar e nutricional que inclui a necessidade de alimentos limpos e saudáveis para todos;</li> <li>• A solidariedade, apoio mútuo e responsabilidade dos agricultores em produzir alimentos ecológicos;</li> <li>• Direito ao acesso equânime aos recursos naturais, à terra para o trabalho e a todos os bens necessários para uma vida digna;</li> <li>• Rever a posição do homem apenas como força de trabalho e consumidor alienado;</li> <li>• Necessidade de redução do sobre-consumo e do desperdício dos alimentos;</li> <li>• Repensar a abundante produção de lixo e de todo o tipo de contaminação ambiental gerado pelo seu estilo de vida ocidental;</li> <li>• Garantia da dignidade humana, através da luta contra a miséria e a fome ou a eliminação da pobreza e suas consequências sobre o meio ambiente.</li> </ul>

Fonte: elaboração de David Wigg (2021) a partir da bibliografia consultada em Caporal e Costabeber (2004).

Esses possíveis indicadores nos auxiliam a refletir acerca dos campos de aplicação e formas de expressão dos princípios da Agroecologia, contribuindo para a definição de metodologias a serem utilizadas, adaptadas a cada realidade e contexto vivido, contribuindo no longo caminho para que se alcance estilos de agriculturas mais sustentáveis. Para isso, essa agricultura deve, impreterivelmente, atender requisitos sociais, considerando os aspectos culturais, preservando os recursos ambientais e apoiando a participação política dos sujeitos envolvidos direta e indiretamente, sem deixar de atender os resultados econômicos favoráveis ao conjunto familiar e também à sociedade (alimentos saudáveis), de forma que inclua tanto a presente como as futuras gerações (ética de solidariedade) não apenas nos debates, mas especialmente nas ações. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

Pensar as futuras gerações é uma emergência da sociedade na tentativa de barrar o colapso ambiental e essa deve ser uma busca para uma nova orientação de desenvolvimento,

inclusive o rural, que deve partir da adoção de novas formas e estilos de agriculturas, mais sustentáveis, vinculando os aspectos sociais e ecológicos, considerando-os em mesmo grau de importância dos aspectos econômicos. Isso nos obriga a pensar

[...] novos valores de vida, a partir de cada contexto, indo desde o repensar a nossa forma de consumo (remetendo a uma ação individual, hedônica), até a nos organizar em prol da redução da desigualdade social e suas consequências como a pobreza, fome e impactos para o meio ambiente (numa perspectiva mundial). (REINIGER *et al.* 2017, p. 55).

Na prática, essas experiências de ecologização dos agroecossistemas devem estar em consonância com as múltiplas dimensões da sustentabilidade a partir da Agroecologia, anteriormente apresentadas.

Isso quer dizer que, não adianta o agricultor ter um controle rígido com suas práticas agrícolas, todos em prol do não uso de substâncias químicas e de práticas conservacionistas de manejo, e, por exemplo, utilizar trabalho escravo em sua propriedade, ferindo uma das premissas da dimensão social e ética. Não adianta também, o agricultor ter um rigoroso cuidado em produzir de forma limpa, atendendo aos princípios ecológicos e comercializar para um grupo seletivo de pessoas, de alto poder aquisitivo e cobrando preços exorbitantes pelos produtos. Ademais, entendemos que as dimensões são separadas apenas por uma questão de organização do pensamento, no plano teórico. Na prática, numa experiência concreta, não conseguimos dividir os eventos de determinada ação e analisá-la sob uma dimensão isolada, pois elas sempre se entrelaçam e se sobrepõem. (REINIGER *et al.* 2017, p. 56).

A partir desse diálogo entre as seis dimensões entre si e da interdependência delas, o saber tradicional das famílias deve ser levado em consideração, combinando elementos da ciência e da própria agricultura moderna. Assim, essas técnicas mais ecológicas não tentam modificar ou transformar radicalmente os ecossistemas, identificando elementos de manejo que, uma vez incorporados, conduzem a uma otimização da unidade de produção em maior consonância com a natureza. (COSTA NETO, 2006).

Porém, as dificuldades produtivas se expressam também sob influência das orientações políticas – nacional, estadual e municipal – em seus distintos ramos de atuação, como por exemplo, esse *continuum* desmantelamento em voga das políticas de proteção do meio ambiente, das políticas voltadas para o fortalecimento da Agricultura Familiar, bem como políticas de combate à fome e tantas outras medidas que impactam diretamente as populações mais vulneráveis.

Essa intersecção de enfraquecimento das políticas públicas ambientais e sociais aprofunda-se justamente em um momento que se engatinhava a estruturação da PNATER que, mesmo com diversas dificuldades práticas, políticas e institucionais, orientava-se pelos princípios da Agroecologia<sup>82</sup>. Essa política dialogava com o entendimento que, tanto a Agricultura Familiar quanto a ATER carecem de metodologias que propiciem o debate inclusivo dos atores locais para a resolução conjunta dos anseios, problemas e desafios cotidianos, tanto da produção de alimentos, quanto da nutrição humana.

Nesse limbo criado pela desestruturação das políticas públicas, permanecem os agricultores familiares dedicando-se à produção, esforçado-se para criar e reinventar formas de comercialização. Esse trabalho extra, apesar de exaustivo, mostra-se cada vez mais eficaz na capacidade de diálogo com os consumidores em torno de questões como a saúde humana, a valorização dos produtos e, até mesmo em torno da sustentabilidade, mesmo que esse número de consumidores “mais ecológicas” encontra-se ainda incipiente diante o estágio de avanço da modernidade.

Para dar conta desse debate e das transformações exigidas nesses processos, surge a necessidade de um maior empoderamento da sociedade, perpassando por questões sobre justiça ambiental e educação ambiental crítica, potencialmente capazes de contribuir para a elevação do pensamento crítico, da busca por seus direitos e pela da troca de saberes entre os sujeitos (em especial os agricultores, os agentes mediadores e os consumidores).

Nessa tônica, o debate em torno de um alimento mais ecológico, dentro da lógica ambiental e social, sucinta o debate não só da qualidade dos produtos agrícolas, mas também reforça a importância de se pensar criticamente sobre tudo o que envolve a vida, colocando em xeque-mate o “padrão tecnológico” dominante e a sua proposta insustentável de “bem-estar”.

Por esse prisma, uma produção ecologicamente correta deve estar alicerçada em formas e técnicas agrícolas em conformidade com a natureza, exigindo outros tempos e olhares, outros *quê fazer e como fazer*. Ademais, é igualmente requerido o estabelecimento de “redes” e “elos”, inteiramente relevantes para o sucesso do caminhar coletivo, do processo de transição agroecológica. Fatores como a comercialização, o comércio justo e os circuitos

---

82 Esse processo de sucateamento do Estado e de paralisação das principais políticas de fortalecimento social, ambiental e produtivo aprofunda-se a partir do Golpe de 2016, comandado pela Câmara dos Deputados, levando ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

curtos são fundamentais para a construção e estabelecimento dessas redes, pois estabelece outros tipos de relações entre os sujeitos, contribuindo para uma melhor autonomia das famílias agricultoras e uma melhor alimentação para os consumidores, fatores imprescindíveis a serem alcançados rumo a sustentabilidade.

Para que seja possível atingir esse patamar no processo evolutivo, abrangendo o máximo de cada experiências possíveis em transição, surge a necessidade de uma formação, ou conscientização de longo alcance, que dialogue efetivamente com a sociedade, auspiciada em alguns objetivos que, dentro da Educação Ambiental (EA), Carvalho (2004) orienta que deverão:

[...] 1) Promover a compreensão dos problemas socioambientais em suas múltiplas dimensões: geográficas, históricas, biológicas, sociais e subjetivas; considerando o ambiente como conjunto das inter-relações que se estabelecem entre o mundo natural e o mundo social, mediado por saberes locais e tradicionais, além dos saberes científicos; 2) Formar uma atitude ecológica dotada de sensibilidades estéticas, éticas e políticas sensíveis à identificação dos problemas e conflitos que afetam o ambiente em que vivemos. (CARVALHO, 2004, p. 21).

A tônica da citação acima, com os devidos ajustes aos fatores locais, vai ao encontro dos propósitos da Extensão Rural contemporânea ao passo que devem responder “[...] aos condicionamentos socioeconômicos e ambientais deste novo século” (CAPORAL, 2009, p. 32), arraigada de diálogos, interdisciplinaridade e intercâmbio de saberes entre os agricultores e os diversos agentes e instituições que mantêm relações com o meio rural. Para isso, é preciso de:

[...] novos enfoques de desenvolvimento sustentável, e que, portanto, precisa ser construída uma nova base teórica, para orientar a ação da Extensão Rural, o que entendemos que é possível a partir da adoção dos princípios da Agroecologia, estabelecendo-se, a partir deles, um novo conceito de Extensão Rural, o conceito de Extensão Rural Agroecológica. (CAPORAL, 2009, p. 32)

Da necessidade de melhorar o diálogo, especialmente na urgência de ouvir os agricultores locais e de resgatar seus conhecimentos agroecossistêmicos, surgem propostas práticas para a mudança do perfil desses agentes, de forma que passam a contribuir em vias de uma agricultura verdadeiramente mais sustentável, superando aquela antiga ideia assistencialista de “técnico/assessor”, passando a adotar uma posição mais de mediador, ou facilitador/promotor do desenvolvimento.

Para isso, é necessária toda uma mudança de práticas, valores e ações das instituições em direção ao seu verdadeiro compromisso com modelos de desenvolvimento ecológicos e socialmente mais sustentáveis. Essa mudança na atuação deve promover uma reorientação profissional baseado na comunicação horizontal, considerando os aspectos transdisciplinares que, historicamente, são descartados pelos conhecimentos científicos, pelas políticas públicas e por programas de desenvolvimento.

Nesse sentido, Paulo Freire (1985) aborda críticas (ainda atuais) sobre a extensão rural, defendendo que a comunicação é, por si só, essencialmente linguística, e tal fato irrecusável impõe problemas de real importância, que não devem ser esquecidos, tampouco menosprezados. Para ele:

[...] a comunicação eficiente exige que os sujeitos interlocutores incidam sua "admiração" sobre o mesmo objeto; que o expressem através de signos lingüísticos pertencentes ao universo comum a ambos, para que assim compreendam de maneira semelhante o objeto da comunicação. Nesta comunicação, que se faz por meio de palavras, não pode ser rompida a relação *pensamento-linguagem-contexto ou realidade*.

Não há pensamento que não esteja referido à realidade, direta ou indiretamente marcado por ela, do que resulta que a linguagem que o exprime não pode estar isenta destas marcas.

Por fim, no parece claro o equívoco ao qual nos pode conduzir o conceito de extensão: o de estender um conhecimento técnico até os camponeses, em lugar de (pela comunicação eficiente) fazer do fato concreto ao qual se refira o conhecimento (expresso por signos lingüísticos) objeto de compreensão mútua dos camponeses e dos agrônomos. Só assim se dá a comunicação eficaz e somente através dela pode o agrônomo exercer com êxito o seu trabalho, que será co-participado pelos camponeses. (FREIRE, 1985, p. 47-48).

A partir da sua interpretação, surge a necessidade de um diálogo de “igual para igual”, de construção de relações embasadas na comunicação (e não apenas a extensão de algo), que trate de dar conta do enorme desafio posto, respeitando e valorizando os conhecimentos tradicionais e locais, mantendo vivas as culturas locais e reconhecendo a importância das famílias rurais para a biodiversidade e para o desenvolvimento rural sustentável. Inerente a isso, a ATER deve atuar de forma a incentivar os agricultores e agricultoras a terem uma visão crítica de seus problemas, de forma que sejam capazes de serem os protagonistas da superação dos seus problemas, de forma coletiva. Essa postura visa contribuir no processo de empoderamento desses sujeitos pela participação social nas esferas políticas. e incentivando formas de organização social via associativismos e cooperativismos, fomentando suas capacidades de autogestão e autonomia. (CAPORAL e DAMBRÓS, 2017).

As prestadoras de ATER devem estar a par desses desafios organizacionais para serem capacitadas para contribuir positivamente no território e, desde o princípio, orientadas por uma outra concepção de agricultura, diferente daquela denominada “moderna”. Ou seja, além de outro enfoque produtivo (a partir de outra forma de se relacionar com a natureza), é necessária uma drástica mudança nas formas de relações entre os sujeitos, a começar pelos técnicos, agricultores e consumidores, embasadas em diálogos e troca de saberes, munidas de aceitação dos pontos divergentes, negando-se as formas de imposições de pensamentos, “verdades” preestabelecidas e preconceitos.

Observa-se, portanto, a necessidade de mudanças estruturais significativas, que vão além da inovação tecnológica, como por exemplo, redes de apoio e de solidariedade entre os agricultores e consumidores. A mudança requerida, vêm ao encontro da almejada por Altieri (2010) quando, para ele, não é possível fazê-la sem a presença dos movimentos sociais que criam vontade política entre os servidores públicos com poder de decisão, que pressionam para desmontar e transformar as instituições e as regulações que atualmente freiam o desenvolvimento agrícola sustentável. Necessita-se de uma transformação mais radical da agricultura. Uma transformação que esteja dirigida pela noção de que a mudança ecológica da agricultura não pode promover-se sem mudanças comparáveis nas arenas sociais, políticas, culturais e econômicas que conformam e determinam a agricultura.

### **3 METODOLOGIA**

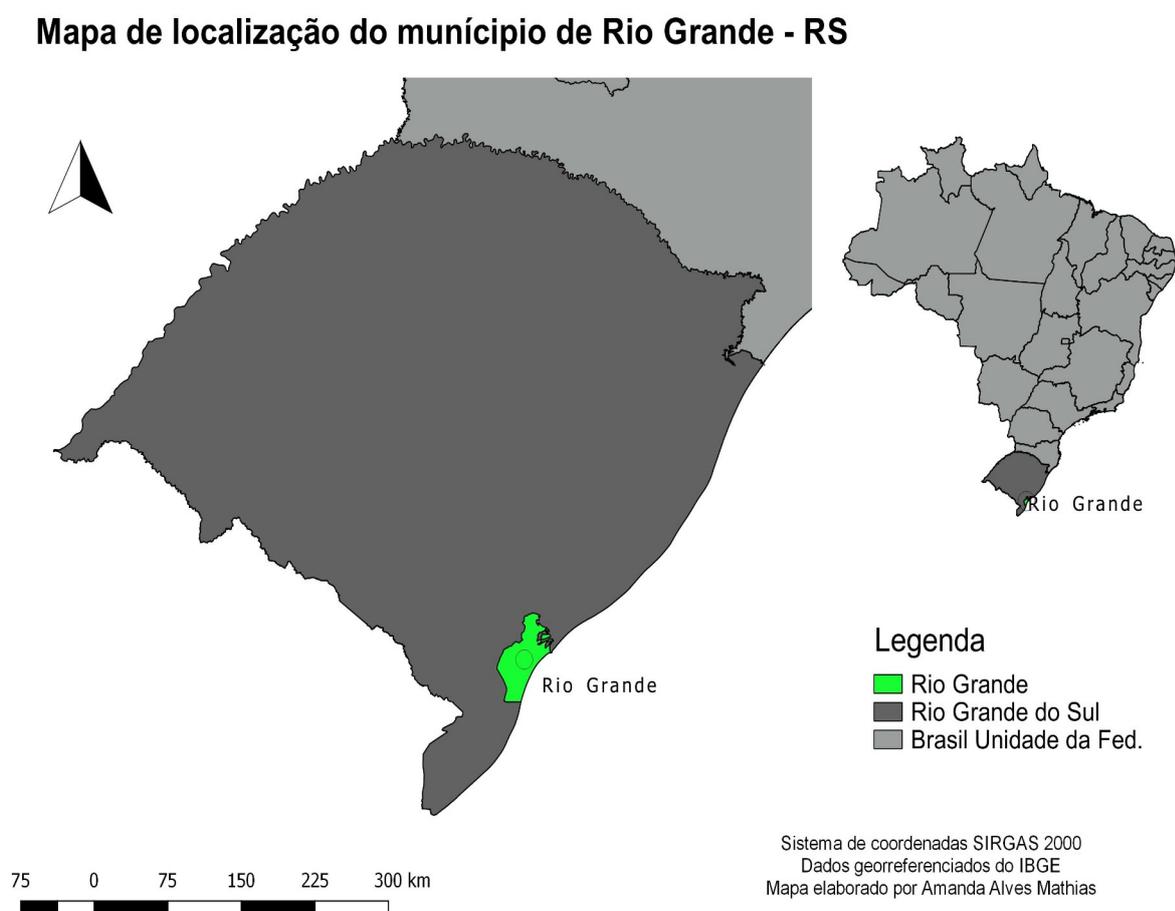
#### **3.1 OS LOCAIS DA PESQUISA**

Em consonância com José de Souza Martins (2000), a pesquisa inspira-se na sociologia rural, especialmente quando apontada como um ramo da ciência extremamente “capaz de contribuir para a melhora de vida das populações rurais”, desde que o sociólogo rural reconheça-se como um membro da comunidade estudada. Para tanto, a pesquisa parte do local de origem do pesquisador, buscando-se a recuperação da “dimensão crítica da tradição sociológica”, a partir de uma visão crítica na relação educativa com as populações, abrindo-se mão das certezas, para “assimilar as incertezas que ajudou a disseminar e fazer dessas

incertezas uma mediação cognitiva essencial na relação entre a teoria e a prática”. (MARTINS, 2000, p. 11).

Dessa forma, considerou-se como recorte do estudo, o espaço rural do município de Rio Grande (ver Figura 1 – abaixo), localizado na região Sul do Rio Grande do Sul.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Rio Grande – RS.



Fonte: Amanda Alves Mathias (2021); elaborado para esta dissertação.

Com uma longa trajetória histórica, o município de Rio Grande carrega uma forte presença e simbolismo do espaço rural, expressados em hábitos e memórias, como o caso das

feiras livres<sup>83</sup>, ou ainda, o caso do distrito da Quinta, que traz em seu nome, a herança colonizadora portuguesa dos “quintais produtivos”<sup>84</sup>.

O fato da existência de inúmeras feiras livres pela cidade contribui significativamente para a etapa inicial da pesquisa. Isso facilitou um prévio levantamento geral dos feirantes, realizado por meio da aplicação de questionários semi-estruturados aos feirantes, com a finalidade de apresentar elementos socioeconômicos, produtivos e ambientais, buscando informações acerca da utilização da água, solos e insumos, dos sistemas de produção utilizados (se convencional ou se “em transição”), das formas de comercialização, bem como informações mais pessoais/sociais como formas de relações, hábitos, valores, etc. Obtiveram-se no geral, ótimos diálogos iniciais com esses e essas feirantes, deixando uma boa impressão e abertura para futuros contatos e pesquisas.

Os questionários servem, ainda, de uma fonte direta de levantamento de dados (quantitativos e qualitativos) sobre os aspectos socioeconômicos, técnicos e políticos que, futuramente, poderão ser melhores estudados, além de contribuir positivamente para um melhor reconhecimento da realidade local. Essas aproximações mais diretas vieram a contribuir para o delineamento do recorte geográfico da pesquisa, o qual interessa no estudo: famílias agricultoras que buscam uma produção mais ecológica.

Dessa maneira, a pesquisa (estudo de caso) afunila-se a duas experiências familiares bem distintas, selecionadas por meio da amostragem intencional. A escolha delas deu-se basicamente pelos seguintes fatores:

1) Uma das experiências (família João e Maria) encontra-se em um estágio bem estabelecido quanto a produção orgânica de hortifrutigranjeiros e de processados caseiros, utilizando-se de técnicas e produtos alternativos no sistema produtivo, com alta eficiência. Quanto à comercialização, a família participa do PNAE e também encontram-se bem

---

83 Segundo Cledeir Vergara Mendonça, historiador da cidade do Rio Grande que passou duas gestões como técnico da Secretaria de Agricultura do município (nas gestões passadas, denominada de Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário; na atual gestão, Secretaria da Pesca, Agricultura e Cooperativismo), afirma em depoimentos que as primeiras feiras livres em espaços públicos em Rio Grande datam de 1820.

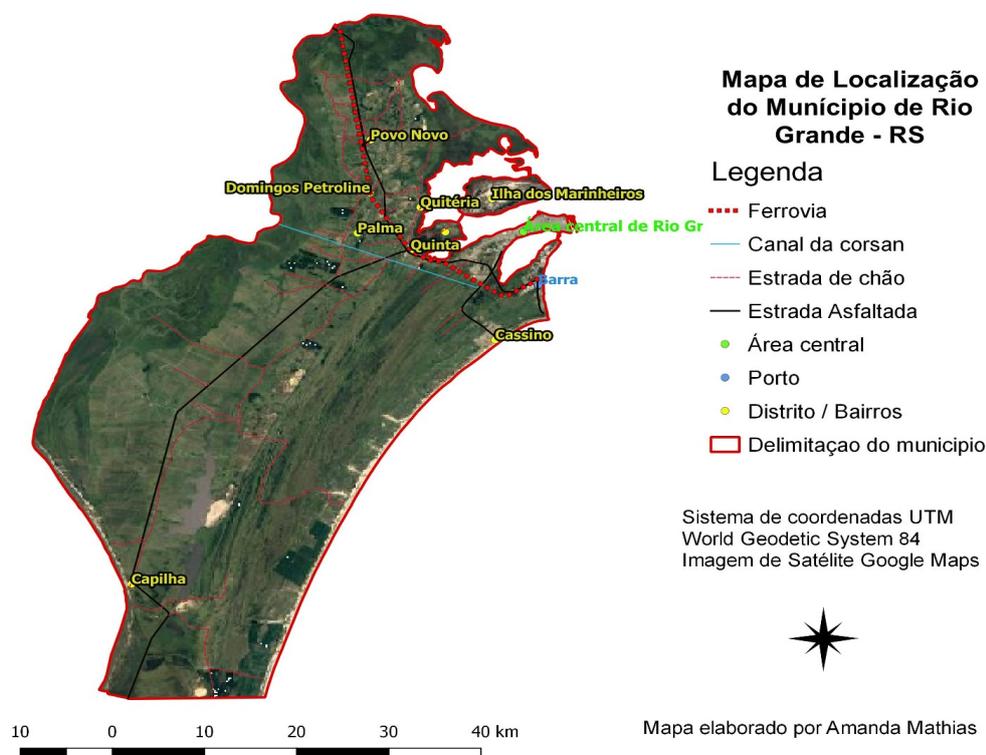
84 Do latim vulgar *quintana*, 'casa anexa a terreno de cultura', através do português antigo *quintã*. É frequente em Portugal e na Galiza, bem como as suas variantes Quintã e Quintana; e tem os derivados Quintães, Quintanas, Quintanelas, Quintanilha, Quintão, Quintãos, Quintarelho, Quintares, Quintas, Quintãs, Quinteira, Quinteiras, Quinteiro, Quinteiros, Quintinha, Quintinhas, Quintinho, Quintões e Quintola. (Disponível em: <<https://www.infopedia.pt/dicionarios/toponimia/Quinta>>. Acesso em 07/02/2021).

estabelecidos nos circuitos curtos de comercialização (feiras e entrega de cestas). Essa experiência localiza-se no distrito do Povo Novo;

2) A outra experiência (Romeu e Julieta) localiza-se na localidade da Palma e refere-se à criação de gado para produção de leite, com uso de alguns princípios de homeopatia no tratamento animal e técnicas “menos conservadoras” quanto ao manejo do pasto e silagem animal. Contudo, sua produção é vendida para um laticínio localizado em Estrela/RS, devido a falta de valorização dessa produção diferenciada na localidade. Esses fatores chamam atenção pelo fato de ser uma atividade considerada “mais limitada” para a produção orgânica/agroecológica, além de, até mesmo na literatura, há um limitado número de estudos sobre esta atividade;

3) Ambos os casos ficam próximos à residência do pesquisador (o pesquisador reside entre a Palma e a Quinta). Essa proximidade contribui positivamente para o contato entre pesquisador e os pesquisados, por ser geograficamente na mesma região (Figura – 2).

Figura 2 – Mapa de localização dos bairros do município de Rio Grande – RS.



Fonte: Amanda Alves Mathias (2021); elaborado para esta dissertação.

A busca pelos produtores que almejam uma produção mais ecológica apresentou-se como de relativa facilidade dadas as referências que estas iniciativas representam no município. Desenvolvendo-se a pesquisa, outras experiências, tão interessantes quanto, foram descobertas, porém seria inviável ampliar esta pesquisa. Nota-se, ao decorrer do estudo, que o número de produtores “mais ecológicos” vêm diminuindo na última década, inclusive, ainda no início da década de 2000, o município ensaiava uma feira cujo nome era “Feira em Transição Agroecológica”<sup>85</sup> e ocorria aos sábados na praia do Cassino, mas devido diversas dificuldades, não conseguiu se manter ao passar do tempo.

Na tentativa de elencar algumas dessas dificuldades, a pesquisa centrou esforços na busca de algumas respostas inerentes à temática, por meio de visitas a essas famílias “em transição agroecológica”. Essas visitas possibilitaram a aplicação de entrevistas informais, objetivando-se a captação de elementos mais profundos, mais sensíveis às realidades que, muitas vezes, não são captados pelas metodologias mais “diretas e formais” (como da pesquisa quantitativa). De forma complementar, gerou-se muitas anotações de campo, essenciais para a reflexão e para obtenção de respostas até então desconhecidas.

A heterogeneidade das características de cada família entrevistada sugere trazer à tona o quão plural é o meio rural e que, mesmo tratando-se de experiências mais ecológicas, sugere a necessidade de superação de metodologias e práticas prontas, ditas “receitas”. Contudo, ainda assim, os modos de vida rurais encontram-se presentes nos envolvidos na pesquisa, seja na vivência, nas atividades agrícolas e agropecuárias, nas formas de produção e reprodução das famílias, na memória... expressando diversas faces e construções históricas, cada qual com seus processos culturais, que lhes são próprios<sup>86</sup>.

---

85 A título de informação, a família do pesquisador desta dissertação participou da “Feira em Transição Agroecológica” vendendo produtos derivados do leite de cabra, também sob orientações ecológicas no processo, buscando-se a máxima redução de insumos externos e uso de produtos químicos e sintéticos.

86 Concordando-se com Almeida (1989), “não há nada ‘alto’ ou ‘baixo’ na cultura, mas sim, há diferenças. Todo indivíduo é socializado dentro de um determinado contexto cultural e faz parte desse contexto. Acima de tudo, ter presente sempre que os povos rurais são pessoas humanas e que o seu modo de vida tem a sua razão de ser.” (ALMEIDA, 1989, p. 104-105).

### 3.1.1 O município de Rio Grande e as bases do seu “desenvolvimento”

[...] *Passam os tempos mas a terra ainda tem dono*  
*Do grito do índio, aos gritos atuais*  
*Há cheiro de terra nos próprios ideais*  
*De um povo sofrido, ereto em vontade*  
*De escrever liberdade nos seus memoriais*  
*Enquanto o gaúcho for visto no pampa*  
*Enquanto essa raça teimar em viver*  
*O grito dos livres ecoará nesses montes*  
*Buscando horizontes libertos na paz. [...]*  
 Grito dos Livres  
 Dante Ramon Ledesma

Fundado em 1737, Rio Grande é o município mais antigo do Estado do Rio Grande do Sul, fazendo parte do Litoral Sul. Trazemos aqui algumas características intrínsecas desse município que, em sua história, traz um importante legado rural neste território rodeado por águas salgadas (Oceano Atlântico) e doces (Lagoa dos Patos, Lagoa Mirim e diversos banhados).

No quesito hídrico, Rio Grande apresenta uma nítida abundância de água, o que sugere uma particularidade ímpar para a agricultura. A região do Litoral Sul do Rio Grande do Sul é privilegiada pelas maiores lagoas do Brasil: a Lagoa Mirim e a Lagoa dos Patos (que ligam-se por meio do canal de São Gonçalo). Essas lagoas foram formados na transgressão<sup>87</sup> durante a última glaciação, retendo parte da água na forma de uma sucessão de lagoas, lagunas e banhados que comunicam-se entre si e com o mar.

A Lagoa Mirim, por sua vez, estende-se até o Uruguai, passando pela Estação Ecológica do Taim<sup>88</sup>. A Lagoa dos Patos desemboca no oceano Atlântico, justamente em Rio Grande, privilegiando o maior empreendimento econômico do município: o “Superporto”. Esse porto marítimo localiza-se na margem oeste do Canal do Norte (escoadouro natural da bacia hidrográfica da Lagoa dos Patos). Entrou em operação em 1915, quando os primeiros 500 metros de cais construídos foram liberados para o tráfego.

87 Transgressão é o avanço do mar sobre áreas litorâneas, em virtude de elevação do nível do mar ou de movimentos de afundamento da zona costeira.

88 A Estação Ecológica do Taim está localizada na “Planície Costeira Gaúcha, ao sul da cidade de Rio Grande, entre as lagoas Mangueira e Mirim, com 30% de seu território no município de Rio Grande, e 70% no município de Santa Vitória dos Palmares.” (MESQUITA, 2012).

A área de atuação do porto compreende os estados do RS e SC, assim como regiões de países vizinhos, como Uruguai, Sul do Paraguai e Norte da Argentina. Devido à proximidade com esses países, o porto tornou-se conhecido como Porto do MERCOSUL. O início da construção do Porto Velho do Rio Grande ocorreu em 1869, sendo que sua inauguração foi realizada em 1872. A implantação do Porto Novo, por sua vez, foi iniciada em 1910, tendo o mesmo entrado em operação em 1915. (EMBRAPA. Disponível em: <[https://www.embrapa.br/macrologistica/exportacao/porto\\_rio-grande](https://www.embrapa.br/macrologistica/exportacao/porto_rio-grande)>).

No entanto, em 1997 o Porto foi privatizado sob pretextos de altos investimentos em novos equipamentos e infraestrutura, com custo mais baixo e melhor produtividade que, supostamente, tornaria o Porto mais atrativo. Além do Porto, há em suas adjacências um polo industrial com uma refinaria da Petrobrás e estaleiros, além de muitas empresas multinacionais do ramo de insumos agrícolas e de *commodities*, completando as modificações responsáveis pela criação de novos empregos (e desempregos) que compõem a economia. (MESQUITA, 2012).

Muito em decorrência dessa expansão portuária, o município herda um legado de intensos conflitos socioambientais<sup>89</sup>, especialmente quando analisados os impactos negativos deste empreendimento às atividades pesqueiras artesanais, onde muitas famílias sobrevivem da pesca, uma das atividades mais importantes do município. E comunidades periféricas que crescem desordenadamente.

Na literatura, diversos estudos apontados pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), como por exemplo de Rosa e Soto (2015), afirmam que este espaço é repleto de contradições sociais, muito em consequência do polo naval de Rio Grande, que atinge especialmente os pescadores e a população urbana marginalizada que cresce desordenadamente ao redor das áreas portuárias. Para os autores, por tratar-se de uma visão puramente econômica, onde o capitalismo potencializa esses conflitos e suas contradições devido a sua lógica específica em relação à produção que, por sua essência, ignora as relações socioambientais existentes nesse espaço.

Claro e Pereira (2017) destacam em seu estudo realizado acerca das ações de Educação Ambiental realizados pela EMATER na década de 1990 apontam que as noções de Educação Ambiental tomadas pelo Estado pautam-se numa racionalidade tecnocêntrica, cientificista, que negligencia os saberes tradicionais das camadas populares.

---

89 O conflito socioambiental pode ser definido como uma disputa por recurso(s) natural(ais) que envolve(m) a escassez e os interesses diversos acerca dos mesmos. (ROSA e SOTO, 2015, p. 608).

O documento analisado no estudo descreve que as atividades realizadas junto a comunidade da Ilha do Torotama, enquanto possibilidades de "mão de obra alternativa":

[...] compreende-se que há o entendimento por parte do Estado de que a pesca não representa uma atividade suficiente no que tange ao sustento dos moradores locais. Portanto, ao invés de discutir os desafios existentes na pesca artesanal, o poder público busca incentivar a comunidade a encontrar outras formas de obtenção de renda para seu sustento. A Educação Ambiental serviria, então, como uma possibilidade de educar os sujeitos para outras formas de se viver, que não a partir dos saberes tradicionais da comunidade, dadas as problemáticas oriundas da atividade pesqueira. (CLARO e PEREIRA, 2017, p. 94-95).

Como conclusões do estudo, os autores concluíram que é possível compreender que as práticas realizadas na comunidade de pesca artesanal da Ilha da Torotama fazem parte de uma proposta que abarca também os espaços rurais do município, pois:

essa proposta de "promover a Educação Ambiental" não demonstra ser um projeto articulado as comunidades de pesca, no qual a comunidade apresente seus desafios, necessidades e enfrentamentos, mas é posta enquanto sujeito passivo na elaboração de ações que visem uma proposta de Educação Ambiental. Podemos identificar esse aspecto ao perceber certa resistência da comunidade quanto à inserção da EMATER, que responde tal manifestação culpabilizando os pescadores artesanais pela crise do pescado, sem, contudo, discutir a pesca predatória industrial e outros fatores cruciais presentes nas causas dos problemas enfrentados pelos pescadores locais. (CLARO e PEREIRA, 2017, p. 97-98).

Fleury e Rosa (2018) discorrem, ainda, sobre a caracterização desse município como integrante das "zonas de sacrifício", que são territórios afetados pelas promessas fracassadas em detrimento do desenvolvimento que mantém a "cidade em suspenso", especialmente após final da década de 2000, momento em que chegam ao município, novos estímulos através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a proposta de ampliação do polo naval com novos atores e novos empreendimentos da indústria naval. No entanto, após mais de 15 anos, o cenário atual é de um completo abandono de políticas socioambientais.

Isso demonstra que esta cidade vêm sendo historicamente "descrita como destino de diversos ciclos econômicos e, da mesma forma, de instalação de segmentos da indústria como se a cidade fosse especialmente apropriada para atividades industriais que causam danos ao meio ambiente." (FLEURY e ROSA, 2018, p. 222).

Escamoteado pelos empreendimentos industriais marítimos, o município enfrenta inúmeras dificuldades de superação dos desafios impostos por essa orientação política de

“desenvolvimento” que abandona outros setores de fundamental importância para a economia e autonomia de um município, como por exemplo, a agricultura.

Mesmo que invisibilizada por grande parte da população e políticas públicas eficientes, a agricultura no município de Rio Grande caracteriza-se peculiarmente quanto aos aspectos que envolvem a sua capacidade de produção agrícola de alimentos, especialmente em posse da Agricultura Familiar.

A seguir, apresentamos alguns dados que melhor caracterizam o “biopoder” da Agricultura Familiar em Rio Grande – RS:

a) Estrutura fundiária do município: dados na literatura confirmam que cerca de 61,23% dos estabelecimentos rurais são familiares, ocupando apenas 18,07% das terras (AMORIM, 2016), porém responsáveis pela produção da maioria dos gêneros alimentícios cultivados no município (em apenas 1.577 hectares;), quando comparados com a produção da agricultura patronal (18.681 hectares), ocupadas basicamente pela monocultura do arroz (MOURA e MANTELLI, 2010);

b) Taxa de urbanização: o Censo Agropecuário (2006) demonstra que o município apresenta uma taxa de urbanização em cerca de 96%. Esse dado revela o quanto o espaço rural do município é sufocado pelo “progresso urbano e industrial”. Ressalta-se neste ponto, a importância da agricultura de resistência, que mesmo ocupando teoricamente 4% da área total do município, é responsável por uma parte significativamente importante da produção agrícola para o município;

c) Importância da produção agrícola da Agricultura Familiar: mesmo com ínfima parcela de terra utilizada quando comparada com a agricultura patronal, a Agricultura Familiar no município é responsável por 100% da produção de fava em grão, do feijão verde, do fumo em folha, da mandioca, e do tomate rasteiro, produzidos no município. Os números são favoráveis também para a produção do melão (99%), da cebola e do feijão preto (98%); 97% da ervilha em grão, 96% da abóbora e do alho, além de 95% de toda produção de batata inglesa e da melancia. Outras produções que destacam-se também, são: de 90% do feijão de cor em grão, 87% de toda produção de milho em grão e de milho forrageira; 67% da produção de aveia branca em grão e, por fim, de 21% do arroz em casca, segundo Moura e Mantelli (2010).

Esses dados nos chamam atenção para as reflexões do quão pertinente é o aprofundamento dos estudos focados no meio rural, dando a devida importância para a Agricultura Familiar e sua capacidade de produção de alimentos, categoria tantas vezes esquecida pelos gestores públicos. Esse assunto ganha ainda maior relevância quando essa produção é baseada sob outras formas de agriculturas, menos predadoras, ditas em uma “transição agroecológica” – produção de alimentos saudáveis, de qualidade e para a população – com crescentes compromissos social e ambiental, para além do viés estritamente econômico.

### 3.2 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa, qualitativa de caráter exploratório e explicativo, realizou-se a partir de orientações práticas e metodológicas que a conformam como um estudo de caso. Esse tipo de pesquisa, segundo Antonio C. Gil, trata-se de “um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento” que, por meio de uma visão global do problema preestabelecido levado à prova, busca a identificação de “possíveis fatores que o influenciam ou não por ele influenciados”. (GIL, 2002, p. 54-55).

Para tanto, considerou-se a observação não-participante que, para Almeida (1989), “é caracterizada pelo fato de o investigador observar o fenômeno ou o processo social ‘de fora’ sem participar do mesmo, exceto na qualidade do observador.” (ALMEIDA, 1989, p. 95).

Dessa forma, a coleta de dados foi conduzida por meio de uma imersão na realidade dos sujeitos pesquisados, com o auxílio de técnicas como entrevistas e conversas abertas, descrição, categorização e análise dos dados, o que possibilitou uma maior inferência, compreensão e interpretação da complexa realidade do universo abordado. (MARTINS, 2004).

Seguindo alguns passos pré definidos, a pesquisa delineou-se em 7 etapas: 1) Planejamento; 2) Revisão bibliográfica; 3) Amostragem; 4) Coleta dos dados; 5) Retorno à bibliografia; 6) Análise dos dados e; 7) Elaboração da dissertação.

O planejamento decorre desde o início da pesquisa como uma ferramenta administrativa, possibilitando a melhor percepção da realidade, contribuindo na avaliação dos

possíveis caminhos a serem trilhados, permitindo as necessárias reavaliações exigidas durante todo o processo da pesquisa.

Como já abordado anteriormente, a revisão bibliográfica apoia-se nos aportes das teorias do Desenvolvimento Sustentável fundamentados nos princípios da Agroecologia, perpassando pela necessária abordagem acerca da modernidade, responsável por bruscas mudanças de hábitos e relações humanas, que geram sérias consequências para o meio ambiente. Para isso, foram revisitados autores clássicos, complementados por autores contemporâneos que auspiciam o debate.

O processo de amostragem dos casos estudados foi realizado a partir dos contatos diretos do pesquisador com feirantes e agricultores já conhecidos, permitindo a observação da unidade social de cada família escolhida. Utilizamos da amostragem não probabilística do tipo intencional (ou de julgamento), a qual é realizada de acordo com o julgamento do pesquisador para a escolha dos membros que farão parte do estudo (OLIVEIRA, 2001). Dessa forma, foram selecionadas as duas famílias que a pesquisa se aprofundou, especialmente por apresentarem características em proximidade com as atividades agrícolas e agropecuárias de base mais ecológica, ambas pertencentes ao grupo social da Agricultura Familiar e de relativa facilidade de acesso.

Para o levantamento dos dados, optou-se pela aplicação de entrevistas informais, considerada como uma importante técnica exploratória para "conhecer o terreno", familiarizar-se com a realidade e para levantar informações mais gerais, buscando a correlação dos elementos observados com a bibliografia.

Reconhecidas essas realidades, foram aplicadas as entrevistas abertas às duas famílias escolhidas para o estudo, de forma que os elementos subjetivos sejam melhor percebidos e entendidos, fatores considerados de extrema importância nas Ciências Sociais, em especial quando trata-se de estudar elementos que dizem respeito às relações sociais e ambientais, entendendo-se que:

[...] desde sua origem, observamos um defeito muito sério no atual sistema de pesquisa agrícola. Os institutos estão organizados sobre a base de uma ciência particular, em vez de ramos mais abrangentes da própria agricultura. O instrumento (a ciência) e o objeto (a agricultura) perdem o contato. Os pesquisadores confinam-se em um determinado aspecto de sua especialização; as pesquisas logo tornam-se departamentalizadas, a experiência prática em vez de ser a regra, é a exceção. (HOWARD, 2007, p. 278). [...] A pesquisa agrícola do futuro deverá ficar a cargo de poucos homens e mulheres oriundos do meio rural, e que tenham recebido um

conhecimento científico de primeira qualidade, além de terem uma especial aptidão para a vida prática com a agricultura. Eles precisam combinar conhecimentos científicos com os conhecimentos práticos. [...] O estudo dos problemas agrícolas deve ter seu início a partir do campo e não do laboratório. [...] um agricultor observador e mesmo um simples trabalhador que tenham passado suas vidas em estreito contato com a natureza podem ser de extrema valia para o pesquisador. O ponto de vista de todos os camponeses do mundo é digno do maior respeito. (HOWARD, 2007, p. 324)

Acreditamos que a escolha metodológica e as formas aproximação para com os sujeitos pesquisados condizem com a necessidade de serem respeitadas as realidades e heterogeneidades dos casos, pontos considerados cruciais para a pesquisa que, naturalmente, “[...] não deve restringir-se a uma simples classificação dos sistemas agrícolas. Deve ir além, e tratar de todos os elementos culturais que repercutem na paisagem agrícola.” (VALVERDE, 1964, p. 36-37).

O desenvolvimento das atividades a campo baseou-se em uma metodologia onde a intervenção junto aos produtores rurais fosse a mínima possível, buscando o máximo respeito as suas realidades e formas de vida (DA ROS, 2011). Essa tarefa de se buscar uma maior compreensão, observação e reflexão do todo potencializa a capacidade de informações mais fidedignas que, na sua totalidade, se potencializam a medida em que avançamos nas análises dos dados, dando as devidas atenções para os contextos ambiental, econômico, institucional, político e sociocultural do público envolvido na pesquisa.

### **3.2.1 Coleta dos dados**

Nesta etapa da pesquisa, utilizamos um conjunto de técnicas cujo emprego visa ampliar os espaços de observação das experiências estudadas a partir da percepção sensorial do observador, algo que Martins (2004) aborda enquanto prática científica, diferenciando-a das observações diárias realizadas no cotidiano.

Em se tratando de uma pesquisa em Extensão Rural, Almeida (1989) sugere que a observação, neste caso:

[...] se refere ao comportamento com a sua dupla significação objetiva e subjetiva e o pesquisador deve estar habilitado a perceber, entender, explicar e interpretar o significado profundo do comportamento humano. Se já não é fácil observar sistematicamente fenômenos simples, e é difícil observar fenômenos complexos, a

dificuldade aumenta quando se trata de objetivar fenômenos subjetivos como, por exemplo, as intenções e atitudes dos agricultores. (ALMEIDA, 1989, p. 90).

Para isso, deu-se uma importante atenção aos elementos que remontam a construção histórica do espaço, apoiados na bibliografia, a fim de melhor entender o contexto geral dos sujeitos que integram a categoria social Agricultura Familiar, bem como os elementos sobre quais os fenômenos sociais e ambientais integram-se nesse processo. Outras técnicas também foram utilizadas, tais como as descritivas, anotações de campo e uma necessária imersão, auxiliando o processo de organização dos dados, chegando-se aos resultados mais fielmente realísticos. (ALMEIDA, 1989).

Os elementos observados foram sendo transcritos, selecionados e organizados, constituindo o banco de dados a partir da compreensão dos aspectos que perpassam o ambiente físico da comunidade, os centros da vida comunitária, a agricultura, a organização grupal, lideranças, relações na e com outras comunidades, controle social, listagem dos problemas e possíveis sugestões para suas resoluções, etc., ultrapassando os temas de interesse nesta pesquisa, mas que, servem de suporte para criação de hipóteses e contextos mais reais e amplos, dando luz a outras possíveis pesquisas e estudos.

Para um melhor entendimento dos processos percorridos pela pesquisa, enumeram-se a seguir as suas distintas fases percorridas:

#### 1) Aproximação com o público pesquisado e com a realidade:

A pesquisa desenvolve-se em um terreno (espaço geográfico) relativamente novo para o pesquisador. A escolha pela aproximação inicial aos agricultores se deu basicamente por meio de idas a diversas “feiras livres” espalhadas pelo município de Rio Grande<sup>90</sup>. A escolha dessa forma de aproximação se deu principalmente pelo fato de as feiras serem espaços mais propícios para abordagens mais rápidas, ainda que sob a hipótese de que a probabilidade de se

---

90 Ressalta-se que, segundo dados levantados no site da Prefeitura, até o ano de 2017 haviam 30 diferentes feiras distribuídas no município. (Disponível em: <<https://www.riograndetem.com.br/prefeitura-promove-feiras-livres-em-todo-o-municipio-confira-os-dias-locais-e-horarios/>>). Para participar dessas feiras, até o ano de 2020, era preciso fazer um cadastro junto à Secretaria de Agricultura, podendo escolher apenas um ramo de produtos para a venda (ex.: doces ou verduras, etc.), estando ainda, em um tipo de “listagem”, conforme a disponibilidade de cada feira. Quanto à Feira do Produtor, havia exigência do mesmo ser de fato o produtor, o que transpassa uma importante medida para fortalecer a comercialização de quem realmente produz o alimento. No entanto, em julho de 2021 (trocada a gestão), diversos feirantes alegam que há uma certa “bagunça” na organização das mesmas, com muitos feirantes que fogem da produção agrícola e artesanal. Ou seja, se por um lado eles reclamavam que havia muita burocracia para participar das feiras, por outro, a total flexibilização para participação também não contempla maiores satisfações.

encontrar agricultores é alta e, quando encontrado, neste caso, já sabe-se que eles destinam parte da produção para a comercialização, via a venda direta.

Ao total, foram percorridas 7 feiras livres<sup>91</sup> que ocorrem em diversas localidades, dias e horários no município. Buscando os agricultores dentro dos espaços de feiras, o início da pesquisa mostrou-se muito amplo, pois existem experiências muito promissoras que se expressam, cada qual à sua maneira, como processos de atividades agrícolas e agropecuárias em transição agroecológica. Essas expressões, sem generalizações, partem desde práticas mais “sustentáveis” até mesmo por questões religiosas, ancestrais, culturais ou ainda por meio de outras filosofias de vida e/ou questões de saúde que, para um melhor aprofundamento da totalidade desses elementos e suas análises, demandariam muito mais tempo-espço do que o disponível para a conclusão do curso, evidenciando a pertinente importância da continuidade do estudo.

O conhecimento de muitas famílias agricultoras que se aproximam de experiências de agriculturas “mais ecológicas” contribuiu significativamente para um melhor diálogo e interação do pesquisador com as famílias, abrindo espaço para a utilização de técnicas como conversas formais e informais, aplicação de questionário semi-estruturado e visitas a algumas localidades.

## 2) Aplicação do questionário semiestruturado aos feirantes:

Após o momento da aproximação, propriamente dita, a pesquisa avança para a realização de um questionário semi-estruturado (ver apêndice A). Optou-se por uma abordagem mais ampla da parcela dos produtores (para além dos agricultores de base ecológica) a fim de se obter um levantamento inicial mais geral, mais abrangente sobre a realidade da agricultura no município estudado, antes de centrar as atenções aos aspectos mais específicos da pesquisa.

Dessa forma, aplicaram-se 30 questionários, contendo 27 questões abertas e fechadas, subdivididas em 3 grandes áreas: 1) levantamento socioeconômico; 2) levantamento produtivo e; 3) levantamento técnico/ambiental.

Após esse movimento de absorção do panorama mais geral dos circuitos de feiras como um todo, seguimos rumo ao afunilamento do público-alvo de maior interesse para a

---

91 Percorreram-se as feiras nas localidades: Povo Novo, Quinta, Cohab II, Parque Marinha, Parque São Pedro e duas no Cassino, totalizando 7 distintas feiras livres.

pesquisa em questão: aqueles (as) agricultores e agricultoras que desempenham atividades rurais de base ecológica.

### 3) Escolha do público-alvo da pesquisa:

Esta etapa se traduz pela grande dificuldade na escolha dos casos a serem estudados mais profundamente, dadas as inúmeras iniciativas de agriculturas mais ecológicas que estão se desenvolvendo no município. No entanto, à guisa de garantir a melhor inserção, imersão e coleta dos dados, escolheram-se duas experiências que denotam maior facilidade para o acompanhamento, não deixando de lado, é claro, o necessário enquadramento da experiência sendo uma unidade de Agricultura Familiar com princípios que se aproximam de uma agricultura/agropecuária de base mais ecológica.

Dessa forma complementar, foram selecionadas duas experiências distintas de produção “mais ecológicas”, intencionalmente escolhidas. A primeira experiência (família João e Maria) diz respeito à estruturação de uma produção orgânica de hortifruticultura, onde a família comercializa sua produção em feiras livres no município. A segunda experiência (família Romeu e Julieta) trata de uma criação de gado leiteira com princípios da homeopatia e técnicas de forragens mais ecológicas.

### 4) Visitas *in loco*:

Nesta etapa, com caráter de aprofundamento às experiências selecionadas para a pesquisa, iniciaram as coletas de dados, propriamente dita da pesquisa. Ao total, foram realizadas 04 visitas às propriedades das famílias (1 visita à família João e Maria e 3 visitas à família Romeu e Julieta), além de 3 visitas à feira do Povo Novo, onde a família João e Maria comercializa a sua produção. Sempre muito acolhedoras, as famílias se mostram muito preocupadas com os temas que giram em torno da sustentabilidade e do desenvolvimento rural.

Inclusive, uma das visitas realizadas se tornou possível a partir do convite feito pelo Ecomuseu da Picada<sup>92</sup> - Polo Regional da Agricultura Familiar (ver Figuras – 3 e 4). Nessa ocasião, ocorreu uma atividade de cálculo e dimensionamento do sistema de irrigação para

---

92 É um museu interativo no meio rural, onde os visitantes podem fazer uma volta ao passado (século XIX). Oferece passeios a cavalo, caminhadas em trilhas de matas nativas, brincadeiras em figueiras bicentenárias, entre outros atrativos. No local também são realizadas oficinas de sensibilização sobre o meio ambiente. No dia 24 de junho de 2021 completou 26 anos de criação, no entanto, enfrenta diversas dificuldades financeiras para se manter, especialmente nestes últimos períodos de governos neoliberais.

uma futura horta agroecológica, que passará a desenvolver atividades coletivas com demais agricultores da região. Essa atividade contou com a presença da EMATER/RS-Ascar o que proporcionou importantes observações e um primeiro contato com a instituição de ATER atuante neste município.

Figura 3 – Visita ao Ecomuseu da Picada – Polo da Agricultura Familiar de Rio Grande/RS.



Fonte: David Wigg. 20/08/2020.

Figura 4 – Visita ao Ecomuseu da Picada.



Fonte: David Wigg. 20/08/2020.

As Figuras – 3 e 4 mostram a visão da entrada da cede da propriedade, onde a terra já recebeu um primeiro tombamento como forma de arejar e soltar o “mato” (grama, capim...) para receber a incorporação do esterco (o monte ao lado direito das imagens). Na Figura – 3, podemos observar a existência de figueiras na propriedade que, conforme os administradores do Ecomuseu, há fortes indícios de que essa linha de figueiras foi plantada há mais de 200 anos por comunidades indígenas. Este local (antes de ser uma “propriedade”) era a rota originária dos povos que faziam a travessia Pelotas x Rio Grande, acompanhando as curvas de nível “naturalmente observadas” entre os banhados.

A relevância das visitas tornam-se visíveis diante das possibilidades de melhores percepções acerca das relações e realidades às quais as famílias fazem parte, reconhecendo a existência e importância da pluralidade da Agricultura Familiar, bem como a diversidade e potencialidade dos agroecossistemas e sua construção histórica.

Por meio de conversas abertas, formais e informais, uma certa absorção da realidade vivida pelos agricultores foi possibilitada, onde percepções, sentimentos pessoais, muitas

anotações, aprendizados e dúvidas foram gerados que, naturalmente, contribuíram muito no traçado da pesquisa e nos redirecionamentos da visão do pesquisador.

#### 5) Aplicação das entrevistas:

No intuito de melhor aprofundamento da realidade dos casos escolhidos, foram aplicadas as entrevistas não estruturadas<sup>93</sup> às duas unidades rurais familiares. Aplicaram-se, ao total, duas entrevistas a cada experiência, de forma cooperativa, levando em consideração que o entrevistado não é visto unicamente como uma “fonte de informações a serem objetivamente coletadas e analisadas, mas, antes, como alguém que co-constrói, com o entrevistador, o discurso produzido na situação de entrevista.” (CASTAGNA *et al.* 2008, p. 10).

Complementando o levantamento dos dados, o processo de entrevista foi estendido também para um agente da ATER (codinome Pedro), técnico da EMATER/RS-Ascar do município de Rio Grande. Esta “extensão” foi muito importante para a pesquisa como forma de possibilitar a coleta de dados e informações mais específicas acerca das percepções da Instituição, além de levantar elementos que melhor elucidam as formas de relações entre os produtores rurais e os técnicos/mediadores.

### 3.2.2 Metodologia de Análise

Tratando de uma pesquisa qualitativa, o estudo recorreu a Análise de Conteúdo como metodologia de análise. Para Laurence Bardin (1977), a análise de conteúdo é capaz de fomentar uma visão mais holística da realidade, o que entra em conformidade com o almejado na pesquisa, pois leva em consideração a heterogeneidade do meio rural.

Para garantir seu êxito, a Análise de Conteúdo deve ter como ponto de partida a organização, passando pela exploração do material (codificação) até que se chegue ao

---

93 A escolha pelas entrevistas não estruturadas não quer dizer que “o pesquisador não deva ter uma atitude participativa durante a entrevista. Uma abordagem utilizada pelos pesquisadores que lidam com entrevistas não estruturadas é a de, no momento da entrevista, evitar ao máximo o que consideram uma interrupção desnecessária”, (CASTAGNA *et al.*, 2008, p. 26), contudo, momentos de comentários, demonstração de interesses ou até mesmo solucionar dúvidas, são vistas de bom tom para a melhor interação entre o entrevistador e o entrevistado.

tratamento dos dados (inferência e interpretação). Dessa forma, as diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três eixos centrais, conforme Bardin (1977):

#### 1. Organização da análise:

O primeiro passo seguido para o processo da análise se traduz no investimento de longas horas em diversas leituras, das mais variadas visões, criando a base à contextualização teórica da pesquisa. Essas leituras, muitas profundas, outras mais flutuantes, se constituíram como uma importante fase do “despertar” para uma maior abertura da consciência, elevando o entendimento acerca da revisão teórica e a formulação de diversas hipóteses transitórias, possibilitando o andamento do *corpus* da pesquisa.

A exploração do material se deu de forma a contemplar as questões anteriormente formuladas nas hipóteses, tendo cuidados mais específicos quanto aos objetivos almejados e aos cuidados no processo de transcrição das entrevistas e assimilação de alguns elementos-chave.

#### 2. A exploração do material:

Nesta etapa, entra em cena a codificação dos dados, tarefa que partiu de recortes previamente definidos levando em conta as multidimensões da sustentabilidade a partir da Agroecologia como unidades de registro. Dessa forma, o material foi explorado minuciosamente, rendendo diversas releituras e audições, buscando nas unidades de contexto, dados e informações que possivelmente identificaria os temas e aprimoraria a codificação dos dados. Nesse momento, entra em cena, a importância do diário de campo e as diversas anotações que auxiliam na elucidação de diversos detalhes que, potencialmente, seriam esquecidos ao passar do tempo, caso não recorridos.

Um maior “mergulho” aos dados auxiliou positivamente para a melhor familiarização com os mesmos, possibilitando algumas inferências que contribuíram para novas reflexões e assimilação do conteúdo. Esses aspectos são mencionados por Franco (2005) como importantes elementos a serem considerados para que se tenha uma codificação dos dados de forma mais fidedigna, superando as dificuldades de manter as mensagens, mas, sem que percam o seu significado e sentido, passíveis à interpretação.

### 3. O tratamento dos resultados:

Como critérios de categorização dos dados, foram observados os caracteres semânticos das sentenças transcritas dos discursos dos entrevistados, elucidando o sentido das palavras e sua interpretação. Dessa forma, as categorias de análise foram criadas a *priori*, pré-determinadas a partir das “multidimensões da sustentabilidade a partir da Agroecologia”, dimensões propostas por Caporal e Costabeber (2004), abordadas no próximo ponto.

#### 3.2.3 Categorias de Análise

Para a criação das categorias de análise, um árduo caminho foi percorrido, com tropeços e recomeços marcados por inúmeras idas e vindas entre os materiais produzidos e selecionados até que se chegasse à definição da categorização dos principais temas de análise da pesquisa, especialmente pelo caráter mais holístico de visualizar a realidade, tal qual defendida por Bardin (1977), que dialoga positivamente com os princípios da Agroecologia, entendendo-a como um aporte teórico e metodológico capaz de orientar a análise dos agroecossistemas, pois:

[...] a Agroecologia defende a necessidade de que as estratégias de desenvolvimento rural considerem o potencial endógeno, tanto ecológico como humano, assim como suas relações com os sistemas econômicos. Significa então que, teórica e metodologicamente, a Agroecologia parte dos marcos sociais da unidade familiar de produção e das comunidades, dos grupos, das cooperativas e de outras formas de cooperação e sociabilização em que estejam organizados os agricultores. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004, p. 106).

Dessa forma, a Agroecologia assume um papel central dentro da pesquisa, tanto prática quanto uma ciência, integrando os mais diversos ramos do saber. Metodologicamente, a Agroecologia assume uma posição central à pesquisa, especialmente por indicar, categoricamente, as multidimensões da sustentabilidade.

Dando luz à categorização dos dados de forma a salutar os aspectos (a) técnicos; (b) socioeconômicos e; (c) políticos, definiu-se como Categorias de Análise as seis multidimensões da sustentabilidade a partir da Agroecologia, tais quais abordadas por Caporal e Costabeber (2004) como: 1) Dimensão Ecológica; 2) Dimensão Social; 3) Dimensão Econômica; 4) Dimensão Política; 5) Dimensão Cultural e; 6) Dimensão Ética.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 OS CASOS ESTUDADOS**

#### **A) Agroecossistema João e Maria – experiência de produção e comercialização orgânica de hortifrúti**

A primeira experiência escolhida para o estudo compreende a unidade familiar de produção orgânica é formada pelo casal de codinomes sr. João, de 57 anos, sra. Maria de 49 anos e sua filha de 30 anos.

A partir dos depoimentos, percebe-se que a família tem uma trajetória de superação bem emocionante, sempre apoiado em cursos e trocas de experiências como formas de dominar cada vez mais os benefícios das práticas mais ecológicas, mesmo que por horas cheguem a questionar a sobrecarga na jornada de trabalho. Vivenciam uma onerosa jornada em seu dia a dia, tarefas que vão desde o preparo de novas áreas de plantio, irrigação, roçada dos canteiros, lida no gado, colheita, arrumação da produção para a feira e para a entrega das cestas, ida para duas feiras semanais e, além de tudo, as tarefas domésticas e de lazer. Ao menos, em questões mais práticas contam com o apoio e incentivo dos técnicos da EMATER/RS-Ascar e da Secretaria de Agricultura do município.

Por meio desses incentivos, a família participou de diversos cursos, encontros e intercâmbios de produção orgânica e agroecológica, bem como a possibilitou a consolidação de uma associação para a certificação orgânica via Organização de Controle Social (OCS) a partir da união de alguns produtores do município, com o apoio da EMATER/RS-Ascar.

Segundo o levantamento de dados feita à EMATER/RS-Ascar, oito agricultores do município de Rio Grande receberam o certificado que permite a comercialização dos produtos orgânicos de forma direta, sem a obrigatoriedade do selo nos produtos. A entrega dos certificados individuais foi feita no dia 22 de outubro de 2015.

Para a família João e Maria, a certificação se torna um elemento de grande impacto na renda pois possibilita maior segurança por parte do consumidor, especialmente na forma direta, via as feiras em que participam. A certificação orgânica possibilita outra grande vantagem, que é o acréscimo de 30% do valor da produção via o PNAE, outra forma de comercialização feita pela família.

A família reside na localidade do Povo Novo (ver Figura – 2, p. 74), um antigo vilarejo do município que carrega um importante histórico rural. Tanto sr. João quanto sra. Maria são naturais das adjacências dessa microrregião, criados sempre envolvidos nas atividades agrícolas familiares. Ao se casarem, iniciaram suas vidas dedicando seus esforços à produção de fumo no sistema de produção convencional, com uso de venenos e produtos químicos sintéticos, além da pequena criação de gado. Atualmente, possuem cerca de 30 hectares de terra, uma parte adquirida por eles e outra parte deixada de herança.

A criação de gado permanece até hoje como uma atividade secundária, pois com a venda produto, garantem uma renda extra em certos períodos, além de garantir a abundante oferta de adubos proveniente do esterco. A família vê a atividade pecuária como um ótimo investimento a longo prazo, especialmente pelo fato deles terem uma quantidade significativamente grande de terra, fato que contribui para a não utilização total da área para fins agrícolas, pois como destino à produção usa cerca de 2 hectáries de terra.

Após alguns anos de dedicação ao cultivo de fumo em “parceria” com uma empresa privada, o casal relata que era um tempo de elevada jornada de trabalho além de constante utilização de agrotóxicos e alto endividamento. Diante de uma intoxicação provocada pelo uso desses venenos, sr. João sentiu-se enjoado e passou mal, chegando a quase desmaiar. Com isso, ele relata que teve um “despertar para a vida”, refletindo acerca do sofrimento que aquele tipo de agricultura estava acarretando em suas vidas. Após esse episódio de alto risco e medo concreto que a família passou, decidiram pelo abandono desse tipo de atividade agrícola baseada em produtos tóxicos para a saúde e para o ambiente.

A partir desse momento, passaram a se dedicar à produção agrícola sem venenos, iniciando os primeiros passos na feira do Povo Novo, como anfitriões deste espaço na praça, ao passo que orientados nos estudos sobre a produção orgânica e Agroecologia. Na Figura – 5 (abaixo) podemos observar parte da produção da família, na forma tradicional de canteiros em linha reta, normalmente seguindo a fileira de um único produto, intercalando canteiros e, até mesmo as linhas. Por exemplo, há dois canteiros com plantio de alface em fileira dupla e, o terceiro canteiro é de repolho, e assim por diante. Além de manter uma relativa diversidade e constantemente no tempo, a família vai fazendo rodízio nos canteiros a fim de evitar problemas de aparecimento de doenças e/ou insetos não desejados.

Figura 5 – Parcela da produção Agroecológica, propriedade da família João e Maria na localidade do Povo Novo.



Fonte: David Wigg. (24/10/2019).

Apesar do capricho e dedicação, se lamentam quanto a elevada demanda de mão de obra no processo produtivo, especialmente quanto ao tempo dispendido para as atividades dos manejos (roçada, irrigação) e com a própria comercialização. Mas mesmo assim, é perceptível a felicidade da família ao produzir alimentos sem venenos, expressos em uma melhor qualidade de vida e satisfação pessoal.

Mesmo havendo terra disponível, a família não consegue produzir a totalidade dos produtos buscados pelos consumidores, com isso passaram a comprar esses produtos para suprir essa demanda, mas não conseguem adquirir esses outros produtos orgânicos<sup>94</sup>. No entanto, no ato da venda, no caso da feira do Povo Novo, há uma separação física dos produtos que são orgânicos (produzidos por eles) e dos convencionais (os comprados). Na

---

94 Normalmente, a compra é realizada no Ceasa de Pelotas, cidade vizinha e, geograficamente, mais perto do local onde moram.

outra feira que participam, vendem apenas seus produtos orgânicos. Quanto as cestas, os produtos não orgânicos também são informados, mantendo a transparência nas relações.

Atualmente, a família participa de duas feiras no município:

1) A Feira no Povo Novo nas quartas-feiras (Figura – 6). Ressalta-se a importância dessa feira, já que foi inaugurada pela própria família há muitos anos e, hoje conta com cerca de seis bancas bem diversificadas quanto aos produtos vendidos<sup>95</sup>;

Figura 6 – Feira livre na localidade do Povo Novo.



Fonte: David Wigg. (23/10/2019).

95 Há bancas de pescados, artesanatos e roupas, mudas, produtos de limpeza e higiene artesanais, queijo, mel, além de outra banca com algumas hortaliças também.

2) A feira do Produtor aos sábados (Figura – 7). Esta feira ocorre no Cassino, na época de veraneio e garante uma ótima forma de vendas devido à grande circulação de pessoas neste ponto, próximo ao balneário.

Figura 7 – Feira do Produtor, no Cassino.



Fonte: David Wigg. (11/07/2021).

A Feira do Produtor merece aqui um destaque devido a sua regulamentação via Lei Orgânica do Município (Decreto nº 11.446, de 28 de dezembro de 2011), voltada especialmente para a criação de um espaço de comercialização para atender exclusivamente os produtores rurais, devidamente cadastrados. Essa feira é fruto de um trabalho coletivo entre a Secretaria de Agricultura, a EMATER/RS-Ascar e o Sindicato Rural de Rio Grande.

Importante salientar que nessa feira somente são comercializados aqueles produtos produzidos e/ou manipulados pelas próprias famílias, ou seja, os feirantes necessariamente devem ser os produtores dos produtos comercializados. Por esse motivo, a família estudada leva apenas a sua produção orgânica para esta feira. Contudo, a partir do contato com os consumidores desta feira, a família conseguiu estabelecer a entrega de cestas durante o início da pandemia.

Logo que começou a pandemia do Covid-19, com o fechamento e exigência das medidas de isolamento social, a família experimentou uma outra forma de comercialização. Como se dedicam a anos a essa atividade, a família tem uma clientela mais fixa, já estabelecida ao longo dos anos. Isso contribui para dar suporte para a família no início da pandemia, possibilitando o contato direto com eles e a organização das entregas das cestas diretamente aos consumidores, também aos sábados.

O sucesso dessa iniciativa deu certo desde a primeira semana, com entregas semanais chegando a 60 cestas. Com isso, queixam-se de não terem condições de ampliar a produção, para dar conta de atender as demandas. Nesse quesito, entra em cena, uma das maiores dificuldades da família que é o de contratação de mão de obra para auxiliar nos tratamentos culturais e com a comercialização. Além do valor da diária pesar nas contas do final do mês, queixam-se das dificuldades de conseguirem um ajudante comprometido, que minimamente esteja aberto a lidar com a produção orgânica, bem como ter uma certa disponibilidade de horários para auxiliar na parte da comercialização, que normalmente avança a noite anterior à feira e, no dia, as 7 h já estão montando a banca após rodarem cerca de 50 Km da casa deles até o Cassino.

Sua filha, codinome Frida, supre parte dessa demanda da comercialização. Como estudante de administração ela contribui com as tarefas da divulgação dos produtos nas redes sociais e no fechamento dos pedidos das cestas, além de outras tarefas mais pontuais em meio

aos estudos. Suas contribuições são muito bem-aceitas pelos pais, estabelecendo ótimas relações, até mesmo na participação de eventos juntamente a família.

Com o passar do tempo, a família vem ampliando a produção e as vendas. Produzem uma variedade bem grande de hortaliças e possuem minimamente uma estrutura adequada para a produção. Possuem um trator para trabalhar o solo, sistemas de irrigação por gotejamento (ver Figura – 8), moradias em ótimas condições, galpão para armazenamento da produção e ferramentas, além de duas camionetes destinadas à comercialização e uso familiar e, sobretudo, uma estabelecida rede de consumidores que, em certos períodos, demandam mais produção do que são capazes de ofertar.

Figura 8 – Sistema de irrigação por gotejamento da família João e Maria.



Fonte: David Wigg. (24/10/2019).

A família também comercializa sua produção via o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, o que representa uma ótima oportunidade de agregação na renda, pois, além de garantir a venda antecipada da produção, essa política estimula os produtores locais a, minimamente, se organizarem e planejarem suas produções (com o acompanhamento da EMATER/RS-Ascar), além de ofertar alimentos saudáveis para os estudantes das escolas municipais. Quanto as entregas, a prefeitura possui um caminhão para recolher a produção daqueles agricultores que não têm meios de transporte. Como a família possui seu meio de transporte, faz ela mesma a entrega diretamente às escolas que, posteriormente, distribuem às famílias carentes.

Neste ponto, sr. João e sra. Maria mencionam a iniciativa positiva de alguns agricultores da localidade da Palma, pois eles se unem para algumas atividades, como por exemplo, no plantio, colheita e até mesmo no transporte das suas produções tanto para as feiras quanto para as entregas do PNAE. Uma prática que não é percebida pela família, transpassando um sentimento de “isolamento” por parte da família.

#### **B) Agroecossistema Romeu e Julieta – experiência de produção leiteira com uso de homeopatia e pastagens racionais**

A segunda experiência observada diz respeito a uma unidade familiar de criação de vacas da raça holandesa para a produção de leite, na localidade da Palma (ver Figura - 2, p. 74). Essa família compreende o casal, de codinomes Julieta (de 40 anos) e Romeu (de 45 anos), seus filhos Paulo (de 12 anos) e Paula (de 18 anos) e da mãe do Romeu, dona Rosa (de 79 anos).

A família vive nesta propriedade há mais de 30 anos, quando dona Rosa e seu marido a adquiriram e, desde “sempre”, envolvidos na criação de vaca leiteira, tida como uma atividade passada de geração em geração.

Recentemente a família adquiriu outra propriedade nas adjacências, possuindo agora mais de 30 hectares disponíveis para a atividade de pecuária, divididos em lotes de pastagens (cerca de 1 ha cada lote), plantação de milho para silagem (entre 1 e 2 ha), áreas de pousio, que mudam constantemente entre si, em formas distintas de rotação, além de áreas de

preservação ambiental e banhados (mais de 5 ha) e, uma parte arrendada a terceiros como forma de renda extra.

Quanto a escolaridade, ambos adultos frequentaram apenas o ensino fundamental. Porém os jovens seguem firmes nos estudos, além de contribuírem no trabalho diário da família, especialmente no momento da ordenha das vacas.

Paula, a filha mais velha, prepara-se para fazer a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), já que objetiva cursar medicina veterinária, herdando o gosto pela criação animal de seus antepassados. Ela chegou a passar na seleção para o Curso Técnico em Agropecuária no IFSul de Pelotas (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Rio-grandense - antigo CAVG), no entanto, as dificuldades de locomoção entre a sua casa e o Instituto impossibilitaram essa oportunidade.

O menino, Paulo, estuda na escola da localidade, que fica a cerca de 4 Km de distância, mas com a Pandemia, as aulas estão sendo na modalidade *on-line*. Romeu e Julieta demonstram profundo orgulho pelos filhos, pois além de serem comprometidos e dedicados aos estudos, valorizam a vida no campo e transpassam aptidões, interesses e gostos que condizem com os seus, dando esperanças para a continuidade dessa atividade já tradicional para eles.

A família afirma que valorizam a vida rural, que nasceram, cresceram e morrerão no campo, pois isso é, acima de tudo, um estilo de vida, e representa um imenso orgulho de profissão e classe. No entanto, defendem a importância dos estudos para a elevação da qualidade de vida e por abrir portas para oportunidades futuras, e também para auxiliar nos processos produtivos, fator que explica estarem em constantes estudos e participação em cursos de aperfeiçoamentos, palestras, espaços onde buscam sempre aprimorar seus conhecimentos para inovar a produção com tecnologia.

Quanto a esses aspectos de geração de conhecimento e aplicabilidade de tecnologias, a família ressalta as orientações e acompanhamento dos técnicos da EMATER/RS-Ascar e da Secretaria de Agricultura, que contribuem para o significativo avanço produtivo da unidade, bem como na redução da dependência de mão de obra externa. Fato de grande importância para a família é a conquista do acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Com este recurso, investiram na montagem de uma sala de ordenha com os

devidos maquinários, como ordenhadeira mecânica e resfriador de leite, o que praticamente excluiu a necessidade de contratação de mão de obra para os manejos.

Com o intuito de aumentar a produtividade do rebanho, aliando às técnicas mais ecológicas, a EMATER/RS-Ascar acompanha de perto essa unidade de produção, orientando formas de plantios diretos, seleção de variedades de pastos mais indicados para cada estação do ano, divisão das pastagens em lotes rotativos, produção de silagem de milho (ver Figura – 9) para fornecer proteína e fibra de alta qualidade ao longo do ano (em especial na época do inverno, onde as pastagens sofrem muitos danos devido ao frio e alagamentos), inseminação artificial, seleção genética, etc.

Figura 9 – Silagem de milho para nutrição animal.



Fonte: David Wigg. (19/05/2020).

A família possui trator adaptado para espalhar a silagem diretamente nos cochos dos animais, diminuindo ainda mais a mão de obra gasta nos processos. Soma-se a isso, o fato de que em épocas de plantio, de colheita e de preparação da silagem, a Secretaria de Agricultura disponibiliza todo o maquinário necessário para as operações. Outro fator de significativa importância é que em certas atividades, podem contar com a ajuda de alguns vizinhos e amigos, onde praticam trocas e valores de apoio mútuo (ver Figuras – 10 e 11). Essas ações tornam-se extremamente importantes para a diminuição da onerosidade do trabalho dispendida pela família, expressado em uma maior qualidade de vida e bom convívio com a vizinhança, pois em outros momentos, esses “favores” são retribuídos.

Figura 10 – Processo da colheita do milho.



Fonte: Arquivo pessoal sr. João.

A figura acima retrata o exato momento da última colheita do milho para a fabricação da silagem, com o apoio da Prefeitura e de um vinho/amigo. Daí da lavoura eles levam direto para a pilha organizam a silagem (ver Figura 11), ao lado do estábulo de alimentação animal, facilitando a distribuição para os animais quando pronta.

Figura 11 – Processo da silagem de milho.



Fonte: Arquivo pessoal sr. João.

Adentrando na produção propriamente dita, a família desenvolve técnicas mais “racionalis” de manejo das pastagens<sup>96</sup>, bem como faz o uso de homeopatia para o controle de

---

96 Na literatura, este tipo de produção se assemelha muito ao sistema de “Pastoreio Racional Voisin – PRV”, que é um sistema de manejo das pastagens que se baseia na intervenção humana permanente, tanto nos processos da vida dos animais e da vida dos pastos, quanto da vida do ambiente como um todo, levando em conta a vida do solo e o desenvolvimento de sua biocenose, respeitando-se, sobretudo, o bem-estar animal. (CASTAGNA *et al.*, 2008).

carrapatos e de prevenção de mamite<sup>97</sup>. Por meio dessas técnicas, a família conseguiu reduzir o uso de medicamentos alopáticos, muito fortes para os animais e alto custo, diminuindo conseqüentemente, riscos de contaminação de resíduos no leite. Segundo a família, a homeopatia é feita pelos próprios técnicos da EMATER/RS-Ascar, e é responsável por uma maior eficiência e menor custo do que quando comparada com a homeopatia encontrada no mercado.

Quanto a geração de renda, a família tem a produção leiteira como a principal atividade de renda, no entanto, em momentos de maior aperto financeiro, comercializam alguns animais de sua prole. Como possuem uma quantidade significativa de terras, fazem uso de arrendamento de parte das terras ociosas, dessa forma conseguem equilibrar as contas em momentos de desvalorização do leite.

Na venda do leite, percebe-se constantes descontentamentos quanto aos valores pagos pela indústria de laticínios que compra a sua produção, constatando valores muito baixos quando comparados com o preço vendido no mercado<sup>98</sup>, além de ser muito instável. Essa inconstância no preço pago gera uma contínua preocupação quanto ao retorno econômico da atividade, pois a família fica nas “mãos” do comprador, um laticínio localizado no município de Estrela/RS.

Alguns anos atrás, Romeu comenta que contribuiu na formação de uma Cooperativa de Laticínios na região, o que para ele, não deu muito certo devido embates internos quanto a forma de administração. A família lamenta a falta de união para a construção de uma central de beneficiamento, o que aumenta o potencial da região em conseguir melhores valores e até mesmo, outras formas de comercialização.

Sr. Romeu comenta que sonha em construir uma unidade de beneficiamento do leite, o que poderia abrir portas até mesmo para o PNAE, mas se desanima ao ver o processo burocrático e de alto custo de investimento para se adequar à legislação vigente.

---

97 Também conhecida como mastite, é uma inflamação da glândula mamária que pode ser causada por microrganismos, tais como bactérias, fungos, algas e leveduras. Quando com mamite, não se deve aproveitar o leite do animal para o consumo humano.

98 Foram questionados os valores do litro do leite vendidos no início e no final da pesquisa, o qual mantinha-se sempre abaixo de 50% do valor encontrado nos supermercados, no mesmo período.

## 4.2 ANÁLISE DAS MULTIDIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA AGROECOLOGIA

Como forma de melhor organizar e apresentar os dados categorizados após as análises dos dados, elaboramos um quadro (Quadro 2) onde a primeira coluna representa cada dimensão da Agroecologia (ecológica, social, econômica, cultural, política e ética), englobando as observações feitas a partir dos casos estudados (na segunda coluna) e, na terceira coluna, encontram-se alguns desafios enfrentados pelos entrevistados, segundo suas próprias narrativas.

Quadro 2 – Potencialidades e desafios da produção de base ecológica segundo as dimensões da Agroecologia.

DIMENSÕES DA AGROECOLOGIA	OBSERVAÇÕES FEITAS NOS CASOS ESTUDADOS	DESAFIOS APONTADOS PELOS ENTREVISTADOS
DIMENSÃO ECOLÓGICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança de orientação nas técnicas agrícolas; acesso a produtos e aplicação de caldas e produtos alternativos; uso de técnicas mais ecológicas; cuidados com os solos; sistema mais eficiente de irrigação (gotejamento); aplicação de produtos alternativos com resultados positivos; sistemas de piquetes; plantio direto e semidireto;</li> <li>• Observações da Natureza; respeito à Natureza e ao próximo;</li> <li>• Preocupação com o bem-estar nutricional das criações; variada disponibilidade de pastos para o gado;</li> <li>• Apoio da Emater/RS-Ascar quanto as orientações técnicas; experiência de homeopatia bem-sucedida pelos técnicos;</li> <li>• Realização de capacitação e reciclagem aos técnicos voltados para a temática mais ecológica.</li> <li>• Solos arenosos, com</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lixão instalado ao lado do banhado;</li> <li>• Burocracia de abrir poço artesiano;</li> <li>• Dificuldades climáticas; dúvida sobre eficiências e aceitação dos produtos “alternativos” comercializados no mercado;</li> <li>• Dificuldades em produzir e de ser economicamente viável; produção orgânica limita-se a uma escala de produção pequena; áreas maiores é mais difícil manejar;</li> <li>• A transição é muito complexa; alto risco econômico; o agroecossistema está desequilibrado, dificuldade em equilibrá-lo a curto prazo; falta de “conhecimentos”;</li> <li>• A formação dos técnicos que atuam ainda é convencional;</li> <li>• Dificuldades técnicas e de mão de obra qualificada.</li> </ul>
DIMENSÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em cursos, eventos, encontros de temática</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta diálogo nos setores de fiscalização do município, não</li> </ul>

	<p>rural;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Interações com EMATER/RS-Ascar, Secretaria de Agricultura, EMBRAPA Clima Temperados (Pelotas/RS), FURG, produtores, feirantes, consumidores, políticos, etc.;</li> <li>• Relativa organização dos agricultores da Palma; maior abertura para trabalhos coletivos e apoio mútuo; troca de conhecimentos populares;</li> <li>• 23 agricultores no PNAE; coordenado pela EMATER/RS-Ascar.; auxílio da prefeitura no preparo de terra e transporte da produção;</li> <li>• Os técnicos da EMATER/RS-Ascar, e da Secretaria de Agricultura são mente abertas, dispostos a contribuir para as demandas “alternativas” e mais ecológicas;</li> <li>• Ótimas relações entre os técnicos e os agricultores; ótimas relações entre agricultores e consumidores;</li> <li>• Presença de Associações e Cooperativas, mas enfrentando diversos desafios.</li> </ul>	<p>entendem as dificuldades dos pequenos produtores e feirantes;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldade de achar mão de obra qualificada; alta jornada de trabalho – autoexploração; dificuldade de locomoção; envelhecimento do espaço rural;</li> <li>• Alguns “vícios” nas técnicas conservadoras nos agricultores dificultam a transição; falta de valorização dos produtos orgânicos;</li> <li>• Vivem isolados pois há pouca afinidade produtiva com o seu entorno; falta de uma organicidade dos agricultores orgânicos (uma rede de agricultores e consumidores); redução de associados da OCS;</li> <li>• Nenhum indício de uma organização de movimentos sociais do campo, de mulheres e de jovens; as ações ainda são muito individualistas e os sucessos muito particulares; experiências de cooperativismo e associativismo são muito pouco expressivas e mau faladas.</li> </ul>
DIMENSÃO ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização de esterco no pasto; silagem de milho para os animais;</li> <li>• Venda do gado como renda “extra”; possuem estruturas de comercialização estabelecidas; garantia de escoamento da produção (feiras, PNAE, cestas, laticínio); acesso ao PRONAF; investimentos em tecnologias;</li> <li>• Viviam endividados; melhores condições e qualidade de vida; consciência de que sua produção contribui para a economia do País;</li> <li>• A Prefeitura disponibiliza maquinário e caminhões, ao custo apenas do combustível.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Insumos e equipamentos cada vez mais caros; não conseguem repassar as altas dos preços e custos para os produtos;</li> <li>• Relativa falta organização dos produtores do Povo Novo para aproveitarem melhor o PNAE;</li> <li>• Grande dificuldade na contratação de mão de obra, especialmente para a olericultura;</li> <li>• Os próprios integrantes da OCS vendiam sua produção ao mesmo valor da convencional. São poucas iniciativas que conseguem adentrar nos nichos de mercado;</li> <li>• Falta de valorização dos produtos orgânicos na comercialização.</li> </ul>
DIMENSÃO CULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os filhos seguem os mesmos passos dos pais, ajudam nas tarefas e estudam temáticas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relatos de relativa dificuldade dos outros produtores abandonarem os produtos</li> </ul>

	<p>voltadas ao meio rural (prática + estudos);</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Herdaram o gosto pelo rural com seus antepassados;</li> <li>• Na Palma, supostamente há uma cultura de apoio mútuo e reciprocidade entre os agricultores, de menor expressão no Povo Novo;</li> <li>• “Freguesia” estabelecida; relação de confiança;</li> <li>• A criação de gado como renda extra; Conhecimentos e trocas de sementes crioulas, tradicionais das famílias.</li> </ul>	<p>químicos sintéticos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de certos habitus em práticas convencionais; riscos econômicos;</li> <li>• Percebe-se traços de uma cultura individualista, que acabam se refletindo nas dificuldades organizacionais associativistas e cooperativistas;</li> <li>• Relativo abandono político da Agricultura Familiar pelo Estado;</li> </ul>
DIMENSÃO POLÍTICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Secretários de agricultura sempre muito bem elogiados, especialmente das duas gestões municipais anteriores; maquinário da prefeitura disponibilizado para o preparo de terra, plantio e para a silagem;</li> <li>• Ampliação do PNAE ao passar dos anos, tanto no número de produtores como dos valores e em número de escolas; giro da economia;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pouco interesse macropolítico voltado para o produtor;</li> <li>• Poucos espaços de debates e participação social, tanto micro, quanto macropolíticos;</li> <li>• Formação dos técnicos ainda é voltada para a agricultura convencional.</li> </ul>
DIMENSÃO ÉTICA	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consciência dos malefícios dos venenos para a saúde, para a terra e para o Planeta; defesa das matas e das APP's; Respeito às orientações sanitárias e com a vida do próximo;</li> <li>• Orgulho em serem produtores; autorreconhecimento;</li> <li>• Princípios de “cidadania e humanidade” ao ofertar alimentos saudáveis a preços acessíveis, sem exploração sobre os consumidores;</li> <li>• Ética animal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A dimensão ética muitas vezes é condicionada à dimensão econômica;</li> <li>• Afastamento de iniciativas de cooperação (falta de confiança);</li> <li>• Relações de máximas explorações na sociedade; falta de solidariedade; evitam explorar os consumidores (ao custo da sua autoexploração).</li> </ul>

Fonte: Elaboração David Wigg (2021).

A partir das análises feitas ao material coletado e organizado, foi observado que as ações da produção de base agroecológica no município ocorrem distintamente e de certa

forma isoladas. O próprio processo organizativo das famílias aparenta enfrentar um momento de fragilidade, porém com ótimo potencial de articulação, especialmente nas ações entre os agricultores/agricultoras e deles com os consumidores, conforme algumas iniciativas em andamento na região atestam, com um fundamental apoio da EMATER/RS-Ascar.

Na localidade da Palma foi constatada a existência de algumas formas de solidariedade entre as famílias, tais como as relações de apoio mútuo e reciprocidade que as famílias mantêm entre si. Essas relações se materializam tanto nas atividades de produção quanto nas atividades de comercialização, especialmente nas entregas da produção ao PNAE e no transporte dos produtos para as feiras, onde as famílias conseguem se organizar para maximizar o transporte, possibilitando aqueles não possuem ou indispõem de transportes próprios. Foi observado ainda, o apoio mútuo de outras formas, popularmente conhecidos como “trocas de serviço”, como ocorrem no caso do plantio, colheita e preparo da silagem, onde vizinhos e parentes ajudam nas atividades e, em outros momentos, são ajudados reciprocamente.

Este fato pode ser explicado dada a formação social desta localidade, pois nessa região prevalecem as famílias de longa data de inserção nesse território, isso faz com que se criem laços de amizade, familiares e comunitários mais fraternos, que se mantêm ao passar do tempo. Através dos depoimentos, percebe-se que a Palma carrega em seu histórico simbologias características do meio rural que se mantêm por gerações, como a predominância de propriedades regidas por famílias que sobrevivem da base agrícola e agropecuária, permeadas de hábitos tipicamente rurais, onde expressam valores típicos de relações de reciprocidade.

Já na localidade do Povo Novo, essas relações de reciprocidade se estabelecem nas relações advindas dos processos de venda da produção via as feiras que a família participa. Esse tipo de venda (direta) proporciona um melhor relacionamento entre a família e os consumidores, o que acaba por ressaltar alguns pontos positivos dessas relações, como o aumento da confiança dos consumidores ao adquirirem os produtos, gerando uma maior segurança e fidelidade na compra por parte dos consumidores, garantindo a regularidade das vendas por parte da família.

Quanto às ações de trabalhos coletivos e apoios mútuos, percebe-se que há uma relativa individualidade e resistência a esse tipo de relações no caso do Povo Novo. Ações

mais individualistas parecem estar, de certa forma, culturalmente presentes nos indivíduos, pois a partir dos relatos do sr. João, “*aqui o pessoal foi sempre desunido. Eu já chamei um cara pra plantar comigo, mas os caras não querem, querem fazer do jeito deles, como sempre fizeram a vida toda*”. Esse depoimento sugere que existem outras possíveis contribuições para o isolamento da família, como divergências quanto ao sistema de produção fundamentada nas questões e práticas culturais hegemônicas. Ou seja, praticam uma “agricultura alternativa”, vista como a “diferente” diante os costumes locais, imergidos na orientação da agricultura convencional, moderna.

Percebe-se, com isso, que a afinidade produtiva entre os agricultores e agricultoras interfere diretamente no processo organizacional da comunidade, atingindo significativamente a capacidade da família em manter relações de maior proximidade com a vizinhança, fato que as deixa relativamente isolada. Esse isolamento é refletido também na dificuldade da família em conseguir um ajudante mais fixo, que incorpore os processos e técnicas orgânicas/ecológicas.

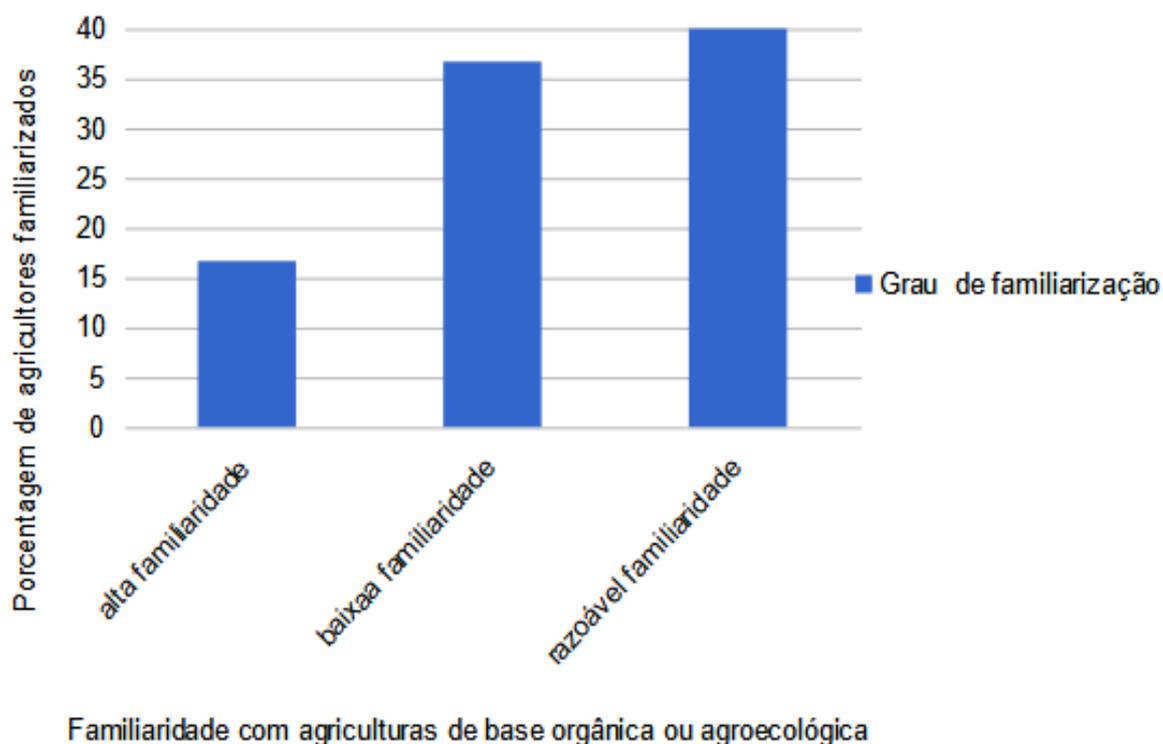
Considerando os dados coletados a partir dos questionários aplicados aos feirantes do município (APÊNDICE A), percebemos que há baixa familiaridade das famílias com a produção de base ecológica no município, fator que pode contribuir para aumentar as dificuldades organizacionais entre as experiências. No Gráfico 1 (abaixo), analisamos o grau de familiaridade dessas unidades entrevistadas.

Após a análise do nível de familiarização com a produção de base ecológica, percebemos que apenas 17% dos entrevistados tem alta familiaridade com a produção ecológica, ao passo que 40% uma razoável proximidade e 37% responderam ter baixa familiaridade, ao passo que 6% não soube ou não quis responder<sup>99</sup>.

---

99 Para o agrupamento dos dados, considerou-se: Alta familiaridade (respostas obtidas com conceitos 9 e 10); razoável familiaridade (conceitos entre 4 e 8) e baixa familiaridade (conceitos de 1 a 3).

Gráfico 1 – Familiarização dos agricultores quanto a produção de base ecológica.



Fonte: Elaboração David Wigg (2021).

Este fato pode ser explicativo tanto na constatação de valores individualistas das famílias, quanto pelas divergências das formas de como a comunidade entende o “fazer agricultura”. Ou seja, as famílias que estão no processo da transição para a Agroecologia precisam romper com práticas hegemônicas, consensuais, naturalizadas, construídas pelas ideias gerais do mercado, não refletidas e tidas como as corretas para as demais famílias. Ao fazerem esse processo de desconstrução e reconstrução do pensamento sozinhas, essas famílias em transição acabam se isolando das demais famílias da comunidade. Com isso, começam a surgir conflitos de ideias entre as famílias da comunidade, fazendo com que as famílias em transição acabam ficando isoladas pelas demais.

Esse isolamento só não é maior na comunidade do Povo Novo porque a família João e Maria mantém relações com outras duas experiências locais: a) com outra unidade familiar também do Povo Novo que produz apenas para autossuficiência e produção de sementes

crioulas<sup>100</sup> (cerca de 5 km de distância) e; b) outra unidade familiar de produção orgânica de morango, localizada na Ilha dos Marinheiros (cerca de 37 km de distância), onde a família eventualmente compra a produção de morango para revender.

Fazendo um paralelo entre as duas experiências estudadas (unidade João e Maria e a unidade Romeu e Julieta), tomando-as como exemplo para uma possível “parceria” entre elas, observa-se que o distrito do Povo Novo fica há cerca de 20 km do distrito da Palma. Mais da metade desse percurso é composto de estrada de chão. Caso dependam de ônibus, a dificuldade é ainda maior pois, na Palma há apenas uma linha de ônibus pela manhã e uma à tarde. Para o Povo Novo, há somente três horários. Os usuários são incapazes até mesmo de fazer as famosas “baldeações” entre os bairros/distritos devido à incompatibilidade dos horários fornecidos pelas empresas rodoviárias. Não há uma devida integração entre os bairros rurais quanto ao transporte público, contribuindo negativamente para as trocas de relações entre bairros e distritos, aumentando o isolamento das famílias, dificultando ainda mais o processo organizativo.

Dessa forma, percebe-se que as maiores dificuldades de interação da família João e Maria com os demais produtores podem ser explicadas tanto pela exclusiva aproximação via afinidades produtivas. Ou seja, o isolamento da família estudada pode ser explicado devido ao pouco número de experiências orgânicas/agroecológicas na região, ao passo que a outra unidade em que há formas de proximidade de relações localiza-se a mais de 30 km de distância, fator considerado como de alta relevância quanto a dificuldade de locomoção.

Esses fatores ganham relevância quando se constata um avanço desenfreado de novas casas e de moradores na localidade, perceptíveis em vários pontos, por onde afloram loteamentos e semivilas que antigamente eram propriedades rurais, sítios e até mesmo fazendas, que pouco a pouco vão se desfazendo. Essa mudança no cenário age, de certa forma, pressionando os poderes públicos por implantação de políticas públicas de urbanização, potencializando a mudança de hábitos da localidade que atinge significativamente os agricultores e agricultoras remanescentes.

De certa forma, essa pressão externa, seja pela própria noção de agricultura moderna entendida pela comunidade ao redor – noção que vem a reboque dos interesses do Estado – e, até mesmo pelas barreiras burocráticas impostas por meio de conformidades para a

---

100 Esta unidade familiar tem um vasto banco de sementes próprias, mantendo a biodiversidade do patrimônio genético local e fazem parte da Associação dos Guardiões de Sementes de Rio Grande.

certificação orgânica, por exemplo, ressaltam para a importância das mediações sociais entre os agricultores, de forma que eles possam criar alternativas de emancipação e de poder.

Nota-se que, apesar da existência de políticas públicas neste município, o Estado ainda mantém uma forte dominação sobre os agricultores, onde segue criando e exigindo uma série de condicionantes que, por hora legitimam os agricultores, como também serve de formas excludentes e dominantes.

Essas formas de dominação podem ser vistas tanto no caso do PNAE que, apesar dos louváveis esforços da EMATER/RS-Ascar e da Secretaria de Agricultura, o programa só permite o acesso aqueles agricultores que possuem algumas comprovações específicas, como por exemplo a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que infelizmente muitos agricultores ainda não possuem, seja por falta de diversas outras condicionantes, como por exemplo, agricultores que não tenham como comprovar posse de terra, ou ainda por não residirem em uma localidade estritamente rural.

Essa dominação por parte do Estado pode ser vista também no caso da certificação orgânica. Apesar da experiência em curso da Organização de Controle Social, somente conseguem acesso aqueles agricultores que fazem parte desta Associação, assistidas pela EMATER/RS-Ascar. Além de uma inquestionável afinidade entre os membros, a formalização da certificação somente foi possível após um penoso processo de reuniões e coletas de documentações e, mesmo assim, são certificados apenas para o comércio direto (em feiras), impossibilitando o acesso a mercados formais, por exemplo.

O caso do sistema da certificação via OCS a nível municipal em que a família João e Maria está inserida é um nítido exemplo da importância das relações sociais e do biopoder no meio rural que, mesmo não estando em seu máximo potencial, é uma importante ferramenta para a consolidação da certificação da produção. Segundo a família, a OCS enfrenta algumas dificuldades em relação ao declínio no número de associados e de atividades desenvolvidas, por motivos que vão desde frustrações econômicas a questões mais técnicas na produção. Outros fatores ainda relacionam-se com uma possível falta de consciência e valorização dos produtos orgânicos por parte dos consumidores, ou até mesmo, por questões pessoais, a partir do descrédito de tentativas de experiências associativistas/cooperativistas frustradas.

Dito isso, pois, apesar da dominação do Estado por meio de um massivo sistema burocrático e de aparatos tecnológicos de sistemas de controle, a boa comunicação e contato

social entre os sujeitos e as comunidades pode abrir espaço para novas possibilidades de emancipação e interação, contribuindo significativamente para a organização dos agricultores e agricultoras, potencializados pelas trocas de experiências e apoio mútuo, aspectos que são considerados fundamentais para o avanço e a consolidação das experiências mais ecológicas, onde a mediação social e o biopoder das famílias exercem funções fundamentais para a organização e reprodução social.

Nesse sentido, afirma-se que essas estratégias de resistência das famílias em transição agroecológica – práticas em curso – devem estar embasadas tanto nessa nova ciência que visa empoderar os agricultores quanto na ideia de movimento dessas famílias, atuando coletivamente para a superação de suas dificuldades. Ou seja, é preciso entender a importância do tripé prática x ciência x movimento (COSTA, 2017) para que a agroecologia atue definitivamente como um dispositivo do biopoder.

A partir do entendimento dessa necessidade da junção prática, movimento e ciência, inseparáveis para a consolidação agroecológica, recentemente foi criado um grupo (ainda virtual, via whatsapp) de agricultores, estudantes e simpatizantes da região litoral sul do Rio Grande do Sul. Em suma, fazem parte desta iniciativa, pessoas que estão em fase inicial de suas experiências, inspirados nos princípios da Agroecologia e da Agrofloresta. Esse coletivo está, inclusive, organizando a construção da Associação de Agroflorestas do Litoral Sul Riograndense (AALIS), na intencionalidade de formalizarem mais uma OCS a nível regional.

Outro ponto positivo identificado, refere-se a forte presença de conhecimentos populares acerca de ervas, medicina popular e de técnicas agrícolas. Ressalta-se ainda, a existência de bancos de sementes crioulas familiares, uma prática internalizada em diversas famílias da região, onde garantem a genética e adaptabilidade local dos seus alimentos<sup>101</sup>, muitos deles, com raízes históricas que datam as comunidades portuguesas e africanas, quando passaram a colonizar esta região e a introduzir a agricultura.

Diante disso, em 2018 o município de Rio Grande instituiu o Programa Guardiões da Agrobiodiversidade e das Plantas Medicinais do Município, um Projeto de Lei que visa fortalecer a agrobiodiversidade a partir da valorização das sementes. Destaca-se que há no município, o Grupo dos Guardiões de Sementes de Rio Grande<sup>102</sup>, uma associação que, por

---

101 Quanto aos alimentos guardados de geração em geração, podem-se citar diversos tipos de feijão (fradinho, miúdo, quarentino, gordinho, etc.), fava, ervilha, milho, cebola, alho, abóbora gila, etc.

102 Em recente evento on-line (Roda de Conversa: Territorialidades, sementes crioulas, segurança alimentar e soberania alimentar em tempos de pandemia – Litoral Sul) com integrantes do Grupo Guardiões de

meio das trocas e valorização das sementes crioulas, fortalecem os laços entre as famílias agricultoras. Ambas as famílias pesquisadas mantêm suas sementes crioulas, mantendo vivas as memórias dos antepassados, especialmente no que diz respeito a receitas, remédios caseiros e conhecimentos técnico-produtivos.

A internalização desses conhecimentos e de visões de mundo que, de certa forma, distanciam-se das relações puramente econômicas, vêm sofrendo uma constante erosão cultural, especialmente pelo confronto de narrativas entre o modo de vida rural – atrasado – e o urbano – moderno – o que se traduz, por vezes, na valorização monetária onde, antigamente, não existia. Isso se expressa, por exemplo, quando na última visita à família Romeu e Julieta, debaixo dos pés de bergamotas que se perdiam pelo chão, dona Rosa (da família) respondera à indagação: “*Por que vocês não vendem as frutas?*” de certa maneira: “*a gente não vende bergamota nem laranja. Antigamente todo mundo se juntava embaixo dos pé de fruta para comer e conversar. Vinha um pessoal pobre lá de baixo, a mãe dava pra todo mundo. Hoje todo mundo vende... o que Deus dá a gente divide*”. (Entrevista, 14/07/2021).

Com essa afirmativa, acredita-se que ela condiz com os preceitos levantados por Sebastião Pinheiro (2018), quando o autor supõe que a mudança parte da realidade cotidiana vivida pelos sujeitos, a partir do “internalizar” dos hábitos e da sua aplicação prática. Ou seja, o biopoder da agricultura familiar expressa os valores de solidariedade e, sobretudo, de “resistência” entre os sujeitos, nas suas micro-relações. Diante disso, surge a necessidade de se estabelecer novos contratos sociais baseados em uma menor hierarquização possível das relações, possibilitando assim, a necessária mudança de poderes exercidos nos micro-espços de atuação do poder<sup>103</sup>.

Contudo, nos casos estudados foi observado que, mesmo na constante busca pela emancipação dos sujeitos, das relações e dos conhecimentos na perspectiva agroecológica, em ambas as famílias foi constatada a presença das mulheres como as principais responsáveis na manutenção da casa, nos cuidados com a saúde familiar (incluindo as atenções aos filhos) e no auxílio às atividades produtivas, tidas como fundamentais para a reprodução familiar. Essa

---

Sementes de Rio Grande, eles estimam mais de 21 famílias que mantêm suas sementes geracionais, no entanto, apenas 10 fazem parte da Associação.

103 Sebastião Pinheiro desenvolve seu pensamento a partir das teorias de Foucault, quando afirmara que o poder existe nos corpos e está presente em todas as relações entre os indivíduos, em todos os âmbitos da vida social porém, de forma assimétrica. O poder está, ainda, nos micro-espços, nas micro-relações, sendo um exercício realizado a partir das relações sócias. Dessa forma, somente muda-se a sociedade sob condição de mudar essas relações, pois o poder não se destrói, mas sim, se transforma a partir de novos contratos sociais.

sobreposição da mulher nas diversas tarefas sugerem que ainda há uma nítida sobrecarga feminina, hora como donas de casa, hora como produtora rural/pecuarista, hora como zeladora do da saúde do núcleo familiar, evidenciando a presença da dupla (ou tripla) jornada feminina nesses casos. Diante disso, percebe-se que, mesmo no atual estágio no avanço das questões feministas em busca de maiores igualdades, o seu empoderamento vem sendo conquistado lentamente, ainda obstaculizadas pelo machismo estrutural.

Dito isso, pois, em todos os contatos, buscaram-se diálogos em que possibilitasse a participação de todos os membros da família, porém, em grande maioria desses momentos, apenas os casais chefes de família participaram dos diálogos. Contudo, cerca de 90% das falas dos entrevistados e entrevistadas foram feitas pelo homem, onde a todo instante, as mulheres “delegavam” a fala pois eles “*entendem mais dessas coisas de produção*” (dona Maria).

Isso vêm ao encontro do observado na literatura quando apresentadas as marcas das desigualdades das vidas das mulheres camponesas, como por exemplo a economia rural que sempre esteve aliada à divisão sexual do trabalho. Com isso, as mulheres concentram-se em atividades voltadas para o autoconsumo familiar, com baixo grau de obtenção de renda e assalariamento, enquanto os homens estão sempre associados às atividades econômicas que geram emprego, ocupação e renda. (BUTTO; DANTAS, 2011).

Para as autoras supracitadas, a “autoexclusão” dessas mulheres se reflete nas próprias atividades de ATER e nas políticas de financiamento da produção, fortalecendo a negação pré estabelecida da sociedade quanto ao feminino na construção do conhecimento, inclusive no que envolve os espaços produtivos. Ou seja, com o não tratamento desta questão, corre-se:

o risco de desenvolver projetos sem considerar todos os fatores necessários ao seu êxito. As mulheres são fundamentais para a construção do conhecimento agrícola e as políticas de ATER não podem desconsiderar as inovações que as mulheres lançam mão nas suas comunidades, a partir de suas práticas cotidianas. O desafio das organizações não governamentais e governamentais, desempenhadas na construção de ATER, é garantir um tratamento transversal da questão de gênero no interior de seus projetos sociais. O termo transversalidade significa que a busca para a igualdade nas relações sociais de gênero deve permear cada aspecto de um projeto ou programa, e não ser pensada como um elemento adicional, separado de suas outras dimensões. É preciso descobrir estratégias que proporcionem a transformação das relações sociais do gênero no contexto da agricultura familiar e deixá-las transparecer na espinha dorsal dos projetos e políticas sociais. Para reverter o quadro de assimetria nas relações sociais, também se faz fundamental garantir a existência de ações específicas e afirmativas para grupos discriminados e excluídos. [...] faz-se necessário apoiar a auto-organização das mulheres, sem deixar também de integrar as mulheres nas atividades que geralmente são realizadas apenas com os homens, invertendo, assim, a lógica dualista, que historicamente tem caracterizado os

serviços de assistência técnica.[...] A compreensão de que a ATER para mulheres restringe-se ao campo dito “social” e deve ser desenvolvida por profissionais de formação nas ciências sociais e humanas é uma visão reducionista que precisa ser expurgada. Aliada a esta dificuldade para afastar-se de uma visão extremamente dicotômica em relação à composição e funcionamento das equipes das instituições que prestam serviços de assistência técnica, ainda se percebe também uma resistência em desenvolver novas abordagens metodológicas, conteúdos e estratégias formativas. [...] o incentivo à participação ativa das mulheres na esfera produtiva precisa ser acompanhada por uma problematização da divisão sexual de trabalho, sendo que há uma tendência de escamotear a sobrecarga de tarefas que as mulheres acumulam a partir do seu envolvimento nos dois campos – produtivo e reprodutivo. (BUTTO; DANTAS, 2011, p. 108-109).

Outra característica marcante nesses casos estudados refere-se quanto a presença de jovens no espaço rural, representados na maioria das famílias, porém apresentam relações e contextos distintos. Abaixo (Quadro 3) temos um copilado dos principais dados quanto as famílias agricultoras feirantes (totalizando 11 famílias agricultoras das 30 feirantes entrevistadas), com destaque para as três unidades de base ecológicas identificadas: A) a unidade familiar João e Maria analisada no estudo de caso; B) um casal sem filhos que recentemente arrendou um sítio, praticando a horticultura e a pecuária ainda em estágio inicial na vila da Quinta e; C) outro casal com um filho de apicultores na localidade do Taim.

Na família A<sup>104</sup>, a jovem estuda e contribui nas atividades agrícola, mais especificamente nas tarefas da comercialização. A família B é composta apenas por um casal, os mais novos dentre os de base orgânica, com a área dividida entre horticultura e criação de vacas leiteiras para produção de queijos e derivados do leite de forma artesanal, além de outros artesanatos. A família C é composta pelo casal e um jovem estudante que contribui nas tarefas da produção de mel pontualmente, pois além do estudo, faz companhia e ajuda a sua avó. Esta é a única família de base ecológica que é composta por uma idosa.

---

104 Esta família é a mesma João e Maria. Foi neste ambiente de feira que os contatos foram estabelecidos.

Quadro 3 – Principais dados relativos ao conjunto familiar dos entrevistados de base ecológica.

Unidade entrevistada	Integrantes por família	Integ. jovens*	Integ. idosos**	Integ. trabalha fora	Atividade exercida	Orientação técnica	Área em Produção (ha)
A	3	1			Horticultura/pecuária	de base ecológica	2
B	2				Horticultura/pecuária	de base ecológica	1,5
C	3	1		1	Apicultura	de base ecológica	3
D	4	1	1		Horticultura	convencional	1
E	3		1		Horticultura	convencional	2
F	6	3	1	2	Horticultura/pecuária	convencional	4
G	5	1			Horticultura/pecuária	convencional	2
H	4	2			Horticultura	convencional	1
I	4	2			Horticultura/pecuária	convencional	1
J	3	1			Horticultura	convencional	1,5
K	5	2	1		Horticultura	convencional	2,5

\* Crianças e jovens até 29 anos, segundo a Lei N° 12.852, de 5 de agosto de 2013.

\*\* Idosos acima de 60 anos, segundo a Lei N° 10.741, de 1° de outubro de 2003.

Fonte: Elaboração David Wigg (2021).

Quando confrontados com levantamentos da literatura, percebemos que os dados levantados transpassam uma nítida exceção de participação e estímulo dos jovens nas atividades rurais, especialmente pelo fato da transformação do meio rural

[...] em um espaço cada vez mais heterogêneo e desigual, onde a juventude é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição de fronteiras entre o espaço urbano e rural, associada à falta de perspectivas para quem vive da agricultura poder acompanhar este padrão de modernização. Percebemos que os jovens do meio rural das gerações passadas (agora os pais dos jovens pesquisados) construíam suas experiências em espaço social mais restrito, enquanto que as gerações atuais estão cada vez mais ligadas a relações sociais e culturais mais amplas, o que possibilita a estes jovens repensarem suas identidades, suas relações pessoais e seus projetos de vida. Agora e cada vez mais centrados na decisão entre permanecer no meio rural ou partir em busca de novas oportunidades nas cidades, o que vem fortalecendo o debate em torno da sustentabilidade geracional do campo. Além do mais, os jovens de agora, cada vez mais procuram afirmações para o seu

futuro e aspiram à construção de seus projetos, geralmente vinculados ao desejo de inserção no mundo moderno. (PUNTEL *et al.* 2011, p.17).

No caso da família João e Maria, da produção olerícola orgânica, a filha do casal e estudante de administração (Frida) desempenha um papel fundamental na comercialização dos produtos, responsável pela manutenção e divulgação do perfil do sítio nas redes sociais (facebook), bem como realiza o levantamento dos pedidos para repassar aos pais. Uma tarefa cada vez mais importante hoje em dia para que se atinjam novos consumidores e que, exige tempo, conexão com a internet e certa habilidade/conhecimento para lidar no aplicativo.

Frida, apesar de dedicar grande parte de seu tempo aos estudos, apoia os pais no estilo de vida que eles tem, valores que também estão presentes nela facilmente expressados em suas falas, orgulhosa do potencial produtivo da família sem uso de venenos, de forma que conseguem, mesmo a custas de muito trabalho dispendido, se reproduzirem socialmente, mantendo as relações sociais existentes em constantes reinvenções. Percebe-se que a jovem consegue pôr em prática os conhecimentos adquiridos no curso em prol da unidade produtiva familiar, contribuindo de fato para a manutenção e continuação das relações sociais.

Esse caso de grande interesse dos jovens pela vida rural e de ativa participação nas atividades familiares também foi observada na família Romeu e Julieta, onde os dois filhos do casal (Paulo e Paula) se envolvem nas atividades diárias da ordenha e da criação, além de participarem de eventos de capacitação e de feiras, como por exemplo a Expofeira de Rio Grande.

Quanto a divisão de tarefas, a família já estabeleceu, inconscientemente, uma racionalidade de trabalho onde cada integrante familiar desempenha uma determinada tarefa na manutenção e desenvolvimento dos trabalhos. Além de valorizar a importância dos jovens nas tarefas domésticas e pecuárias, serve como um estímulo para a internalização desses valores, motivo de orgulho para a família ao ver seus filhos envolvidos nas atividades rurais.

Além do auxílio nas tarefas da unidade familiar, Paulo e Paula estudam e sonham em seguir estudando, sem, no entanto, abandonar o espaço rural. Prova disso é a dedicação de Paula aos estudos que, além de cursar a etapa final do ensino médio, prepara-se para realizar a prova do ENEM. Segundo ela, seu sonho é ser médica veterinária que, inspirada nos avanços produtivos da família a partir do uso da tecnologia, conta com o máximo apoio e é motivo de orgulho da família.

Nesse sentido, cabe a devida atenção para o fato de que, especialmente no espaço rural, a internet possibilita, no primeiro plano, a “ampliação ou criação de novos espaços sociais e, em segundo plano, como auxílio no processo de qualificação dos aspectos produtivos, possibilitando informação, conhecimento de tecnologias e ainda qualificação profissional por meio de cursos a distância” (GUIMARÃES *et al.* 2015, p. 145), contribuindo para a fixação do jovem no campo e nas atividades desempenhadas pela família.

Ou seja, os autores afirmam que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), adaptadas às condições e realidades do meio rural, contribuem positivamente na “construção da identidade da juventude rural e o consequente fortalecimento desta enquanto categoria sociopolítica emergente” de forma a acreditar que “o avanço das TICs no meio rural pode potencializar a ativação de recursos humanos, como o fortalecimento das organizações de jovens, gerando inclusive uma transmissão de valores e significados ligados ao *ethos* camponês (jovem rural).” (GUIMARÃES *et al.* 2015, p. 152).

Para os autores, essas tecnologias de informação e comunicação, apesar dos efeitos globalizantes, são incipientes para munir a juventude rural de informações capazes de tornar os jovens agentes verdadeiramente ativos do desenvolvimento rural, suscitando um necessário e urgente processo de

[...] animação social que os conduza e mobiliza, no sentido de torná-los sujeitos mediadores das demandas locais com as expectativas e desafios do rural contemporâneo. Acredita-se que os agentes de extensão e desenvolvimento rural devam exercer este papel, colocando-se na condição de “impulso externo” às organizações da juventude rural.” (GUIMARÃES *et al.* 2015, p. 153).

Nesse sentido, não apenas acesso à informação e tecnologia são requeridos, como também a construção de novas formas de “conhecimento e de aproximação com instituições de conhecimento, como escolas técnicas e universidades [...] que passam a ser demandadas em caráter prioritário pelos jovens rurais como condição para sua permanência no meio rural.” (GUIMARÃES *et al.* 2015, p. 153). Essas demandas por maiores acessibilidades quanto ao “Ensino a Distância” ganha um importante impulso a partir da necessidade de adaptação dessas instituições diante a pandemia, abrindo canais e possibilidades até então, ainda não colocadas em prática.

Portanto, uma maior inclusão digital a partir da garantia de acessibilidade do espaço rural e uma conexão de internet (de qualidade) transpassa o caráter simplista de lazer (ou

luxo) em que se tinha da internet pelas populações rurais. Ou seja, para além de possibilitar comunicação (relação social virtual), a internet “pode garantir suporte informativo nos aspectos produtivos, clima, mercado e suporte ao uso das tecnologias agrícolas”, que se expressam em efetivas melhorias produtivas e de sociabilidades, contribuindo para “o potencial da juventude rural enquanto categoria sociopolítica emergente” mesmo que, ainda identificadas ausência de políticas públicas e de espaços de decisão política que garantem a legitimação destes atores no processo de desenvolvimento rural (GUIMARÃES *et al.* 2015, p. 154).

Os dados elucidam, portanto, a urgente necessidade do fortalecimento das relações sociais a partir de políticas públicas que visem não apenas acesso a créditos, mas sobretudo, com inclusão social dos jovens e mulheres, de forma que suas demandas sejam levadas em consideração, refletindo no melhor desenvolvimento das atividades produtivas familiares, com princípios mais ecológicos e potencializadores das mediações sociais e do próprio biopoder da agricultura familiar.

A própria Assistência Técnica e Extensão Rural entra nesse bojo se mostrando como uma importante política pública, pois cumpre um fundamental papel na mediação das demandas dos produtores com o Estado. Direcionando-se para o fortalecimento das comunidades rurais, diversas experiências apontam que os serviços de ATER é um importante elo que contribui desde a criação de redes de consumo, atuação sobre os mercados institucionais, desburocratização de processos que auxiliem os agricultores e agricultoras, como por exemplo, demandas acerca do talão notas, DAP, perfuração de poços, pedidos de serviços diversos, bem como até mesmo demandas propriamente mais técnico-produtivas.

Naturalmente, isso demanda uma boa relação entre os produtores e produtoras rurais e os técnicos e, além de uma específica capacitação aos técnicos a partir de processos diferenciados para que não caiam novamente no equívoco da estratégia da transferência de tecnologias pois, a transição deve considerar os atores locais e os seus próprios conhecimentos, justamente onde há o grande desafio de “refletir sobre a complexa organização entre os saberes globais e saberes locais” (BALEM e SILVEIRA, 2015, p. 309), o que requer a valorização dos saberes, das trajetórias desses sujeitos e suas aptidões e vocações pois,

diante de problemas globais não há como pensar em soluções que não sejam também globais. Neste sentido, observa que, historicamente, a consolidação das sociedades humanas deu-se com base em certos consensos para as atividades em comunidade. Espontaneamente, como reguladores sociais, eles surgem fundando regras de convivência, de acordo com o contexto social e a realidade de cada momento histórico. (GRAFF, 2012, p. 49).

Isso fortalece a ideia de que “[...] a pesquisa e a extensão rural, no contexto da agricultura ecológica, tomam significações diferentes e mais complexas, e ao extensionista cabe traduzir as informações científicas à luz das situações da região” mas “apenas o agricultor pode decidir sobre o agir local. (BALEM e SILVEIRA, 2015, p. 309).

Contudo, percebe-se que na prática essas relações entre os agricultores e agricultoras e os técnicos tanto da EMATER/RS-Ascar quanto da Secretaria de Agricultura do município se dão de forma satisfatória, segundo os produtores pesquisados.

Para sr. João, “*os meninos da Emater são muito bom. São atenciosos, respeitadores e ajudam muito agente indicando produtos permitidos pros orgânicos e também no PNAE*”. Nesta ocasião, sr. João comenta ainda que certa vez estava com sérios problemas na produção, causados pelo ataque de lagartas à sua produção de alface. Após a visita dos técnicos da EMATER/RS-Ascar, prontamente os técnicos levaram a demanda para o escritório e, após os devidos estudos, retornaram ao sr. João com a sugestão de utilizar um produto encontrado no mercado, aceito pela produção orgânica. Com isso, a família adquiriu o produto e o aplicou, conseguindo contornar com o problema das perdas na produção.

Em um segundo exemplo, no caso da família produtora de leite, percebe-se que tanto o uso de homeopatia no controle de carrapato e mamite no gado leiteiro, quanto das técnicas de plantio direto de pastagens, adubação, rotação de piquetes e uso de silagem, contribuíram positivamente para o aumento da produção leiteira e, conseqüentemente para uma melhora na qualidade de vida da família.

Este caso também merece um devido destaque às iniciativas da EMATER/RS-Ascar pois, como o sr. Romeu afirma, “*os técnicos da Emater são muito competentes. A homeopatia deles é mais eficiente do que a que agente vê na agropecuária, e é muito mais barata também. [...] É incrível como eles fazem, eles pegam o carrapato e batem assim, 100 vezes. Eu acho que é por isso que funciona melhor, porque eles pegam os carrapatos daqui mesmo, não sei...*”.

Percebe-se, portanto, que há evidências que apontam para uma forte presença e atuação dos serviços de Extensão Rural e Assistência Técnica no município e, apesar de uma certa dificuldade no processo formativo e prático quanto às técnicas “agroecológicas”, os técnicos se esforçam para buscar conhecimentos e alternativas para levá-los aos agricultores de forma mais eficaz e barata, o que vem ao encontro da permanente necessidade da busca de uma construção mais horizontal do saber, de respeito às diferenças de culturas e as necessidades dos agricultores e agricultoras (CAPORAL e COSTABEBER, 2004; CAPORAL, 2009; CAPORAL e DAMBRÓS, 2017).

Esses esforços de negação à imposição dos conhecimentos garantem uma boa relação e maior aplicabilidade de técnicas alternativas que, conforme as experiências estudadas demonstram, os técnicos desempenham uma importante tarefa de mediação dos saberes que, a partir das demandas práticas dos agricultores, eles recorrem à ciência em busca de melhores técnicas a serem aplicadas no campo agroecológico. Nota-se que a EMATER/RS-Ascar, mesmo apresentando seu quadro de funcionários ainda oriundo de formações mais “convencionais” e pouco interdisciplinares<sup>105</sup> (agronomia, veterinária e serviço social), os técnicos estão em constantes capacitações, buscando nos estudos, maiores informações e aperfeiçoamento, a fim de melhor contribuir com as demandas dos agricultores e em consonância com os preceitos ecológicos e com o desenvolvimento rural, pois “[...] os sistemas produtivos agroecológicos devem partir da realidade de cada comunidade e das pessoas aí inseridas, rompendo-se com a lógica da introdução e produção a partir dos pacotes tecnológicos sem considerar as características locais da região”. (BALEM e SILVEIRA, 2015, p. 308).

Ou seja, analisando o histórico dos serviços de ATER pública no Brasil, percebe-se que houve um pequeno passo, mas um louvável avanço quanto a concepção do “novo” profissional em vias de contribuir de fato para uma Nova Extensão Rural, mesmo que a nível local. (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Isso não quer dizer que esteja pronto e acabado, pelo contrário: a cada dia, novas ações são demandadas e novos desafios são postos pela realidade rural, onde necessitam cada vez mais de boas relações entre os sujeitos e destes com a natureza.

---

105 Para o técnico da EMATER/RS-Ascar entrevistado, “Até nós, técnicos, temos dificuldades, eu tenho! A minha formação foi exclusivamente convencional, direcionando pra trabalhar em empresa que comercializa produtos. O fato é esse, que se talvez nós tivéssemos uma formação mais direcionada para o outro lado, seria bem mais fácil aí de algumas situações agente conseguir resolver.”

Pegando o gancho acerca dos desafios, o maior alvo de reclamação dos agricultores e agricultoras gira em torno das políticas públicas relacionadas às infraestruturas, como as condições das estradas, a iluminação pública, ao transporte e à segurança. No entanto, outros pontos merecem destaque quanto aos esforços da Secretaria de Agricultura em levar alguns serviços essenciais aos agricultores e agricultoras.

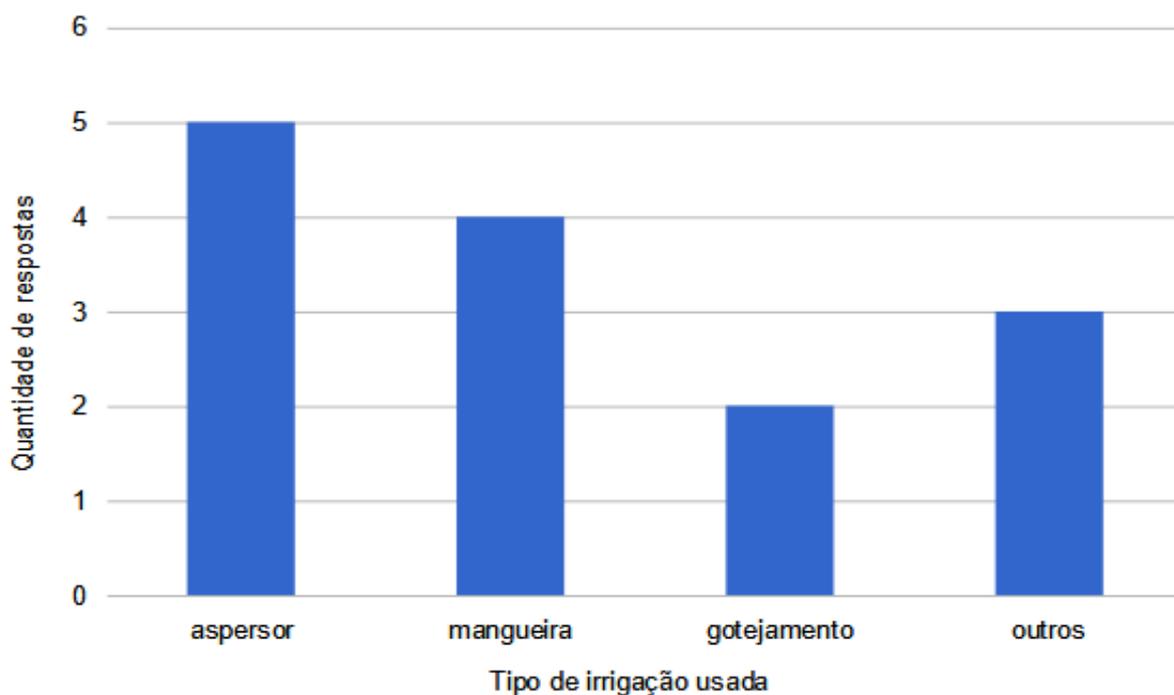
Foram constantes os casos de elogios quanto a disponibilização do maquinário da prefeitura para realização de serviços como preparo dos solos, plantio, colheita, silagem, abertura de poços (açudes) em épocas de maior seca e, até mesmo, serviços de transporte (caminhão caçamba). Aos agricultores, é cobrado apenas o combustível usado nos serviços, além da apresentação do talão de notas de produtor rural.

Quanto às dificuldades práticas mais vivenciadas pelos produtores de questões ambientais, constatou-se uma preocupação presente nessas famílias em relação às condições edafoclimáticas e preocupações quanto as “mudanças climáticas”. Ambos relatos salientam que a água traz uma dupla preocupação: “*quando não é demais, é, de menos*” (sr. João). Ou seja, no inverno, dadas as condições geográficas do município ser inserido em uma região de abundantes lagoas, rios e banhados, somados as condições climáticas em apresentar invernos chuvosos, esse período mostra-se extremamente suscetível a inundações e a perdas significativas de produção, representando um problema recorrente a 90% dos casos entrevistados.

No verão, verifica-se uma preocupação oposta. Como os solos da região são tipicamente arenosos, somados à constantes ventos e sol forte, há um alto nível de evaporação da água superficial dos solos. A característica arenosa dificulta ainda mais o processo de imersão da água ao solo, o que demandam maiores investimentos em irrigação, além da necessidade de perfuração de poços tanto para uso na irrigação quanto para consumo animal, aparecendo neste momento, a problemática da burocracia para abrir poços artesanais, já que grande maioria dos agricultores e agricultoras utilizam água de poço artesiano para essas atividades.

Baseado no questionário aplicado aos feirantes do município de Rio Grande, verificamos que, quanto ao tipo de irrigação utilizada nos processos produtivos (Gráfico 2), apenas duas famílias entrevistadas utilizam o sistema de gotejamento como a principal forma de irrigação (caso identificado na produção da família João e Maria).

Gráfico 2 – Tipo de irrigação utilizada pelos agricultores e agricultoras.

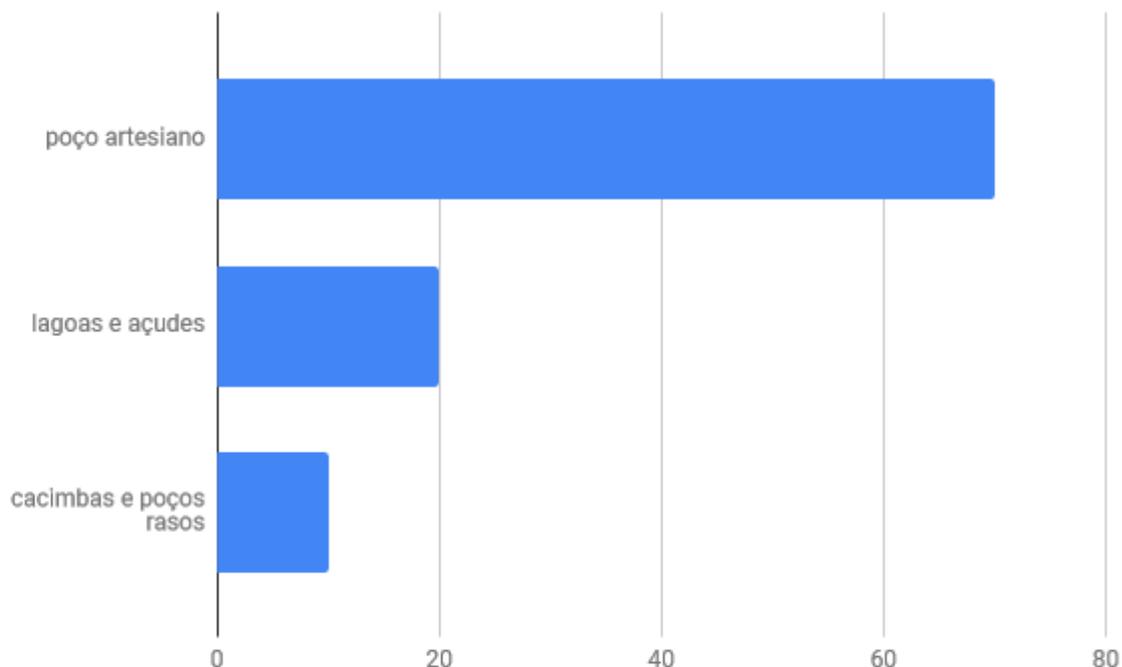


Fonte: David Wigg (2018).

O gráfico acima mostra que, considerando somente os feirantes agricultores (11 ao total), apenas 2 unidades produtivas utilizam o sistema de gotejamento, ao passo que 4 unidades utilizam mangueiras e 5 utilizam aspersores (nesse caso, todos praticantes da agricultura convencional). Outros 3 tipos de irrigação também foram respondidas, sendo que cada uma teve apenas 1 resposta de cada uso, sendo elas: canhão, pivô e bandes/irrigadores.

Ao analisar os dados referentes à origem dessa água (Gráfico 3), verificou-se que há basicamente duas formas mais utilizadas para captação da água para ser utilizada na irrigação.

Gráfico 3 – Origem da água utilizada na irrigação.



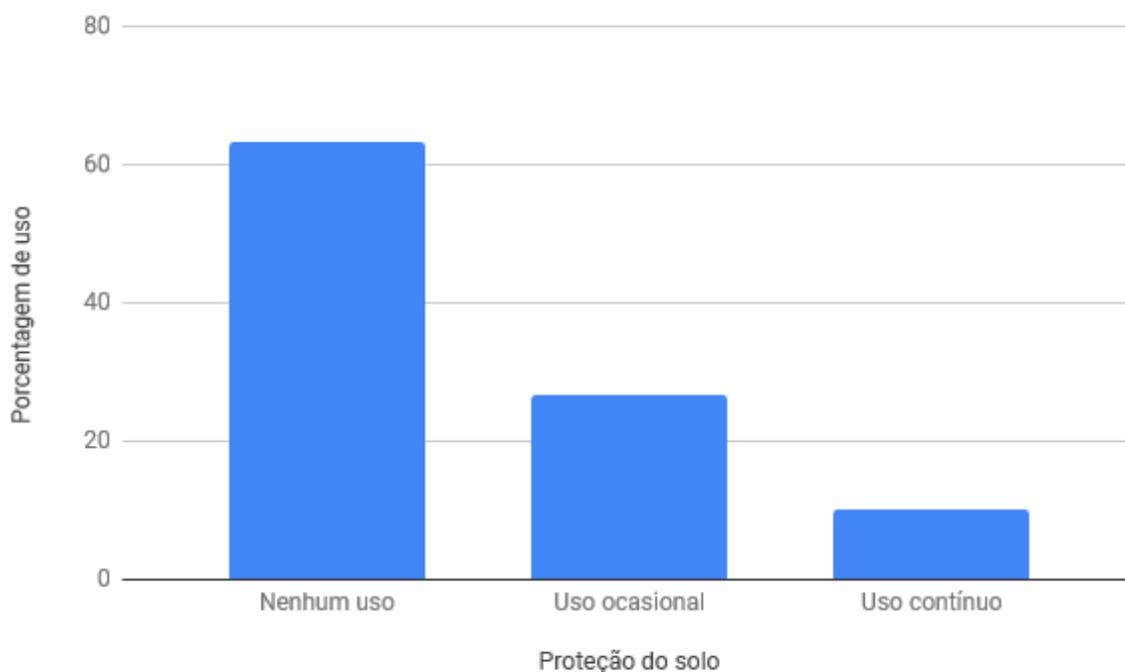
Fonte: David Wigg (2018).

O gráfico acima nos mostra que 70% da água utilizada na irrigação é oriunda de poço artesiano, enquanto 20% é coletada diretamente de lagoas e açudes e, apenas 10% é oriunda de outras fontes, como cacimbas e poços rasos.

Diante deste cenário, é importante aprofundar as pesquisas e estudos não somente no que se refere às formas de irrigação em si, mas também nas formas de lidar com o excesso de água no período de inverno, garantindo o grau de resiliência dos processos produtivos e a manutenção da biodiversidade.

Em consonância com essas preocupações, levantaram-se dados relativos ao uso e proteção dos solos por meio de alguma técnica (Gráfico 4), tais como plantio direto, adubação verde, incorporação de matéria orgânica, palhada, etc.

Gráfico 4 – Utilização de técnicas que visam a proteção dos solos.



Fonte: David Wigg (2018).

Após análise dos dados representados no gráfico acima, percebe-se que cerca de 63,4% dos produtores rurais pesquisados declararam não fazer uso de técnicas que visam a proteção do solo, ao passo que 26,6% declararam fazer algum tipo de técnica ocasional de proteção do solo, de forma muito incipiente e “inconsciente”. Dessa forma, percebe-se que apenas 10% dos produtores preocupam-se em desenvolver técnicas que visam a proteção do solo, como o plantio direto e a cobertura com palha ou lona (neste caso, especialmente para a cultura de morangos, no controle de plantas invasoras).

Há duas possíveis explicações para tal fato: 1) uma baixa preocupação dos produtores quanto às formas e importância da proteção dos solos e, 2) a exposição do solo diretamente à atmosfera pode ser uma forma (empírica) de minimizar a quantidade de água não absorvida pelo solo.

A partir das entrevistas do estudo de caso, ambas unidades familiares apresentaram uma elevada consciência quanto a importância de técnicas “conservacionistas” como promotoras da vida nos solos.

A unidade Romeu e Julieta utiliza rotação de culturas, divisão da pastagem em piquetes, incorporação do esterco às pastagens e o plantio direto, em um processo em que “*o solo fica vivo, agente pega ele assim na mão e sente ele, o cheiro, a cor, a consistência.*” (sr. Romeu).

Quanto a unidade João e Maria, percebe-se que a família faz uso de incorporação de esterco e rotação de culturas, mesmo que a área destinada para a produção se encontra próxima a uma área atingida pelos alagamentos.

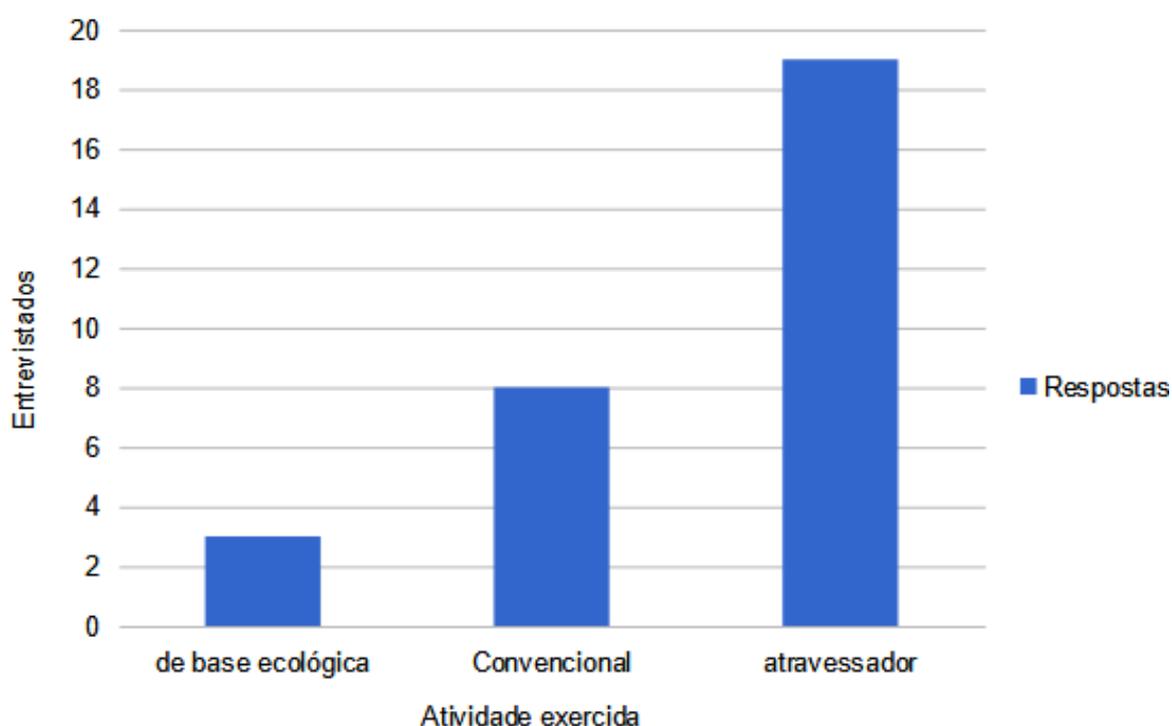
São louváveis as estratégias de diferenciação que estas iniciativas demonstram, especialmente no que condiz aos aspectos de manter a constante fertilização dos solos advinda exclusivamente das propriedades, já que ambas criam gado e em quantidades necessárias para suprir suas demandas, diminuindo custos com insumos externos. Isso vem ao encontro da importância de incorporar a atividade pecuária no agroecossistema, aumentando a fertilidade dos solos com os recursos locais a partir da criação de gado, possibilitando a ciclagem de nutrientes e melhorando a atividade trófica por meio do aumento da biodiversidade. (PINHEIRO, 2018).

Contudo, além do processo produtivo em si, as famílias enfrentam outras dificuldades, como por exemplo a elevada exigência de mão de obra nos serviços que se esbarra na dificuldade de contratação de mão de obra capacitada e dentro da lógica produtiva mais ecológica, fator potencializado no caso da horticultura orgânica, pois teoricamente, a família pecuarista não necessita mão de obra externa, visto que sua produção é mecanizada e seus filhos contribuem (com gosto) nas atividades laborais.

A questão do dispêndio de mão de obra nas atividades agrícolas elenca ainda outras dificuldades observadas mais especificamente quando analisadas as suas formas de comercialização e possibilidades de renda via os espaços de feiras já existentes. Dos 30 questionários aplicados aos feirantes, percebemos que foram identificados apenas 11 famílias agricultoras, contudo apenas 3 afirmaram desenvolver suas atividades sob a base ecológica de produção.

A partir da análise dos dados (Gráfico 5), é inegável a existência de uma impressão negativa quanto a participação dos agricultores nas feiras. Como constatação, grande parte dos feirantes são atravessadores, ou seja, compram a produção em atacadistas ou diretamente com os produtores e revendem nas feiras. A partir de algumas idas as feiras, foi perceptível a presença dos atravessadores em mais de uma feira, ou seja, eles fazem rodízio nas feirantes durante a semana. Isso acaba, de certo modo, inviabilizando a inserção de outros produtores aos circuitos de feiras por falta de espaço.

Gráfico 5 – Atividades exercidas pelos entrevistados.



Fonte: Elaboração David Wigg (2021).

Esse fato acaba atingindo ainda os produtores orgânicos que mesmo possuindo a certificação orgânica, muitas vezes são forçados a venderem a sua produção pelo mesmo preço dos produtos convencionais, exprimindo as condições mínimas de manutenção dos serviços e da própria manutenção do conjunto familiar, levando-os a autoexploração, admitindo “[...] a hipótese de um balanço subjetivo entre trabalho e consumo para analisar os

processos de continuidade da unidade econômica camponesa e para estabelecer a natureza da motivação da atividade econômica da família.” (CHAYANOV, 1974, p. 38).

Com isso, um ponto que merece destaque nas análises refere-se ao processo de comercialização que, especialmente quando levados em consideração os aspectos ecológicos, sociais e econômicos, compreende-se como um gargalo na geração de renda das famílias e nem sempre consegue mercado e preços justos.

A própria família João e Maria, que como vimos anteriormente, possui certificação via OCS e vende a sua produção a um preço relativamente semelhante ao do mercado convencional pois, segundo eles, se aumentar o preço as vendas diminuem, mesmo com muitos consumidores já cativos. Apesar da grande oferta de feiras pela cidade, há relativamente poucos produtores ocupando esses espaços, menos ainda quando auspiciados pela produção de base ecológica.

Exemplificando o caso, o próprio circuito de feiras tradicionais na cidade vêm dando sinais de que não é capaz de absorver toda a produção orgânica/agroecológica do município. Para Pedro, técnico da EMATER/RS-Ascar,

*raras exceções de produtos que utilizam menos produtos químicos são vendidos, comercializados por um preço melhor. Claro, tem as feiras agroecológicas e alternativas... têm, mas essas feiras conseguem absorver a produção de poucos produtores. Em grande escala, o produtor não tem pra quem vender. Ele até consegue pelo facebook, whataspp sei lá abrir canais de comercialização individuais, mas mesmo assim ainda é insuficiente pra absorver a produção, ou para valorizar mais o produto dele. Nós temos aqui um exemplo de um OCS que tinha mais produtores, mas agora reduziu um pouco mais em função principalmente da dificuldade de se adaptar a um sistema menos agressivo e também pela falta de valorização da produção, porque ele vende o produto ecológico pelo mesmo preço do produto convencional, não há distinção... em raras situações tu consegue, mas são nichos de mercado, de âmbito geral não dá pra se considerar que consiga um preço tão substancialmente maior e não é nem pela questão do uso ou não do agrotóxico.*

Dessa maneira, discorre-se sobre a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE municipal que, iniciado em Rio Grande apenas em 2018, vêm continuamente aumentando, tanto em número de produtores que acessam o programa, quanto de valores e de número de escolas atendidas. Segundo EMATER/RS-Ascar, coordenadora do programa, o PNAE trabalha hoje com 23 agricultores, que oferecem alimentos frescos e locais às escolas municipais.

Além de girar a economia, o PNAE garante a compra planejada dos agricultores a um preço justo e, aqueles certificados, adiciona-se 30% no valor da produção. Soma-se a isso, o fato da Secretaria de Agricultura contribuir no processo de preparo dos solos e transporte da produção das localidades onde há maiores dificuldades, como no caso da localidade da Palma. Atualmente, as entregas estão sendo feitas a cada três semanas e são direcionadas para as famílias dos estudantes da rede municipal de ensino.

Para Pedro, técnico da EMATER/RS-Ascar, esta é uma ótima via de acesso aos mercados tanto em benefícios aos produtores familiares, alunos e até mesmo para a própria sociedade. Com isso, mesmo em se tratando de uma troca de gestão municipal, mantiveram a continuidade do programa ao passo que

*[...] a gestão passada tinha muito compromisso com a política pública. Essa, até o momento, tem mantido tudo da mesma forma que havia sido no ano passado. É que esse é um programa excelente, ele engloba toda a sociedade porque o produtor produz, um dos problemas é o mercado, não só pro setor primário, mas quaisquer atividades se não tiver mercado não adianta produzir. Então um dos gargalos da produção, ainda mais hortaliças que é muito sensível, ciclo rápido e perecível, não aguenta muito tempo. Então tu resolve o problema do mercado porque tem pra quem vender, pode programar pra vender x, y e z produtos com aquela quantidade porque tu sabe que vai vender, e o mais importante, por um preço justo, não pelo preço do atravessador, pelo preço que o mercado vende. Outra questão: cadeia curta, tu produz hortaliça ali a 20 km e entrega na escola produto fresco de excelente qualidade e a prefeitura, em vez de pagar pra empresa fora do município, ela vai circular o recurso no município, pagando o produtor e o produtor vai comprar uma calça, uma TV, então faz a economia girar, beneficia todos os entes envolvidos, não é um modelo que vai beneficiar um ou outro... beneficia todos. E esse programa agente vai ampliando ele, cada ano aumenta um pouquinho em termos de valores, produtores e número de escolas para entregar. Esse ano aumentou 5 produtores. (PEDRO-Entrevista).*

Esse compromisso com a manutenção e até mesmo extensão da abrangência do PNAE após a troca de gestão municipal, comprova o potencial que as políticas e iniciativas de compras públicas têm diante as perspectivas de sucesso estruturadas a partir da “[...] estabilidade ao longo das mudanças políticas. São necessárias *políticas duradouras, que institucionalizem os programas de alimentação escolar* e asseguram que os mesmos se mantenham através das trocas de comando político.” Contudo, “É necessário um *contexto político e social de apoio mais extenso [...]*” (SONNINO *et al.*, 2016, p. 326).

Outra política pública que está diretamente relacionada com o desenvolvimento rural refere-se ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, acessado pela família Romeu e Julieta, foi responsável pela instalação da sala de ordenha

mecanizada, o que além de garantir a estruturação física da mesma, dentro dos padrões sanitários, contribui significativamente para a qualidade de vida da família pois, com a mecanização, diminuiu-se significativamente o trabalho requerido para a realização das tarefas, desde a ordenha propriamente dita, até a distribuição da silagem no curral.

Em síntese, o PNAE e o PRONAF, que são políticas destinadas exclusivamente ao público da agricultura familiar e a comunidades e povos tradicionais, são iniciativas que, mesmo ainda

pouco articuladas, nos sugerem um rural diversificado, que produz boa parte dos alimentos agrícolas brasileiros, que busca formas mais sustentáveis de produção (em que há grupos que pautam a agroecologia e outras práticas sustentáveis), e que guarda um importante patrimônio cultural. Além de destacar a importância social e econômica das áreas rurais – e a necessidade de fortalecê-la –, estas políticas reconhecem que o desenvolvimento rural passará pelo fortalecimento de segmentos específicos, portadores de distintas ruralidades. (ZIMMERMANN *et al.*, 2015, p. 230).

Nesse sentido, é necessário que “[...] as políticas públicas cada vez mais articulem, de forma diferenciada, a ampliação de direitos e serviços e certa flexibilidade para dar conta das especificidades do território, de sua matriz produtiva e dos grupos sociais que o constituem [...]” (ZIMMERMANN *et al.*, 2015, p. 232) em direção ao desenvolvimento rural mais sustentado na realidade. Esse debate suscita uma maior organização social tanto para melhor aproveitar as políticas públicas quanto para promoção do monitoramento dessas políticas públicas, que devem ser acompanhadas por um controle social efetivo, com mecanismos retroalimentares de práticas inovadoras, de forma que se evite que essas políticas se reduzam ao simplismo.

Esse cenário de maior participação social, controle e acompanhamento das políticas públicas e até mesmo de debates e decisões políticas se encontram extremamente enfraquecidas no município, não sendo identificadas nenhuma experiência concreta de protagonismo da ação social nas esferas políticas. Ou seja, as poucas iniciativas que acontecem partem normalmente das próprias instituições diretamente envolvidas com o Estado, como ações da FURG, EMATER/RS-Ascar e a própria Prefeitura, o que acaba mesmo que inconscientemente, orientando ações verticalizadas, muitas vezes em desconexão com a realidade.

Em diálogo com essa constatação, percebe-se que na cidade do Rio Grande inexistem movimentos sociais de massa, tanto rural quanto urbanos. Caso exista, encontra-se em

profunda invisibilidade. Esse fato confronta-se com a realidade social pois, para contrapor as forças dominantes que historicamente aliena, corrompe e dociliza os corpos dos trabalhadores e trabalhadoras em detrimento dos interesses do desenvolvimento puramente capitalista, é preciso uma força social, uma organização à nível de sujeitos que, juntos, acumulam forças capazes de construir a transformação social requerida, contra as diversas formas de dominação desde que, com autonomia não aparelhado por terceiros e de forma combativa. (UNIVERSIDADE POPULAR, 2010).

Além de lutar por uma verdadeira democracia, em uma constante busca pela liberdade e igualdade entre os sujeitos, os Movimentos Sociais também são responsáveis pela maior elevação da visão crítica da realidade, o que reflete no maior poder de organização, que pode ser, de certa forma, direcionado para a criação de redes de consumidores, pois:

[...] diferentes tipos de movimentos sociais urbanos, organizados em torno do consumo e dos consumidores, aderem à causa rural através da politização do consumo e da valorização de uma alimentação comprometida com a ‘saúde humana e planetária’. [...] movimentos tradicionalmente associados à causa rural *stricto sensu* vem, aos poucos, incorporando a dimensão do consumo e mobilizando os atores políticos enquanto consumidores em suas lutas e campanhas pela causa rural, através da estratégia de politização do consumo.” (PORTILHO, 2016, p. 267).

Um exemplo de ações desse tipo promovida a partir da organização popular é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que, no estado do Rio de Janeiro, fomenta, estimula e organiza diversas frentes de comercialização da produção, servindo de exemplo a diversos povos.<sup>106</sup>

Ou seja, há a necessidade de alguma ação coletiva para se criar mercados, entendendo-se que esse tipo de mercado não é um atos de um indivíduo apenas, embora tenham um papel fundamental na condução do processo de criação de um mercado, “[..] mas este é inevitavelmente um processo de criação coletiva, visto que compreende um conjunto de ofertantes e demandantes [...]” (AZEVEDO, 2016, p. 225).

Esses ‘mercados de circuito curtos’ (como denominados na literatura) não se sustentam pelas mesmas regularidades dos circuitos organizados em cadeias produtivas que põem ênfase nas características relacionadas ao mundo da produção de mercadorias. [...] Sua fortaleza encontra-se amparada nas relações interpessoais,

106 Como por exemplo as diversas frentes de venda que o MST do Rio de Janeiro está promovendo com os apoiadores da Reforma Agrária, reinventando-se nos processos coletivos de luta, de resistência, na produção, na comercialização e, especialmente, na valorização da vida em seus inúmeros aspectos. (Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/08/24/vem-ai-a-13a-da-feira-estadual-da-reforma-agraria-cicero-guedes-25-anos-do-mst-no-rj/>>. Acesso em: 12/10/2021).

em processos comunicativos baseados na confiança, padrões e atributos construídos e validados pela interação social e que levam à construção de significados, padrões culturais, valores e normas sociais, além de regras de sustentação. Na construção desses mercados destaca-se o papel de mediadores de processos de cooperação e colaboração, que visam a fortalecer atributos diferenciadores dessas iniciativas. [...] No caso dos circuitos curtos de comercialização são agentes determinantes, pois pelos *modus operandi* da ‘comoditização’, muitos agricultores não se veem operando fora da noção de segmentação em cadeias produtivas. O desafio é justamente retomar e reconstruir formas produtivas e de mercados que devolvam essa autonomia para o agricultor. (SILVA e DEON, 2015, p. 73).

Dessa forma, os agricultores e as agricultoras e suas organizações são os principais agentes dos circuitos curtos, “e organizam as técnicas de produção, agregação de valor, propaganda e venda, em virtude de compartilhar certas relações que não são somente econômicas, mas também políticas, culturais e sociais” (SILVA e DEON, 2015, p. 75). Dito isso, pois, percebe-se que na prática, as formas de organizações sociais devem superar aquelas exclusivamente com objetivos econômicos, passando a assumir outras pautas que dialogam com as desigualdades ainda existentes (e estruturais) na sociedade, inclusive no espaço rural. A própria superação da

[...] subordinação das mulheres rurais, tal qual ainda se observa, tem sido objeto da ação política dos movimentos de mulheres e da auto-organização de mulheres em movimentos sociais mistos. No final dos anos 80, ganha mais força a atuação das mulheres rurais, na luta pela sua afirmação como agricultoras, como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural, nos diferentes movimentos, incluindo aí as organizações autônomas de mulheres, sindicais e sem terra, que reivindicam direitos econômicos e sociais. [...] Criam-se, assim, condições mais favoráveis para a formulação e a implementação de políticas públicas para as mulheres rurais e para a afirmação de uma agenda feminista no desenvolvimento rural. (BUTTO; DANTAS, 2011, p. 14).

Portanto, para superar os obstáculos que impedem a escalada da Agroecologia, exige-se o fortalecimento das relações, dos valores éticos, da solidariedade e do apoio mútuo, socialmente organizados a fim de diminuir as desigualdades, pois

*no se puede ejercer una presión sistemática fructífera para cambiar las políticas sin una capacidad organizativa y unas organizaciones fuertes. Y lo mismo es aplicable para el cambio de los planes educativos y para la construcción de procesos efectivos de transmisión horizontal de los conocimientos. La organización social es el medio de cultivo sobre el cual crece la agroecología, y las metodologías de los procesos sociales aceleran ese crecimiento.* (ROSSET e ALTIER, 2017, p. 160).

Dessa forma, percebe-se que a única forma da Agricultura Familiar se empoderar de fato do biopoder, de forma que dependa menos das intervenções do Estado, é preciso uma

transformação direta no seu micro-espço de ação e relação, possibilitando a criação de uma força oposta da dominante, de forma que potencialize os processos de resistências, necessários para transformação social e ambiental.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a inovação e tecnificação na agricultura, em particular por meio da mecanização, motorização e pelo uso de insumos químicos e alimentos do gado e do humano industrializados, tem contribuído para modificar de maneira considerável as técnicas, as práticas e os gestos dos agricultores e suas relações, tanto no plano material como simbólico, com uma profunda transformação do imaginário.

Por meio da passagem de rituais específicos dedicados a preservar ou solicitar a bondade e a fertilidade dos elementos numa relação íntima de aliança com a natureza (reza, canções, festas, etc.), novos rituais tecnológicos foram impostos na intenção de controlar, dominar e reduzir os efeitos da natureza (consulta meteorológica por internet, inseminação artificial e transferência de embriões, sementes transgênicas, trabalho assistido por satélite e GPS). (PETERSEN *et al.*, 2021).

Essa visão tecnológica puramente econômica destrói culturas e hábitos sociais milenares que contribuíram para a evolução humana em consonância com a natureza, tal como prezam os povos originários e tradicionais da América Latina.

Para driblar o caminho trilhado pela sociedade rumo ao abismo ecológico e social que se aproxima, é preciso que a humanidade absorva a ideia de que o ser humano não é uma máquina, e que ele depende da natureza saudável para que seja possível um futuro e, para isso, necessita-se urgentemente, de um repensar da sua própria existência com base na ética, na responsabilidade humana pelo bem comum e pelo, não menos importante, equilíbrio entre o ser humano e a natureza.

Portanto, o que se buscou foi um debruçar “de fora” da realidade desses sujeitos que compõe a sociedade rural à sua maneira, resistindo ao avanço do capitalismo no campo, reinventando-se a cada instante diante os desafios impostos por uma sociedade consumidora, apolítica, individualista e de forte tendência à negação total do espaço rural.

Como exposto inicialmente na introdução, a pesquisa foi guiada por uma questão central: *“Que caminhos trilhar para que o agricultor familiar e de base ecológica consiga pôr em prática as suas liberdades com autonomia e modos de vida próprios? Como fortalecer suas relações sociais e ambientais?”*

À guisa de conclusão, ressaltamos que o trabalho proposto não se debruçou sobre a ideia de trazer ou supor resoluções pré prontas a serem aplicadas neste contexto rural, como uma mera receita. Espera-se que, com essa pesquisa, se tenha elementos mais precisos de alguns aspectos sociais, econômicos e ecológicos identificados sob uma visão crítica da realidade, a fim de vislumbrar possíveis potencialidades das experiências “em transição agroecológicas” no município de Rio Grande.

Percebeu-se que apesar das inúmeras dificuldades, as famílias conseguem produzir e se reproduzir socialmente, mesmo que as custas de muito trabalho e dedicação, levando em consideração a busca por ganhos econômicos a partir de certas técnicas que contribuam para o sucesso produtivo e o estabelecimento das experiências mais ecologizadas, diretamente relacionado com a forma de interação da família com o ambiente (bem como da resposta do ambiente ao sistema produtivo). Isso implica, diretamente, na capacidade de manutenção do potencial produtivo ao decorrer do tempo, pois o retorno financeiro oriundo dessas atividades é inerente ao sucesso e continuidade desta atividade, sobretudo, econômica. Percebe-se que essas experiências se mantêm rentáveis economicamente somente a partir do momento em que atinjam o estágio de uma produção estável, capaz de garantir a reprodução da sua família, o que varia de realidade para realidade, dadas suas condições objetivas e subjetivas de cada unidade produtiva e familiar inserida em um dado agroecossistema.

Levar em consideração os sujeitos inseridos nos agroecossistemas é determinante para melhor entender a realidade, entendendo-se que a Agricultura Familiar é diversa e que, mesmo em experiências mais ecologizadas, cada local apresenta as suas especificidades que lhes são próprias, incluindo-se as formas de relações sociais que são estabelecidas, tanto ao nível micro, quanto o nível macro.

Apesar das orientações hierarquizadas das instituições do Estado como exemplo a própria EMATER e seu histórico difusionista, ao nível micro percebe-se que seu poder, pode-se dizer assim, está mais descentralizado, conferindo uma certa flexibilização dos serviços historicamente prestados, rumo a um caminho mais dialogável com os preceitos da

Agroecologia, o que em realidade, se traduz em melhores desempenhos e estabilidade nas relações com os agricultores.

Percebe-se que, mesmo ocupando cargos nas estruturas do Estado (uma instituição de poder sobre a sociedade), sujeitos com uma mentalidade mais aberta, dispostos ao diálogo, compreendendo que a realidade é complexa e que há multidimensões que se entrelaçam, são capazes de contribuir positivamente para uma parcela da população, na mediação entre o Estado e os produtores rurais.

No entanto, sabe-se que o Estado não transforma nenhuma estrutura de força preestabelecida por ele próprio e que, o próprio desenvolvimento sustentável está em disputa e muito bem enraizado nos discursos capitalistas, com a plena convivência do Estado. Ou seja, para que os agricultores e agricultoras consigam atingir suas máximas potencialidades produtivas, com formas mais justas de comercialização, mais estáveis, de ação mais local e com maior autonomia, a organização social é fundamental para criar o método de luta, de resistência que, necessariamente passa pelo apoio mútuo, pela solidariedade, por valores éticos, ecológicos e planetários, criando eles próprios, seus rumos.

Concordando com Sabourin (2011), a criação de valores humanos embasados numa relação de reciprocidade simétrica em torno de uma produção material tem a ver também com a práxis, a partilha dos esforços entre pares. As comunidades rurais enxergam as normas das estruturas de ajuda mútua como uma forma de manter regras de partilha ou de solidariedade. Essas relações estruturadas de reciprocidade produzem ou reproduzem, além de valores materiais de uso, valores de amizade e de confiança (valores humanos, afetivos ou éticos), expressos nos depoimentos em termos de qualidade das relações sociais, de obrigações sociais, mas também de satisfação, de reconhecimento, de respeito, de felicidade, de festa e de espírito de grupo. Constituem, ao mesmo tempo, um resultado dessas relações e um incentivo para a reprodução dos ciclos de reciprocidade.

Conforme a teoria da reciprocidade, esses valores éticos não são dados culturalmente ou de forma inata. Eles são construídos, socialmente e politicamente, na medida em que eles são criados e reproduzidos por certas formas de reciprocidade. Trata-se das relações de reciprocidade simétrica (que criam estruturas em equilíbrio, em oposição a formas de reciprocidade desiguais ou assimétricas). Se essas relações de reciprocidade se perpetuaram ou puderam ser reconstruídas e atualizadas no decorrer dos séculos é que, entre outras coisas, permitem reproduzir valores éticos aos quais as populações camponesas são apegadas. É porque essas comunidades defendem um projeto social e humano em torno desses valores, um projeto de vida e de produção. (SABOURIN, 2011, p. 169).

Identificaram-se, portanto, as principais relações de reciprocidade na atividade agrícola: ajuda mútua, qualidade do trabalho e dos produtos, mercados diversificados e acesso às cadeias curtas de comercialização, identidade e proximidade, solidariedade e resistência das famílias, se caracterizando pelas relações de reciprocidades estruturadas e simétricas.

Contudo, analisando as famílias e os dados levantados, correlacionando-os com a literatura, percebe-se que há indícios que apontam para possíveis fortalecimentos social e ambiental das experiências de base ecológica. Constatase que, mesmo na aparente inexistência de movimentos sociais no município, o rural rio-grandino apresenta a presença de jovens e mulheres que ainda carregam o *ethos* camponês, evidenciando que, apesar do atual envelhecimento rural, há promessas de iniciativas resistentes e mais persistentes. Ademais, mesmo que não mais na mesma frequência e proporção, ainda há relações de solidariedade e de apoio mútuo entre famílias e comunidades, o que eleva a esperança de movimentos insurgentes de resistência, em defesa de uma agricultura menos danosa e mais socializada.

Nessa tônica, a internalização de certos hábitos e valores expressa ainda, a necessidade da afirmação, construção e valorização de novos olhares para tanto para as questões de gênero quanto da própria inserção da juventude rural nas atividades agropecuárias desenvolvidas pelas famílias, entendendo que *sem feminismo e juventude não há Agroecologia*.

Algumas expressões coletivas já se ensaiam, como o caso de mutirões entre algumas famílias, a associação do Grupo dos Guardiões das Sementes e a própria certificação via Organização de Controle Social. Percebe-se ainda, nas redes sociais, um crescente número de “perfis” de usuários mencionando a Agroecologia e produtos orgânicos. Inclusive já há uma rede virtual de alguns sujeitos em aproximação e em implementação de unidades agroecológicas e de Sistemas Agroflorestais.

Uma união neste momento ímpar, pode gerar bons frutos mais democráticos de desenvolvimento, pois, percebe-se que há uma macropolítica de desmonte das principais conquistas adquiridas pela sociedade nas últimas décadas, como ações de enfraquecimento dos órgãos Ambientais, desmonte do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ataques aos povos originários, comunidades tradicionais e povos pobres, tanto urbanas quanto rurais, em detrimento da usurpação dos recursos naturais para benefício do capitalismo.

Com isso, os desafios das comunidades e sujeitos que produzem sob uma lógica mais ecológica tornam-se muito maiores, sugerindo a urgente necessidade de união entre as

“minorias”, para que consigam resistir e sobreviver aos constantes ataques. Em realidade, essa minoria representa a maioria da população, contudo, silenciadas pela guerra de narrativas existente entre a visão “moderna/capitalista” e as demais cosmovisões que formam as bases populares da sociedade.

Partindo desse entendimento, espera-se que a pesquisa tenha contribuído para a reflexão de um despertar da sociedade, até mesmo a acadêmica. Nesse caso, diversos elementos aqui levantados apontam para a necessidade de futuras (e profundas) pesquisas no município de Rio Grande, que carece de estudos na área rural. Esses estudos ganham relevância a partir do momento em que se constata um aumento no número de experiências orgânicas, agroecológicas e agrofloretais que dialogam diretamente com o verdadeiro Desenvolvimento Rural Sustentável, de base popular.

Além dos resultados já abordados, a pesquisa sugere que é preciso ainda, de uma urgente necessidade de criação de uma “outra mentalidade” por parte da sociedade como um todo. Contudo, essa nova mentalidade somente será possível após a quebra de certas hierarquizações nas relações que contribuem para o *status quo* de dominação, nas micro-relações, conforme tentou apontar entre os agricultores, agricultoras e os técnicos de ATER.

A mudança socioambiental almejada somente será alcançada a partir do momento em que os sujeitos sejam capazes de internalizar e de vivenciar certos hábitos, orientados por valores mais democráticos, humanizadores e éticos, que respeite as distintas visões de mundo, suas múltiplas formas de ser, de existir e de resistir à modernidade, de acordo com suas realidades e subjetividades.

## 6 REFERÊNCIAS

ABRASCO. **Manifestação de apoio à professora Larissa Bombardi**. Departamento de Geografia da USP. Acesso em 10/05/2021. Disponível em: <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/movimentos-sociais/apoio-larissa-bombardi/57149/>>. Acesso em: 20/03/2021.

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. BRENDA, T. (trad.). Quito: Editora Elefante. 2015.

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. In: **XIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Caxambu: UFPR. Desenvolvimento e Meio Ambiente. Nº 5. 2002.

ALLAN, J. A. **Virtual water**: A long term solution for water short Middle Eastern economies? British Association Festival of Science, University of Leeds. 1997. Disponível em: <https://www.soas.ac.uk/water/publications/papers/file38347.pdf>.>.

ALCÂNTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C. **Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível?** Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Vol. 40. 2017.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS. 3ª Edição. 2009.

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em Extensão Rural**: um manual de metodologia. Brasília: ABEAS. Ministério da Educação – Secretaria Geral. 1989.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba. 2002.

ALTIERI, M. A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Presidente Prudente: **Revista NERA**., n.16, Ano 13, p.22-32, Jan./Jun. 2010.

ALTIERI, M. A.; E, MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. ALMEIDA, J.; NAVARO, Z. (Orgs.). Porto Alegre: Editora UFRGS. 3ª Edição. 2009.

ALVES, J. E. D. **Antropoceno**: a Era do colapso ambiental. Ecodebate. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2020/01/10/antropoceno-a-era-do-colapso-ambiental-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 11/09/2021.

AMORIM, C. S. **As políticas públicas na agricultura familiar do município do Rio Grande/RS**. Dissertação de Mestrado. Rio Grande: FURG-PPG em Geografia. 2016.

ANA. **Agência Nacional de Águas**. Disponível em: <<http://www3.ana.gov.br/portal/ANA>>. Acesso em 02/04/2019.

ANA. **Articulação Nacional de Agroecologia**. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2017/04/12/nota-da-ana-para-o-ibge-sobre-proposta-de-mudanca-no-censo-agropecuario-2017/>>. Acesso em 09/05/2020.

ANA. **Articulação Nacional de Agroecologia. Agronegócio comemora enquanto fome se agrava**. 7 de junho de 2021. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/2021/06/07/agronegocio-comemora-enquanto-fome-se-agrava/>>. Acesso em: 22/09/2021.

ANDRADES, T. O. de; GANIMI, R. N. **Revolução verde e a apropriação capitalista**. Juiz de Fora: CES Revista. V. 2. 2007.

AQUINO, A.; QUELUZ, G. L. **Tecnologia, imaginação e ecologia na obra de Murray Bookchin**. Desenvolvimento e Meio Ambiente. V. 52. Dez. 2019. p. 325-341.

ARANHA, A.; ROCHA, L. **Agência Pública/Repórter Brasil**. ><https://exame.com/brasil/1-em-4-municipios-tem-coquetel-com-agrotoxicos-na-agua-consulte-o-seu/>< Publicado em: 17/04/2019. Acesso em 03/04/2019.

AZEVEDO, P. F. de. Emergência de instituições de mercado: a criação de mercados como política para a agricultura. In: **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. (Org.) MARQUES, F. C; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. Porto Alegre: Editora UFRGS. 1ª edição. 2016.

BAKUNIN, M. **Works of Mikhail Bakunin 1871**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/archive/bakunin/works/1871/program.htm#s2>>. Acesso em 29/02/2021.

\_\_\_\_\_. **On the International Workingmen's Association and Karl Marx 1872**. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/bakunin/works/1872/karl-marx.htm>. Acesso em 29/02/2021.

\_\_\_\_\_. **Textos anarquistas**. Seleção e notas de Daniel Guérin. Porto Alegre: L&PM. 2006.

BALEM, T. A.; SILVEIRA, P. R. C. da. Velhas e novas interrogações sobre a formação tecnológica para a agricultura familiar. **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. (Org.) GUIMARÃES, G. M. *et al.* Ijuí: Editora UNIJUI. 2015.

BARBIERI, A. F. População e mudanças climáticas: (in)sustentabilidades e desafios no caso brasileiro. In: **Alternativas para uma crise de múltiplas dimensões**. Editores Andrade M. V. e da Motta e Albuquerque, E.; (rev.) Xavier, M. C. Belo Horizonte: CEDEPLAR. UFMG. 2018. 440 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70-PERSONA. 1977.

BARRETO, R. M. M.; FERRAZ, H. M. Comunidades quilombolas, racismo e ideologia no discurso de Jair Bolsonaro: estudo crítico dos discursos político e judicial. In: **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Vol. 10, nº 2. Gênero, raça e direito - articulações empíricas e epistemológicas. UniCEUB. 2020.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Trad.: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2001.

\_\_\_\_\_. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2008.

BBC NEWS BRASIL. **Em meio à exportação recorde de alimentos, seca e pandemia agravam fome no campo**. São Paulo. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57296843>>. Acesso em: 22/09/2021.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. (Trad.) NASCIMENTO, S. São Paulo: Editora 34. 2ª edição. 2011. 384 p.

BOCCATO-FRANCO, A. A. **Decrescimento e Economia Solidária: existem elementos para uma plataforma comum?** Brasília: Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. UNB. 2014.

BOEIRA, S. L. **Crise Civilizatória & Ambientalismo Transetorial: Internet, Estado Nascente e Democracia**. Revista de Ciências Humanas. Vol. 16. n. 23. Florianópolis. 1998. *Apud* CHAUI, M. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense. 1986.

BOFF, L. **Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres**. Rio de Janeiro: Editora Sextante. 2004.

BOGO, A. **Arquitetos dos sonhos**. São Paulo: Editora Expressão Popular. 1ª Edição. 2003.

BOMBARDI, L. M. Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia. Laboratório de Geografia Agrária-FFLCH-USP. 1ª ed. São Paulo. 2017. Disponível em: <https://conexaoagua.mpf.mp.br/arquivos/agrotoxicos/05-larissa-bombardi-atlas-agrotoxico-2017.pdf>

BOOKCHIN, M. **Ecologia social e outros ensaios**. Cavalcanti, M. J. (Org.). Rio de Janeiro: Achiamé. 2010.

BRANDENBURG, A.; LAMINE, C.; DAROLT, M. **Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais**. Estudos Sociedade e Agricultura. Vol. 21, n. 2. Rio de Janeiro. 2013.

BRASIL. **Agência Senado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres>. Acesso em: 20/03/2021.

Busca por produtos sustentáveis cresce 71%. Disponível em: <https://mercadoconsumo.com.br/2021/05/19/busca-por-produtos-sustentaveis-cresce-71/>. Acesso em: 13/10/2021.

BUTTO, A. DANTAS, I. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2011. 192 p.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. Brasília. 2009.

\_\_\_\_\_. As bases para a extensão rural do futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre. 2004. p. 56.

\_\_\_\_\_. Em defesa de um Plano nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In: SAUER, S. E Balesro (M. V. (orgs).

**Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Pulo: Expressão Popular, 2ª Edição, 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia sustentável e desenvolvimento rural: perspectivas para uma nova extensão rural. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Porto Alegre. 2004. p. 79.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: CAPORAL, F. R.; AZEVEDO, D. O. **Princípios e perspectivas da agroecologia.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Educação a Distância. 2011.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** Brasília. 2009.

CAPORAL, F. R.; DAMBRÓS, O. **Extensão Rural Agroecológica: experiências e limites.** Redes-Santa Cruz do Sul. Universidade de Santa Cruz do Sul. V. 22, nº 2. 2017.

CAPORAL, F. R. (org.). **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível.** Brasília. 2009.

CARVALHO, I. C. M. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

CASTAGNA, A. A.; ARONOVICH, M.; RODRIGUES, E. **Pastoreio racional voisin: manejo agroecológico de pastagens.** Niterói: Manual Técnico nº 10. Programa Rio Rural. 2008.

CASTRO, C. N. **Desafios da agricultura familiar: o caso da Assistência Técnica e Extensão Rural.** Boletim regional, urbano e ambiental. IPEA. 2015.

CECHIN, A, D.; VEIGA, J. E. **A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen.** Revista de Economia Política. Vol. 30 nº 3. 2010.

CENSO AGROPECUARIO OS DADOS QUE APARECERAM. **Revista IHU on-line.** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/581608-censo-agropecuário-os>>

[dados-que-apareceram-ja-sao-muito-ruins-e-mostram-o-agravamento-dos-problemas-do-campo-brasileiro](#)>. Acesso em: 14/04/2019.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.

CLARO, L. C. e PEREIRA, V. A. **Compreensões sobre a pretensa educação ambiental do estado sob a crítica da ecologia política**: as relações entre a EMATER e uma comunidade de pesca artesanal na década de 1990. São Paulo: Revista Brasileira de Educação Ambiental. Vol. 11. Nº 5. 2017.

CLEMENT, C. R. et al. **Why extensive research and development did not promote use of peach palm fruit in Latin America**. Agroforestry Systems, v.61-62, n.1-3, p.195-206. 2004.

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil**: história, princípios e práticas. São Paulo: Expressão Popular. 1ª Ed. 2017.

COSTA NETO, C. Agricultura não-convencional, biodiversidade e sustentabilidade: a alternativa agroecológica. In. FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. **Desenvolvimento rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Ed. Unijuí. 2006.

COSTABEBER, J. A. **Acción Colectiva y Procesos de Transición Agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Espanha: tese de Doutorado. Universidad de Córdoba. 1998.

\_\_\_\_\_. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção de Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre. 2004. p. 40.

DA ROS, C. A. O diagnóstico dos sistemas agrários como instrumento metodológico para o estudo dos agroecossistemas do meio rural fluminense. **Seminário Diagnóstico dos sistemas agrários e agroecossistemas**. Núcleo Interdisciplinar de Agroecologia-UFRRJ. 2011.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária o agronegócio no Brasil. In. CARTER, M. **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp. 2010, 81-136.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. GALVÃO *et al.* (Trad.). São Paulo. Editora Martins Fontes. 1996.

DRUMMOND, J. A. A primazia dos cientistas naturais na construção da agenda ambiental contemporânea. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62. 2006.

DURKHEIM, É. **Lições de Sociologia**. São Paulo: Martins Fontes. 2002.

EMBRAPA. **Porto do Rio Grande**. Disponível em: [https://www.embrapa.br/macrologistica/exportacao/porto\\_rio-grande](https://www.embrapa.br/macrologistica/exportacao/porto_rio-grande). Acesso em 27/05/2021.

EMBRAPA. **Módulos fiscais**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>. Acesso em 12/09/2021.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. SACHS, W. (editor). JOSCELYNE, V. L. M. *et al.* (Trad.). Petrópolis: Editora Vozes. 2000. p. 59-83.

EPSJV/Fiocruz. **Os dados que apareceram já são muito ruins e mostram o agravamento dos problemas do campo brasileiro**. Entrevista: Paulo Alentejano. 2018. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/os-dados-que-apareceram-ja-sao-muito-ruins-e-mostram-o-agravamento-dos-problemas>.

FERREIRA, A. D. D. *et al.* **Resistência e empoderamento no mundo rural**. Revista Estudos Sociedade e Natureza. UFRRJ-CPDA. Vol. 15. Nº 1. 2007.

FLEURY, L. C. e ROSA, G. K. da. "Cidade em suspenso": disputas em torno do polo naval de Rio Grande e as promessas do desenvolvimento. In.: **Conflitos Ambientais e Urbanos: Pesquisas e resistências no Brasil e Uruguai**. Rio Grande: Editora da FURG. 2018.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). BRANDÃO, E. (trad.). São Paulo: Livraria Martins Fontes. 1ª Ed. 2008.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 5ª Ed. 2017.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Pedro Elói Duarte. Biblioteca Nacional de Portugal. Edições 70. 2013.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Editora Liber Livro. 2ª edição. 2005.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Oliveira, R. D. (Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 7ª ed. 1985.

FROEHLICH, J. M. As novas ruralidades precisam ou merecem (novas) políticas públicas? In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí. 2006. 192 p.

FUKUOKA, M. **A revolução de uma palha**: Uma introdução à Agricultura Selvagem. LOPES, I. (Trad.). Porto/Portugal: Via Óptima. Oficina Editorial, Lda. 2ª Edição. 1975.

GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. **A questão ambiental e a expansão da fronteira agrícola na direção do Matopiba brasileiro**. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília. Ipea. 2017.

GERHARDT, C. H. Tautologia e retórica messiânica da "transição agroecológica" na "nova extensão rural". **Revista Extensão Rural**. Santa Maria: DEAER – CCR – UFSM. v.21, n.3, jul./set. 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 5. ed. 2010. 184 p.

GIRALDO, O. F. **Ecología política de la agricultura**: Agroecología y posdesarrollo. México: ECOSUR. 2018.

GLIESSMAN, S. **Agroecologia**: Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2001.

\_\_\_\_\_. **Agroecología**: procesos ecológicos en agricultura sostenible. Turrialba, Costa Rica: LITOCAT. 2002.

GOODLAND, R. *et all.* Medio ambiente y desarrollo sostenible: Más allá del informe Brundtland. **Colección Estructuras y Processos**. Serie Medio Ambiente. MARTÍN, C. Y GONZÁLEZ, C. (Trad.). Espanha: Editorial Trotta. 1997.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, B. **Da lavoura às biotecnologias agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. 2008.

GRAFF, L. Ética ambiental em Leonardo Boff: a necessidade de um consenso mínimo entre os humanos. **Ensaio para uma Ética da Biodiversidade. Ética ambiental e bioética: proteção jurídica da biodiversidade**. BRAUNER M. C. C. E DURANTE, V. (Orgs.). Caxias do Sul: Educs. 2012.

GUADARRAMA-ZUGASTI, C.; TRUJILLOORTEGA L. e RAMÍREZ-MIRANDA, C. Agroecologia y desarrollo rural em Mexico: bases agroecologicas, sistemas sostenibles y soberania alimentaria. In: SAUER, S. e BALESTRO, M. V. (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Pulo: Expressão Popular. 2ª Edição. 2013.

GUIMARÃES, G. M. *et al.* De sujeitos ocultos (*off-line*) a sujeitos visíveis (*on-line*): o protagonismo da juventude rural a partir de novas sociabilidades no rural contemporâneo. In: **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. Guimarães, G. M. *et al.* (Org.). Ijuí: Editora UNIJUI. 2015.

GUIMARÃES, G. M. *et al.* **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. Ijuí: Editora UNIJUI. 2015.

GUZMÁN, E. M. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre. Editora UFRGS. 3ª Edição. 2009.

GUZMÁN, E. M.; MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Trad. GUTERRES, Ê. E CARVALHO, H. M. São Paulo: Editora Expressão Popular. 2ª ed. 2013.

G1. “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”, diz Bolsonaro sobre mortes por coronavírus; “Sou Messias, mas não faço milagre.” Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/28/e-dai-lamento-quer-que-eu-faca-o-que-diz-bolsonaro-sobre-mortes-por-coronavirus-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 12/10/2021.

G1. **Governo libera o registro de 31 agrotóxicos genéricos** [...]. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/09/23/governo-libera-o-registro-de-31-agrotoxicos-genericos-para-uso-dos-agricultores.ghtml>>. Acesso em 03/11/2020.

HAAVELMO, T.; HANSEN, S. De la estrategia consistente en tratar de reducir la desigualdad económica ampliando la escala de la actividad humana. In: GOODLAND, R. et all. Medio ambiente y desarrollo sostenible: Más allá del informe Brundtland. **Colección Estructuras y Processos Séria Medio Ambiente**. MARTÍN, C. e GONZÁLEZ, C. (Trad.). Espanha: Editorial Trotta. 1997.

HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade**: sobre o giro (multi)territorial/des(s)colonial na "América Latina". Buenos Aires: CLASCO. 2021.

HEREDIA, B; PALMEIRA, M; LEITE, S. P. **Sociedade e economia do "agronegócio" no Brasil**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 25, n. 74. 2010.

HOWARD, A. S. **Um testamento agrícola**. Trad. Eli Lino de Jesus. São Paulo: Editora Expressão Popular. 1ª Edição. 2007.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>>. Acesso em: 24/04/2020.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário**. 2006.

IHU. **Famílias pobres estão sujeitas a mergulhar na extrema pobreza o tempo todo**. Entrevista especial com Luis Henrique Paiva. 2021. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/601769-familias-pobres-estao-sujeitas-a-mergulhar-na-extrema-pobreza-o-tempo-todo-entrevista-especial-com-luis-henrique-paiva>>. Acesso em 25/10/2020.

ILICH, I. Necessidades. In: **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. SACHS, W. (editor). JOSCELYNE, V. L. M. *et al.* (Trad.). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.. 2000. p. 155-171.

JUNIOR, D. R.; BOGADO, A. M. Filosofia Andina e Racionalidade Andina: um estudo a partir de alguns textos de Josef Estermann. In: **Texto de estudos: cosmovisão**. TEIXEIRA, I. M. C. *et al.* São Carlos. 2014.

KAIMOWITZ, D. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, J. e NAVARO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS. 3ª Edição. 2009.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Coleção proposta universitária. IPEROIG, C. (Trad.). São Paulo: Proposta editorial. 3ª edição. 1980.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras. 1ª Edição. 2019.

\_\_\_\_\_. **O amanhã não está a venda**. São Paulo: Companhia das Letras. 1ª Edição. 2020.

LACOUR, H. La Tierra, hogar común de la vida. Em: Monjeau, A. (org.). **Ecofilosofia**. Curitiba: Fundação O Boticário de proteção à natureza. 2008.

LATOUCHE, S. Decrescimento: **Um crescimento infinito é incompatível com um mundo finito**. EcoDebate. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2011/11/24/decrescimento-um-crescimento-infinito-e-incompativel-com-um-mundo-finito-por-serge-latouche/>. Acesso em: 12/08/2021.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. LEITE, S. C. (Trad.). São Paulo: Editora Cortez. 2010.

MAGALHAES, W. L. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. Albuquerque: **Revista de História**. vol. 8, n. 16. 2016, p. 92-110.

MARTINS, J. S. O Futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Resistência e empoderamento no mundo rural**. Revista Estudos Sociedade e Natureza. UFRRJ-CPDA. Nº 15. 2000.

MARTINS, H. H. T. de S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. São Paulo: Educação e Pesquisa. V. 30, n.2, 2004. p. 287-298.

MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 9º ed. 1993.

\_\_\_\_\_. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. SCHNEIDER, N. (Trad.). São Paulo: Editora Boitempo. 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto comunista**. COGGIOLA O, (Org.). São Paulo: Editora Boitempo. 4ª reimpressão. 2005.

MDA – **Ministério do Desenvolvimento Agrário**.  
><http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo><. Acesso em 14/04/2019.

MEC/UNESCO. **Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental**. CARVALHO, I. C. M.; GRÜN, M. e TRAJBER, R. (Org.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO. 2006.

MESQUITA, J. L. **Estação Ecológica do TAIM, joia do Sul do país**. 2012. Disponível em: <<https://marsemfim.com.br/estacao-ecologica-taim/>>.

MOLINA, M. G. de. Las experiencias agroecológicas y su incidencia em el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política. In: SAUER, S. e BALESTRO, M. V. (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Pulo. Expressão Popular. 2ª Edição. 2013.

MONTEIRO, R. C. Novas ruralidades e políticas públicas: proposições para um debate. In: FROELICH, J. M.; DIESEL, V. (orgs.) **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

MORIN, E. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Editora Lisboa. Mens Martins: Europa-América. 5ª ed. 1991.

\_\_\_\_\_. **Ciência com consciência**. ALEXANDRE, M. D. e DÓRIA, M. A. S. (Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand. 8ª ed. 2005.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina. 3ª ed. 2007.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. SILVA, P. A. N. (Trad.). Porto Alegre: Editora Sulina. 4ª Edição. 2003.

MOURA, J. F. S. e MANTELLI, J. A estrutura fundiária e a produção agrícola do município do Rio Grande – RS. **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças**. Porto Alegre. 2010.

MST. **Nasce o Acampamento Cícero Guedes – RJ**. Acesso em 28/06/2021. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/06/27/nasce-o-acampamento-cicero-guedes-rj/>>.

MST. **Vem aí a 13ª da Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes: 25 anos do MST no RJ**. Acesso em 28/08/2021. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/08/24/vem-ai-a-13a-da-feira-estadual-da-reforma-agraria-cicero-guedes-25-anos-do-mst-no-rj/>>.

NAVES, B. T. O.; FREIRE DE SÁ, M. S. **Ensaio para uma Ética da Biodiversidade. Ética ambiental e bioética: proteção jurídica da biodiversidade**. BRAUNER M. C. C. e DURANTE V. (Orgs.). Caxias do Sul: Educs. 2012.

NEVES, D. P. **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. 2008.

NODER, Luis Antonio Cabello. **Questão agrária, agroecologia e desenvolvimento territorial**. Londrina: Lutas & Resistências, v.1, p.107-120, 2006.

NORDER, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. **Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias**. São Paulo: Ambiente & Sociedade. Nº 3 Vol. XIX. p. 1-20 n jul.-set. 2016.

OLIVEIRA, T. M. V. **Amostragem não Probabilística: Adequação de Situações para uso e Limitações de amostras por Conveniência, Julgamento e Quotas**. São Paulo: Administração On Line. Prática-Pesquisa-Ensino. Vol. 2. N. 3. Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado FECAP. FEA-USP. 2001.

ONU. **Relatório da Pobreza Rural**. 2011. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2011\\_pt\\_complete.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2011_pt_complete.pdf)>.

PAIM, C. S.; ALONSO, W. J. **Pandemias: saúde global e escolhas pessoais**. REIS, L. (Trad.). Alfenas, MG: Editora Cria. 1ª Ed. 2020.

PETERSEN, P. *et al.* **LUME: método de análise econômico: ecológico de agroecossistemas**. Rio de Janeiro. ASPTA - Agricultura Familiar e Agroecologia. 1ª ed. 2021.

PICOLOTTO, E. L. **O “fazer-se” dos agricultores familiares como sujeitos de direitos**. Pelotas/RS: Pensamento Plural. V. 4. 2009. p. 91 – 115.

\_\_\_\_\_. **Os Atores da Construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil**. Piracicaba-SP: RESR – Revista de Economia e Sociologia Rural. Vol. 52, Supl. 1. 2014. p. S063-S084.

PINHEIRO, S. **Agroecologia 7.0. Bombeiro Agroecológico**. Juquira Candiru Satyagraha. 2018.

PIRES, M. J. S. e P. RAMOS. **O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil**. REN-Revista Econômica do Nordeste. Vol 40, nº3. P. 411-424. 2009.

PLANO SAFRA 2021/2022 anuncia R\$ 251 bilhões para produtores rurais. **Agência Brasil**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-06/plano-safra-20212022-anuncia-r-251-bilhoes-para-produtores-rurais>>. Acesso em 24/06/2021.

PLOEG J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS. 2008.

\_\_\_\_\_. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2ª Edição. 2009.

PORTILHO, F; BARBOSA, L. A adesão à “causa” rural e da agricultura familiar por consumidores e seus movimentos organizados. In: **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A. E SCHNEIDER, S. (Org.). Porto Alegre: Editora UFRGS. 1ª edição. 2016.

**Povos indígenas denunciam ataques e retrocessos cometidos pelo governo Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/08/povos-indigenas-denunciam-ataques-e-retrocessos-cometidos-pelo-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 12/10/2021.

PREFEITURA DE RIO GRANDE. Prefeitura promove feiras livres em todo o município: confira os dias, locais e horários. **Rio Grande Tem**. Acesso em: 15/02/2021. Disponível em: <<https://www.riograndetem.com.br/prefeitura-promove-feiras-livres-em-todo-o-municipio-confira-os-dias-locais-e-horarios/>>.

Programa Vozes da Floresta: **Ailton Krenak**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=KRTJIh1os4w>>. Acesso em: 15/05/2021.

PUNTEL, J. A.; PAIVA, C. A. N.; RAMOS, M. P. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo. **Anais I Circuito de debates acadêmicos**. IPEA-CODE. 2011.

RAMMÊ, R. S. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos**: conjecturas políticas-filosóficas para uma nova ordem jurídico-ecológica. Caxias do Sul: EDUCS. 2012.

REDE ECOVIDA. Disponível em: <ecovida.org.br>. Acesso em: 18/07/2020.

REINIGER, L. R. S.; WIZNIEWSKY, J. G.; KAUFMANN, M. P. **Princípios de Agroecologia**. Santa Maria: UAB/NTE/UFSM. 1 ed. 2017.

RIBEIRO, H.; JAIME, P. C. e VENTURA, D. **Alimentação e sustentabilidade**. Estudos Avançados. Vol. 31. nº 89. 2017. p. 185-198.

RIO GRANDE. **Regulamenta a Feira do Produtor do Cassino**. Lei Orgânica do Município. Decreto nº 11.446, de 28 de dezembro de 2011. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/r/rio-grande/decreto/2011/1145/11446/decreto-n-11446-2011-regulamenta-a-feira-do-produtor-do-cassino-2016-12-22-versao-compilada>>. Acesso em: 06/09/2020.

ROGERS, E. **Diffusion of innovations**. Nova York: Free Press, 3. ed. 1983.

ROSA, R. E.; SOTO, W. H. G. **Conflito socioambiental e contradições do espaço social**: o caso do polo naval de Rio Grande/RS. Salvador: Caderno CRH, v. 28, n. 75. 2015.

ROSSET, P. e ALTIERI, M. **Agroecología: Ciencia y política**. La Paz-Bolívia: Fundação Tierra. Icaria-Editorial Perspectivas Agroecológicas. 2017.

SABOURIN, E. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Série Estudos Rurais. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 1ª ed. 2011.

(SAMPAIO-SILVA, R. **Conceito de Estado: Entenda o que é Estado na visão da sociologia. Café com Sociologia**. Florianópolis, 11/07/2019. Disponível em: <<https://cafecomsociologia.com/conceito-estado-sociologia/>>. Acesso em: 02/18/2020.

SANTOS, B. S. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Uruguai. Extensión Universidad de la República - Ediciones Trilce. 2010.

SANTOS, E. J. O capitalismo e a questão ambiental: reflexões teóricas sobre a Economia do Meio Ambiente. **VIII Jornada Internacional Políticas Públicas: 1917-2017 Um século de reforma e revolução**. São Luís: UFMA/PPGPP. 2017.

SANTOS, M.; GLASS, V. (org.). **Atlas do Agronegócio: Fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos**. Heinrich Boll Stiftung Brasil. Fundação Rosa Luxemburgo. 2018.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Ed. Unijuí. 2006. 192 p.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S.; BALESTRO, M. V. (Orgs.) **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed., 2013.

SCHNEIDER, S. A diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2ª ed. 2009.

SERAFY, S. E. Sostenibilidad, mediación de la renda y crecimiento. In: GOODLAND, R. *et al.* **Medio ambiente y desarrollo sostenible: Más allá del informe Brundtland**. MARTÍN, C.; GONZÁLEZ, C. (Trad.). Espanha: Editorial Trotta. Colección Estructuras y Processos Séria Medio Ambiente. 1997.

SIQUEIRA, V. **Tempo e espaço: Modernidade Líquida**. Colunas Tortas. 2016. Disponível em: <<https://colunastortas.com.br/tempo-e-espaco-zygmunt-bauman/>>. Acesso em: 18/10/2021.

SIQUEIRA, L. F. S.; Costa Neto, J. J. G.; ROJAS, M. O. A. I. **Um diálogo entre a ecologia social, o saber ambiental e a educação ambiental no âmbito do desenvolvimento sustentável**. ACTA Tecnológica – Instituto Federal do Maranhão. Vol. 6, nº 1. 2011.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**. Vol. 17. Nº 1. 2015.

SILVA, G. P. da; DEON, P. R. O protagonismo dos agricultores familiares na construção social de mercados – formas de organização e ação. **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. GUIMARÃES, G. M. *et al.* (Org.). Ijuí: Editora UNIJUI. 2015.

SILVA, J. G. da. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, J.; NAVARO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 3ª Edição. 2009.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SOGLIO, F. D. **Experiências de manejo agroecológico no Rio Grande do Sul**: A constante articulação de agricultores tem permitido atravessar mudanças políticas e dificuldades conjunturais sem perder ritmo no crescimento. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Mae-Terra/Experiencias-de-manejoagroecologico-no-Rio-Grande-do-Sul/3/36076>>. Acesso em: 18/07/2020.

SONNINO et al. Políticas públicas e a construção de mercados: percepções a partir de iniciativas de merenda escolar. Trad. VARGAS, R. In: **Construção de Mercados e Agricultura Familiar**: desafios para o Desenvolvimento Rural. 2016. p. 311-329.

SPROVIERO, M. B. **Entropia**: "Progresso" para a Destruição! Entrevista à Editora Mandruvá. Entrevista e edição: Jean Lauand, 10-7-2001. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/index.html>>. Acesso em: 18/08/2021.

UFSM Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. **Manual de dissertações e teses da UFSM**: estrutura e apresentação. Santa Maria: Sistema de Bibliotecas da UFSM. 2015.

UNIVERSIDADE POPULAR. **Capitalismo, anticapitalismo e organização popular**. Rio de Janeiro. Movimento dos Trabalhadores Desempregados. Cadernos sociais. 2010.

VALVERDE, Orlando. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: INEP – MEC – CBPE, 1964.

VEIGA, J. E. da. A transição agroambiental nos Estados Unidos. *In*: ALMEIDA, J.; NAVARO, Z. (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora UFRGS. 3ª Edição. 2009.

VIEIRA, A. S. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável**: fontes para compreensão do discurso político-ambiental do governo brasileiro. Brasília. 1992.

VILLELA, A. e CAVALCANTI, C. **Resenha: Entropy: a new world view**. Posfácio de Nicholas Georgescu-Rogen. New York: The Viking Press. 1980.

WEBER, Marx. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UnB, Vol. 2. 1999.

WINCKLER, S.; RENK, A. **Resenha**: GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. O decrescimento. Entropia. Ecologia. Economia. Revista Catarinense de Economia – RCE. APEC – Associação dos Pesquisadores em Economia Catarinense. 2017.

WILKINSON, J. **Os gigantes da indústria alimentar entre a grande distribuição e os novos clusters a montante**. Estudos Sociedade e Agricultura. 2002. P. 147-174.

ZIMMERMANN, S. A. et al. A(s) ruralidade nas políticas públicas brasileiras: limites e possibilidades para o rural contemporâneo. *In*: **O rural contemporâneo em debate: temas emergentes e novas institucionalidades**. GUIMARÃES, G. M. (Org.) *et al.* Ijuí: Editora UNIJUI. 2015.

## APÊNDICE

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO PRODUTIVO QUANTO À UTILIZAÇÃO DA ÁGUA NA IRRIGAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE RIO GRANDE.

#### A- Levantamento socioeconômico:

- 1) Quantos integrantes têm na família? \_\_\_\_\_.
- 2) Qual a idade dos “chefes” da família?  
 1 \_\_\_\_\_  
 2 \_\_\_\_\_
- 3) Qual grau de escolaridade do casal?  
 1 \_\_\_\_\_  
 2 \_\_\_\_\_
- 4) Qual a idade dos dependentes?  
 1 \_\_\_\_\_  
 2 \_\_\_\_\_  
 3 \_\_\_\_\_  
 4 \_\_\_\_\_  
 5 \_\_\_\_\_
- 5) Qual grau de escolaridade dos dependentes?  
 1 \_\_\_\_\_  
 2 \_\_\_\_\_  
 3 \_\_\_\_\_  
 4 \_\_\_\_\_  
 5 \_\_\_\_\_
- 6) Qual a distância da escola (mais distante) dos estudantes (em Km)? \_\_\_\_\_
- 7) Quantos integrantes trabalham formalmente (CLT/contrato)? \_\_\_\_\_
- 8) Qual a renda mensal dos trabalhadores formais? \_\_\_\_\_
- 9) Quantos dias por semana utilizam alimentos frescos (“verdes”) na sua alimentação?  
 \_\_\_\_\_
- 10) Se a pergunta anterior for “Sim”; qual sua origem predominante?  
 Horta caseira     Horta coletiva     Mercado     Feiras
- 11) A família possui propriedade? \_\_\_\_\_. Quantos hectares? \_\_\_\_\_.

#### B- Levantamento produtivo:

- 12) A família desempenha alguma atividade agrícola remunerada?  
 Sim                       Não

- 13) Se a pergunta nº12 for “Sim”; onde é a produção?  
 Em sua propriedade     Em outra propriedade     Ambas
- 14) Qual a área total utilizada para a produção em hectares? \_\_\_\_\_.
- 15) Se a pergunta nº 12 for “Sim”; como é comercializada?  
 Mercado formal     Feiras     Intermediários     Mercado Institucional  
 Na propriedade
- 16) Se a pergunta nº 10 for “Sim”; há perspectivas de se manter nesta atividade?  
 Sim     Não
- 17) Como é o transporte da produção?  
 Conta própria     Coletiva     De terceiros
- 18) Quantos fertilizantes/produtos químicos e/ou agrotóxicos utilizam? \_\_\_\_\_.
- 19) Qual familiaridade da família com a produção orgânica/agroecológica?  
 0     1     2     3     4     5     6     7     8     9     10.

### **C- Levantamento técnico/ambiental:**

- 20) Como é feita a irrigação?  
 Não há     Balde/irrigador manual     Gotejamento  
 Mangueira     Aspersores     Pivô central    (    )  
 Outra: \_\_\_\_\_
- 21) De onde vêm a água?  
 Poço artesiano     Cacimba     lagoa, riacho, rio: \_\_\_\_\_  
 Corsan     outros: \_\_\_\_\_
- 22) Há alguma forma de armazenamento de água? Qual? \_\_\_\_\_.
- 23) Há estimativa do consumo de água?  
 a) Em litros/dia: \_\_\_\_\_  
 b) Em reais/mês: \_\_\_\_\_
- 24) Há alguma dificuldade quanto a falta de água?  
 0     1     2     3     4     5     6     7     8     9     10.  
 Em que época? \_\_\_\_\_
- 25) Qual dificuldade existente quanto ao excesso de água?  
 0     1     2     3     4     5     6     7     8     9     10.  
 Em que época? \_\_\_\_\_

26) Há alguma percepção quanto a variação de alguma característica da água ao longo de sua utilização?  
Qual?

---

27) Qual sua familiaridade com o uso da proteção do solo (cobertura vegetal)?

0  1  2  3  4  5  6  7  8  9  10.